



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura**  
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.ppglinc.letas.ufba.br/> - E-mail: [ppglinc@ufba.br](mailto:ppglinc@ufba.br)

**AQUI TEM MURUNDU, MARIANGA, MURICI, CAPANEMA, AREAL  
E ÁGUA LIMPA: UMA ANÁLISE DE TOPÔNIMOS DO RECÔNCAVO  
BAIANO**

**HERE HAVE MURUNDU, MARIANGA, MURICI, CAPANEMA, AREAL AND  
CLEAN WATER: AN ANALYSIS OF TOPONYMS OF RECONCAVO BAIANO**

**VOL.I**

**por**

**LANA CRISTINA SANTANA**

**Orientadora: Profa. Dra. Marcela Moura Torres Paim**

**SALVADOR  
2018**



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura**  
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.ppglinc.letas.ufba.br/> - E-mail: [ppglinc@ufba.br](mailto:ppglinc@ufba.br)

**AQUI TEM MURUNDU, MARIANGA, MURICI, CAPANEMA, AREAL  
E ÁGUA LIMPA: UMA ANÁLISE DE TOPÔNIMOS DO RECÔNCAVO  
BAIANO**

**HERE HAVE MURUNDU, MARIANGA, MURICI, CAPANEMA, AREAL AND  
CLEAN WATER: AN ANALYSIS OF TOPONYMS OF RECONCAVO BAIANO**

**VOL.I**

**por**

**LANA CRISTINA SANTANA**

**Orientadora: Profa. Dra. Marcela Moura Torres Paim**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

**SALVADOR  
2018**

Ao velho Bango, meu pai querido, e à minha amada irmã,  
Rita, a “Baixinha”, como a todos nomeava.

Duas pessoas que não se encontram mais nesta dimensão e  
que deixaram um grande vazio em minha vida, o qual  
procuro preencher com as lembranças boas da nossa  
convivência: os sorrisos, os gestos simples de carinho, a  
troca de experiência e a eterna amizade que será  
continuada em nosso reencontro.

Amor eterno!

## AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento direciono a Deus, força maior que me sustenta e guia meus passos, que me acalenta em momentos de dor e insegurança, que me traz a certeza de que os obstáculos podem ser ultrapassados com fé e perseverança.

À minha mãe, Dona Deraldina, minha primeira alfabetizadora, que, desde cedo, ensinou-me o poder transformador da educação na vida do ser humano. Mais uma vez agradeço a Deus pelos oitenta e seis anos de existência dessa mulher de fé e pela grande oportunidade de tê-la como mãe e poder contar com seu carinho e apoio.

Aos meus filhos, minhas riquezas, meu legado nesse mundo, agradeço a compreensão, a vibração em cada conquista obtida na minha vida profissional e acadêmica, pelos carinhos e a Deus, novamente agradeço, por ter me dado a missão de ser mãe dessas pessoas que completam minha vida.

Aos irmãos de sangue e de alma que se fazem presente em minha vida, porque sei que acreditam que todo esse esforço justifica algumas ausências, em momentos que são especiais para a família e para o fortalecimento da amizade.

A Nilson, uma grata surpresa trazida por Deus para a minha vida, meu muito obrigada pelo incentivo, carinho, companhia e cuidado durante todas as etapas deste trabalho. Que essa seja uma primeira prova de que a união entre duas pessoas se concretiza através da compreensão e da confiança.

À minha orientadora, Marcela Paim, pelos ensinamentos, pela paciência em ouvir minhas queixas e compreensão com as minhas dificuldades, mais que uma orientadora, mostrou-se uma amiga durante esta trajetória. Também agradeço, *in memoriam*, a saudosa professora Suzana Alice Marcelino Cardoso, que me ajudou bastante com todas as observações minuciosas feitas no texto do Exame de Qualificação, que guardarei como recordação do seu grande conhecimento.

Agradeço também a todos os colegas de doutorado e de trabalho pelas discussões proveitosas, pelos conhecimentos trocados e incentivos, sem citar nomes, pois correria o risco de esquecer pessoas que são muito importantes.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Esta tese apresenta os resultados da pesquisa toponímica realizada na área geográfica do Recôncavo baiano. A Toponímia é uma disciplina vinculada à Onomástica, uma vertente da Lexicologia, seu objeto de estudo são os nomes próprios de lugar, os quais são entendidos à luz dos conceitos toponímicos como nomes capazes de revelar traços da cultura e das vivências do homem, enquanto sua trajetória na sociedade a qual faz parte. O *corpus* desta tese foi composto por 886 topônimos que denominam os povoados do Território de Identidade do Recôncavo baiano (SEI, 2013), esses dados foram analisados a partir da metodologia proposta pela toponimista Dick (1990a, 1990b), com as seguintes etapas: coleta dos topônimos em mapas do IBGE; análise etimológica dos nomes, a fim de identificar o estrato linguístico ao qual o nome pertence; classificação dos topônimos em taxionomias que revelam sua motivação semântica e catalogação dos dados em fichas lexicográfico-toponímicas e mapeamento cartográfico das cinco taxionomias mais produtivas pertencentes à natureza semântica física. Ao final do tratamento de informações, foram constatados os seguintes resultados: 383 topônimos encaixam-se nas taxionomias que correspondem à natureza semântica antropocultural e 503 estão vinculados às taxionomias que expressam uma natureza semântica física; da totalidade, 507 são de origem linguística portuguesa, 159 de origem indígena, 47 de origem africana, 100 possuem formação híbrida e 34 são de origem controversa; quanto à formação lexical verificou-se que 488 foram formados pelo processo de composição, 268 possuem formação simples e 130 são formados pelo processo de derivação. A base teórica está centrada na Toponímia, Lexicologia, Dialectologia e Sociolinguística. Entre os principais autores utilizados estão Aguilera (1999, 2006), Barickman (2003), Basílio (1987, 2004a, 2004b), Biderman (1978, 2001a, 2001b), Bonvini (2014a, 2014b), Cardoso (2010), Dick (1990a, 1990b, 1996, 2001, 2007), Dietrich (2015), Guiraud (1980), Isquerdo (1996), Labov ([1972] 1983), Lucchesi (2012), Lucchesi e Baxter (2006, 2009), Mattos e Silva (2006), Peirce (1975), Petter (2010, 2015), Sampaio ([1901] 1987) e Saussure ([1916] 1969).

**Palavras-chave:** Toponímia. Lexicologia. Variação linguística. Recôncavo baiano. Identidade sociocultural.

## ABSTRACT

This thesis presents the results of the toponymic survey carried out in the geographical area of the Bahia Recôncavo. Toponymy is a discipline linked to the Onomastics, a strand of lexicology, its object of study are the proper names of place, which are understood in the light of the toponymic concepts as names capable of revealing traces of man's culture and experiences, while his trajectory in the society to which it belongs. The *corpus* of this thesis was composed of 886 toponyms that call the villages of the Identity Territory of the Bahia Recôncavo (SEI, 2013). These data were analyzed using the methodology proposed by the toponymist Dick (1990a, 1990b), with the following steps: collection of toponyms on IBGE maps; etymological analysis of names in order to identify the linguistic stratum to which the name belongs; classification of toponyms in taxonomies that reveal their semantic motivation and cataloging of the data in lexicographic-toponímicas fiches and cartographic mapping of the five most productive taxonomies belonging to the physical semantic nature. At the end of the information processing, the following results were verified: 383 toponyms fit into the taxonomies that correspond to the anthropocultural semantic nature and 503 are linked to taxonomies that express a physical semantic nature; of the total, 507 are of Portuguese linguistic origin, 159 are of indigenous origin, 47 are of African origin, 100 are of hybrid origin and 34 are of controversial origin; as for lexical formation it was found that 488 were formed by the compounding process, 268 have simple formation and 130 are fused by the derivation process. Among the main authors used are Aguilera (1999, 2006), Barickman (2003), Basílio (1987, 2004a, 2004b), Biderman (1978, 2001a, 2001b), Bonvini (2014a, 2014b), Cardoso (2010), Dick (1990a, 199b, 1996, 2001, 2007), Dietrich (2015), Guiraud (1980), Isquerdo (1996), Labov ([1972] 1983), Lucchesi (2012), Lucchesi e Baxter (2006, 2009), Mattos e Silva (2006), Peirce (1975), Petter (2010, 2015), Sampaio ([1901] 1987) and Saussure ([1916] 1969).

**Keywords:** Toponymy. Lexicology. Linguistic variation. Recôncavo from Bahia. Sociocultural identity.

## RÉSUMÉ

Cette thèse présente les résultats de l'étude toponymique réalisée dans l'aire géographique du Bahia Recôncavo. La toponymie est une discipline liée à Onomastica, une branche de la Lexicologie, son objet d'étude sont les noms propres de lieu, qui sont compris à la lumière des concepts toponymiques en tant que noms capables de révéler des traces de la culture et des expériences de l'homme, tandis que sa trajectoire dans la société, qui fait partie de. Le corpus de cette thèse était composé de 886 toponymies désignant les villes du territoire d'identité du Bahia Recôncavo (SEI, 2013). Ces données ont été analysées selon la méthodologie proposée par le toponymiste Dick (1990a, 1990b), avec les étapes suivantes: collection de toponymes sur des cartes IBGE; analyse étymologique des noms afin d'identifier la strate linguistique à laquelle appartient le nom; classification des toponymes dans les taxonomies qui révèlent leur motivation sémantique, catalogage des données dans des fiches lexicographique-toponymique et cartographique des cinq taxonomies les plus productives appartenant à la nature sémantique physique. Au terme du traitement de l'information, les résultats suivants ont été vérifiés: 383 toponymes correspondent aux taxonomies correspondant à la nature sémantique anthropoculturelle et 503 sont liés à des taxonomies exprimant une nature sémantique physique; sur ce total, 507 sont d'origine linguistique portugaise, 159 d'origine autochtone, 47 d'origine africaine, 100 d'origine hybride et 34 d'origine controversée; pour l'entraînement lexical, il a été constaté que 488 étaient formés par le processus de composition, 268 avaient une formation simple et 130 étaient formés par le processus de dérivation. Les bases théoriques sont centrées sur la toponymie, la lexicologie, la dialectologie et la sociolinguistique. Parmi les principaux auteurs utilisés figurent Aguilera (1999, 2006), Barickman (2003), Basílio (1987, 2004a, 2004b), Biderman (1978, 2001a, 2001b), Bonvini (2014a, 2014b), Cardoso (2010), Dick (1990a, 1990b, 1996, 2001, 2007), Dietrich (2015), Guiraud (1980), Isquerdo (1996), Labov ([1972] 1983), Lucchesi (2012), Lucchesi e Baxter (2006, 2009), Mattos e Silva (2006), Peirce (1975), Petter (2010, 2015), Sampaio ([1901] 1987) et Saussure ([1916] 1969).

**Mots-clé:** La toponymie. Lexicologie. Variation linguistique. Recôncavo de Bahia. Identité socioculturelle.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Atlas Prévio dos Falares Baianos</i> : mapa monodimensional e expositivo	34
Figura 2 – <i>Atlas linguístico de Sergipe II</i> : mapa bidimensional	34
Figura 3 – Ficha do informante do ALiB	36
Figura 4 – Ficha do informante do ALiB – continuação	36
Figura 5 – Carta Semântico-Lexical Ruge (CL26E) do ALiB	38
Figura 6 – Tronco Protupi	42
Figura 7 – Famílias linguísticas do tupi-guarani	42
Figura 8 – Rota do tráfico negreiro para o Brasil	48
Figura 9 – Identificação geográfica dos troncos das famílias das línguas africanas	49
Figura 10 – Mapeamento da classificação atual dos grupos das línguas banto	50
Figura 11 – Exemplo de carta toponímica: distribuição do topônimo Santa Maria nos municípios mineiros	72
Figura 12 – Processo semiótico na teoria de Peirce	72
Figura 13 – Triângulo Semiótico de Ogden e Richards	77
Figura 14 – Terras do Paraguaçu doadas a Dom Álvaro da Costa – Mapa de 1574	107
Figura 15 – Terras doadas ao Conde de Linhares – Mapa de 1612	107
Figura 16 – Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Vencimento – Engenho Paramirim, em São Francisco do Conde	111
Figura 17 – Ruínas da Capela São João Batista– Engenho Acuntiga, em Cachoeira	111
Figura 18 – Engenhos e fazendas da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, em 1858	113
Figura 19 – Engenhos e fazendas da freguesia de Santiago do Iguape, em 1859	113
Figura 20 – Operárias da Fábrica de Charutos Dannemann- São Félix-BA	115
Figura 21 – Os dois blocos da Fábrica Suerdieck em funcionamento	116



Figura 22 – O prédio da antiga Fábrica Suerdick	117
Figura 23 – Operárias da Mina do Sapé, 1950	119
Figura 24 – Mapa do Recôncavo em meados do século XIX	123
Figura 25 – Mapa do Território de Identidade 21 – Recôncavo- BA	123

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Termos do sintagma toponímico	84
Quadro 2 –	Estrutura morfológica do termo específico do sintagma toponímico	86
Quadro 3 –	Taxionomias de natureza semântica física	96
Quadro 4 –	Taxionomias de natureza semântica antropocultural	97
Quadro 5 –	Municípios do Território de Identidade 21– Recôncavo - BA	125
Quadro 6 –	Topônimos de natureza semântica física- fonte IBGE	132
Quadro 7 –	Topônimos de natureza semântica física- outras fontes	154
Quadro 8 –	Topônimos de natureza semântica antropocultural- fonte IBGE	157
Quadro 9 –	Topônimos de natureza semântica antropocultural- outras fontes	173
Quadro 10–	Topônimos não classificados	177
Quadro 11 –	Distribuição das taxionomias de natureza semântica física entre as origens linguísticas portuguesa, indígena e africana	186
Quadro 12 –	Distribuição das taxionomias de natureza semântica antropocultural entre as origens linguísticas portuguesa, indígena e africana	192
Quadro 13 –	Distribuição do processo de formação lexical entre as taxionomias	195
Quadro 14 –	Distribuição do processo de formação lexical entre a origem linguística	197
Quadro 15 –	Distribuição dos topônimos híbridos em suas respectivas taxinomias	198
Quadro 16 –	Distribuição dos topônimos coletados nos municípios do Recôncavo baiano	202

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Natureza semântica dos topônimos coletados	178
Gráfico 2 –	Distribuição percentual dos topônimos – natureza semântica	178
Gráfico 3 –	Origem linguística dos topônimos coletados	179
Gráfico 4 –	Distribuição percentual da origem linguística dos topônimos coletados	180
Gráfico 5 –	Taxionomias de natureza semântica física	183
Gráfico 6 –	Distribuição percentual das taxionomias de natureza semântica física	183
Gráfico 7 –	Taxionomias de natureza semântica antropocultural	189
Gráfico 8 –	Distribuição percentual das taxionomias de natureza semântica antropocultural	189
Gráfico 9 –	Formação lexical dos topônimos híbridos- natureza semântica física	200
Gráfico 10 –	Formação lexical dos topônimos híbridos- natureza semântica antropocultural	200

## LISTA DAS CARTAS TOPONÍMICAS

Carta Toponímica I–	Distribuição dos fitotopônimos nos municípios do Recôncavo baiano	204
Carta Toponímica II–	Distribuição dos geomorfotopônimos nos municípios do Recôncavo baiano	205
Carta Toponímica III–	Distribuição dos hidrotopônimos nos municípios do Recôncavo baiano	206
Carta Toponímica IV–	Distribuição dos zootopônimos nos municípios do Recôncavo baiano	207
Carta Toponímica V–	Distribuição dos litotopônimos nos municípios do Recôncavo baiano	208

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

T.I.	Território de Identidade
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
LAfric.	Línguas africanas
LG	Língua geral
TLI	Transmissão Linguística Irregular
LA	Língua Alvo
LI	Línguas indígenas
LP	Língua portuguesa
OC	Origem controversa
QSL	Questionário semântico-lexical
TES	Termo específico simples
TEC	Termo específico composto
TES <sub>fem</sub>	Termo específico simples feminino
TES <sub>mas</sub>	Termo específico simples masculino
TEC <sub>fem</sub>	Termo específico composto feminino
TEC <sub>mas</sub>	Termo específico composto masculino
TES <sub>2g</sub>	Termo específico simples com elemento comum de dois gêneros
TEC <sub>2g</sub>	Termo específico composto com elemento comum de dois gêneros
subst.	Substantivo
subst <sub>genit</sub>	Substantivo genitivo
vb.	Verbo
adj.	Adjetivo
num.	Numeral
pron.	Pronome
adv.	Advérbio
suf.	Sufixo
pref.	Prefixo
prep.	Preposição
anteposit.	Antepositivo
posposit.	Pospositivo

LI+P	Língua indígena + Língua portuguesa
LP+LI	Língua portuguesa + Língua indígena
LA+LP	Língua africana+ Língua portuguesa
LP+LA	Língua Portuguesa + Língua africana
OC+I	Origem controversa+Indígena
OC+A	Origem controversa + Africana
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
ALS-I	Atlas Linguístico de Sergipe-I
ALS-II	Atlas Linguístico de Sergipe-II
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ATEMIG	Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais
ATEMS	Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul
ATEPAR	Atlas Toponímico do Estado do Paraná
ATT	Atlas Toponímico do Tocantins
ATOBAB	Atlas Toponímico da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
USP	Universidade de São Paulo
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
PPGLL	Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
PPGLinc	Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura
NEL	Núcleo de Estudos Lexicais

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
2	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ALINHANDO OS CONHECIMENTOS</b>	20
2.1	VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES DA DIALETOLOGIA E DA SOCIOLINGUÍSTICA	25
2.1.1	<b>Dialetologia: o entendimento da variação linguística em um espaço geográfico</b>	28
2.1.2	<b>Sociolinguística: compreendendo a variação linguística em um espaço social</b>	30
2.1.3	<b>Dialetologia e Sociolinguística: a utilização das variáveis sociais na composição dos atlas linguísticos</b>	32
2.2	PRIMEIROS CONTATOS LINGUÍSTICOS E AS CONTRIBUIÇÕES INDÍGENA E AFRICANA NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	40
2.3	LÉXICO E CONHECIMENTO SOCIOCULTURAL: CAMINHOS INTERCRUZADOS	58
2.3.1	<b>“Dei minha palavra! Então estamos assim... ficamos apalavrados!”: processo de formação de palavras, criatividade e produtividade lexical</b>	61
2.3.1.1	<i>Processos de formação de palavras no português brasileiro</i>	65
2.4	LÉXICO ONOMÁSTICO-TOPONÍMICO: O NOME DE UM LUGAR CONTA HISTÓRIAS... LEMBRANÇAS DE UM PASSADO, RESGATE DE MÚLTIPLAS MEMÓRIAS	68
2.4.1	<b>Arbitrariedade do signo linguístico <i>versus</i> motivação semântica do signo toponímico</b>	73
2.4.2	<b>Sintagma toponímico: estrutura e formação morfológica</b>	84
2.4.3	<b>História dos estudos toponímicos no Brasil: breve relato</b>	87
2.4.4	<b>Taxionomia toponímica</b>	95
3	<b>O LOCUS DA PESQUISA: O RECÔNCAVO BAIANO: TERRA DE TODAS AS CORES E DE TODOS OS SANTOS</b>	102
3.1	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DO RECÔNCAVO BAIANO: BREVE RELATO	106
3.2	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RECÔNCAVO BAIANO: FORMAÇÃO ATUAL	121
4	<b>AQUI TEM TAPUIO, CAFONGE E MILAGRES DE SANTO ANTÔNIO: FORMAÇÃO DO CORPUS E EXPOSIÇÃO DOS DADOS</b>	128

4.1	NOMES DOS POVOADOS DO RECÔNCAVO BAIANO: EXPOSIÇÃO DOS DADOS	132
5	<b>PERCORRENDO OS CAMINHOS DO RECÔNCAVO: ANÁLISE DOS DADOS TOPONÍMICOS</b>	178
5.1	OS TOPÔNIMOS HÍBRIDOS: JUNÇÃO ENTRE AS CULTURAS	198
5.2	O ESPAÇO GEOGRÁFICO RECÔNCAVO BAIANO E SUA TOPONÍMIA	201
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	211
	<b>REFERÊNCIAS</b>	216
	<b>VOLUME 2– FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS DE NATUREZA SEMÂNTICA FÍSICA</b>	236
	<b>VOLUME 3 – FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS DE NATUREZA SEMÂNTICA ANTROPOCULTURAL</b>	751



# 1 INTRODUÇÃO

Esta tese refere-se à microtoponímia do território de identidade (T.I.) do Recôncavo baiano, o qual faz parte de uma divisão elaborada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) — órgão da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) — que organizou a área geográfica do estado da Bahia em 27 territórios<sup>1</sup>. Tal procedimento foi realizado a partir de dados que apontavam semelhanças na formação histórica e cultural dos municípios, além de fatores geográficos, econômicos e sociais, a fim de que o governo pudesse desenvolver políticas públicas no estado.

Existem referências bibliográficas que indicam diversas composições do Recôncavo baiano, por isso, para fugir de dúvidas, tomou-se a divisão da SEI como correta, por se tratarem de dados válidos, formulados através de pesquisas, entrevistas e, mais importante, que apontam realidades sociais semelhantes, com municípios que vivenciaram um mesmo processo histórico de formação, mesmo aqueles que apresentam emancipação mais recente, porém com vínculo territorial e social com os municípios que lhes deram origem.

Dessa forma, tomando-se essa divisão como legítima (SEI, 2013), chega-se ao *locus* desta pesquisa: os vinte municípios que compõem o Recôncavo baiano, a saber, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo<sup>2</sup>.

O principal objetivo da pesquisa que deu sustentação a esta tese, iniciada em 2015, foi identificar na formação dos topônimos dessa região a influência dos estratos dialetais indígena, africano e europeu, investigando suas motivações semânticas, em uma perspectiva sincrônica, a fim de compreender a relação existente entre língua, cultura e sociedade. Já se é sabido a influência dessa etnias na formação do português brasileiro (PB), mas o que se buscou foi verificar até que ponto elas estavam presentes nos topônimos, de forma a revelar seus hábitos culturais e/ou das vivências.

---

<sup>1</sup> Sobre essa divisão, ler a subseção 3.2 desta tese.

<sup>2</sup> Durante o período de pesquisa, verificou-se que a SEI havia, em 2016, retirado dois municípios que faziam parte do T.I. Recôncavo, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, e acrescentado o município de Salinas das Margaridas, contudo, apesar da mudança, a divisão anterior foi mantida por ser legitimada através de leis anteriores, além disso, o processo de levantamento dos dados já estava completado e não foi nosso interesse descartar esse material, já que era legitimado pela divisão anterior.

A hipótese levantada para iniciar a pesquisa foi de que realizando um estudo da taxionomia do Recôncavo baiano, a partir da etimologia do denominativo, de pesquisas relacionadas à importância do processo de nomeação, de formação do léxico, de motivação semântica, auxiliado por pesquisas referentes ao processo histórico e cultural local seria possível relacionar o nome ao lugar, resgatando os fatos sociais ocorridos durante o processo de formação histórica da região do Recôncavo baiano.

Para a elaboração da tese foram encontradas algumas dificuldades, a primeira foi a busca pelos topônimos. A fonte primária usada foram os mapas municipais estatísticos, escala 1:100.000, disponíveis na plataforma digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um trabalho de muitas horas de busca, mas proveitoso, uma vez que a formulação de mapas municipais confiáveis não parece ser uma das preocupações da gestão pública dos municípios baianos.

Porém, apesar da confiabilidade dos mapas do IBGE, verificou-se através de leituras de produções acadêmicas atuais (teses e dissertações) sobre o Recôncavo baiano, de notícias disponíveis em sites e blogs e outras redes sociais a existência de povoados que não apareciam nos mapas estatísticos, isso por conta da escala utilizada que reduzia o espaço de visualização. Dessa forma, foi necessário consultar outras fontes, como Diário Oficial dos municípios; trabalhos acadêmicos de áreas diferentes, por exemplo, História, Geografia, Agronomia e Enfermagem; documentos disponíveis nos sites do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Cultural Palmares.

A segunda dificuldade estava na delimitação do *corpus*, o qual, nos dois primeiros anos de pesquisa, abrangia os topônimos que denominam as moradias rurais (fazendas, sítios e chácaras), os povoados e a rede hidrográfica desse TI. A dimensão do *corpus* era muito ampla, o que impossibilitaria a realização de um trabalho de análise dos nomes e catalogação em fichas específicas<sup>3</sup>, diante disso, após o Exame de Qualificação realizado em agosto de 2017, optou-se por seguir o conselho da banca, o qual consistia em escolher apenas um desses segmentos para que a ele fosse aplicada uma análise mais apurada, uma vez que o espaço de tempo para a pesquisa não condizia com a quantidade de aproximadamente 2.000 nomes.

Dessa decisão resultou uma dúvida relacionada ao título da tese, *Aqui tem Murundu, Marianga, Murici, Capanema, Areal e Água Limpa: uma análise de topônimos do Recôncavo baiano*, que traz a presença das três etnias que formaram o PB: Murundu e Marianga são topônimos de origem africana, Murici e Capanema são nomes de origem indígena e Areal e

---

<sup>3</sup> Ver o capítulo referente à metodologia aplicada à pesquisa.

Água Limpa são nomes de origem portuguesa. Entretanto, com a redução do *corpus*, um dos topônimos escolhidos para representar o estrato dialetal português ficaria de fora, pois ele nomeava uma fazenda e não um povoado. A questão estava em retirar ou não esse topônimo do título e, em conjunto com a orientadora desta tese, foi resolvida a sua manutenção, pelo trabalho que já havia sido realizado durante os dois anos, trazendo um proximidade entre autor e título e por este também pertencer ao *locus* da pesquisa.

Decidido isso e considerado o conselho dado pela banca do Exame de Qualificação, o *corpus* passou a ser constituído por 894 nomes dos povoados do Recôncavo baiano, sendo que destes, oito topônimos ainda continuam sem a devida classificação, uma vez que não foi possível identificar seu étimo, portanto, foram analisados 886 topônimos.

Na realidade, o estudo da toponímia do TI Recôncavo baiano, na dimensão que se apresenta neste trabalho, é continuidade da dissertação de mestrado da autora desta tese, concluída em 2012, cujo espaço geográfico analisado foi um dos municípios que compõe este TI, Santo Antônio de Jesus. Assim como na atual investigação toponímica, a pesquisa anterior debruçou-se para a área rural, lógico que com um *corpus* menor, mas nem por isso menos rico em significação.

Durante as pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo realizadas para a composição da dissertação, verificou-se que a microtoponímia revelava uma grande possibilidade de reconstituição histórica da sociedade santoantoniense, uma vez que os topônimos rurais sofrem bem menos interferência das forças política e religiosa, que insistem em sobrepor nomes por considerar que os topônimos que são legitimados pela sociedade não são “adequados” para nomear os lugares. Dessa forma, tendo percebido que esses nomes podem prevalecer por até centenas de anos, com poucas modificações (reduções fonéticas ou mudança lexical, como a retirada de um elemento de composição), foi decidido que o objeto de pesquisa para a tese do doutorado estaria direcionado para a área rural.

Portanto, a partir do dado linguístico, foi iniciado um processo de investigação bibliográfica interdisciplinar, a fim de que fosse possível encontrar esclarecimentos sobre aquilo que a estrutura lexical revelava, ou seja, as motivações semânticas que se encontravam nos dados e que se pressupunha ter impulsionado o denominador a escolher determinado nome do seu repertório linguístico e aplicar-lhe a função<sup>4</sup> de topônimo.

Tendo realizado todo o trabalho de análise, partiu-se para a composição desta tese que aqui se apresenta. No primeiro capítulo, consta a base teórica que sustenta este trabalho, uma

---

<sup>4</sup> As expressões “função toponímica” e/ou “função de topônimo” são utilizadas quando o nome encontra-se na condição de nome próprio. Esse assunto será discutido na seção 2.4.

vez que os dados apontam o caminho, mas é a teoria que garante a veracidade dos fatos. Sendo assim, a primeira parte da fundamentação teórica busca alinhar os conhecimentos de disciplinas da área da linguística que mantêm uma relação de proximidade com a Toponímia, já que se ocupam em analisar a variação linguística no espaço geográfico e social.

Portanto, nas primeiras subseções deste capítulo, fala-se da Dialetoлогия e da Sociolinguística e como os trabalhos realizados por essas áreas têm revelado dados linguísticos sobre o português brasileiro. Da Dialetoлогия, tomou-se de empréstimo o estudo dos nomes distribuídos em um espaço geográfico e da Sociolinguística, a compreensão da variação linguística a partir dos diversos contatos entre as culturas, iniciados desde o princípio da colonização.

Ainda neste capítulo, em subseções diferentes, traça-se uma discussão sobre as contribuições dos contatos linguísticos entre os estratos dialetais português, indígena e africano para o português brasileiro; em seguida, uma apresentação de conceitos vinculados à Lexicologia, já que a Onomástica está vinculada a esta disciplina, além disso, é preciso lembrar que o tratamento formal aplicado aos nomes comuns também é aplicado ao léxico onomástico, por isso, nesta mesma subseção, discorre-se sobre os processos de formação de palavras e discute-se a oposição entre arbitrariedade do signo linguístico e motivação semântica, além de mostrar quais as possíveis estruturas e formação lexical do sintagma toponímico.

Como não seria possível compor uma tese tendo como base a Toponímia e não realizar nenhuma discussão sobre a história dessa disciplina, esse capítulo deixou reservado uma subseção para expor um breve relato dos fatos históricos que envolvem este estudo. Concluindo essa primeira parte, as taxionomias toponímicas são expostas e distribuídas entre as categorias de natureza semântica as quais pertencem.

No segundo capítulo, o *locus* da pesquisa é apresentado. Trata-se de um apanhado histórico em que são mostrados fatos sobre a formação da região e seus principais aspectos políticos, econômicos e sociais que deram sustentação à formação atual, cuja apresentação é feita também neste capítulo.

O terceiro capítulo relata as etapas do estudo, que consistiram na coleta dos dados e no tratamento de informações que foi aplicado ao *corpus*, seguido da exposição dos topônimos coletados e seus respectivos municípios, bem como a sua origem linguística e taxionomia atribuída.

No capítulo quatro, os dados passam a ser analisados à luz dos conceitos da Toponímia e de outras disciplinas de suporte. Nessa parte do trabalho são apresentados

gráficos e quadros que dizem respeito aos valores encontrados no *corpus*, naquilo que se refere à natureza semântica dos topônimos, se ligados ao ambiente físico ou antropocultural, à origem linguística dos topônimos, às taxionomias encontradas em cada categoria semântica, bem como o intercruzamento entre esses dois últimos pontos, à formação lexical intercruzada com as taxionomias verificadas e à distribuição dos topônimos no espaço geográfico, levando em consideração a origem linguística. Além dos gráficos e quadros, apresentam-se cartas toponímicas das cinco taxionomias de natureza semântica física mais produtivas: fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, zootopônimos e litotopônimos.

Por fim, chega-se às considerações finais e referências. Ressalta-se que para possibilitar uma condição melhor de apresentação e leitura, esta tese foi dividida em três volumes: o primeiro contém o texto da tese, com os capítulos anteriormente descritos; o segundo traz as 503 fichas lexicográfico-toponímicas de natureza semântica física e o terceiro as 383 fichas lexicográfico-toponímicas de natureza semântica antropocultural. Espera-se que este trabalho possa auxiliar os pesquisadores que se interessam pelos estudos toponímicos e mantêm a compreensão de que há um rico complexo linguístico-cultural por trás desses nomes.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ALINHANDO OS CONHECIMENTOS

*A novidade é que o Brasil não é só litoral  
É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul  
Tem gente boa espalhada por esse Brasil  
Que vai fazer desse lugar um bom país  
Uma notícia está chegando lá do interior  
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão  
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil  
Não vai fazer desse lugar um bom país [...].*

*NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Notícias do Brasil (os pássaros trazem), 1981.*

A formação do português brasileiro (PB) está intrinsecamente relacionada a fatores históricos, sociais e econômicos que deram origem à constituição da nação brasileira. Entender como esses fatores interferiram na formação do PB desmascara o véu de preconceito que encobre a concepção de que “o povo brasileiro não sabe falar a língua portuguesa”, ideia que já se torna enfraquecida se for levado em consideração o fato de que dez países, de continentes diferentes, possuem essa língua como idioma oficial: Brasil, Moçambique, Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Guiné Equatorial, Macau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Seria cabível pensar que os nativos desses países, possuidores de histórias e hábitos culturais diferenciados, utilizariam uma mesma língua de forma idêntica, sem nenhuma possibilidade de variação? Estariam, então, os falantes desses países “deturpando” a língua portuguesa? Essas perguntas não se relacionam apenas com as variações fonéticas e lexicais, visto que estas são mais perceptíveis, mas, também, com as variações existentes no nível morfossintático, ponto em que o preconceito linguístico é bastante acentuado.

Certamente que a resposta para esses questionamentos é não. Concordar com essa ideia seria o mesmo que aniquilar décadas de pesquisas linguísticas que se empenharam em comprovar, com base em dados empíricos, que a língua é heterogênea e seu uso está vinculado a fatores extralinguísticos. É incontestável que “[...] a grande importância atribuída à variação das línguas, em interação com a variação das sociedades, abriu campo para o estudo dos factores intervenientes [...], internos e externos, históricos e resultantes do contacto entre língua, e para o desenvolvimento das perspectivas teóricas nesta área”. (MIRA MATEUS, 2006, p. 70)

Como afirma a autora referida anteriormente, para entender a ocorrência dos fenômenos da variação e mudança linguística é preciso levar em consideração as condições sócio-históricas que envolvem a formação do idioma: sua penetração no espaço geográfico e influências sofridas através de um longo contato linguístico. Em outras palavras, é preciso analisar o espaço geográfico, já que é nele que a língua cumpre seu papel de disseminar valores construídos por gerações passadas, integrando-os ao momento presente.

Esse posicionamento científico possibilita um resgate da memória e da identidade sociocultural de um povo, assim, admitir o espaço social como um espaço de trabalho de sucessivas gerações, que nele deixaram registradas suas marcas, seus desejos, seus hábitos e seus valores, é admitir que o lugar “[...] guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. [...]” (CARLOS, 2007, p.14) e ao mesmo tempo assumir como verdadeiro o fato de que “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” (GEERTZ, 1989, p. 4), as quais não são desvencilhadas, pois se trata da cultura aprendida e apreendida através da linguagem.

Partindo dessa compreensão, concebe-se que o espaço geográfico é o lugar em que a variação da língua se concretiza, seu estudo, portanto, revela que a visão de homogeneidade linguística relaciona-se a questões ideológicas que envolvem aspectos políticos e sociais, a fim de dominar e manter à margem da sociedade aqueles que formam a base econômica da nação brasileira. São pessoas que, também por questões políticas e econômicas, não tiveram acesso ao ensino de uma língua considerada o “padrão linguístico” a ser seguido e, ao mesmo tempo, recebem críticas destrutivas sobre a sua forma de falar.

Debatendo sobre o padrão linguístico, Milroy (2011) afirma que o termo padrão ou padronização aplica-se a objetos concretos, uma vez que estes precisam seguir uma uniformidade e uma medida de padrão. Assim, objetos abstratos, como a língua, não são uniformes, ao contrário, são variáveis. A ideia de padrão linguístico está relacionada ao prestígio que certas classes, que usam determinadas formas de falar, possuem em uma sociedade. O autor reitera essa concepção, ao constatar que

as variedades de língua realmente não têm prestígio em si mesmas: tais variedades adquirem prestígio quando seus falantes têm prestígio elevado, porque o prestígio é atribuído pelos seres humanos a determinados grupos sociais e a objetos inanimados ou abstratos, como vasos Ming e variedades linguísticas, e isso depende dos *valores* atribuídos a tais objetos. O prestígio às variedades linguísticas [por metonímia] é indexador e está envolvido na vida social dos falantes (MILROY, 2011, p. 53).

Esse prestígio linguístico é tão amplamente disseminado e legitimado por instituições que representam o Estado, como a escola, por exemplo, que se tornou senso comum pensar nesse modelo linguístico como único e verdadeiro e que as variedades existentes fora desse “padrão” são resultado da ausência de cultura e, por conseguinte, ausência de educação, ou seja, sem possibilidade de valor social e/ou cultural. Como se a cultura estivesse apenas associada a um sistema de ensino institucionalizado que transmite conhecimentos da humanidade, mas, somente àqueles pertencentes a povos que possuem costumes e princípios historicamente legitimados por uma sociedade elitista.

Tais concepções são cristalizadas pela mídia e criam diversos estereótipos. Sem dúvida, essas atitudes precisam ser extirpadas, uma vez que não existe, no âmbito linguístico, um falar melhor ou pior, um falar feio ou bonito. Existem, sim, falares diferentes, resultados de ações históricas, políticas e econômicas diferentes.

Para provar esse fato, as pesquisas linguísticas no Brasil estão sendo direcionadas para mostrar que os mitos criados a respeito do PB, somente serão quebrados através de um rigor científico e com a amostragem de dados e fatos devidamente fundamentados. Nesse processo, as pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas têm assumido papel de suma importância, pois apresentam a realidade linguística brasileira através da dimensão espacial e da dimensão social.

Em se tratando dessas pesquisas, há dados que vinculam a diversidade linguística do Brasil, apresentada através das variações observáveis nos níveis lexical, fonético/fonológico e morfossintático, ao processo de colonização e de implantação da língua portuguesa, no território brasileiro, desde o século XVI.

Portanto, assumindo a língua como elemento sócio-histórico, propagador de conceitos formadores de identidades socioculturais, passíveis de serem analisados através do produto que ela revela, o léxico, esta tese é formulada tomando como base os princípios que fundamentam a Toponímia, disciplina que investiga os nomes de lugares.

Afastando-se do *glamour* dos grandes centros urbanos, o espaço geográfico que ofertou análises léxico-toponímicas de grande valor para os estudos aqui realizados foi a área rural do Recôncavo baiano, a qual apresentou, através dos nomes dos povoados, um produto linguístico passível de uma verificação científica que alcança os fundamentos das disciplinas da Dialetoлогия, Sociolinguística e Lexicologia. Por esse motivo, nas subseções seguintes desse capítulo, descreve-se de forma mais detalhada a importância desses estudos e suas contribuições para a compreensão da variação linguística e da formação do português brasileiro.



## 2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES DA DIALETOLOGIA E DA SOCIOLINGUÍSTICA

A língua é a modalidade verbal da linguagem e constitui-se como realidade material através do uso que os membros de uma sociedade fazem dela, seja pela fala ou pela escrita. Sua função principal é o estabelecimento das interações sociais, pois “[...] tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado, e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem” (PETTER, 2010, p. 11).

Compreende-se, portanto, que a língua vincula-se a aspectos históricos e culturais de uma sociedade, o que representa, por conseguinte, a visão de mundo de um povo. Contudo, mesmo que os elementos culturais façam parte da realidade, física ou abstrata, de uma sociedade, a sua presença no meio social só passa a ter uma significação a partir da linguagem e a língua, como parte constituinte da linguagem, torna-se mediadora entre o mundo externo e as funções psíquicas, colaborando para a internalização dos conhecimentos adquiridos a partir das experiências culturais (ALMEIDA, 2012).

A internalização dos conhecimentos, que é um processo contínuo na vida humana, provoca uma ação mais abstrata que corresponde à classificação dos elementos do mundo externo (materiais e imateriais). Conforme Woodward (2009), o processo de classificar o mundo dependerá da forma como cada sociedade observa-o. De acordo a autora,

é pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados são, na verdade, o que entendemos por ‘cultura’ (WOODWARD, 2009, p. 41).

Tais concepções apresentam a ligação direta que existe entre língua e cultura e, ao mesmo tempo, remete ao conceito de heterogeneidade linguística, já que “[...] o homem é um produto da cultura envolvente, logo, as diferenças culturais espelham-se nas diferentes línguas que, por sua vez, denunciam formas diferentes de estar no mundo [...]” (MIRA MATEUS, 2006, p. 70), ou seja, essas diferenças revelam-se nas múltiplas formas de organização gramatical. Tal conceito vai de encontro à teoria estruturalista estabelecida por Saussure ([1916] 1969), no início do século XX, a qual concebia a língua como um sistema homogêneo, estabelecendo para a base de seu estudo a dicotomia *langue/parole* (língua e fala).

Saussure ([1916] 1969) apresentou como ponto principal da sua teoria a definição de qual seria o verdadeiro objeto de estudo da Linguística, a fim de que ela fosse firmada como ciência naquele contexto histórico, para tanto precisava partir de um material possível de ser analisado, que não criasse tantas vertentes e não acabasse por cair em outras áreas de conhecimento. Haveria de ser algo puramente linguístico e que fosse analisado em uma perspectiva sincrônica, já que os estudos linguísticos diacrônicos da época baseavam-se em deduções difíceis de serem comprovadas cientificamente.

Assim, o linguista genebrino afirmou que a língua existe sem a interferência do falante. Há, nesse sentido, um desligamento entre o sistema linguístico, o falante e os fatores culturais formadores de uma sociedade. Para esse cientista,

a língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação [...]. A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (SAUSSURE, [1916] 1969, p. 22).

Como se observa, em suas concepções, a heterogeneidade não estava presente no estudo sobre a língua, uma vez que esta era apresentada como um produto pronto e acabado, e as possíveis mudanças existentes no sistema, ocorridas ao longo do tempo, dar-se-iam por adequações do próprio sistema linguístico e seriam tão mínimas que se tornariam imperceptíveis aos falantes, para os quais caberia apenas aprender e registrar passivamente essa língua. Traçava-se, dessa forma, um falante ideal e um modelo de língua homogêneo.

A teoria saussuriana foi bem aceita no âmbito acadêmico, sua tentativa de introduzir a Linguística como uma ciência legítima em um modelo social, em que predominava a razão, obteve êxito. Os ensinamentos de Saussure ganharam força na primeira metade do século XX e, seja para complementar ou para contradizer suas ideias, todas as teorias que se seguiram tomaram como princípio o que o mestre genebrino trouxe como primeira proposta formal de formulação para a Linguística moderna. Sobre a sequência de estudos a respeito da mudança linguística, no século XX, Mattos e Silva (2012) cita que

primeiro os estruturalistas com o conceito de língua como sistema homogêneo, depois os gerativistas com o conceito de *grammar*, dispositivo mental inato que deve ser explicado e explicitado pela teoria da gramática, essas orientações teóricas dominantes do século XX não tinham a preocupação de explicar as línguas humanas como fenômenos sócio-

históricos; excluíram, portanto, dos seus objetivos a variação, a mudança e a norma. No entanto, no movimento dialético da construção da linguística, vertentes do estruturalismo buscaram investir na compreensão da mudança diacrônica para tentar resolver o paradoxo do sistema abstrato e estático em relação à realidade mutante das línguas. É o caso da fonologia diacrônica esboçada por Jakobson e desenvolvida por Martinet, entre os estruturalistas. No âmbito do gerativismo recente, a mudança linguística é um dos recursos argumentais para que se possam definir limites de gramáticas possíveis das línguas humanas [...]. Entrou assim nessas teorias a-históricas, por força de uma realidade empírica insofismável — todas as línguas apresentam variação e mudança no tempo — a questão da mudança linguística. (MATTOS e SILVA, 2012, p. 266-267).

Portanto, desligando-se da necessidade primeira que Saussure enfrentou em inserir a Linguística no âmbito acadêmico, as pesquisas nessa área de conhecimento dividiram-se em diversas vertentes e, na atualidade, após sucessivos processos de investigação linguística, é possível afirmar que a língua é heterogênea, dinâmica e as mudanças e variações existentes em um sistema linguístico não ocorrem sem a interferência do falante e muito menos desligada de fatores históricos e socioculturais. Como afirma Alkmim (2000, p. 39), “[...] em qualquer comunidade de fala, podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades linguísticas. Essa coexistência, entretanto, não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade [...]”.

Como se verifica, a heterogeneidade linguística não interfere no processo de comunicação, pois ela é legitimada pela discursividade existente nas relações sociais. Dessa forma,

aceitar como teoricamente irrecusável a heterogeneidade ordenada da língua é também aceitar como heterogênea e ordenada a competência dos falantes, isto é, seu domínio de estruturas heterogêneas não tem a ver com o multidialetalismo nem com o ‘mero desempenho’; ela é constitutiva da competência linguística monolíngüe. (FARACO, 2006, p. 14).

Com essa compreensão, observa-se que uma mesma língua apresenta variedades linguísticas em sua estrutura, isso porque grupos de falantes podem estar inseridos em contextos socioculturais diferentes. Fatores como esses são analisados com mais profundidade em duas áreas da Linguística que têm como objeto de pesquisa a mudança e a variação linguísticas: a Dialetoлогия, que investiga esses fenômenos, prioritariamente, no espaço geográfico, e a Sociolinguística, que realiza sua investigação levando em consideração aspectos sociais.

A primeira delas, a Dialetoologia, não é uma ciência recente, seu surgimento data do século XIX, no período em que os pesquisadores da área analisavam a mudança linguística do latim em uma perspectiva diacrônica, através do método comparativo das línguas indo-europeias, enquanto que a Sociolinguística surge na segunda metade do século XX. Para uma melhor compreensão da importância dessas ciências, é lícito descrevê-las de forma mais detalhada, é isto o que se propõe nas subseções apresentadas.

### **2.1.1 Dialetoologia: o entendimento da variação linguística em um espaço geográfico**

As línguas modificam-se com o passar dos tempos, mas, tais mudanças não são abruptas, elas ocorrem de forma gradual, às vezes, quase imperceptíveis e isso porque, até que elas se concretizem, instauram-se períodos de variação linguística, levando a coexistência de mais de uma forma de uso da língua. Tal fenômeno não é específico de uma língua, pois a variação ocorre em todas as línguas naturais e em todos os níveis: fonético/fonológico, lexical, morfológico e sintático.

É com esse entendimento que a Dialetoologia busca “[...] identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p.15), uma vez que no espaço fica refletida, de forma mais evidente, a realidade linguística de uma sociedade, pois, através das gerações, o homem deixa as marcas do seu agir, dos seus feitos, das suas descobertas, das suas relações sociais, enfim, marcas da sua identidade cultural.

Dessa maneira, o espaço não se define apenas por fronteiras geopolíticas, mas pelas múltiplas relações que se estabelecem em uma sociedade e que se refletem no sistema linguístico.

A compreensão de que a língua revela a identidade de um povo não é fato recente. Fernão de Oliveira (1536), ainda no século XVI, na composição de sua *Gramática da linguagem portuguesa*, aponta diferenças nos falares do território português, sejam essas diferenças relacionadas à condição social, à idade ou à origem, pois o autor revela perceber as variações entre o falar do cavaleiro e do lavrador; do falar pesado do velho (talvez conservador) diferente do falar do jovem (talvez mais inovador) e da diferença do falar daqueles que vivem no Alentejo e os da Beira (regiões diferentes em Portugal).

Como se observa, Fernão de Oliveira estaria antecipando as bases de análise utilizadas pela Dialetoologia, pois é realmente no espaço geográfico que se

evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço geográfico no curso de sua história. (CARDOSO, 2010, p.15).

Assim, o foco na pesquisa espacial concentra-se na possibilidade de intercomparar os dados linguísticos encontrados entre uma região e outra, observando se há a ocorrência da forma nos espaços analisados ou se há a ausência em algum ponto. Todos esses dados coletados e analisados dão uma ideia real das formas linguísticas que são utilizadas por falantes nativos da região em estudo.

Discorrendo sobre os percursos metodológicos da Dialetoлогия, Cardoso (2010) afirma que a geolinguística, um dos métodos de pesquisa usado pela Dialetoлогия, foi inaugurado já no século XIX, com Jules Gillieron, dialetólogo francês, que percebendo algumas falhas em trabalhos anteriores, utiliza um método diferente para a composição do seu *Atlas Linguistique de la France*, em 1902-1910.

Anteriormente a ele, George Wenker, na Alemanha, buscou definir geograficamente a disposição dos dialetos alemães através de dados coletados por questionários que eram enviados por correspondência a professores de diversos pontos do território alemão. A inovação realizada por Gillieron está justamente na forma de coletar os dados da pesquisa. Seu método consistiu no envio de um inquiridor ao *locus* da pesquisa, Edmund Edmond, munido de questionários que isolavam unidades específicas e que possibilitaram a obtenção de respostas uniformes, além disso, selecionaram variáveis sociais como, por exemplo, sexo e idade.

O trabalho de Gillieron abriu caminhos para a nova geolinguística, pois, a partir dele “[...] começa a era da consciência metodológica aguçada, que caracteriza, até hoje, as pesquisas mais inovadoras na geolinguística [...]” (THUN, 2017, p. 66). Além de conseguir inovar em sua metodologia, que seguia um rigor científico, ele deslocou o interesse da fonética histórica para a lexicologia histórica, em uma perspectiva sincrônica, seu trabalho e sua metodologia foram bases para composição de atlas mais elaborados, a exemplo do *Atlas Linguístico da Nova Inglaterra* (LANE), publicado entre 1939 e 1943.

A necessidade de registrar formas linguísticas que poderiam se perder ao longo do tempo tornou-se um ponto crucial para os dialetólogos da época e, mesmo com as dificuldades de acesso e de instrumentos eficazes para realizar o registro dos dados coletados, houve a preocupação não só em demarcar as áreas dialetais, mas, também, em apresentar uma

relação entre fenômenos linguísticos e fatores sociais, a qual se tornou mais produtiva com o surgimento da Sociolinguística, em meados do século XX. Entretanto, antes de mencionar a junção desses dois ramos dos estudos linguísticos, faz-se necessário descrever os pressupostos teóricos dessa ciência que surge como colaboradora dos estudos variacionistas da língua.

### 2.1.2 Sociolinguística: compreendendo a variação linguística em um espaço social

Todo sistema linguístico é heterogêneo, o que significa dizer que em uma sociedade, é possível perceber, em uma mesma língua, falares distintos, ou seja, formas diferentes utilizadas pelos falantes para dizer o mesmo, com igual valor de verdade, seja no nível fonético/fonológico, no nível morfossintático ou no nível semântico-lexical. O resultado dessa diversidade se traduz na existência de variantes linguísticas.

Para investigar esse fenômeno, que já é perceptível entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos linguísticos, surge a Sociolinguística, uma ramificação da Linguística introduzida no âmbito acadêmico por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) e que trata das relações existentes entre a linguagem e a sociedade. Esses estudiosos negaram, desde o princípio da formulação de sua teoria, o axioma da homogeneidade proposto por Saussure e o modelo de falante ideal elaborado no Estruturalismo e reforçado pelo Gerativismo. Conforme Labov ([1972]1983),

el problema de explicar el cambio del lenguaje parece descomponerse a su vez en tres problemas distintos: el origen de las variaciones lingüísticas; la extensión y propagación de los cambios lingüísticos; y la regularidad del cambio lingüístico. El modelo que subyace a esta triple división requiere como punto de partida, una variación en una o varias palabras en el habla de uno o dos individuos. Estas variaciones pueden ser inducidas mediante los procesos de asimilación, por analogía, fusión, contaminación, variación casual, o cualquier tipo de procesos en los que el sistema lingüístico interacciona con las características fisiológicas o psicológicas del individuo. (LABOV, [1972] 1983, 29-30)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O problema de explicar a mudança da língua parece decompor-se por sua vez em três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a extensão e a propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística. O modelo que subjaz a esta tripla divisão requer como ponto de partida, uma variação em uma ou várias palavras na fala de um ou dois indivíduos. Estas variações podem ser induzidas mediante os processos de assimilação, por analogia, fusão, contaminação, variação casual, ou qualquer tipo de processos nos quais o sistema linguístico interage com as características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. (LABOV, [1972] 1983, 29-30. Tradução nossa.)

Porém, o autor afirma que nenhuma mudança ocorre no vazio social, assim

el punto de vista de este estudio consiste en que no se puede comprender el desarrollo del cambio de un lenguaje fuera de la vida social de la comunidad en la que ocurre. O, dicho de otra manera, las presiones sociales están operando continuamente sobre el lenguaje, no desde un punto remoto del pasado, sino como una fuerza social inmanente que actúa en el presente vivido. (LABOV, [1972] 1983, p.31) <sup>6</sup>.

Observa-se, portanto, que a proposta é explicar a mudança linguística como um fenômeno que ocorre de forma sistemática, a partir de fundamentos empíricos, ou seja, dados coletados e analisados em uma perspectiva sincrônica, vinculados a fatores socioculturais e linguísticos. Assim, a Sociolinguística determina fatores intra e extralinguísticos — estes últimos também chamados de variáveis sociais — que podem condicionar a frequência de uso das variáveis linguísticas, a saber, a classe social, a idade, o nível de escolaridade, o sexo e o estilo.

Apesar dos fatores sociais condicionarem o uso das variantes, Moreno Fernández (1998) ressalta que eles podem não atuar em comunidades diferentes da mesma maneira. Por exemplo, em determinados lugares, a idade pode ter maior peso de determinação nesse processo que o nível de escolaridade, já em outras comunidades, o nível socioeconômico do falante pode influenciar diretamente em suas escolhas linguísticas.

Já para Campoy e Almeida (2005, p. 40), “[...] la conducta innovadora o conservadora del individuo normalmente se vê directamente afectada, entre otros motivos, por el ciclo de vida en que se encuentra y, consiguientemente, el modo/estilo de vida que sigue. [...]”.<sup>7</sup> Percebe-se, pois, que as variantes inovadoras são normalmente utilizadas pela faixa etária mais jovem dos falantes. Dessa forma, os sociolinguistas levam em consideração o fato de que

la edad, conforme el tiempo transcurre, va determinando y modificando los caracteres y los hábitos sociales de los individuos, incluidos los comunicativos y los puramente lingüísticos. Por eso es posible distinguir en la vida lingüística de un individuo distintas etapas, aunque no exista acuerdo unánime sobre cuáles son y cómo han de caracterizarse.[...] las diferenciais que se derivan de la edad, como la relación que la edad establece con otros parámetros sociales, ofrecen implicaciones sociolingüísticas muy diversas,

<sup>6</sup> O ponto de vista deste estudo consiste em que não se pode compreender o desenvolvimento da mudança de uma língua fora da vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dito de outra maneira, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a linguagem, não desde um ponto do passado remoto, mas como uma força social imanente que atua no processo vivido. (LABOV, 1983, p.31. Tradução nossa).

<sup>7</sup> [...] a conduta inovadora ou conservadora do indivíduo normalmente se vê diretamente ligada, entre outros motivos, pelo ciclo de vida em que se encontra e, consequentemente, o modo/estilo de vida que segue (CAMPOY; ALMEIDA, 2005, p. 40. Tradução nossa).

según la cultura o el tipo de comunidad de que se trate.<sup>8</sup> (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 40).

Assim, com base no fator idade, é criada nessa teoria a investigação baseada no **tempo aparente**, um “[...] artifício metodológico que reflete a diacronia sincrônica existente na vida de uma comunidade linguística [...]” (MATTOS e SILVA, 2012, p.269), o que possibilita a percepção de um *continuum* na variante, constatando-se períodos de coexistência das variantes com a **mudança em andamento** ou/e com a **mudança concluída**. Portanto, a sociolinguística

parte de um postulado em que se explicita que qualquer mudança diacrônica implica em variação sincrônica e que a mudança, pelo recurso utilizado do ‘tempo aparente’, pode ser acompanhada na sua complexidade. Isto é: podem ser detectados fatores estruturais e sociais que condicionam a mudança; podem ser detectados o ponto da estrutura e o da sociedade em que se inicia ela e em que direção se implementa, tanto na estrutura como na sociedade; podem ser avaliados pelos falantes as variantes de uma variável em análise. (MATTOS e SILVA, 2006, p. 269).

Há, pois, um entrecruzamento entre a variável idade e outras variáveis — sexo, classe social, escolaridade e estilo — possibilitando o estudo das variações linguísticas nos seguintes veios: diatópico (geográfico), diastrático (social), diassexual (sexo), diageracional (idade) e diafásico (estilístico).

Após essa breve explanação sobre os propósitos da Sociolinguística e seus princípios teóricos, cabe entender como a Dialetoлогия utiliza a teoria dessa disciplina para a composição da pesquisa geolinguística.

### **2.1.3 Dialetoлогия e Sociolinguística: a utilização das variáveis sociais na composição dos atlas linguísticos**

A parceria entre as áreas da Sociolinguística e da Dialetoлогия foi importantíssima para a compreensão do fenômeno da variação linguística, sem que com isso as duas tenham perdido o foco de suas pesquisas. A primeira manteve sua base na variação linguística identificada no contexto social, enquanto que a segunda manteve sua pesquisa, focalizando a

---

<sup>8</sup> A idade, conforme o tempo transcorre, é o que vai determinando e modificando as características e os hábitos sociais dos indivíduos, incluindo os comunicativos e os puramente linguísticos. Portanto, é possível distinguir na vida linguística de um indivíduo, etapas distintas, apesar de não existir um acordo unânime sobre como elas se caracterizam. [...] As diferenças que derivam da idade, como a relação que a idade estabelece com outros parâmetros sociais, oferecem implicações sociolinguísticas muito diversas, segundo a cultura e o tipo de comunidade de que se trata. (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 40. Tradução nossa).



variação da língua ocorrida em um espaço geográfico, buscando identificar áreas dialetais. A permanência da Dialetologia com a composição dos atlas, deve-se ao fato de que esses documentos “[...] dizem mais do que seria possível dizer por qualquer outro processo conhecido, valem pelo muito que permitem dizer a partir deles com segurança e objetividade [...]” (ROSSI, 1967, p. 93).

A validade do conhecimento geolinguístico foi tão consagrada na área da Linguística que se iniciou no século XIX e se estendeu por outros continentes. A pesquisa para a composição dos atlas linguísticos partiu de uma área maior (nacional) para uma área menor (regional). Hoje, já é sabido pelos dialetólogos que um atlas nacional, devido à grande extensão territorial que recobre, deixa de incluir localidades que poderiam ser reveladoras de dados linguísticos importantes. Por esta razão, os atlas regionais foram bem aceitos, pois apresentam minúcias que um atlas nacional não pode contemplar.

Como exemplo disso, cita-se o caso da pesquisa geolinguística realizada no Brasil, a qual foi iniciada pelos atlas regionais em todo o país, em diferentes fases dos avanços tecnológicos, sendo que a atitude pioneira, em 1960, foi de Nelson Rossi, professor pesquisador da Universidade Federal da Bahia, que, em colaboração com Dinah Isensee e Carlota Ferreira, iniciou o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB, 1963), com uma rede de 50 pontos e 100 informantes, dentre os quais 75 completamente analfabetos, 57 mulheres e 43 homens, entre a faixa etária de 25 a 84 e de 39 a 69 anos. O APFB foi concluído em 1962 e publicado em 1963, abrindo caminhos para outros atlas que revelaram a realidade linguística brasileira em seus pormenores.

Sem dúvida, os fatores extralinguísticos utilizados nas pesquisas da Sociolinguística e as novas formas de cartografia possibilitaram uma nova apresentação dos mapas, pois eles deixaram de ser apenas monodimensionais e expositivos para também serem pluridimensionais e interpretativos, ou seja, mapas que apresentam, além da dimensão geográfica, a dimensão social, possibilitando a interpretação dos dados linguísticos e sociais.

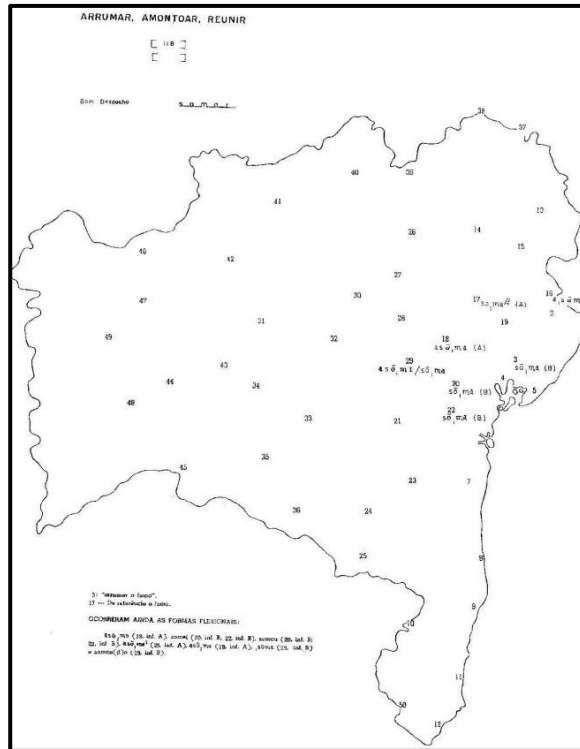
A figura 1 traz um mapa monodimensional, pois a carta apresenta apenas a distribuição geográfica da variação, ficando os demais dados sociais presentes apenas nos dados de identificação dos informantes, coletados durante o processo de aplicação dos questionários.

Já a figura 2 apresenta um mapa bidimensional, considerado de segunda geração, uma vez que expõe na carta informações diatópicas e sociais.

Neste caso, o *Atlas Lingüístico de Sergipe-II* (ALS-II, 2002) traz informações sobre as variações fonéticas e lexicais encontradas na rede de pontos elaborada, com dados

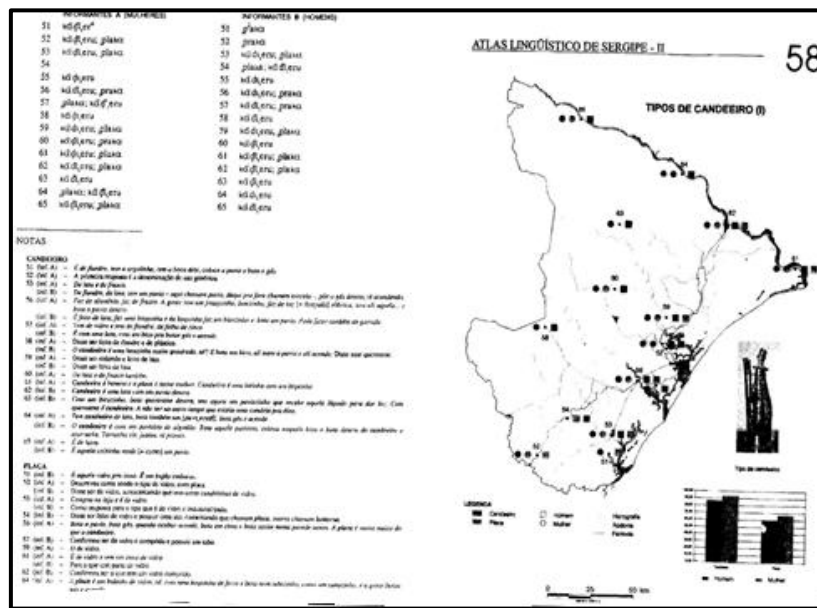
quantificados sobre a variável sexo em relação à variação lexical observada da dimensão geopolítica do estado de Sergipe.

Figura 1 — *Atlas Prévio dos Falares Baianos*: mapa monodimensional e expositivo



Fonte: CARDOSO, 2010, p. 17

Figura 2 — *Atlas Lingüístico de Sergipe-II*: mapa bidimensional



Fonte: CARDOSO, 2010, p. 20

Vale lembrar que o ALS-II, elaborado pela saudosa dialetóloga Suzana Alice Marcelino Cardoso, foi desenvolvido como sua tese de doutoramento, apresentada em 2002, mas com publicação em 2005, época em que essa pesquisadora brasileira pôde contar não somente com maior experiência no processo de sistematização sociolinguística, mas com avanços tecnológicos que beneficiaram as pesquisas geolinguísticas no país, contexto bem diferente do vivenciado por essa dialetóloga, em 1987, quando a mesma participou da composição do primeiro *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS-I)*.

Verifica-se, pois, que o método tradicional integrou-se ao moderno, com perspectivas adequadas às transformações histórico-culturais, tal qual a afirmação de Thun (2017),

através da geolinguística pluridimensional, a sociolinguística, como a de William Labov, não é simplesmente integrada, mas também ampliada. Pois, enquanto a sociolinguística procura diferentes variáveis em um ponto (ou em apenas alguns poucos pontos) e não vai além disso, a geolinguística pluridimensional vai ainda um passo adiante, na medida em que projeta no espaço, isto é, **rerealiza** o comportamento linguístico expresso por cada variável sociolinguística e, então, compara os mapas isoladamente. Com isso, leva-se em conta a suposição de que todo fenômeno linguístico, em cada grupo de falantes e em cada estilo, pode ter uma difusão própria no espaço [...] (THUN, 2017, p. 75. Grifo do autor).

Essa fusão entre as duas áreas pode ser mais compreendida, quando observada a amplitude de busca de dados apresentada na coleta de informações da pesquisa geolinguística, uma vez que a mesma é direcionada a investigar fatores relacionados à vida profissional, pessoal e social dos informantes. Assim, a pesquisa diatópica atual, no intuito de mostrar a variação linguística tanto no espaço geográfico quanto no espaço social, utiliza, pelo menos, quatro fatores extralinguísticos em suas investigações: variação diageracional (relacionada ao fator idade); variação diassexual (relacionada ao fator gênero); variação diastrática (relacionado às condições sociais do informante) e a variação diafásica (postura do falante no momento da elocução) (CARDOSO, 2010).

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) utilizou uma ficha (figuras 3 e 4) para coleta de dados sobre os informantes, em que os questionamentos se enquadram na junção da pesquisa geolinguística e sociolinguística.

Figura 3 – Ficha do informante do ALiB

 <b>FICHA DO INFORMANTE</b>	
<b>Nº do ponto:</b>	<b>Nº do informante:</b>
<b>DADOS PESSOAIS DO INFORMANTE</b>	
1 NOME:	2 ALCUNHA:
3 DATA DE NASCIMENTO:	4 SEXO: A ( ) M B ( ) F
6 ENDEREÇO:	5 IDADE:
7 ESTADO CIVIL: A ( ) solteiro B ( ) casado C ( ) viúvo D ( ) outro	
8 NATURALIDADE:	9 COM QUE IDADE CHEGOU A ESTA CIDADE? (CASO NÃO SEJA NATURAL DA LOCALIDADE)
10 DOMICÍLIOS, ÉPOCA E TEMPO DE PERMANÊNCIA FORA DA LOCALIDADE:	
11 ESCOLARIDADE:	
12 OUTROS CURSOS: A ( ) especialização B ( ) profissionalizante C ( ) outros	
13. NATURALIDADE: A da mãe: B do pai: C do cônjuge:	14 FOI CRIADO PELOS PRÓPRIOS PAIS? A ( ) sim B ( ) não
	15 EM CASO NEGATIVO, POR QUEM FOI CRIADO? NATURALIDADE: A da mãe adotiva: B do pai adotivo:
16 ONDE EXERCE SUA PROFISSÃO (CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS SUMÁRIAS DO BAIRRO, CIDADE)	
17 OUTRAS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES:	
18 PROFISSÃO: A do pai: B da mãe: C do cônjuge:	
<b>RENDA</b>	
19 TIPO DE RENDA: A ( ) individual B ( ) familiar	
<b>CONTATO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b>	
20 ASSISTE TV? A ( ) todos os dias B ( ) às vezes C ( ) nunca	21 PROGRAMAS PREFERIDOS: A ( ) novelas D ( ) noticiários G ( ) outro B ( ) esportes E ( ) programa religioso C ( ) programa de auditório F ( ) filmes
22 TIPO DE TRANSMISSÃO: A ( ) rede gratuita B ( ) parabólica C ( ) tv por assinatura	23 OUVI RÁDIO? A ( ) todos os dias D ( ) parte do dia G ( ) enquanto trabalha B ( ) às vezes E ( ) o dia inteiro C ( ) nunca F ( ) enquanto viaja

Fonte: CARDOSO *et al*, 2014,v.1, p. 183

Figura 4 – Ficha do informante do ALiB- continuação

24 PROGRAMAS PREFERIDOS: A ( ) noticiário geral D ( ) noticiário policial G ( ) outro B ( ) esportes E ( ) música C ( ) programa religioso F ( ) programa com participação do ouvinte				
25 LÊ JORNAL? A ( ) todos os dias B ( ) às vezes C ( ) nunca D ( ) semanalmente E ( ) raramente				
26 NOME DO(S) JORNAL(IS): A ( ) local B ( ) estadual C ( ) nacional	27 SEÇÕES DO JORNAL QUE GOSTA DE LER: A ( ) editorial D ( ) programa cultural G ( ) classificados B ( ) esportes E ( ) política H ( ) outra C ( ) variedades F ( ) página policial			
28 LÊ REVISTA? A ( ) às vezes B ( ) semanalmente C ( ) mensalmente D ( ) raramente E ( ) nunca				
29 NOME/TIPO DE REVISTA:				
<b>PARTICIPAÇÃO EM DIVERSÕES</b>				
	FREQUENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA
30 CINEMA	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
31 TEATRO	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
32 SHOWS	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
33 MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
34 FUTEBOL	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
35 OUTROS ESPORTES	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
36 OUTROS	A ( )	B ( )	C ( )	D ( )
37 QUE RELIGIÃO OU CULTO PRÁTICA? PARA PREENCHIMENTO APÓS A ENTREVISTA				
38 CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DO INFORMANTE: A ( ) tímido B ( ) vivo C ( ) perspicaz D ( ) sarcástico				
39 ESPONTANEIDADE DA ELOCUÇÃO: A ( ) total B ( ) grande C ( ) média D ( ) fraca				
40 POSTURA DO INFORMANTE DURANTE O INQUÉRITO: A ( ) cooperativa B ( ) não cooperativa C ( ) agressiva D ( ) indiferente				
41 CATEGORIA SOCIAL DO INFORMANTE: A ( ) "A" B ( ) "B" C ( ) "C" D ( ) "D"				
42 GRAU DE CONHECIMENTO ENTRE INFORMANTE E INQUIRIDOR: A ( ) grande B ( ) médio C ( ) pequeno D ( ) nenhum				
43 INTERFERÊNCIA OCASIONAL DE CIRCUNSTANTES: A ( ) sim B ( ) não				
44 CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO(S) CIRCUNSTANTE(S):				
45 AMBIENTE DO INQUÉRITO:				
46 OBSERVAÇÕES:				
47 NOME DO ENTREVISTADOR:	48 LOCAL DA ENTREVISTA: CIDADE: UF:	49 DATA DA ENTREVISTA: 50 DURAÇÃO:		

Fonte: CARDOSO *et al*, 2014,v.1, p. 183

Como já mencionado, sabendo-se da importância de produzir atlas regionais antes de um atlas nacional, a pesquisa geolinguística regional entra em andamento em quase todas as regiões brasileiras, entre os atlas produzidos, além dos que já foram citados, estão o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG), em 1977, de autoria dos professores Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passio e Antônio Gaio e o *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ALPB), em 1984, produzido pela professora Maria do Socorro Silva de Aragão e a professora Cleusa Bezerra de Menezes. Com os avanços da moderna tecnologia e a junção das metodologias geolinguística e sociolinguística, a composição dos atlas ganha uma maior proporção na primeira década do século XXI, com uma produção cartográfica cada vez mais aprimorada.

Dessa forma, já iniciada a produção dos atlas regionais, urgia dar andamento a necessidade que já havia sido determinada, em 20 de março de 1952, quando ficou definido, através do Decreto nº 30.643, que a principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa era a elaboração do atlas linguístico nacional. Logo, com vários estudos já realizados em diversas regiões brasileiras, tanto pelos atlas, como por projetos de investigação da variação linguística, a ideia de um atlas nacional foi retomada, em 1996, no *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*.

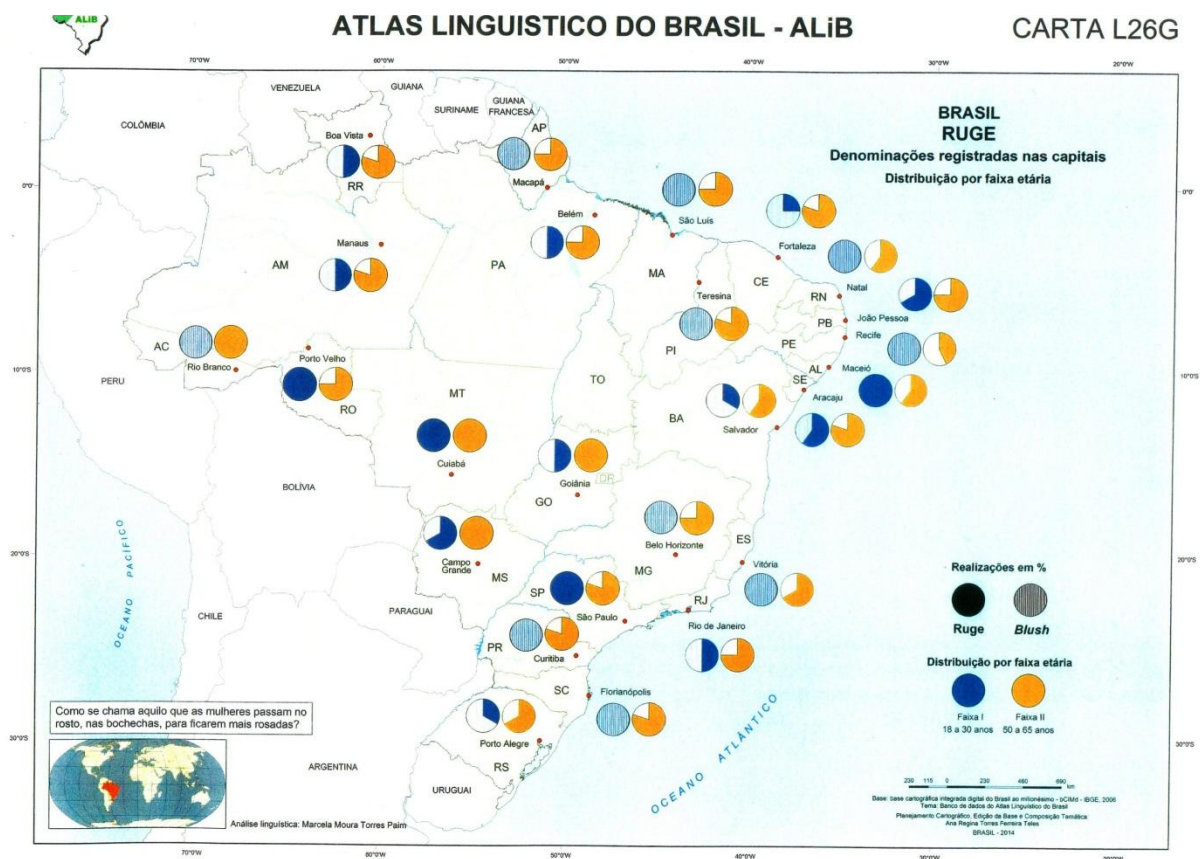
Nesse Seminário, a professora Suzana Alice Marcelino Cardoso declarou a necessidade de retomar o projeto de um Atlas Linguístico para o Brasil, devido à inexistência de uma caracterização geral do PB, a partir de dados coletados *in loco* e com uma metodologia única para todas as regiões, já que havia uma ausência de dados que permitissem traçar uma divisão dialetal no Brasil, obtendo uma noção da multidimensionalidade da língua no país, não somente para marcar espaços geolinguísticos, mas para obter dados que possibilitem o ensino da língua materna, a partir da adequação à realidade linguística de cada área brasileira.

Tal intento foi concretizado como o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), e, unindo esforços, por dezoito anos, entre as sete regionais do ALiB, distribuídas nos estados do Pará, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, finalmente, ocorreu, em outubro de 2014, a publicação do *Atlas Linguístico do Brasil*, no *III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística*, em Londrina.

Entre os objetivos traçados para o Projeto ALiB está o seguinte: “[...] contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diverso, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica. [...]” (CARDOSO *et al.*, 2014a, p. 24). Com a finalidade de alcançar esse objetivo, foi traçada uma

rede de pontos para a pesquisa constituída por 250 localidades, em 25 capitais, levando-se em consideração a densidade demográfica, aspectos culturais, históricos e a natureza do povoamento. Ilustrando este importante trabalho, segue um exemplo de carta correspondente à pergunta 101 do questionário semântico-lexical (QSL) do ALiB, ligado ao campo semântico vestuário e acessório. A pergunta foi a seguinte: com se chama “... aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas?” (CARDOSO *et al*, 2014a, p. 171).

Figura 5 — Carta Semântico-Lexical Ruge (Carta L26G) do ALiB



Fonte: PAIM, Marcela Moura Torres, 2014b. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al*, 2014b, p.335

Nessa carta, as variantes lexicais *blush* e *ruge* foram analisadas a partir da variável faixa etária, tomando-se como investigação a faixa 1, de 18 a 30 anos, e a faixa 2, de 50 a 65. Interpretando a carta, Paim (2014b), na nota a essa carta linguística, afirma que

a denominação *ruge* foi registrada no discurso da maioria dos informantes das capitais brasileiras como uma variante típica de pessoas mais velhas. A única capital que demonstrou um diferencial em relação a esse resultado foi Recife (PE), com 57,14% de *blush* e 42,86% de *ruge*, na fala de informantes

da faixa etária II. A designação *blush*, por sua vez, é apontada como a maneira mais atual de falar [...]. (PAIM, 2014b, p. 334).

Ainda sobre o mesmo questionamento, a carta L26E toma em consideração a variável escolaridade, Paim (2014b), em nota explicativa à carta, afirma que o uso de *blush* e *ruge* está condicionado, nas capitais, à escolaridade, uma vez que em doze das 25 capitais, a forma *ruge* foi a única registrada pelos informantes que possuem apenas o ensino fundamental. Certamente que, por trás de todos esses dados, ficam caminhos para investigações que ultrapassam a área da Linguística, favorecendo pesquisas históricas, antropológicas, entre outras.

Com tudo o que foi exposto, compreende-se a importante contribuição da união entre as áreas da Dialectologia e da Sociolinguística para o estudo da heterogeneidade linguística e para a valorização da diversidade cultural. Por conseguinte, pode-se afirmar que os atlas linguísticos, tanto as regionais quanto o nacional, são documentos que preservam a história do português brasileiro, pois favorecem uma reflexão da língua portuguesa, com base em dados empíricos, evidenciando o rico universo linguístico presente no território nacional.

Estes, sem dúvida, são objetivos buscados pelos estudos toponímicos realizados no Brasil, já que urge a necessidade de registro do léxico onomástico-toponímico, como uma das formas de preservar o universo linguístico ofertado pelos topônimos.

A subseção seguinte apresentará a importância dos estudos sociolinguísticos no que diz respeito aos contatos linguísticos e, ao que interessa especificamente a esta tese, o contato linguístico entre europeus, africanos e indígenas e as contribuições que todos trouxeram para o léxico do português brasileiro.

## 2.2 PRIMEIROS CONTATOS LINGUÍSTICOS E AS CONTRIBUIÇÕES INDÍGENA E AFRICANA NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

*O Zé Pereira chegou de caravela  
 E perguntou pro guarani da mata virgem  
 –Sois cristão?  
 –Não. Sou bravo, sou forte, sou filho da Morte  
 Teterê tetê Quizá Quizá Quecê!  
 Lá longe a onça resmungava Uu! ua! uu!  
 O negro zonzo saído da fornalha  
 Tomou a palavra e respondeu  
 –Sim pela graça de Deus  
 Canhem babá Canhem Babá Cum Cum!  
 E fizeram o Carnaval.*

ANDRADE, Oswald, [1924] 1974, p. 169.

A epígrafe que abre essa subseção é o poema “Brasil” do conhecido autor modernista Oswald de Andrade ([1924]1974), famoso pela sua irreverência, humor, ironia e tom crítico na composição de suas obras. O movimento artístico modernista, instaurado no Brasil nos anos de 1920, tinha como objetivo romper com o tradicionalismo no mundo das artes, o qual prezava por temáticas referentes a um contexto que em nada se encaixava com a sociedade brasileira.

Assim, uma das características desse movimento, principalmente na literatura, era valorizar os elementos étnicos formadores da nação brasileira, trazendo para a composição poética a fala do povo, elemento que até então não cabia na poesia, pois fugia ao conceito de “perfeição”, já que o povo usava a língua portuguesa de forma “errada”, portanto, estava longe daquilo que a privilegiada estética parnasiana apresentava, na literatura, às classes elitizadas.

No corpo do poema, verifica-se a presença dos três elementos étnicos que contribuíram para a formação cultural brasileira: o Zé Pereira, representante do colonizador português; o guarani da mata virgem, representando o indígena e o negro zonzo como uma representação do povo africano. Através de um diálogo, o autor apresenta em uma pergunta “— Sois cristão?” a imposição da religião do colonizador — ferramenta de coerção usada pelos jesuítas, nos primeiros anos da colonização — aos indígenas e aos negros. A resposta do guarani é uma paródia do poema do movimento literário romântico “I-Juca Pirama”, de Gonçalves Dias, trocando “norte” por “morte”, a fim de apontar o extermínio do povo indígena. Já o adjetivo “zonzo”, atribuído ao substantivo “negro”, apresenta um tom irônico e



crítico à situação dos africanos escravizados, os quais foram tirados de sua pátria de maneira abrupta e trazidos para o Brasil nos navios negreiros, de uma forma subumana, ou seja, ainda aturdidos com sua atual situação.

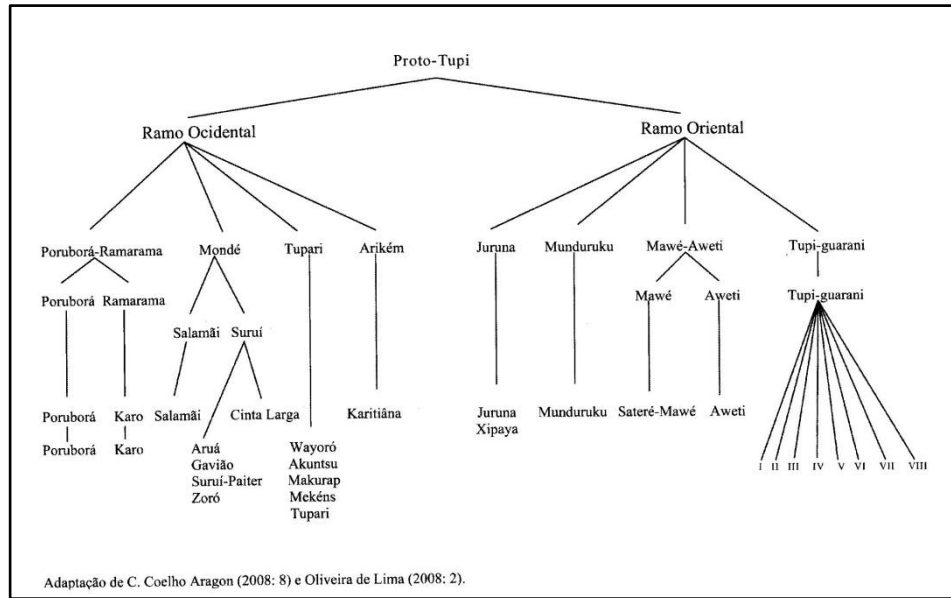
Já a resposta do “negro zonzo” pode ser interpretada ao que, na atualidade, chama-se catolicismo afro-brasileiro, cuja base está no sincretismo religioso, em que cada orixá africano é representado por um santo do hagiológico cristão, uma forma que os escravos usavam para cultuar seus deuses sem sofrer perseguição. Por fim, as três etnias juntas fizeram o Carnaval, usando outras palavras, formaram o Brasil.

Na realidade, o humor de Oswald de Andrade revela ações impositivas que estiveram presentes na colonização brasileira. Como todo processo de conquista territorial, o domínio é a palavra-chave e, além da força bruta que culmina em milhares de mortes, a ferramenta ideal de dominação é a língua e todos os valores culturais que por ela podem ser transmitidos, incluindo a religião.

Em se falando dos contatos linguísticos que deram origem à formação do Português brasileiro (PB), há de se começar pelo contato inicial do colonizador português com os povos autóctones dispersos na costa brasileira e que falavam línguas diversas. De forma generalizada, a partir do século XIX, usa-se o termo tupi para denominar as tribos indígenas encontradas no Brasil, durante o primeiro período da colonização, entretanto, Dietrich (2015) aponta o tupi como uma língua pertencente a uma grande família de línguas indígenas denominada tupi-guarani, cujo nome foi atribuído porque o tupi(nambá) e o guarani foram as primeiras línguas dessa família a serem documentadas.

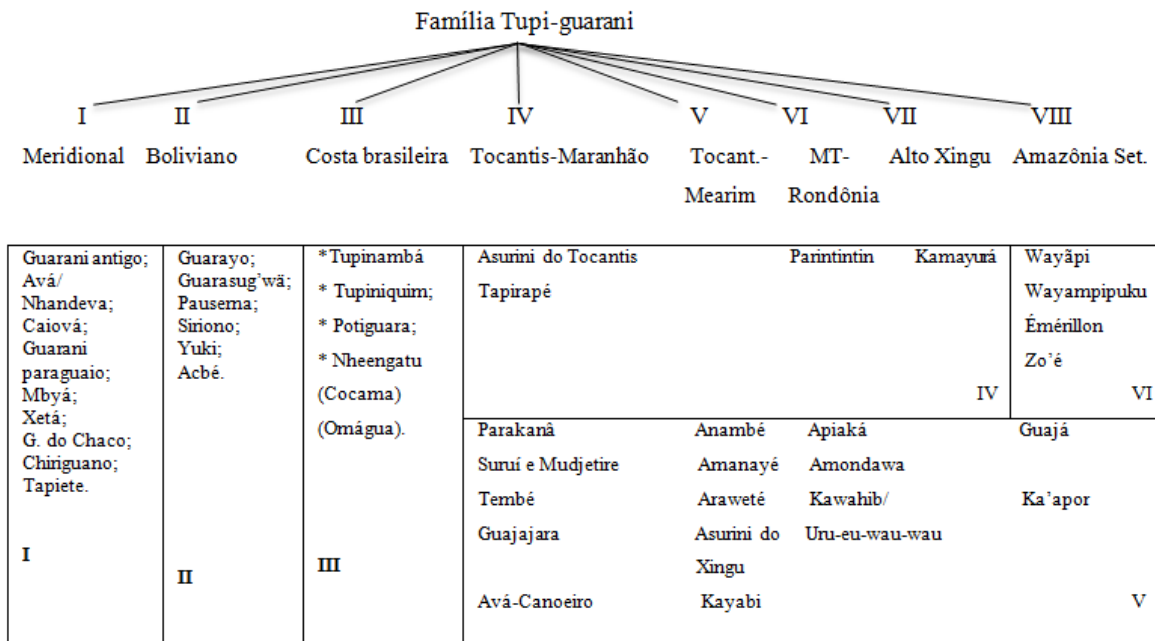
Segundo Dietrich (2015), especialistas de Linguística Histórica buscaram, através de correspondências regulares de sons, palavras e formas gramaticais, uma língua ancestral: o prototupi; uma protolíngua que deu origem a várias famílias de línguas ameríndias. O tronco linguístico prototupi divide-se em dois ramos: ocidental e oriental e é neste último que a família linguística tupi-guarani se encontra, dando origem a oito grupos de família linguística, como se pode observar nas figuras 6 e 7.

Figura 6 — Tronco Prototupi



Fonte: DIETRICH, 2015, p.24

Figura 7 — Famílias linguísticas do tupi-guarani



Fonte: DIETRICH, 2015, p.25

O grupo sobre o qual interessa discutir é o grupo tupi da Costa brasileira, pois corresponde aos povos que mantiveram os primeiros contatos linguísticos com os europeus. Conforme Rodrigues (2006),

o Brasil de há 500 anos estava inteiramente ocupado por muitos povos que falavam muitas outras línguas, mas duas dessas línguas, muito semelhantes entre si, eram faladas ao longo de quase toda a costa atlântica onde primeiro

se estabeleceram os portugueses, o *tupí* no litoral paulista e o *tupinambá* do Rio de Janeiro até a desembocadura do rio Amazonas. Essa situação *sui generis* prevalecente ao longo da costa favoreceu consideravelmente a comunicação dos portugueses com os *tupinambá* e os *tupí* (a língua aprendida em um ponto da costa podia servir em quase todos os outros ao longo desta), mas também desfavoreceu a implantação da língua européia como meio geral de comunicação [...] (RODRIGUES, 2006, p.145).

Observa-se, portanto, que o termo tupi encobriu uma complexidade linguística já existente no território brasileiro, justamente pela semelhança entre o falar do tupinambá e o falar do povo predominante no litoral de São Vicente e que passam a ser chamados de tupi.

Contudo, no grupo da Costa brasileira, há a inclusão de outras línguas, duas delas conhecidas historicamente, tupiniquim e potiguara, mas que não chegaram a ser documentadas e, atualmente, encontram-se extintas. Devido à abrangência territorial que o tupinambá possuía, essa foi a língua deste grupo que passou a ser documentada, tornando-se a língua geral brasílica a partir do século XVII (DIETRICH, 2015).

Um dos primeiros registros foi realizado pelo padre José de Anchieta, na composição de sua gramática sobre a língua brasílica, tendo constatado, após uma primeira versão realizada entre os tupis de São Vicente, que os tamoios (nome dado aos tupinambás) estavam em outras regiões, além do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2015).

A língua chamada Nheegatu, também pertencente ao grupo citado, tem como definição “língua boa”. Essa língua passou a ser conhecida como língua geral amazônica e foi formada a partir da introdução do tupinambá na Amazônia no século XVII (DIETRICH, 2015), mas que, na atualidade, difere-se bastante do tupinambá e do próprio nheegatu falado nos séculos XVII e XVIII. Já os dialetos cocama e o cocamilla pertencem “[...] a uma língua de origem não-tupi-guarani tupinizada pelos tupinambás que entraram no Alto Amazonas e no Solimões nos séculos XVI-XVII [...]” (DIETRICH, 2015, p. 13), assim como a língua *omágua/omawa/canga-peba* “[...] língua muito importante na Amazônia dos séculos XVI e XVII; da mesma origem que o cocama-cocamila, com o qual forma um grupo linguístico [...]” (DIETRICH, 2015, p. 13). Segundo esse autor, ainda existem falantes dos dialetos cocama e cocamila, mas o segundo dialeto encontra-se provavelmente extinto.

Como se observa, apesar das semelhanças, há diferenças entre os nomes tupi e tupinambá, já que se trata de povos distintos. Vale ressaltar essa distinção, através da definição dada por Rodrigues (2015), o qual afirma que o termo **tupi**, durante o século XVII,

ficou mais associado, sobretudo no sudeste e sul do Brasil, aos índios recrutados pelos bandeirantes para invadir e dominar as missões jesuíticas e outras comunidades de indígenas guaranis na bacia do rio Paraná. Os

bandeirantes, em sua maioria, eram mamelucos, descendentes de mães tupis e pais portugueses e, além do português, falavam uma variedade diferenciada da língua dos índios tupis, para a qual foi-se firmando então o nome *língua geral* e que hoje distinguimos como *língua geral paulista*. [...] No Brasil, entretanto, ele foi reativado entre os intelectuais, sobretudo na primeira metade do século XIX, logo após a independência do país, quando se buscava uma identidade nacional. (RODRIGUES, 2015, p.29).

Enquanto que o nome **tupinambá**,

usado pelos portugueses como etnônimo nos séculos XVI e XVII para referência aos tupinambás da Bahia e aos do Maranhão e Pará, foi caindo em desuso com o quase total extermínio dos primeiros e a progressiva catequização e assimilação dos outros. Só há cinquenta anos, [...] passamos a usar o nome tupinambá como termo específico para a língua que foi falada pelos tupinambás do Rio de Janeiro, da Bahia e do Maranhão e Pará e também pelos tupiniquins do Espírito Santo e sul da Bahia, pelos caetés do norte da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e pelos potiguaras da Paraíba e do Rio Grande do Norte. (RODRIGUES, 2015, p.30).

O termo tupinambá passou a ser utilizado apenas por especialistas, como os antropólogos, sociólogos e linguistas, porque, popularmente o termo tupi é o que faz referência aos indígenas brasileiros do século XVI, devido à influência da visão idealizada do Romantismo, movimento artístico que buscava um elemento tipicamente nacional que pudesse representar o país.

Todavia, é o nome tupinambá ou língua brasílica que se encontra presente nos diálogos traçados nos primeiros anos de colonização. De acordo com Noll e Dietrich (2015), essa língua era usada entre casais de portugueses, mulheres indígenas e sua prole e entre os missionários capuchinhos e jesuítas, a fim de exercer sua função de catequizadores dos indígenas incorporados às missões. Enquanto que a LP era utilizada nos centros administrativos, nas transações comerciais, porém, no interior era a língua geral que prevalecia.

Contudo, Rodrigues (2015) afirma que entre o Rio de Janeiro e o Piauí não se formou uma LG, mesmo que tenham existido portugueses falando o tupinambá, por conta das relações familiares desenvolvidas. Para esse fato, colaboraram alguns fatores, entre eles, podem ser citados: (i) o extermínio dos indígenas, que habitavam nessa região, provocado tanto pela ocupação violenta do território quanto pelas epidemias que mataram milhares deles; (ii) a migração indígena para a bacia amazônica; (iii) a chegada de grandes quantidades de escravos africanos, vindas de regiões várias da África; (iv) a crescente massa de imigração portuguesa de casais e órfãos que vinham para desposar portugueses solteiros.

Diante disso, “[...] o que se chama de língua brasílica da região baiana não foi uma língua geral, mas o tupinambá relativamente puro que falavam os filhos mestiços de pais portugueses e mães indígenas” (NOLL; DIETRICH, 2015, p. 84), diferentemente da LG desenvolvidas em São Paulo e na Amazônia, as quais sofreram influência de traços fonológicos do português e perderam alguns recursos gramaticais e sintáticos do tupinambá.

O interesse em analisar a língua brasílica, buscando descrevê-la em todos os seus segmentos gramaticais, surge já nas primeiras décadas da colonização com o padre José de Anchieta, que se incumbiu de escrever a primeira gramática, publicada em Coimbra, em 1595: *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil* (RODRIGUES, 2015), seguida da gramática do padre Luís Figueira, *Arte da Língua Brasílica*, publicada em Lisboa, em 1621 (SCHIMDT-RIESE, 2015).

De acordo com Schimdt-Riese (2015, p. 50), “[...] escrever uma gramática do tupinambá sem ser falante nativo dessa língua era uma maneira de fazer as línguas se encontrarem. [...]. Em consequência, ocorreram processos de aprendizagem parciais, nos dois sentidos [...]”. A intenção, portanto, com a produção de uma gramática era aprimorar o aprendizado dos jesuítas, para que estes pudessem se comunicar com os nativos de forma mais clara, cumprindo de maneira mais adequada seu ofício de sacerdócio. Para realizar tal intento, esse material foi produzido com base na reflexão, análise e comparação, tomando como base o português e o latim.

Schimdt-Riese (2015) afirma que essas gramáticas foram escritas em dois níveis: nível do material comentado, **nível do objeto**, constituído pelo material coletado da língua tupinambá; nível do comentário, o **metanível**, este formado pela análise e reflexão realizada em LP. O autor comenta que esse tipo de análise gramatical reflete a mesma estrutura social colonial: o dominante assume a posição de intelectualidade ao refletir sobre a língua do dominado, tentando encaixá-la em padrões gramaticais já utilizados na composição de outras gramáticas.

Assim, estabelecidas as devidas diferenças entre as línguas indígenas faladas no Brasil colonial, vale ressaltar uma das características das línguas tupi-guarani, referente à morfologia, que é seu aspecto aglutinante, o qual é possível de ser verificado não somente na presença de sufixos e prefixos nominais e verbais, como também

na faculdade de construírem os falantes sintagmas complexos impressionantes, combinando vários sufixos numa ordem bem estabelecida. Estas línguas não apresentam o tipo aglutinante em toda a sua pureza como, por exemplo, o quéchua, o húngaro ou o turco, mas, sem nenhuma dúvida,

têm traços aglutinantes evidentes. Além das posposições locativas tônicas, os nomes podem apresentar sufixos átonos locativos, de grau, como diminutivos, aumentativos, intensivos, de aspecto, de quantificação, de negação, de diversos tipos de nominalização e, no tupinambá, até de caso sintático. Os verbos podem ter prefixos de pessoa, de modo, de voz, de nominalização e sufixos de tempo, de aspecto e de nominalização. (DIETRICH, 2015, p. 19).

Como exemplo de sufixos derivativos, podem ser citados *-açu*, que expressa qualidade de grande, de importante: *Paraguaçu*, *Copioba Açu*, *Tupiaçu*; sufixo *-rana*, que significa semelhante, parecido: *Umburana*, *Jitirana*, *Juerana*, *Suçuarana*<sup>9</sup>.

Palavras como as citadas, que apresentam sufixos derivativos, podem ser encontradas em grande número no léxico do PB, principalmente, na formação dos nomes comuns da fauna e da flora e nos topônimos, já que estas são

as aquisições mais naturais quando os falantes da língua receptora não têm nomes em sua língua para objetos culturais ou seres vivos que lhes são completamente estranhos, nem para os lugares que passam a conhecer. Mas sua aquisição em grande quantidade e com pouca alteração fonética, como é a situação predominante na nomenclatura adquirida dos tupis e tupinambás, implica um convívio detido e mais ou menos intenso. (RODRIGUES, 2015, p.31).

Além destas aquisições, podem ser mencionados, também, contribuições da língua tupi<sup>10</sup> na fraseologia, com a formação de sintagmas bastante criativos: “[...] estar/andar na pindaíba < T. *pindá*, ‘anzol’, + *yb-a*, ‘cabo’, vara de pescar; [...] andar ao *atá*, ‘andar a esmo, sem rumo’, [...] lamber *embira*, ‘passar miséria, não ter o que comer’ [...]” (NOLL; DIETRICH, 2015, p. 84). Observa-se, na composição desses sintagmas um total entrosamento entre o tupi, as línguas gerais e o português, revelando a criatividade no manuseio dos vocábulos indígenas através de uma mudança semântica, já que estes, com o passar do tempo, sofrem um esvaziamento semântico, e passam a ter outros sentidos através de realização de associações metafóricas.

Retornando ao contexto linguístico do Brasil, no século XVI, fala-se agora sobre a influência de outro elemento étnico na formação do PB: os africanos. Este povo encontrou o território linguístico já em uma disputa entre a língua brasílica utilizada na área de domínio do

<sup>9</sup> Os exemplos estão em letra maiúscula por se tratarem de topônimos que compõem o *corpus* deste trabalho.

<sup>10</sup> Doravante, as línguas indígenas tupi e tupinambá serão apresentadas pelo termo **tupi**, mesmo sabendo se tratar de línguas diferentes, mas pertencentes ao mesmo tronco linguístico. A utilização dar-se-á apenas por uma questão metodológica para facilitar a compreensão daquilo que se deseja tratar, que é o fato de perceber a influência do grupo étnico indígena na formação do léxico do PB.

povo tupinambá, língua geral (paulista e amazônica) e a língua portuguesa, utilizada, principalmente, nos centros administrativos.

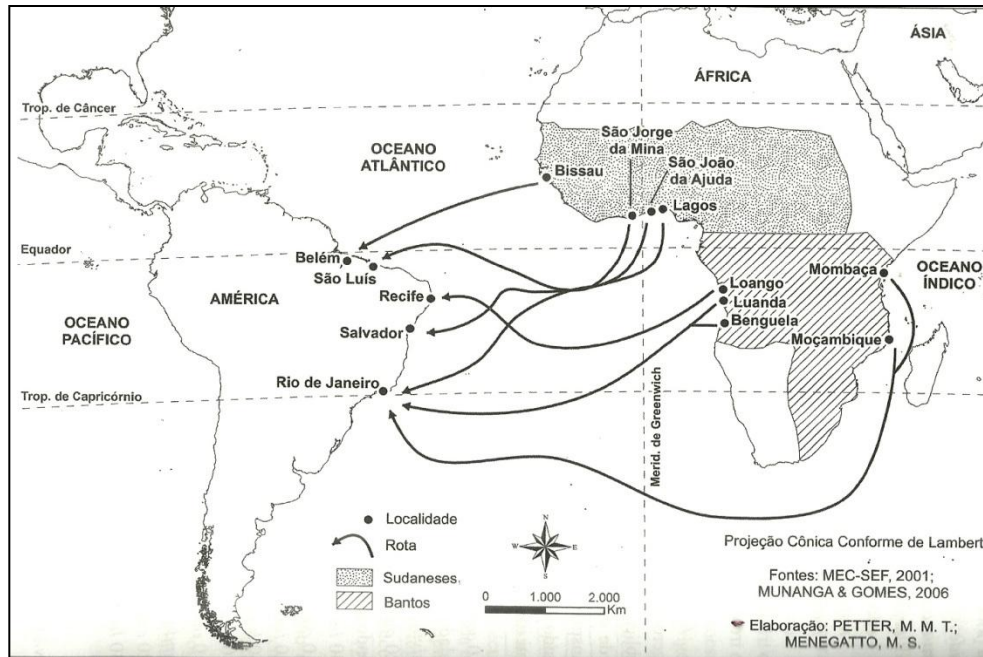
A presença desse novo elemento étnico irá incrementar ainda mais o multilinguismo que já estava instalado no Brasil, uma vez que no continente africano há mais de 2.000 línguas, excluindo as línguas dos colonizadores. Trata-se, portanto, de um terço das línguas existentes no mundo, divididas em quatro grandes troncos: o nigero-congolês, com 1.524 línguas; o afro-asiático, com 366 línguas; o coissã, com 24 línguas e o nilo-saariano, com 198 línguas (FIORIN, 2015). Essa multiplicidade linguística contribuiu para a formação do PB, haja vista que os africanos escravizados eram oriundos de regiões diversas e, conseqüentemente, falantes de línguas diversas.

Iniciado em 1502, o tráfico negreiro foi realizado até 1860 em quatro ciclos: (i) século XVI, ciclo da Guiné, africanos principalmente sudaneses; (ii) século XVII, ciclo do Congo e de Angola, com os bantos; (iii) século XVIII, ciclo da costa de Mina, retorno ao tráfico dos sudaneses, sendo que, em meados deste mesmo século, há um desdobramento desse ciclo, ficando conhecido como ciclo baiano: ciclo da baía de Benim; (iv) século XIX, tráfico de africanos da região de Angola e Moçambique. (BONVINI, 2014a; PETTER; CUNHA, 2015).

Observa-se, através dessa ordem, que os africanos vinham de regiões diferenciadas, eram falantes de línguas distintas e eram direcionados para várias regiões brasileiras, aliás, essa era uma estratégia utilizada pelos portugueses para evitar a concentração de africanos da mesma origem em um só local, evitando, dessa forma, as possibilidades de motins (PETTER; CUNHA, 2015).

Ressalta-se que cada ciclo do tráfico correspondeu a uma necessidade de mão-de-obra vinculada à exploração econômica: “[...] séculos XVI e XVII, a cultura da cana-de-açúcar e do fumo; no século XVIII, a exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias. No século XIX, a cultura do café.” (BONVINI, 2014a, p.27). A figura 8, a seguir, apresenta a rota do tráfico negreiro e as regiões brasileiras para onde os africanos eram conduzidos.

Figura 8 – Rota do tráfico negreiro para o Brasil



Fonte: PETER; CUNHA, 2015, p. 224

Analisando esta imagem, observa-se que a área mais explorada para o tráfico foi a costa oeste-africana e a área-austral (BONVINI, 2014a). Dos quatro troncos linguísticos, três se fizeram presentes no solo brasileiro, durante o período da escravidão: o tronco nigero-congolês, afro-asiático e nilo-saariano. Sendo que, na área oeste-africana, foram transplantadas as línguas do tronco nigero-congolês, uma língua do tronco afro-asiático e uma língua do grupo nilo-saariano. (BONVINI, 2014a; PETER; CUNHA, 2015). Segue a descrição dessas famílias, divididas em troncos, famílias linguísticas e seus grupos e subgrupos, seguida da sua distribuição no continente africano.

Do tronco **nigero-congolês**:

Famílias:

**atlântica**: fula, uólofe, manjaco, balanta;

**mandê**: (sobretudo, o mandinga); bambara, manica, diúla;

**gur**: subfamília gurúnsi;

**cuá** (subgrupo gbe): eve, fon, gen, aja (designadas pelo termo jeje no Brasil);

**ijoide**: ijó;

**benue-congolesa**:

**defóide**: falares iorubás, designados no Brasil pelo termo nagô-queto;

**edoide**: edo;

**nupoide**: nupe (tapa)

**iboide**: ibo;

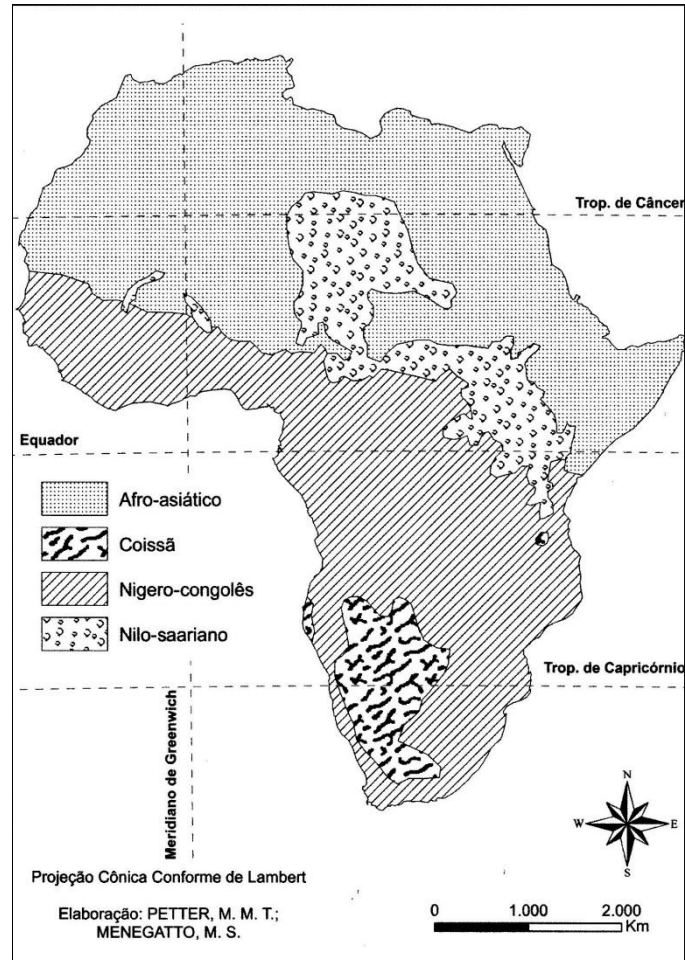
**cross-River**: efique, ibíbio;

Do tronco **afro-asiático**: **chádica**: hauçá;



Do tronco *nilo-saariano*: *saariana*: canúri. (BONVINI, 2014a, p.30. Grifo do autor).

Figura 9 — Identificação geográfica dos troncos das famílias das línguas africanas



Fonte: PETTER, 2015, p. 52

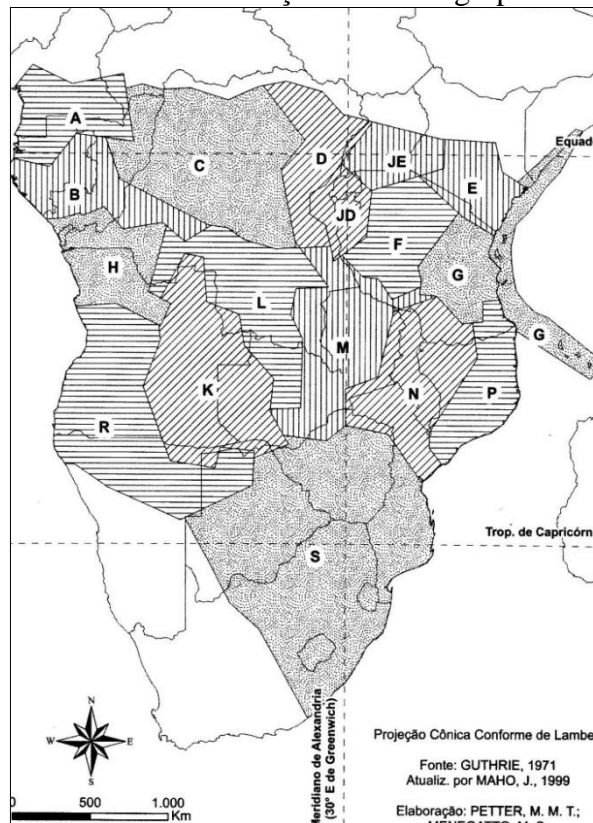
Observa-se na figura 9 uma maior ocupação territorial do tronco nigero-congolês. É desse tronco linguístico e da família linguística benue-congolesa que são traficados os africanos da área austral, pertencentes ao subgrupo *banto*. O tráfico nessa área limitou-se “[...] à costa oeste (atuais repúblicas do Congo, república Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique) —, caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos.” (BONVINI, 2014a, p. 30). Segundo Bonvini,

a classificação recente do *banto* propriamente dito difere daquela encontrada nas classificações antigas. Enquanto, até os anos 50, esse conjunto de línguas tinha sido tratado como uma família plena e separada, e muitas vezes como ‘a família’ de referência, exercendo, aos olhos de alguns, o papel de representante-tipo do ‘original africano’, a classificação linguística considera-o hoje, a despeito do número impressionante de suas línguas e de

seus falantes, como um membro do subgrupo *bantoide do Sul*, pertencente à subfamília bantoide, que se insere na família benuê-congolesa, que é uma porção do tronco nigero-congolês. Essa classificação não diminui em nada sua importância no plano linguístico. (BONVINI, 2014a, p.24. Grifo do autor).

As línguas banto transplantadas para o Brasil pertencem ao grupo benuê-congo ocidental. Segundo Petter (2015), a designação pela qual ficou conhecida essas línguas corresponde a uma divisão elaborada por Guthrie, em 1948, modificada posteriormente por Heine e Nurse, em 2000, e por Maho, em 2003. A identificação parte de uma letra e de um número, por exemplo, “[...] A é uma zona, A 70 é um grupo, A 71 é uma língua que constitui um grupo dialetal” (PETTER, 2015, p.60).

Figura 10 – Mapeamento da classificação atual dos grupos das línguas banto



Fonte: PETTER, 2015, p. 61

Conforme Bonvini (2014a), as línguas desse grupo que estiveram presentes no Brasil são as seguintes:

H.10 *congo (quicongo)*: *quissolongu*, *quissicongo (quissangala)*, *quizombo*, *quissundi* (falada pelo bacongus, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivili*, *iuoio (fiote)*, *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);

- H. 20 *quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo) *quissama, quindongo*;  
 H. 30 *iaca-holo*: *iaca, imbangala, chinji*;  
 K. 10 *chôcue*: *uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale)*;  
 L. 30 *Iuba*: *chiluba-cassai (lulua)*;  
 P. 30 *macua*: *omacua*;  
 R. 10 *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo, olunianeca*;  
 R. 20 *cuaniama, indonga*: *ochicuaniamama, cuambi*;  
 R. 30 *herero*: *ochiherero* (BONVINI, 2014a, p.30-31).

Vê-se, pois, que o contingente de línguas africanas existentes no Brasil, durante todo o processo de colonização, foi bastante elevado. Um recenseamento realizado pelo padre Anchieta, em 1583, apresentou o número de negros já presentes no Brasil, levando-se em consideração que os dados não se referiam a todas as capitânicas, mas há uma presença marcante na Bahia e em Pernambuco, principais núcleos de exploração da cana-de-açúcar, sendo que nessa última localidade, a população negra chegava a 50% do total. (LUCCHESI; BAXTER, 2006).

A questão está em como se deu, inicialmente, a comunicação desses homens africanos, falantes de línguas diversas, no território brasileiro, o qual já se encontrava com uma multiplicidade vivenciada pelas línguas indígenas, geral e portuguesa. Segundo Bonvini (2014), os africanos que se tornaram cativos já haviam entrado em contato com a língua portuguesa antes da sua vinda para o Brasil, tal fato se tornou possível pela própria estrutura comercial do tráfico de escravos.

O comércio escravagista criou entrepostos de cativos, os quais eram cada vez mais fixos, já que a carga precisava estar completa para seguir viagem e isso, às vezes, levava meses. Existiam dois tipos preferenciais de “depósitos”: um fixo, chamado de barracão e outro móvel, um grande navio que ficava aportado, a fim de que a “carga” não sofresse violação, este era uma preferência no porto de Angola. Como esse tipo de organização era orientado especificamente para o mercado brasileiro, foram estabelecidas as condições para que os cativos criassem uma língua emergencial.

Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do *quimbundo* como língua veicular, falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz; no mesmo período, deu-se um contato igualmente forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de cativos) e, em seguida, na costa africana pelos negreiros brasileiros, que eram às vezes seus futuros senhores. Não se pode esquecer, ademais, o período de viagem marítima, que se passava nos porões dos navios e que

durava aproximadamente trinta e cinco dias de Luanda a Recife, quarenta, até Salvador e dois meses, até o Rio de Janeiro. (BONVINI, 2014a, p. 32).

Portanto, a língua portuguesa não surgiu como total desconhecida, mesmo porque, em Angola, muitos escravizados já haviam tido contato com esse idioma, por conta da colonização africana, além disso, a língua veicular (*quimbundo*) colaborou para que, pelo menos, eles mantivessem certo nível de comunicação. Entretanto, Bonvini (2014a) ressalta algo que não se pode deixar de comentar a respeito das línguas africanas e aqui é transcrita na íntegra a opinião do autor sobre esse assunto.

Qualquer que seja sua identidade e antiguidade, trata-se sempre de línguas desenraizadas de seu nicho ecológico, submetidas, além disso, ao perigo de diversas rupturas. Daí decorre seu estado de degradação. A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a ‘girar em falso’, porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopeia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo). A outra ruptura foi de ordem dialógica, pois essas mesmas línguas foram confrontadas com contatos linguísticos inabituais: novas línguas convivendo no mesmo espaço (outras línguas africanas decorrentes do tráfico, línguas ameríndias, língua portuguesa falada pelos senhores), sem esquecer a perda do valor identitário consecutivo ao nivelamento da língua resultante do desaparecimento das variantes dialetais. (BONVINI, (2014a, p. 33).

Esse comentário é exemplo claro de que a língua adquire o sentido de acordo ao contexto histórico e sociocultural de cada falante. Essa mudança abrupta provocou uma necessidade rápida de adaptação lexical, de comparação de ideias, de deslocamento de sentidos, em outras palavras, criação de conceitos novos, fato que não ocorre de maneira imediata. Segundo Pinker (2008), independente de como uma palavra seja aprendida, ela precisa deixar uma marca no cérebro, já que os significados parecem “[...] consistir em informação armazenada na cabeça das pessoas que conhecem a palavra: os conceitos elementares que a definem e, para uma palavra concreta, a imagem daquilo a que ela se refere.” (PINKER, 2008, p. 22).

É nesse contexto de transição, adaptação, coerção, de extermínio, de miscigenação e, conseqüentemente, de perda de identidade sociocultural, tanto para os africanos quanto para os indígenas que uma nova variedade linguística do português europeu (PE) vai se

constituindo em solo brasileiro, dando lugar a uma língua falada formada por essa multiplicidade de valores linguísticos e culturais.

De fato, o contato linguístico entre as línguas africanas e o português, no território brasileiro, acarretou em traços linguísticos típicos do PB, entre os quais estão as mudanças morfossintáticas. A presença africana foi tão marcante para a formação do PB que alguns linguistas apontaram essa variedade do PE como sendo uma língua crioula. Entretanto, sociolinguistas, como Lucchesi e Baxter (2006, 2009) afirmam que essa variedade foi constituída a partir de um processo denominado transmissão linguística irregular (TLI).

Para explicar essa teoria, Lucchesi e Baxter (2006, 2009) descrevem esse processo como resultado do intenso contato linguístico ocorrido entre os séculos XVI a XIX, o qual deu origem à formação do PB. Como visto, já em meados do século XVI houve um contato maciço entre a LP, utilizada no litoral para as transações comerciais, a língua geral LG usada pelos jesuítas, mestiços, bandeirantes e, também, os colonos, sendo que a primeira acaba por predominar sobre a segunda, por questões de domínio político e territorial. Agregando-se a elas, as línguas africanas surgem como um elemento novo nesse “caldeirão linguístico”, entretanto, estas ficam suplantadas pela necessidade de comunicação imediata que surgia para o povo africano, como também pela condição de dominado em que o homem negro se encontrava.

Ressalta-se que, já no final do século XVI, os africanos já haviam ocupado a base da pirâmide econômica do país, mas, existia no tráfico negreiro uma preocupação de não manter escravos que falavam uma mesma língua em apenas um núcleo, já para evitar possíveis contatos e focos de rebeldia. Portanto, havia uma dispersão das línguas africanas em todo território e a busca pela comunicação por parte dos escravos iniciou-se com base na língua do colonizador, a qual, não lhes era totalmente desconhecida, devido ao processo de colonização portuguesa em Angola e os períodos de parada nos portos africanos, antes da viagem nos navios negreiros.

A base de explicação da TLI surge desse contexto de contato linguístico, em que a língua do dominador, chamada de superstrato ou língua-alvo (LA), impõe-se, de modo que os falantes das outras línguas, adultos na maioria, sejam forçados a aprendê-la, pela sua condição de dominado.

Esse aprendizado ocorre de forma abrupta e termina por ser uma variedade defectiva da língua-alvo e são essas variações, isto é, esse novo modelo de língua que irá ser também modelo de aquisição da língua materna para gerações futuras, já que os dominados, ao longo das gerações, acabam por abandonar suas línguas nativas.

A transmissão linguística desse modelo defectivo é irregular, pois as crianças, filhas desses adultos, irão aprender a LA através de pais que não são falantes nativos dessa língua, ao contrário, a língua do superstrato aprendida irá apresentar lacunas e reanálises dos mecanismos gramaticais, assim, a língua transmitida para gerações futuras será uma língua historicamente nova. Isso ocorre porque, na tentativa de aprender a LA, o falante de outra língua, adulto inicialmente, irá aprender um conjunto reduzido de itens lexicais, manipulando-o com base na competência que possui em sua língua nativa.

Segundo Lucchesi e Baxter (2009), a variedade linguística que se desenvolve em tal situação de contato é fruto de dois movimentos: primeiro de uma erosão gramatical da LA e segundo por uma recomposição gramatical dessa variedade defectiva de segunda língua, com base nas estruturas gramaticais das línguas nativas dos dominados. Nesse processo de reformulação da LA pode haver uma simplificação gramatical, dessa forma, mecanismos gramaticais mais abstratos e sem valor referencial seriam eliminados.

Essa variedade linguística que ocorreu no Brasil diferencia-se da língua de emergência conhecida como *pidgin* – uma língua que é diferente da língua materna dos aprendizes e uma variedade distinta da LA –, pois em sua expansão, os aprendizes não são retirados do seu universo cultural e continuam falando sua língua nativa, o pidgin seria mais uma língua falada nativizada, transmitida para as futuras gerações, dando ao que se conhece como criouliização.

Já na história brasileira de contato entre línguas, isso não ocorreu, pois, os africanos foram retirados do seu universo linguístico e cultural e não podiam transmitir sua língua nativa aos seus descendentes, além disso, essa língua emergencial não chegou a ser nativizada e o processo de criouliização foi interrompido no Brasil.

Lucchesi e Baxter (2006) apresentam justificativas para essa interrupção e um dos fatores mais significativos encontra-se no grande número da população branca que se deslocava da Europa para o Brasil durante os séculos de colonização, esse fato exerceu uma influência marcante no não desenvolvimento de uma língua crioula no Brasil, já que houve uma demanda muito grande de brancos para o Brasil, igual ou maior que 30%, chegando a 40% no século XIX e, de acordo com as pesquisas sociolinguísticas (LUCCHESI; BAXTER, 2006), o surgimento de uma língua crioula deve-se a um contínuo afastamento dos modelos de gramaticalização da LA, o que não ocorreu no Brasil.

Além disso, a própria condição de dominado dos escravos impossibilitou o desenvolvimento da língua crioula, porque para que ela fosse nativizada precisaria ser socializada entre a população dominada e sabe-se que isso não era o que acontecia no Brasil, uma vez que os escravos viviam em condição de exclusão social.

Por outro lado, o número de mestiços aumenta consideravelmente e estes passam a galgar de privilégios, conseguindo um maior acesso em ambientes sociais dos colonizadores, desse modo, entravam em contato constante com modelos gramaticais da LA e, conseqüentemente, disseminavam esse modelo entre seu grupo social de origem.

Outro fator importante foram os constantes deslocamentos dos eixos econômicos no Brasil, o que ocasionava a venda de escravos e a desestruturação de grupos e de possíveis formações familiares, impedindo uma contínua socialização linguística. Também, pode-se citar como fator importante, o uso de uma língua veicular africana, de base banto, utilizada entre os escravos nas senzalas e lavouras, o que inibiu a formação de uma língua crioula de base portuguesa.

Mais um fator importante, nesse processo, foi a exigência da metrópole em que se fizesse somente o uso da língua portuguesa, inibindo os diálogos em outras línguas. Por fim, houve uma maior integração dos escravos em ambientes domésticos e em zonas de mineração, fato que aproximou ainda mais os escravos dos modelos gramaticais da LA.

Como se observa, pode ser que tenha ocorrido um processo de criouliização no Brasil, mas esse se desfez ao longo do tempo, porém, alguns traços da criouliização pode ter se mantido vivo em algumas comunidades quilombolas, já que estas se mantiveram afastadas do contato com a LA. Pode-se citar como exemplo a comunidade de Helvécia, na Bahia, objeto de investigação de pesquisadores do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, sediado na Universidade Federal da Bahia.

Contudo, segundo a teoria da TLI, não houve criouliização, mas houve tempo suficiente para a formação de uma variedade histórica da língua portuguesa, que não se apresenta totalmente diferente, mas que mostra uma reestruturação dos modelos gramaticais da LA, tendendo a atingir estruturas mais abstratas, de menor funcionalidade comunicativa e de carga semântica menos transparente. Essas simplificações ocorrem com mais frequência nas marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto, como também em relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação e nas relações anafóricas.

São essas variedades linguísticas que concorrem, no âmbito discursivo, com as variedades consideradas cultas. Lucchesi (2012) chama a atenção para um aspecto básico do processo de TLI instaurado no Brasil e importante para entender o desenvolvimento histórico do PB. Segundo o autor, todo processo de TLI desencadeado pelo contato entre línguas ocorre, em maior ou em menor grau, a perda da morfologia flexional. Nas situações típicas de criouliização, essa perda chega a ser total, mas, como no Brasil a TLI ocorreu de forma mais

leve, devido aos fatores já citados, não houve eliminação, mas um quadro de variação razoavelmente intenso, o que explicaria a profunda variação na concordância nominal e verbal que se verifica, atualmente, nas variedades do português brasileiro.

Todavia, é no léxico que se percebe de forma mais nítida o contato linguístico entre as línguas africanas e a língua portuguesa. Conforme Bonvini (2014b), essa presença marcante ocorre através de empréstimos linguísticos, o que, segundo o autor, é um fenômeno sociolinguístico normal e frequente, quando línguas diferentes entram em contato durante um longo período de tempo. No Brasil, “[...] os termos originários de línguas africanas, atestados no léxico do português do Brasil, testemunham esse contato e dependem dele.” (BONVINI, 2014b, p. 103), esses empréstimos ocorreram tal qual ao contato do português com as línguas ameríndias, nesse sentido, “[...] trata-se [...] da capacidade corrente e normal de toda língua de apropriar-se dos termos necessários a sua própria expressividade, qualquer que seja sua origem, quando o contexto discursivo novo exigir.” (BONVINI, 2014b, p. 103).

Lógico que a inserção dos vocábulos das línguas africanas no léxico do PB ocorreu de forma progressiva, sendo que o contato foi iniciado em Portugal, já no século XV, com a colonização da África e a continuidade da exploração do continente africano e, em seguida, na colônia brasileira, quando o contato se intensificou. Como se vê, essa inserção está vinculada a processos históricos, criando o que Bonvini (2014b) chama de **sedimentação lexical**. Ao investigar esse léxico cabe, primeiro, uma metodologia que identifique a que período histórico os vocábulos africanos foram inseridos ao léxico do PB e, segundo, uma verificação no campo semântico a que eles correspondem, já que são bastante heterogêneos, fato que se deve a própria diversidade linguística das línguas que foram transplantadas para o Brasil. (BONVINI, 2014b).

Sobre esse assunto, um excelente exemplo de pesquisa a ser citado está em Castro (2005), quando a autora compôs o seu livro “Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro”, identificando cinco níveis socioculturais dos empréstimos linguísticos vindos das línguas do tronco nigero-congolês, sendo da família *cuá*: *eve*, *fon* (designadas pelo termo jeje) e da família benue-congolesa: quiconco, quimbundo e umbundo. Esses níveis dividem-se em língua-de-santo, uma linguagem religiosa dos candomblés; língua do povo-de-santo, língua de comunicação que se refere aos rituais e aos membros que compõem os centros religiosos do candomblé, a qual corresponde a cada nação de origem dos santos que regem o terreiro; a linguagem popular da Bahia; a linguagem cuidada e de uso corrente e familiar da Bahia e o português do Brasil em geral.

Sobre a língua-de-santo, a autora afirma que esse repertório



compreende sistemas lexicais de antigos falares africanos no Brasil, vindo a constituir uma língua de aspecto sagrado, mas não declaradamente de natureza sobrenatural, porque se acredita tratar-se do idioma nativo da divindade, que, eventualmente, pode vir a ser identificado com uma das línguas de uma nação política africana. (CASTRO, 2005, p. 82-83).

Com base no vocabulário composto por Castro (2005) e nos níveis de linguagem que a autora utiliza para classificar as palavras coletadas, Alkmim e Petter (2014) realizam um estudo sobre o uso dos vocábulos africanos na atualidade, pois consideram que esse trabalho de Castro (2005) “[...] representa o mais completo e sistemático registro de léxico de origem africana no Brasil [...]” (ALKIMIM; PETTER, 2014, p. 155). Assim, Alkimim e Petter (2014) selecionam as palavras que são comuns a falantes de várias regiões brasileiras, excluindo regionalismos, religião, música, comidas africanas e palavras chulas.

Nesse levantamento, foram identificados 56 vocábulos que são comuns ao universo dos informantes pesquisados, dividindo-os em três categorias: “**categoria 1**, que inclui termos que podem ser usados em qualquer intenção social (30 vocábulos) [...]”, ex: cochilar, corcunda, denngo e maconha; “[...] **categoria 2**, que é constituída de termos informais, de uso coloquial, que, eventualmente, dependendo da situação, são substituídos por outros (9 vocábulos) [...]”, ex: catinga, catimbeiro e muxoxo; “[...] **categoria 3**, em que constam termos marcadamente informais, de uso restrito (17 vocábulos) [...]”, ex: muquirana, cafofo e sacana. (PETTER; CUNHA, 2015, p. 242-243).

A pesquisa revelou que os vocábulos, com exceção de dois, são de origem banto, fato justificável pelo período em que essas línguas se encontram sedimentadas no âmbito discursivo brasileiro, incorporando-se ao vocabulário do PB. Segundo Petter e Cunha (2015),

os vocábulos de origem africana adaptaram-se à fonologia, morfologia e sintaxe portuguesa. No nível fonológico, em que línguas africanas apresentam sistemas consonantais mais diversificados, com consoantes labiovelares (kp, gb) e pré-nasalizadas (mp, nd etc), por exemplo, houve redução dos segmentos. No caso das pré-nasalizadas, a nasalidade desapareceu ou foi transferida para a vogal adjacente. Ex: nzumbi> zum.bi; nga.nza> gan.zá. Nenhum morfema gramatical foi emprestado. No caso das línguas bantas, alguns morfemas (prefixos de classe de plural) foram incorporados à palavra, mas perdendo seu significado de plural. É o caso de marimbondo/marimbondos. Em quimbundo, ma- é o prefixo plural que substitui o prefixo do singular, zero nesse caso, de Ø-*rimbondo*. A informação de plural do prefixo *ma-* não poderia ter sido emprestada pelo português, língua que marca essa noção por meio de sufixos. (PETTER; CUNHA, 2015, p. 243).

Tais análises tornam evidente a presença dos elementos étnicos indígena e africano na constituição do PB e mesmo que a carga do preconceito tenha se incumbido de ressaltar apenas a figura indígena como coparticipante da formação linguístico-cultural do povo brasileiro, é inegável que a estrutura sócio-histórica e cultural existente no Brasil traz a identidade da cultura africana.

Afinal, as palavras das diversas línguas que foram transplantadas não vieram sozinhas, elas estavam acompanhadas pela visão de mundo do homem africano, que representa sua identidade sociocultural e encarregou-se de preencher semanticamente cada vocábulo e por mais que essa presença tente ser negada, ela se faz ver na boca do povo brasileiro, em seus hábitos, em sua forma de sentir e vivenciar o mundo. Cada palavra que compõe o léxico do PB reflete essa cultura miscigenada e as múltiplas riquezas que no Brasil foram construídas: puro retrato de uma nação repleta de diversidades.

### 2.3 LÉXICO E CONHECIMENTO SOCIOCULTURAL: CAMINHOS INTERCRUZADOS

Um estudo etnográfico da língua somente obtém êxito quando busca compreendê-la em toda sua complexidade, para tanto, há de se observar o uso da língua em um contexto cultural, verificando os fatores históricos e sociais que contribuíram para sua formação, variação e mudança. Partindo desse entendimento, um estudo que considera a língua como um sistema desconexo de uma estrutura social não leva em consideração que

o homem é natureza, cultura e sociedade, entidades distintas, mas interligadas, que geram o biológico, o psicológico, o cultural e o social. Por consequência, pode afirmar-se, que o homem faz parte da natureza: procurando dominá-la, acaba por modificá-la [...]. O certo é que o homem possui energia que liberta, recebe e transmite por intermédio de uma ação social e cultural. Como não vive só, esta ação é *interação*, visto tratar-se de uma ação conjugada, de esforços congregados. [...] O homem é um conjunto com uma unidade bem individualizada dentro do conjunto com o qual interage [...] vive dentro dos seguintes mundos ou dimensões: a) mundo orgânico [...]; b) mundo social e do cultural [...]; c) mundo psíquico (LIMA; MARTINEZ; LOPES FILHO, 1991, p. 44).

Assim, entender a língua em toda sua complexidade significa entender o homem em todas as suas dimensões, já que ela será um instrumento simbólico de mediação utilizado no processo das interações entre os mundos que constituem a vida humana. Toda essa dinâmica vivida pelo homem possibilitar-lhe-á o domínio da realidade que o cerca, pois a cada nova descoberta de elementos que fazem parte da cultura material e imaterial de sua sociedade, ele

precisará criar um nome para apresentá-los à sociedade. É esse processo de descoberta e nomeação que dá origem ao **léxico das línguas naturais**.

Sobre o processo de nomeação, Biderman (2001a) afirma que

a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas (BIDERMAN, 2001a, p.13).

A nomeação é, portanto, a codificação da realidade circundante, sempre vinculada à cultura de cada sociedade e àquilo que os seus membros consideram mais importante em determinado elemento existente no seu entorno físico e social, isto é, povos de diferentes sociedades, com culturas diferentes podem abstrair traços distintos de um mesmo elemento, dar-lhe nomes variados e encaixá-lo em categorias diferenciadas. Dessa forma, pode-se afirmar que o nome não é o conhecimento em si mesmo, mas, “[...] é o instrumento que possibilitará ao homem o domínio daquilo que lhe é novo; será o primeiro passo para se apropriar das representações culturais de uma comunidade, para conhecer a forma como um povo organiza e classifica os elementos da sua cultura.” (ALMEIDA, 2012, p.26).

Nesse sentido, o léxico possui uma dupla perspectiva: comunicativa e cognitivo-representativa, pois ele é o conjunto de palavras que são comuns aos membros de uma comunidade linguística e representam todo o saber compartilhado pelas gerações (VILELA, 1994). Essa é a mesma concepção de Biderman ao afirmar que essa parte do sistema linguístico “[...] é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua.” (BIDERMAN, 1978, p.139).

Já que o léxico representa o conhecimento de uma sociedade e o homem permanece em um processo contínuo de descobertas, essa é a parte do sistema linguístico que é considerada aberta, no sentido de que é sempre alimentada com novas nomeações. É por isso que conhecer todo o léxico de uma língua natural é uma missão impossível aos membros de uma sociedade, pois em sua formação há um repertório que é comum aos indivíduos — como forma de manter o processo comunicativo e o saber compartilhado — e vocabulários específicos que correspondem a áreas diversas do saber humano, das quais nem todos os membros possuem conhecimento.

Por exemplo, o léxico específico do campo jurídico, da medicina, da informática, do cinema, das ciências biológicas, das exatas, entre outros, possuem vocábulos com especificidades dirigidas a cada área, com termos, às vezes, formados por línguas já extintas, como o latim, ou com empréstimos linguísticos, o que é muito comum na área da economia ou informática. O que não significa que seus limites sejam intransponíveis, visto que vocábulos de áreas específicas podem vir a fazer parte do léxico comum à sociedade, a depender da sua frequência de utilização no processo comunicativo do cotidiano.

Exemplo bem claro disso é o termo **deletar**, oriundo da área da informática, empréstimo do verbo da língua inglesa *to delete*, que, por sua vez, é derivado do radical latino de *deletum* (HOUAISS, 2009. Versão eletrônica), com o significado de destruir, apagar. Esse verbo passou a fazer parte do léxico comum e sua utilização está relacionada a construções oracionais com sentidos metafóricos: “Vou deletar essa pessoa da minha vida.” ou “Deleta esse pensamento ruim!”.

Como se observa, a criatividade relacionada ao léxico é de uma enorme grandeza, uma vez que ele

pode ser definido como um sistema dinâmico de produção e armazenagem de formas simbólicas, isto é, formas que evocam significados. Estas formas são usadas na construção de enunciados e podem ser tão elásticas em suas associações semânticas quanto são cambiantes as cores utilizadas numa pintura, as quais podem se transformar, dependendo da estrutura cromática do quadro, do foco e intensidade da luz, da posição do observador. (BASÍLIO, 2004b, p. 50).

Entretanto, apesar do léxico ser considerado um sistema aberto e imensamente produtivo, ele não acompanha de forma igualitária toda a produção cultural das sociedades, em outras palavras, o surgimento de elementos novos nem sempre desencadeia a formação de um nome com formas linguísticas totalmente diferenciadas das já existentes. Se assim fosse, haveria uma sobrecarga na memória dos falantes, pois a dinâmica social é muito intensa. Assim, o cérebro possui mecanismos que auxiliam no processo de formação de novas palavras com base em formas linguísticas já conhecidas ou com associações semânticas que provocam a transferência de um nome para denominar um novo elemento do universo circundante.

Para uma melhor compreensão desse assunto, a subseção a seguir tratará sobre o processo de formação de novas palavras.

### 2.3.1 “Dei minha palavra! Então está assim... ficamos apalavrados!”: processo de formação de palavras, criatividade e produtividade lexical

A discussão sobre qual seria a menor unidade da língua é algo que pode ser observado desde a Grécia antiga, com o gramático Dionísio da Trácia, quando o mesmo afirmava que as palavras eram os elementos mínimos de significação da língua. Esse conceito foi aceito pelos gramáticos latinos e transferido para a gramática das línguas modernas. Somente no início do século XX tal concepção foi contestada e considerada pelos linguistas como pré-científica (BIDERMAN, 1978).

Surge o conceito de morfema como cientificamente aceito, pois ele seria “[...] o menor elemento significativo individualizado num enunciado, que não se pode dividir em unidades menores sem passar ao nível fonológico. É, portanto, a unidade mínima da primeira articulação, a primeira unidade portadora de sentido.” (DUBOIS, 1973, p.419).

Para Ullmann (1964), a época exigia que esses conceitos fossem investigados com mais cautela e com uma visão mais científica, assim, ele propôs a criação de uma ramificação da Linguística, a Lexicologia, área que

trata de palavras e dos morfemas que as formam, isto é, de unidades significativas. Conclui-se, portanto, que estes elementos devem ser investigados tanto na sua forma como no seu significado. A lexicologia terá, por conseguinte, duas subdivisões: a **morfologia**, estudo das formas das palavras e dos seus componentes, e a **semântica**, estudo dos seus significados (ULLMANN, 1964, p. 62, 64. Grifo nosso).

A atribuição dessa ramificação da Linguística é, pois, “[...] apresentar as informações acerca das unidades lexicais necessárias à produção do discurso e caracterizar a estrutura interna do léxico” (ANDRADE, 2010, p. 113). Bloomfield (1933), em seu livro *Language*, estabelece que

Accordingly, we may say that morphology includes the constructions of words and parts of words, while syntax includes the constructions of phrases. As a border region we have phrase-words (*jack-in-the-pulpit*) and some compound words (*blackbird*), which contain no bound forms among their immediate constituents, and yet in some ways exhibit morphologic rather than syntactic types of construction. (BLOOMFIELD, 1933, p. 207)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A morfologia inclui as construções de palavras e partes de palavras, enquanto a sintaxe inclui as construções de frases. Como uma região de fronteira, temos palavras-frase (*jack-in-the-pulpit*) e algumas palavras compostas (pássaro preto), que não contêm formas vinculadas entre os seus constituintes imediatos, e, de certa forma, exibem tipos de construção morfológicos e não sintáticos. (BLOOMFIELD, 1933, p. 207. Tradução nossa).<sup>11</sup>

Assim, o autor identifica dois tipos de palavras: as que são independentes, pois, em um contexto discursivo, sua atuação comunicativa seria plena, sem necessidade de vincular-se a outro elemento para que seu significado seja compreendido; e palavras que são presas, pois não possuem significado em si mesmas, mas ao se unirem a formas independentes ganham significação.

É o que se observa no título desta subseção “Dei minha palavra! Então está assim... ficamos apalavrados!”<sup>12</sup>, com o vocábulo **palavra**, considerada uma forma livre, independente e que atua em outros contextos linguísticos, sem a necessidade de se prender a nenhuma outra forma. Entretanto, em **apalavrados**, observa-se uma forma derivada que tem existência a partir da junção de **palavra** a outras formas que são presas: os afixos a- (prefixo formador de verbos) e -ad (sufixo formador da forma nominal indicadora de particípio) e ainda o -o (desinência nominal formadora do gênero masculino) e -s (desinência nominal formadora do número plural).

Contudo, mesmo tendo consciência de que essas duas formas podem atuar em línguas diversas, o autor ressalta que não existe uma descrição e classificação morfológica fixa, capaz de abranger todas as línguas naturais. As semelhanças são possíveis, mas analisá-las com base em um só idioma é um erro, já que “[...] the details, and especially the restrictions, vary in different languages. The difference are great enough to prevent our setting up any scheme of classification that would fit all languages [...]” (BLOOMFIELD, 1933, p. 233)<sup>13</sup>.

A respeito disso, Mattoso Câmara Júnior ([1970] 2004) reflete sobre o seguinte ponto: como chamar as formas que não constituem necessariamente uma frase, já que não possuem significado pleno, mas que não são formas presas, pois não se ligam a nenhuma outra forma linguística? O autor resolve a questão, chamando-as de formas **dependentes** e cita que, na língua portuguesa, existem os artigos, preposições, conjunções e pronomes átonos, que se encaixam nessa categoria morfológica.

Entendendo como o processo de formação de palavras é importante já que essa é uma maneira de criar novos elementos linguísticos com base nos já existentes, sem sobrecarga de memória, Basílio (2004a, p. 7) afirma que “[...] a morfologia derivacional não existe por acaso. Ao contrário, as estruturas morfológicas constituem um instrumento fundamental na

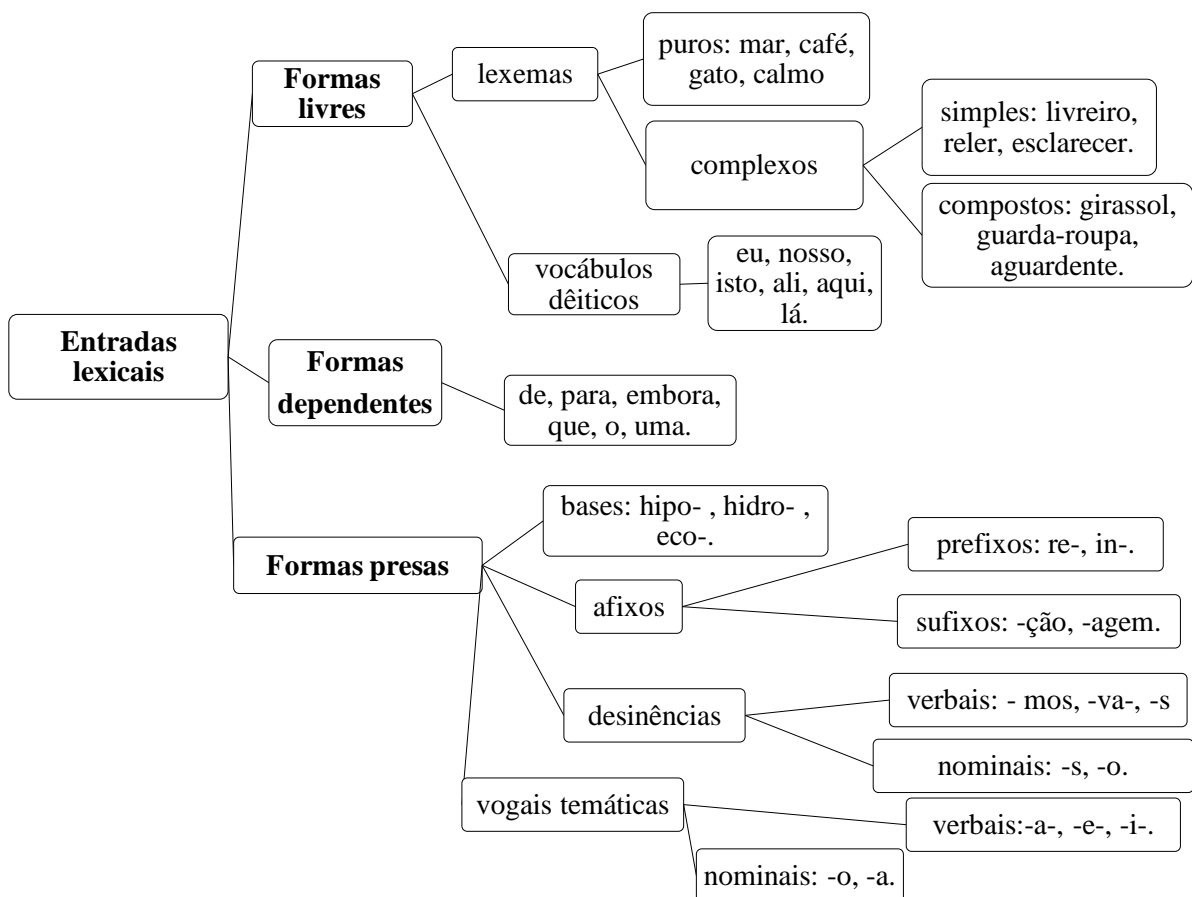
<sup>12</sup> Sentença criada pela autora desta tese, como forma de exemplificar o assunto discutido nesta seção.

<sup>13</sup> [...] os detalhes, e especialmente as restrições, variam em diferentes idiomas. A diferença é suficiente o bastante para evitar a criação de um esquema de classificação que corresponda a todas as línguas [...]. (BLOOMFIELD, 1933, p. 233. Tradução nossa.).

aquisição e expansão do léxico individual ou coletivo, assim como de seu uso na produção e compreensão de diferentes tipos de texto em nossa língua.”.

Os estudos mais atuais realizados a respeito do léxico definem a presença de um **léxico real** e um **léxico mental ou virtual** (BASÍLIO, 2004a; ROCHA, 1998). O primeiro corresponde ao conjunto de palavras de uma língua e o segundo é uma lista de itens lexicais que o falante internaliza, a qual não é composta apenas por formas independentes, mas também por afixos, desinências, entre outros. São, na realidade, itens já conhecidos, pois integram palavras utilizadas pelos falantes no processo discursivo; esses elementos permanecem armazenados na memória e sempre que se faz necessário criar uma nova palavra, o cérebro utiliza-os, seguindo os mesmos padrões de formação daquelas já conhecidas, ou seja, elas existem virtualmente, serão acionadas sempre que houver necessidade para nomear um novo elemento. Nesse sentido, mesmo que em um processo discursivo uma palavra surja como nova, ela não será totalmente estranha aos interlocutores.

De acordo com Rocha (1998), esses itens que compõem o léxico mental podem variar dos mais simples até os mais complexos, por isso esse linguista expõe que o léxico mental de um falante nativo é formado das seguintes entradas lexicais (ROCHA, 1998, p.63):



Definindo esses itens que compõem o esquema das entradas lexicais, tem-se:

- i. Lexemas “[...] são palavras que apresentam uma ou mais raízes.” (ROCHA, 1998, p.64).
- ii. Lexemas puros são aqueles formados por apenas um elemento lexical. (ROCHA, 1998).
- iii. Lexemas complexos são formados por mais de um elemento lexical, subdividindo-se em lexema complexo simples – aquele que apresenta uma só raiz, mas que é constituído por processos de derivação – e lexema complexo composto, cuja formação parte da combinação de duas ou mais raízes. (ROCHA, 1998, p. 64).
- iv. Raiz é “[...] o morfema comum a várias palavras de um mesmo grupo lexical, portador da significação básica desse grupo de palavras.” (ROCHA, 1998, p. 102).
- v. Os vocábulos dêiticos, que também constituem as formas livres, estabelecem-se na língua como palavras que mantém uma relação entre a primeira e a segunda pessoa do discurso, mas “[...] não apresentam raiz e não servem de base para a formação de outras palavras.” (ROCHA, 1998, p.64). São vocábulos dêiticos os pronomes e os advérbios.
- vi. As entradas lexicais dependentes não atuam isoladamente, são formas consideradas instrumentos gramaticais, mas não são presas porque assumem o papel de palavra e uma vez que não apresentam raiz, não podem formar outras palavras. Fazem parte dessas entradas lexicais os artigos, as preposições, as conjunções e os pronomes relativos. (ROCHA, 1998). Segundo Carone (1988, p.20), essas palavras “[...] além de indicarem relações e funções, podem operar a transferência de um valor gramatical a outro, sem que ocorra a derivação.”.
- vii. Bases presas funcionam como raízes, pois dão origem há outros itens lexicais, mas, isoladamente, não se comportam como palavras. (ROCHA, 1998).
- viii. Os afixos – prefixos e sufixos – são formas presas que se articulam a uma raiz, a fim de formar novas palavras, através do processo de derivação (CARONE, 1988).
- ix. Desinências englobam o conceito de flexão, “[...] são indicadoras das categorias gramaticais do verbo e do nome.” (CARONE, 1988, p.19).
- x. As vogais temáticas são formas presas que “[...] colocam o nome e o verbo em condições de receber as desinências.” (ROCHA, 1998, p. 64).

Entende-se, portanto, o que Basílio (2004b) chama de “elasticidade das formas lexicais”, já que elas podem se combinar e mudar de acordo com as necessidades discursivas do falante; ganhando outras formas e outros valores semânticos. Vale ressaltar que tudo o que



foi discutido a respeito do léxico e a sua estrutura morfológica encontra-se intrinsicamente ligado aos valores culturais de uma sociedade, portanto os padrões de formação morfológica não são únicos. Aqui, serão discutidos os processos de formação de palavras observáveis na língua portuguesa, pois essas discussões estão relacionadas à formação lexical dos topônimos que serão analisados no *corpus*.

### 2.3.1.1 *Processos de formação de palavras no português brasileiro*

Existem dois processos mais usuais de formação de palavras no português brasileiro: derivação e composição. O primeiro possui funções sintático-semânticas, pois, através de acréscimos de afixos (prefixo e sufixo) a uma base lexical, é possível obter palavras de classe gramatical diferente daquela de origem. Assim, de uma palavra pertencente à categoria verbal pode-se formar uma palavra de categoria nominal, como ocorre com os substantivos deverbiais ou, ao contrário, uma palavra de categoria nominal, com acréscimo de afixos poderá formar verbos; ou ainda, advérbios — categorial invariável — podem ser formados a partir de adjetivos, uma categoria de nomes que se flexionam em gênero e número. Na língua portuguesa, existem os seguintes tipos de derivação: prefixal, sufixal, prefixal e sufixal, parassintética e regressiva. Neste trabalho, serão brevemente analisados os processos de derivação prefixal e sufixal, pois foram os tipos mais encontrados no processo de formação dos topônimos pertencentes ao *corpus*.

Na formação de palavras a partir da **derivação prefixal**, os prefixos se antepõem ao radical de uma palavra para modificar o seu significado e também a sua classe gramatical, algo muito comum na formação dos verbos, mas, ainda assim, mantém uma relação semântica com o radical ao qual se une. Os prefixos podem denotar noções de espacialidade (Ex.: sobre-; sub-; extra); de temporalidade (Ex.: recém-; pré-; pós-); de intensidade aumentativa (Ex.: super-; hiper-; ultra-); de intensidade diminutiva (Ex.: sub-; mini-; micro-); negação e oposição (Ex.: des-/dis-; in-; não-; anti-; contra-; a-) e quantidade e dimensão (Ex.: multi-; semi-) (ALVES, 2015).

Já a formação de palavras por **derivação sufixal** é constituída a partir de afixos acrescentado ao final de uma base. “Na língua portuguesa, como nas demais línguas românicas, os sufixos podem ocasionar uma mudança na classe gramatical da base, ao contrário dos prefixos, que em geral não têm essa propriedade.” (MARONEZE; CARDOSO; PISSOLATO, 2015, p. 58). Assim, as classificações atribuídas aos sufixos são dadas de acordo com a classe de palavras que ele pode formar dando origem a substantivos, adjetivos,

verbos e advérbios. Dessa maneira, os sufixos são denominados como nominais, verbais e adverbiais.

Os sufixos nominais que dão origem a substantivos podem se ligar a verbos, substantivos e adjetivos. Aqueles que se unem a verbos dão origem a substantivos abstratos que denotam ação ou resultado (Ex.: divertir>divertimento; preparar>preparação; hospedar>hospedagem; confiar>confiança); a substantivos denotativos de agente ou instrumento (Ex.: cantar>cantador; trabalhar>trabalhador; consultar>consultor); a substantivos denotativos de lugar onde ocorre a ação (Ex.: dormir>dormitório; escrever>escritório; matar>matadouro).

Já os sufixos formadores de substantivos a partir de adjetivos apresentam conceito abstrato designativo de estado. Como exemplos, pode-se citar: íntimo>intimidade; oportuno>oportunidade; limpo>limpeza; exato>exatidão; pleno>plenitude; calvo>calvice.

Os sufixos que se unem a substantivos acabam por formar substantivos que indicam aumentativos, diminutivos, coletivos, entre outras informações. Estudos morfológicos (MARONEZE; CARDOSO; PISSOLATO, 2015) apontam que o principal sufixo que forma coletivos no português é -ada (moleque > molecada; rapaz > rapaziada; garoto > garotada). Já o sufixo -ário pode ser formador de substantivos que denotam coletividade (questionário, mobiliário); que indicam nomes de atividades (comerciário, estagiário); que indicam nomes de lugares (cenário, enfermaria, peixaria), assim como o sufixo -eiro/-eira (banheiro, canteiro), que além do sentido de locativo, forma designativos de agente (arrumadeira, fazendeira), designativos de instrumentos (lancheira, britadeira). (MARONEZE; CARDOSO; PISSOLATO, 2015).

Complementando o processo de formação ocorre a composição das palavras, a qual é utilizada como excelente ferramenta linguística com função lexical, uma vez que são utilizadas palavras com estruturas morfológicas e sintáticas diferentes, mas que se unem com o objetivo de exercer o papel de denominativos. As palavras podem se unir por **justaposição** – quando há a junção de dois elementos lexicais sem perda de nenhum fonema – ou por **aglutinação** – nesse caso, a junção dos elementos lexicais irá resultar na perda de fonemas e do acento tônico de algum dos seus elementos de formação.

Ocorre que, no processo de composição, as palavras distanciam-se da sua estrutura sintático-semântica de origem a fim de exercer de forma plena a função lexical, pois ao escolhê-las, tendo elas ou não um vínculo com o elemento que será denominado, o denominador tem a possibilidade de particularizar, de acordo com sua visão, aquilo ou aquele que receberá um nome.

Segundo Basílio (1987), a composição de palavras pode ser descritiva ou metafórica. No primeiro caso, os elementos tendem a ser descritos por suas características mais relevantes, assim, para esse tipo de composição sempre há um elemento que será o núcleo e outro que irá especificá-lo, como acontece com *Açougue Velho*, *Bom Jardim*, *Água Comprida* e *Pedra Preta*<sup>14</sup>. A composição metafórica realiza uma descrição por associação entre o objeto a ser nomeado e outro elemento semelhante a ele, revela, portanto, a criatividade lexical do usuário da língua. “[...] Assim, não é de surpreender o fato de que a composição a partir de palavras situa-se muito mais no nível do lexical, do coloquial, do regional e do esporádico, em oposição à derivação, que é mais freqüente na língua formal e mais estável em suas produções.” (BASÍLIO, 1987, p. 34).

Além desses processos de formação de palavras, pode-se citar o **hibridismo** e o **neologismo** que contribuem diretamente para a expansão lexical. Conforme o dicionário da língua portuguesa Houaiss (2009)<sup>15</sup>, neologismo é o “[...] emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes na mesma língua ou não [...]” e hibridismo é “[...] língua ou palavra resultante da mistura dos vocabulários de duas ou mais línguas e/ou da interpenetração de sintaxes provenientes de línguas distintas [...]”. Geralmente, os neologismos são empregados pela necessidade discursiva de determinadas áreas — literatura, publicidade ou jornalismo — que se utilizam de recursos estilísticos para tal inovação, porém sua formação segue os padrões de formação de derivação ou composição, assim como também acontece com os hibridismos.

O hibridismo é resultado da mistura de culturas que atuaram para a formação do léxico de uma sociedade, resultante, pois, de **empréstimos linguísticos** ocorridos através de um contato linguístico intenso de povos de diferentes nações. Os empréstimos também podem ocorrer com os neologismos, uma vez que estes podem possuir em sua formação itens lexicais de outra língua; todavia, ressalta-se que a formação dos neologismos com base em empréstimos de itens lexicais de outras línguas acompanha a dinamicidade e o caráter social e histórico da língua.

Isso significa que a cada época irão surgir novas palavras de acordo ao interesse e ao conhecimento dos falantes. Assim, é possível perceber na lista de itens lexicais da língua portuguesa palavras de outros idiomas tomadas por empréstimo, como, por exemplo, *deletar*, *agrobusiness*, *outdoor*, *shopping center* e *office-boy*, cuja existência e utilização correspondem aos avanços profissionais e tecnológicos da contemporaneidade.

---

<sup>14</sup> Topônimos pertencentes ao *corpus* deste estudo.

<sup>15</sup> Versão eletrônica

Após essa análise sobre a importância do léxico e a sua capacidade de manter-se em constante ampliação, demonstra-se que a língua acompanha o movimento e a dinamicidade encontrados em sociedade. Entretanto, da mesma forma que o sistema lexical possui essa característica inovadora, ele também preserva formas linguísticas que, mesmo sem estar em amplo uso pela população, continuam pertencentes ao léxico, trazendo uma ampla possibilidade de conhecimento a respeito dos momentos históricos que constituíram a formação social e cultural de qualquer sociedade que esteja sendo objeto de pesquisa.

Esta tese propõe-se a apresentar uma amostra desse rico universo linguístico, através de uma parte mais específica do léxico, que é o onomástico-toponímico. Cabe, portanto, entender os conceitos que sustentam a disciplina Toponímia, área de estudo vinculada à Lexicologia e, em seguida, conhecer o espaço geográfico e social para o qual a pesquisa foi direcionada.

#### 2.4 LÉXICO ONOMÁSTICO-TOPONÍMICO: O NOME DE UM LUGAR CONTA HISTÓRIAS...LEMBRANÇAS DE UM PASSADO, RESGATE DE MÚLTIPLAS MEMÓRIAS

*No espaço se inscrevem, e ainda mais, se “realizam” as diferenças, da menor à extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos [...] o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças [...]. Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse.*

*LEFEBVRE, Henri. Les temps des méprises, 1975, p. 223.*

O espaço geográfico é portador de muitas histórias, uma testemunha ocular de fatos vividos e observáveis na formação de uma sociedade. Ele é tal qual um palco aberto em que muitos são convidados a atuar em papéis distintos: alguns eleitos como atores principais, uns como coadjuvantes e outros como figurantes, mas todos com sua ordem de importância, pois que todos se tornam indispensáveis na longa atuação de uma história chamada nação. Cada ato dessa história é **intermediado** pela linguagem, que com seus símbolos verbais e não verbais penetra no comportamento dos atores — os membros de uma sociedade — direcionando-os na interpretação de seus papéis sociais.

Nesse cenário, o léxico — acervo da linguagem verbal, construído ao longo dos anos e composto com algumas palavras já adormecidas, outras em plena atividade ou em processo de

mudança, mas todas representantes dos conhecimentos construídos pelos membros de uma sociedade ao longo dos anos de sua formação — é fonte de informação para diversas pesquisas na área da Linguística, entre elas a Onomástica.

As pesquisas na área da Onomástica correspondem ao estudo do nome próprio, subdividindo-se em duas vertentes: **Antroponímia** — estudo do nome individual de pessoas, sobrenomes de família e alcunhas — e **Toponímia** — estudo dos nomes próprios de lugares. No entanto, apesar de se subdividirem, essas áreas acabam por se intercruciar no âmbito da discursividade, pois tanto nome de um lugar vincula-se ao nome de uma pessoa como o contrário também acontece. É comum, por exemplo, principalmente em municípios do interior ou em áreas rurais, indicar uma pessoa vinculando-a ao lugar onde ela mora: “Paulo do Salto da Onça”, “Luís do Alto”, “Mané do Cocão”; e o lugar pode ser reconhecido através dos moradores que vivem no local ou que exerceram algum papel social, capaz de ficar como referência do lugar, por exemplo, “Riacho das Teresas”, “Povoado Amaral” ou “Riacho do Silvino”. Todos esses nomes, quando utilizados, irão resgatar memórias e não apenas servir de identificador de espaço ou de pessoas.

É com essa compreensão que se pode reconhecer o valor documental da Onomástica, uma vez que seus objetivos ultrapassam a função dêitica, pois sua aplicabilidade é muito maior que um “[...] mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.” (DICK, 2007, p.144). Portanto, o léxico onomástico é revelador de histórias que marcaram os espaços sociais, de identidades socioculturais que ficam registradas através dos nomes de pessoas e nomes de lugares.

Entretanto, apesar do valor documental, a discussão sobre os nomes próprios mereceu lugar de destaque entre os lexicólogos, pois, tais nomes eram distinguidos dos nomes comuns pelo fato de que estes significam algo, enquanto que aqueles apenas identificam seus referentes (ULLMANN, 1964). Em outras palavras, com ausência do objeto ao qual o nome próprio refere-se, não seria possível estabelecer uma relação de causalidade (OGDEN; RICHARDS, 1976) entre o nome e o pensamento e, por conseguinte, não haveria significação. Sobre esse assunto, Dick (1999) ressalta que

por muito tempo, os nomes próprios, por não estarem articulados com a sintaxe textual e por se destacarem, pela característica dêitica que os reveste, do ordenamento discursivo, foram considerados como ‘uma categoria muito especial’ de nomes, devendo ser tratados isoladamente do chamado

‘vocabulário comum’, ainda que participando de sua natureza. [...] Mas porque se referem a experiências de outros domínios, como suportes de um organismo estruturado, sujeitam-se a reformulações conceituais, não apenas intracódigo como extracódigo. Neste âmbito é que se revela, de modo mais explícito, a forma pela qual o grupo gerador do designativo manifesta o seu entendimento sobre a percepção do real e a qualidade do dado percebido, garantindo, ao mesmo tempo, a simultaneidade da geração dos processos gramaticais e da elaboração dos sociofatos. (DICK, 1999, p.121).

Nesse sentido, apesar dos nomes próprios não estarem amarrados a uma estrutura textual como os nomes comuns, eles não podem ser reduzidos apenas a um elemento dêitico por se direcionarem es de um ato de enunciação ou ao lugar do acontecimento (dêixis espacial), pois sua importância, como já dito, ultrapassa essa função, visto que seu significado maior será encontrado na discursividade, com a legitimação de uso e com o resgate de sua origem.

Em se tratando de topônimos, por exemplo, há nesse material linguístico muito mais que um registro de referência espacial, com a atribuição de organizar territórios; por trás de cada nomeação há vestígios da memória de um povo, uma vez que não é somente a existência de um elemento físico, como uma montanha, por exemplo, em um determinado espaço geográfico, que irá impulsionar uma denominação para ela, ou não é qualquer fato social que tenha ocorrido em uma determinada sociedade que irá resultar em um nome de rua, de bairro ou mesmo de um município. Logo, é enganosa a concepção de que os nomes de lugar não estão ligados às forças que regem os fatores físicos e sociais de qualquer sociedade.

Segundo Sapir (1969, p. 44), são as forças sociais que “[...] transformam as influências puramente ambientais [...]”, as quais “[...] podem, por sua vez, ser consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio de um conjunto de fatores sociais a eles reagindo.”. Portanto, é preciso que haja um interesse da coletividade para que uma denominação toponímica surja e seja legitimada pela sociedade. Corroborando com esse mesmo entendimento, Dick (1990a) afirma que

o homem, em sua qualidade de membro de um agrupamento, representa, por força da introjeção de costumes e de hábitos generalizados, senão integralmente, pelo menos uma parcela significativa do pensamento coletivo. [...] Suas ideias e manifestações de espírito, suas atitudes e condutas – conscientizadas, ou não, diante de situações concretas reguladas pela necessidade humana de sobrevivência – e seu próprio existir, enfim, tornam-no a ‘personalidade histórica’ a-temporal e a-espacial, por excelência”. (DICK, 1990a, p. 30).

Dessa forma, o léxico toponímico de uma sociedade oferece valiosas informações linguísticas, históricas, antropológicas e sociológicas a respeito das gerações que colaboraram para sua formação em um espaço geográfico. Entenda-se por léxico toponímico “[...] as unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípuo de nomear um lugar [...]” (ISQUERDO, 2012a, p. 2).

O estudo desse léxico mantém como eixo central a Linguística, uma vez que a língua é a grande veiculadora de conhecimentos e de interações sociais, mas a interdisciplinaridade já se encontra inerente a esse estudo, pois é preciso realizar investigações antropológicas, uma vez que é um estudo etnográfico que visa a “[...] estabelecer pontos de intersecção entre os designativos e as línguas faladas no local, de maneira a determinar as tendências linguísticas manifestadas nos topônimos, ou em que medidas estes expressam formas antigas de linguagem, com as modificações experimentadas.” (DICK, 1996, p.12). É, também, por sua vez, um estudo que

caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço preciso, procurando relacionar um nome ao outro de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos. (DICK, 1996, p. 12).

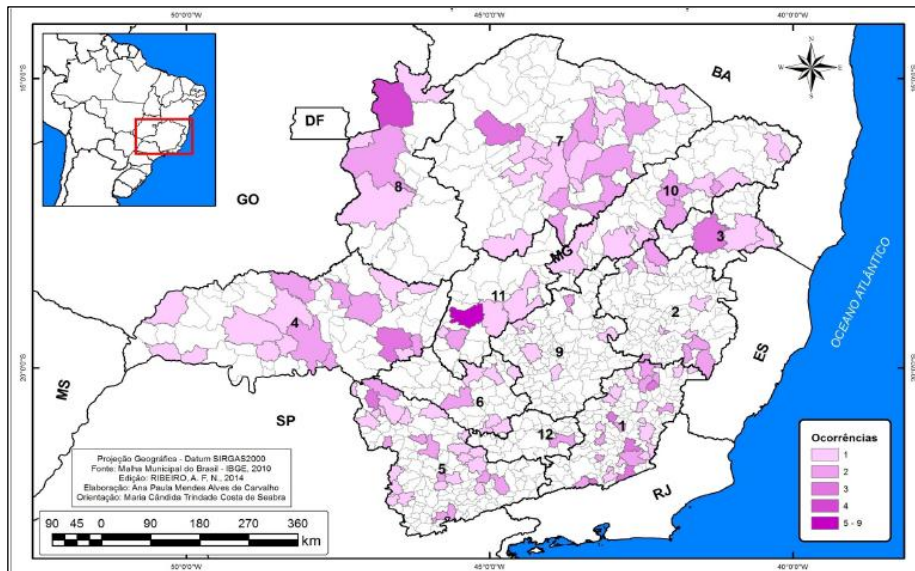
Além da História, os conhecimentos geográficos precisam caminhar ao lado da Toponímia, já que é necessário que o toponimista faça um reconhecimento dos acidentes físicos da área em estudo, do seu relevo, sua hidrografia, o tipo de vegetação predominante no local e as manifestações climáticas. Cita-se, também, a Cartografia, cuja integração com a Toponímia é essencial na coleta de dados, pois os mapas são a fonte primária (não excluindo outras possibilidades) da pesquisa e, nesse caso, são utilizadas cartas topográficas formuladas por instituições governamentais, por serem confiáveis.

Além disso, durante o tratamento das informações e exposição dos dados coletados, é possível mapear a área em estudo, apresentando a realidade toponímica das regiões, através de cartas toponímicas, seja buscando frequências taxionômicas ou frequências vinculadas à etnografia da região.

A exemplificação do que foi dito sobre a cartografia pode ser averiguada no trabalho realizado por Carvalho (2014), quando a toponimista mapeou o estado de Minas Gerais,

coletando dados a respeito do léxico hagiotoponímico desse Estado, isto é, os nomes de santos e santas do hagiológico católico e as invocações à Virgem Maria, tanto para acidentes físicos quanto acidentes humanos, pesquisa vinculada ao *Atlas Toponímico de Minas Gerais* (ATEMIG).

Figura 11– Exemplo de carta toponímica: distribuição do topônimo Santa Maria nos municípios mineiros



Fonte: CARVALHO, 2014, p. 774.

É possível verificar que há uma ligação estreita entre a Toponímia e a Dialectologia. Primeiro, porque ambas são disciplinas interdisciplinares, porquanto utilizam conhecimentos de diversas áreas, mas sem perder o objetivo de análise linguística; segundo, porque se interessam pelas manifestações linguísticas tomando como ponto de partida o espaço geográfico. Além disso, a cartografia é utilizada pelas duas, na composição dos atlas, como forma de apresentar topograficamente a realidade linguística, no caso da Dialectologia, e a realidade toponímica, no caso da Toponímia. (AGUILERA, 2006).

Contudo, diferentemente da Toponímia, a Dialectologia utiliza o contato direto com o informante, através de uma conversa informal, para conseguir coletar dados referentes a aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais, além de um reconhecimento de aspectos sociais concernentes a cada informante. Já a Toponímia coleta os seus dados através de mapas, realizando, em seguida, análises linguísticas sobre o topônimo, no que diz respeito ao seu étimo, à taxionomia, à morfologia, aos fenômenos fonético-fonológicos, buscando seu encaixamento na tríade língua-cultura-sociedade.



Isso não significa que o toponimista não possa ir a campo, em busca de fontes secundárias, como fez Almeida (2012) ao pesquisar os 57 nomes dos povoados do município de Santo Antônio de Jesus-BA para compor sua dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulada *O Léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. A toponimista percorreu a zona rural da região em estudo, conversando informalmente com moradores com mais de 60 anos, a fim de buscar informações a respeito da origem do nome e a história de formação de cada povoado, ligando esses dados aos conhecimentos bibliográficos já encontrados sobre a região em estudo.

Ignez Francisquini, em 1998, ao compor sua dissertação, *O nome e o lugar: uma proposta da microrregião de Paranaíba*, também, utilizou, além da fonte primária (mapas governamentais), fontes secundárias, entre elas, o contato com as prefeituras da microrregião estudadas, instituições governamentais, contato com prefeitos antigos da região em estudo, lideranças dos governos municipais, associações de bairros e entrevistas com familiares de pessoas homenageadas. (AGUILERA, 2006).

Percebe-se, pois, que a amplitude dos estudos toponímicos reforça a concepção de que o topônimo é a “crônica” de uma sociedade (DICK, 1990a) e para compreender o enredo de sua história, esse entrelaçamento de saberes é fundamental. Mas, para além do contexto interdisciplinar, torna-se necessário ressaltar uma das suas principais características que é **a motivação semântica do signo toponímico**, afinal um denominador não desloca uma palavra que integra seu léxico comum para o campo onomástico, de uma forma aleatória, pois há sempre um motivo para que essa transferência, que culminará na nomeação de um lugar. No entanto, antes de adentrar nesse ponto, é válido discorrer sobre uma questão polêmica na Linguística, que é a arbitrariedade do signo, já que essa temática contrapõe-se a afirmação de que o topônimo é um signo motivado semanticamente.

#### **2.4.1 Arbitrariedade do signo linguístico versus motivação semântica do signo toponímico**

A discussão sobre arbitrariedade do signo linguístico surge desde a Grécia antiga, com filósofos que concebiam um vínculo natural entre o nome e o elemento nomeado, entre eles cita-se Platão (360 a.C.)<sup>16</sup>. A concepção exposta por esse ilustre pensador pode ser observada

---

<sup>16</sup> Texto disponível em meio eletrônico. Cf. referências.

em um de seus diálogos, *Crátilo*, texto em que o autor apresenta um embate entre Hermógenes e Crátilo, pois este representa a mesma concepção de Platão, enquanto aquele acredita que o nome é um produto de uma convenção social. Para resolver a questão, o assunto é conduzido a Sócrates:

I should explain to you, Socrates, that our friend Cratylus has been arguing about names; he says that they are natural and not conventional; not a portion of the human voice which men agree to use; but that there is a truth or correctness in them, which is the same for Hellenes as for barbarians.” (PLATÃO, 360 a.C).<sup>17</sup>

Sócrates concorda com as ideias de Crátilo e cria argumentos para convencer Hermógenes, contudo, o grande filósofo ressalta que a escolha dos nomes não pode ser feita por qualquer homem, somente pelo legislador dos nomes.

Not every man is able to give a name, but only a maker of names; and this is the legislator, who of all skilled artisans in the world is the rarest. [...] our legislator also to know how to put the true natural names of each thing into sounds and syllables and to make and give all names with a view to the ideal name. [...] And we must remember that different legislators will not use the same syllables.[...] and Cratylus is right in saying that things have names by nature, and that not every man is an artificer of names, but he only who looks to the name which each thing by nature has, and is able to express the true forms of things in letters and syllables. (PLATÃO, 360 a.C).<sup>18</sup>

Portanto, é através do legislador dos nomes que Platão irá explicar as diferenças entre as línguas. Tal discussão foi alimentada por séculos, no entanto, ultrapassando questões filosóficas e direcionando-se para a razão científica do início do século XX, parte-se para o entendimento que Saussure ([1916] 1969) elabora a respeito da arbitrariedade *versus* motivação do signo linguístico.

Saussure ([1916] 1969) afirmava o convencionalismo linguístico, estabelecido a partir de acordos tácitos em sociedade, é uma condição *sine qua non* para os atos de comunicação, ficando, portanto, as relações de significado restritas a associações psíquicas. Para ele, o signo

<sup>17</sup> Devo explicar para você, Sócrates, que o nosso amigo Crátilo foi discutindo sobre nomes; ele diz que eles são naturais e não convencionais, não uma parte da voz humana que os homens concordam em utilizar, mas que há uma verdade ou correção em si, que é o mesmo para helenos como para os bárbaros (PLATÃO, 360 a.C. Tradução nossa).

<sup>18</sup> Nem todo homem é capaz de dar um nome, mas apenas um fabricante de nomes; e este é o legislador, que de todos os artesãos qualificados em todo o mundo é o mais raro. [...] o nosso legislador também há de saber como colocar a verdadeira natureza dos nomes de cada coisa em sons e sílabas e de fazer e dar todos os nomes com vista para o nome ideal [...] E devemos lembrar que legisladores diferentes não irão usar as mesmas sílabas. [...] Crátilo tem razão em dizer que as coisas têm nomes, por natureza, e que nem todo homem é um artífice de nomes, mas só ele quem olha para o nome que cada coisa, por natureza, tem, e é capaz de expressar as formas verdadeiras de coisas em letras e sílabas. (PLATÃO, 360 a.C., Tradução nossa).

linguístico é composto por uma imagem acústica – as emissões fonéticas, dispostas linearmente –, chamada de **significante**, e por um conceito, chamado de **significado**. Em outras palavras, a emissão da palavra M-E-S-A provoca imediatamente na mente do emissor e do ouvinte a formulação de um significado, que é o próprio elemento do mundo externo.

Sua preocupação em relação ao significado concentrava-se sempre a partir do valor que as palavras ocupam em uma estrutura linguística. Contudo, apesar de afirmar que todo signo é imotivado, ele mesmo compreende que há casos em que a não arbitrariedade do signo linguístico pode ocorrer, mas aceita esse fato em algumas situações em que há a observação de graus relativos de arbitrariedade, ocasionados por motivações internas ao sistema linguístico, com uma espécie de empréstimo de palavras já existentes para compor palavras novas. Saussure ([1916] 1969) faz referência às palavras formadas por derivação, por exemplo, *dezenove* que está relacionada a *dez* e *nove* ou *pereira*, palavra formada através de *pera* e do sufixo *-eira*.

Contemporâneo a Saussure ([1916] 1969), Charles Sanders Peirce, cientista norte-americano, apresenta a ciência da Semiótica, que para ele corresponde à Lógica, uma vez que esta “[...] é a ciência das leis necessárias gerais dos Signos e, especialmente, dos Símbolos” (PEIRCE, 2005, p. 29). Para Peirce, a ação do signo é interpretativa e autogerativa, ou seja, para explicar um signo cria-se outro signo e isso ocorre de maneira infinita, logo, o signo é a linguagem em função mediadora entre o homem e as coisas que ele percebe no mundo ao seu redor, sejam elas existentes ou em possibilidade de existir. Cria sua teoria do signo a partir da tríade **signo/objeto/interpretante**.

Não ignora, pois, o mundo extralinguístico, já que toda comunicação abrange diferentes fenômenos, os quais podem ser qualquer coisa que surge na mente das pessoas: um sonho, um delírio, um cheiro, uma imagem (SANTAELLA, 2004), isto é, tudo que faça parte do mundo concreto ou abstrato. Esses fenômenos podem ser abstraídos por qualquer ser humano que utilize seus sentidos para observá-los, percebê-los e interpretá-los. Sendo assim, esse cientista determina que “[...] a palavra Signo será usada para denotar um Objeto perceptível, apenas imaginável ou mesmo insuscetível de ser imaginado em um determinado sentido [...]” (PEIRCE, 1975, p. 95).

O cientista norte-americano explica os inúmeros fenômenos a partir de três tipos de categorias universais, desenvolvidas ao nível da consciência (PEIRCE, 2005), a que ele chama de tríade na Psicologia, a primeiridade, a secundidade e a terceiridade.

Entendendo melhor, tem-se a (i) primeiridade, a qual se refere a um nível imediato da consciência a respeito de uma qualidade singular, como uma cor, sem que a sua percepção

esteja vinculada a um objeto, somente a qualidade de ser cor e as impressões e sentimentos que ela possa trazer; (ii) já na categoria secundidade há o pressuposto da existência, por exemplo, a qualidade da cor precisa ser materializada em um elemento concreto, assim a consciência registra o que existe, não como possibilidade, mas como concretização; (iii) a última, a terceiridade, é o lugar em que a inteligibilidade torna-se mais proeminente, uma vez que não é possível somente os sentimentos da percepção da qualidade ou o registro da existência. Nessa categoria são processadas as representações legítimas do Signo, isto é, quando se aprende que uma *coisa* encontra-se “[...] numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse outro” (PEIRCE, 2005, p. 61).

O autor afirma que essas categorias não são estanques, ao contrário, elas estão interligadas, a presença de uma pressupõe a outra. Portanto, a primeiridade cria um **quase signo** ou um **quali-signo**, já que seriam sentimentos, qualidades percebidas em uma consciência imediata sobre algum objeto; a secundidade supõe um binômio, a qualidade associada à existência do objeto, razão pela qual se cria, nessa categoria, um **sin-signo**, que remete a existência de algo singular pertencente a um universo ao qual faz parte. Já a terceiridade é o lugar em que os signos desempenham o seu caráter mais genuíno, cria-se o **legi-signo**, assim chamados porque os signos são criados a partir de leis. Trata-se de signos criados, em sociedade, através de acordos implícitos e para entendê-los é preciso aprendê-los e interpretá-los e não apenas percebê-los. E em cada ação interpretativa, o signo expõe seu caráter de mediador social e seu caráter infinito, pois interpretar um signo significa gerar outro signo.

Partindo dessas premissas, Peirce (1975) afirma que

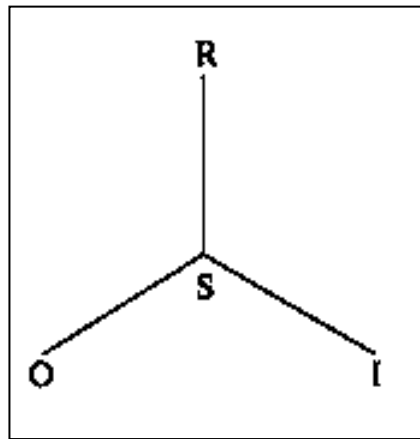
um Signo, ou *Representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *Interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *Objeto*. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que tenho, por vezes, denominado o *fundamento* do representamem. (PEIRCE, 1975, p. 94. Grifo do autor.)

A afirmação de Peirce (1975) mostra que o signo não é o objeto, ele está em seu lugar e tem a condição de afetar a mente de um intérprete (aquele que vê, lê ou ouve o signo), isto é, tem a capacidade de provocar uma reação de interpretação, em busca de significado. Como resultado dessa reação surge outro signo, nomeado **interpretante**, que terá ação mediadora de

significação entre o **representamem** e o objeto a que ele se refere. Portanto, o interpretante do signo não é uma pessoa, mas sim, outro signo, o qual não precisa necessariamente ser uma palavra, pode ser uma imagem, um olhar, um gesto, um sentimento, enfim, qualquer reação que o representamem venha a provocar no intérprete.

Ilustrativamente, pode-se verificar o que foi dito no diagrama que apresenta as relações estabelecidas nas representações e interpretações construídas a partir de um Signo<sup>19</sup>.

Figura 12 – Processo semiótico na teoria de Peirce (1975)



Fonte: NADIN, 2011, p. 110.

Tomando como base as categorias do pensamento e os signos que eles produzem, Peirce (1975) elabora os seguintes signos que podem ocupar o lugar do *representamem*: quali-signo > ícone; sin-signo > índice; legi-signo > símbolo. O ícone e o índice não são signos genuínos; são signos degenerados, pois, prescindem da relação triádica R-O-I. Um ícone é um quase signo porque apresenta a relação R-I (representamem e interpretante), ele não precisa da presença de um objeto para que uma mente possa percebê-lo, ele apenas apresenta um sentimento, qualidade ou impressão sem que precise necessariamente sua corporificação em um objeto (PEIRCE, 1975, 2005). Um som, por exemplo, quando escutado, é percebido pela audição e imediatamente sensações são provocadas, sem que seja necessário conhecer de qual objeto ele está partindo.

No entanto, porque não representam efetivamente nada, senão formas e sentimentos (visuais, sonoros, táteis, viscerais...), os ícones têm um alto poder de sugestão. Qualquer qualidade tem, por isso, condições de ser um substituto de qualquer coisa que a ele se assemelhe. Daí que, no universo das qualidades, as semelhanças proliferem. **Daí que os ícones sejam capazes de**

<sup>19</sup> A palavra signo quando grafada por letra maiúscula deve ser entendida como uma função sígnica de representação que envolve os três elementos da relação: representamem, objeto e interpretante. Quando grafada com letra minúscula refere-se ao representamem, ou seja, o signo que ocupa o lugar do objeto ou ao signo que ocupa o lugar do interpretante.

**produzir em nossa mente as mais imponderáveis relações de comparação** (SANTAELLA, 1987, p.14. Grifo nosso).

Já o índice é um signo degenerado por manter uma relação diádica entre representamem-objeto. Ele possui um caráter singular, está no papel de representar o objeto por uma relação de contiguidade que mantém com ele, por isso ele dispensa a ação do interpretante, mas sem o objeto sua função de representação não existiria, uma vez que um refere-se diretamente ao outro. Daí ele ser nomeado como **sin-signo** (*sin-* de singular), pois ele é singular, já que faz parte do universo que representa.

A fumaça, por exemplo, é um índice de que há algo pegando fogo; um trovão é um índice de tempestade, cheiro de terra molhada é um índice de chuva. É válido lembrar que a secundidade, categoria a qual o índice faz parte, pressupõe a primeiridade, portanto, os índices estão permeados de ícones, já que estes apresentam as qualidades, enquanto aqueles representam as qualidades corporizadas. Sobre o índice, Peirce (2005) faz uma ressalva, afirmando que este pode ocupar o lugar do objeto não só pela similaridade ou associações com as características gerais do objeto, mas, principalmente, “[...] por estar numa conexão dinâmica (espacial inclusive) tanto com o objeto individual, por um lado, com os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo” (PEIRCE, 2005, 74).

Já os símbolos são signos genuínos, uma vez que manifestam integralmente a tríade R-O – I (representamem - objeto - interpretante). Esse signo refere-se não há um elemento singular, mas uma espécie, por isso sua existência ou sua retirada no processo de comunicação dos membros de uma sociedade não depende da vontade de um criador, pois eles penetram na mente humana e lá se mantêm através dos contínuos processos de interação e mesmo que não atuantes na discursividade, estão presos na memória dos que o usaram. (PEIRCE, 2005, p.74)

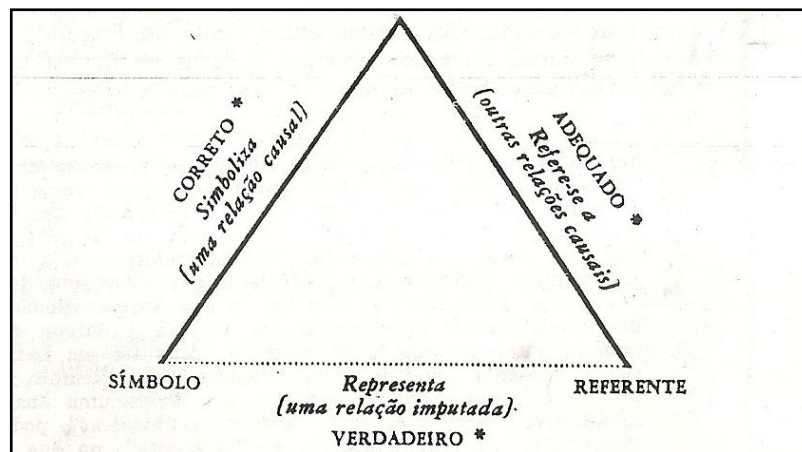
Pode-se afirmar que na concepção criada por Saussure ([1916] 1969), o signo linguístico estaria encaixado na categoria da terceiridade, cujo representamem é um símbolo, uma vez que este possui um caráter social e sua criação ou mudança independe da vontade do usuário da língua, ele apenas recebe a língua como uma herança social. No entanto, ao excluir o objeto extralinguístico e a ação do usuário da língua, Saussure retira do signo linguístico o caráter dinâmico que possui, pois os interpretantes são construídos através de impressões, de conexões, das relações interpessoais e essas não permanecem estáticas; transformam-se.

Tal temática sempre instigou os pesquisadores da linguagem, sendo objeto de interesse de diversos estudiosos, entre eles, Ogden e Richards (1976), que investigaram as relações entre as palavras e as coisas que elas nomeiam. Para esses autores,

quando falamos, o simbolismo que empregamos é causado, em parte, pela referência que estamos fazendo e, em parte, pelos fatores sociais e psicológicos — a finalidade da referência que estamos fazendo, o efeito proposto dos nossos símbolos sobre outras pessoas e a nossa própria atitude. Quando ouvimos o que foi dito, os símbolos fazem com que desempenhemos um ato de referência e ao mesmo tempo, com que tenhamos uma atitude que, de acordo com as circunstâncias, será mais ou menos semelhante ao ato e à atitude de quem falou. (OGDEN; RICHARDS, 1976, p. 32).

Esses linguistas tomaram como base a relação triádica proposta por Peirce (1975, 2005) e afirmaram que há relações de causa entre um símbolo e o pensamento (que se encontra no ápice do triângulo) e entre o pensamento e o referente, representando essas relações através do triângulo semiótico.

Figura 13 – Triângulo semiótico de Ogden e Richards



Fonte: OGDEN e RICHARDS, 1976, p.32.

Observando o triângulo semiótico, verifica-se que as relações causais são representadas por linhas sólidas, enquanto que a linha que liga o símbolo ao referente é pontilhada, por se tratar de uma relação indireta. Essa linha apresenta a legítima função de um signo: a representação dos elementos do mundo extralinguístico. A ausência da base do triângulo permite afirmar que as palavras, enquanto símbolos convencionados pela sociedade, não são motivadas, mas mesmo assim, o vínculo criado com o referente mantém-se, pois ele é necessário para o encadeamento das significações e, muito embora, o signo linguístico mantenha uma relação imputada com o referente, afastando a ideia do vínculo natural, entre

nome e coisa nomeada, existem casos em que ocorrem motivações, sejam elas fonéticas, morfológicas ou semânticas.

Para o semanticista francês Guiraud (1980), as palavras são etimologicamente motivadas, porém, tal motivação tende ao obscurecimento e depois ao apagamento. Para esse autor,

esse obscurecimento da motivação é tanto mais geral quanto mais ele é necessário, porque se tais associações se impusessem, elas poderiam acarretar uma restrição do sentido; [...] a palavra deve evocar o conjunto da coisa denominada e não apenas o caráter motivante, que, muitas vezes não é o essencial. [...] A motivação deve, portanto, apagar-se em proveito do sentido, porque, caso contrário ela se arriscaria a restringi-lo [...]. Mas a motivação é uma força criadora inerente à linguagem social, que é um organismo vivo de origem empírica; **somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica, que pode, aliás, ao se apagar, trazer uma alteração do sentido.** (GUIRAUD, 1980, p. 28. Grifo nosso).

Logo, na visão desse semanticista a possibilidade de motivação linguística existirá através de duas formas: interna e externa. A primeira ocorre a partir de motivações morfológicas, assim como Saussure ([1916] 1969) havia relatado, e a segunda cria um vínculo com o elemento extralinguístico; tal motivação pode ser de caráter fonético, no caso das onomatopeias, ou **metassêmico**, quando ocorre uma mudança de sentido devido à similitude entre um significado de uma palavra já conhecida e o objeto que se deseja nomear, como nas metáforas **pé-de-cabra**, **cabeça** do prego, **folha** de papel, **asa** da xícara; ou por associação, como nas metonímias, em que o nome é formado a partir de uma relação de contiguidade com o objeto que se deseja nomear, como por exemplo, **pica-pau**, **girassol**, **beija-flor** e **joão-de-barro**.

Diante do exposto, verifica-se que o ato de nomear possui ao mesmo tempo um aspecto cognitivo, em que o homem utiliza o nome para descrever as características objetivas da coisa a ser nomeada, e um aspecto expressivo (GUIRAUD, 1980), em que o homem lança mão de um nome para mostrar suas impressões sobre aquilo que será nomeado, utilizando, no ato da nomeação, todo caráter criativo e dinâmico da língua, pois que, a criatividade consiste em deslocar significados de palavras que nomeiam referentes já existentes para nomear outros referentes que não possuem um nome adequado à sua forma ou função.

Conforme o que foi discutido sobre arbitrariedade e motivação dos signos linguísticos, é possível conceber os topônimos como signos motivados semanticamente, uma vez que há



uma relação de contiguidade entre o nome e o referente, que é o próprio lugar. A partir do momento que o denominador retira o signo linguístico do repertório comum e lhe atribui uma função toponímica há um fator motivador para esse fenômeno, suas causas ficam contidas no próprio nome. Assim, o que antes era arbitrário passa a ser motivado, afirmando Dick (1990a) ser essa uma das principais características do topônimo. Sobre a motivação toponímica, essa toponimista afirma que ela transparece em dois momentos:

- primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; - e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas. (DICK, 1990a, p. 39).

Com essa compreensão que se torna possível o entendimento de que o denominador pode ser motivado por questões pertencentes a fatores físicos ou a fatores ligados a fatos atropoculturais, como, por exemplo, hábitos da sociedade, religião, política, economia, entre outros fatores. Na maioria das denominações toponímicas, em que a causa denominativa encontra-se vinculado a fatores físicos é possível perceber “[...] uma relação quase unívoca entre os termos implicados quando traduzem referências de cor, forma, tamanho, constituição natural” (DICK, 1990a, p. 39), é o que se observa em Povoado *Alto do Morro* (BA), Povoado *Água Comprida* (BA), Povoado *Água Preta* (BA), Povoado *Engenho de Baixo* (BA), Povoado *Pedra Branca* (BA), Povoado *Rio Fundo* (BA).

Nestes casos, diz-se que esses topônimos são descritivos, pois possuem uma corporificação dos aspectos observados no lugar, os quais são transferidos para o topônimo, indicando dimensão, cor, localização, entre outros aspectos percebidos. Dick (2000) afirma que esses topônimos são conhecidos como “expressões fixas”, pois seus

elementos formadores, dispostos, sintaticamente, na sequência frasal, encadeiam-se como um verdadeiro bloco fechado, monolítico, a que não se pode acrescentar nenhum outro componente gramatical [...] sob pena de perda do *status* nominativo validado pela teoria onomástica. As modificações que ocorrem ou quando ocorrem, sucedem-se apenas no plano da fala, de acordo com as combinatórias possíveis permitidas pelo sistema, por interferência da oralidade no enunciado escrito, Diminuições, reduções de palavras, encurtamentos de realização, são fenômenos comuns hoje em dia, no campo toponímico [...] (DICK, 1998, p. 62).

Tais topônimos tornam-se conservadores das características do lugar e mesmo que elas, por algum motivo, venham a desaparecer, ainda serão mantidas através do nome, pois surgiram de forma espontânea, ou seja, ligados aos interesses ou as forças sociais que regem a coletividade (SAPIR, 1969). Tais “expressões fixas” podem se tornar um modelo de nomeação toponímica de determinada área, podendo ser encontradas tanto na língua dominante quanto dos adstratos que contribuíram para a formação do léxico da sociedade em estudo, isso dependerá do interesse e da sua relação que cada povo possui com o ambiente físico (DICK, 1998).

Como exemplo, citam-se as nomeações toponímicas atribuídas pelos indígenas brasileiros que verificavam as características mais marcantes para descrever o ambiente e o nome correspondia a essa observação que poderia ser objetiva ou subjetiva. Por exemplo, em *Marapé*:<sup>20</sup> “*corr.* Mbará-apé, o caminho do mar ou que leva ao mar [...]” (SAMPAIO [1901] 1987, p. 280), ou em *Aporá*: “A, ã, ama, uã (do guarani **puã**, elevar-se sobre alguma superfície) = alto, elevado; altura, elevação; **PORANGA**, porã (guarani) = belo, bonito [...]” (GREGÓRIO, 1980, p. 331; 1075); “*APORÁ s.c.* **A-porá**, altura bonita, cabeça formoso[...]”. (SAMPAIO [1901] 1987, p. 193). Nas palavras de Sampaio ([1901] 1987, p. 19), esses nomes de lugares para os indígenas “[...] são, a bem dizer, verdadeiras definições do meio local”.

O que ocorre nesse processo é que a ação da função toponímica transforma os signos linguísticos em signos icônicos, pois se tornam motivados semanticamente através de um processo metassêmico (GUIRAUD, 1980), constituído a partir de metáforas e metonímias, resultantes das percepções sensitivas provocadas no denominador no ato da nomeação. “Constroem-se, assim, pela palavra lexical, detalhes-referência para indicar um todo, semantizado metonimicamente.” (DICK, 2001, p. 79).

A simbologia do topônimo será evidenciada na discursividade, pois aceito pela coletividade, ele passa a ser legitimado através das gerações e cristalizado no âmbito das denominações onomásticas. A tendência destes signos é de perpetuar-se, preservando, ao longo do tempo, além de traços descritivos, formas linguísticas que podem indicar não só a sua origem, mas, também, a visão de mundo do grupo denominador. Por esse motivo, o topônimo também é visto pelos pesquisadores como um fóssil linguístico.<sup>21</sup>

De fato, há topônimos que preservam formas linguísticas arcaicas ou oriundas de línguas diferentes, as quais, do ponto de vista sincrônico, apresentam-se como desconhecidas

<sup>20</sup> Esses exemplos são nomes de povoados do Recôncavo baiano e estão integrados ao *corpus* dessa tese.

<sup>21</sup> Dick (1990a, p. 42) afirma que o primeiro a utilizar essa expressão foi o geógrafo francês Jean Brunhes, o qual considerava o topônimo um “fóssil da geografia humana”.

ao falante da língua, mas que vão se incorporando gradativamente ao discurso, sem que os mesmos se preocupem com o seu significado ou sua origem. E, realmente, é assim que deve acontecer, pois, como afirma Guiraud (1980), a motivação que provocou a nomeação não é o essencial na discursividade, o que mais importa é o conjunto evocado pelo nome, que no caso dos topônimos, é o lugar a que ele se refere.

O obscurecimento é consequência da ação do tempo e poderá ocorrer quer com as “expressões fixas”, indicadoras dos traços descritivos do ambiente físico, quer com topônimos vinculados ao ambiente antrópico reveladores de costumes de uma sociedade, representativos de atividades profissionais, econômicas, políticas, religiosas, de lazer ou ainda a aspectos psicológicos que de uma forma ou de outra acabam por representar a coletividade, mas que se tornam incompreensíveis. É o que acontece com topônimos que são como verdadeiras frases e que também são utilizados sem que permita ao falante a inserção de mais nenhum termo, como por exemplo, Povoado *Deus Dará* (Cachoeira- BA), Povoado *Quebra-Bunda* (Cachoeira- BA); Povoado *Raspa Pau* (Conceição do Almeida-BA); Povoado *De Volta à Esperança* (Santo Amaro- BA).

Tal questão direciona-se ao segundo aspecto da motivação toponímica, mencionada por Dick (1990a; 1990b), pois cabe aos toponimistas uma investigação sobre o material linguístico, que é o próprio topônimo, como forma de buscar a sua natureza semântica. Dessa forma, o desmembramento dos seus elementos de composição, visando buscar sua origem linguística e seu significado, possibilitará o seu encaixamento em um modelo taxionômico capaz de caracterizar a cosmovisão dos povos que atribuíram às denominações toponímicas, mostrando que os topônimos estão, realmente, ligados à cultura de cada sociedade e, se sociedades apresentam elementos culturais diferenciados, de acordo com o seu modo de agir, os topônimos também irão retratar essas diferenças.

Pensando, portanto, em como direcionar a Toponímia em uma disciplina completa e vinculá-la, no Brasil, no âmbito das investigações científicas, Dick (1990b) afirma que

esse amálgama intrincado de nome, que constitui a tessitura toponomástica propriamente dita de um território, deve sofrer, por sua vez, uma ordenação ou catalogação a partir, agora, não do doador (o homem) e, sim, do produto gerado. Num primeiro momento é, pois, o homem que preside a escolha do nome, permitindo a averiguação de todos os impulsos que sujeitaram o ato nomeador; num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos. (DICK, 1990b, p. 25).

Conclui-se, portanto, com essa afirmação de Dick, que o ponto de partida dos estudos científicos da Toponímia inicia-se com o denominativo exposto em uma dimensão geográfica,

mas é a motivação toponímica, isto é, aquilo que está contido no produto final, o próprio topônimo, que traz a possibilidade de pensar em uma taxionomia ligada à realidade física e antrópica de cada sociedade. Em se tratando do Brasil, essa realidade é bastante diversa e rica, seja no que diz respeito aos elementos físicos, seja no que se refere ao elemento humano, a pesquisa toponímica pode, pois, sistematizada de forma correta, trazer o resgate da memória e da identidade sociocultural da sociedade brasileira.

#### 2.4.2 Sintagma<sup>22</sup> toponímico: estrutura e formação morfológica

O topônimo é um elemento lexical resultante de universo rico e complexo da relação existente entre língua, cultura e sociedade, sua análise mais aprofundada possibilita o conhecimento da trajetória do homem em sociedade, mostrando seus hábitos, valores construídos socialmente e seus vínculos com o ambiente natural ou com o ambiente modificado por ele mesmo. A carga semântica contida no topônimo possibilitará entender as causas que impulsionaram o denominador a deslocar um nome do seu repertório linguístico e atribuir-lhe a função toponímica, em outras palavras, atribuir a um nome comum a condição de nome próprio, tornando-o um nome que identifica e particulariza um lugar.

Ao atribuir essa função a um nome, o denominador vincula-o a um acidente geográfico, de natureza física – rios, lagos, córregos, serras, montanhas, etc. – ou de natureza humana – vilas, povoados, municípios, ruas, bairros, etc. –, criando um conjunto que mantém uma relação binômica. A essa junção dá-se o nome de sintagma toponímico (DICK, 1990b), composto por dois elementos: o termo ou elemento genérico, o acidente geográfico que será denominado; e o termo ou elemento específico, que é o nome que será chamado como topônimo.

Quadro 1 – Termos do sintagma toponímico

<b>TERMO GENÉRICO</b>	<b>TERMO ESPECÍFICO</b>
Povoado	São Roque dos Macacos (Varzedo - Ba)
Rio	Caípe (São Francisco do Conde - BA)

Fonte: Produção da autora

<sup>22</sup> Em sentido restrito, sintagma é construção que se faz no plano das estruturas sintáticas [...]. O elemento necessário, pressuposto para que ele se configure, é um substantivo ou um verbo; um e outro podem articular-se ou não com elementos marginais, inclusive outros sintagmas, de valor adjetival ou adverbial. (CARONE, 1988, p. 16).

A composição do sintagma toponímico pode ocorrer de forma justaposta, em que seus elementos colocam-se lado a lado, ou de forma aglutinada, com perdas de fonemas, formando um único bloco, de forma que permanecem

[...] fechados em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que é um ou outro, principalmente, [...] se a língua falada já excluiu de seu uso o vocábulo em questão. Frequentemente, nesses casos, adota-se, como recurso explicativo, o reforço de um novo genérico, para complementar a idéia daquele que foi absorvido, por inteiro do designativo, em seu núcleo complexo. Diz-se, então, que o termo genérico tende a perder a função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico. (DICK, 1990b, p. 10).

No Brasil, em topônimos oriundos de línguas indígenas, há a aglutinação do termo genérico ao termo específico, provocando sua cristalização e esvaziamento semântico, uma vez que a maioria das línguas indígenas brasileiras encontra-se em estado de extinção ou de desconhecimento da população. Assim, como forma de reafirmar o termo genérico, incorpora-se ao sintagma um elemento linguístico que possa identificar de forma imediata o espaço geográfico nomeado.

Como exemplo do que foi mencionado, cita-se o sintagma toponímico rio *Caípe* – que foi referencial para nomeação de dois povoados na região do Recôncavo baiano: *Caípe* e *Caípe de Dentro* – o termo específico desse sintagma apresenta seus elementos aglutinados, em que *caá-* é mato, erva, planta, folha; *-y-*, a água, o líquido; o rio, a corrente e *-pe*, preposição locativa, correspondente à preposição “em”, na língua portuguesa; donde: “no rio da mata”. Desconhecida a presença do substantivo “rio” na formação linguística tupi, o falante da língua portuguesa inseriu o termo genérico condizente ao seu idioma.

Há ainda casos em que os acidentes geográficos, indicados pelo termo genérico, são toponimizados, isto é, o acidente geográfico assume um papel tão significativo para a comunidade linguística que a tendência é transformá-lo em topônimo. Assim, o termo genérico passa a assumir sozinho, ou acompanhado de outro elemento, a função toponímica. Como exemplo, pode-se citar o povoado *Cachoeira* (Maragogipe - BA); povoado *Chapada* (Muniz Ferreira - BA); povoado *Brejo* (Cachoeira -BA).

A diversidade dos elementos observados no ambiente físico e antrópico provoca a criatividade lexical do denominador, que poderá incorporar ao elemento linguístico tudo o que abstrai de mais significativo no elemento do mundo externo, o lugar. Assim, suas percepções serão incluídas ao termo específico, dando-lhe as seguintes estruturas morfológicas, como se vê por meio do quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura morfológica do termo específico do sintagma toponímico

Termo específico simples formado por substantivos ou adjetivos.	Ex: povoado Dendê (Maragogipe-BA); povoado Avenida (Santo Antônio de Jesus- BA); povoado Lopes (Conceição do Almeida-BA).
Termo específico simples acompanhado de elementos lexicais de derivação.	Ex: povoado Coqueiro (Castro Alves- BA); povoado Sobradinho (Cabaceiras do Paraguaçu-BA).
Termo específico composto formado por mais de um elemento lexical.	Ex: povoado Areia Grossa (Varzedo-Ba); povoado Taitinga (Muniz Ferreira-BA); povoado Açougue Velho (Santo Antônio de Jesus- BA).
Termo específico híbrido simples ou híbrido composto	Ex: Povoado Sapezinho (São Felipe-BA); povoado São Francisco da Mombaça (Conceição do Almeida-Ba).

Fonte: Produção da autora

É possível constatar, através dos exemplos dos topônimos apresentados, que o léxico toponímico aguça a curiosidade do toponimista, quer pela sua estrutura morfológica, quer pela capacidade criadora em nomear os lugares. Entretanto, é válido ressaltar que

não há um compromisso real do denominador nem uma imposição do processo de nomeação quanto a representar fidedignamente a paisagem; num contexto físico como o brasileiro, dominado pela geomorfologia exuberante, o denominador pode resistir a esse cenário e encontrar, em si mesmo, em seu suporte psíquico, uma motivação noológica. Em seu livre arbítrio, o sujeito pode optar por injunções de diversas ordens, afastando-se de qualquer tendência objetiva, presa às condições do meio. (DICK, 1999, p. 133).

Ciente disso, o toponimista precisará levantar dados relacionados aos movimentos históricos que esclareçam a origem, a formação e o desenvolvimento da região em estudo; suas principais atividades econômicas e sociais e a análise do seu ambiente físico, com o intuito de verificar se esses podem ser índices significativos para a formação do modelo onomástico das localidades que compõem a área estudada.

Portanto, pelo que aqui foi exposto, há de se concordar com a afirmação de Drumond (1965), quando o mesmo afirma ser a Toponímia uma área ampla de investigação, com inúmeras possibilidades de pesquisa. Levando-se em consideração o fato de que nomear o espaço geográfico, seja ele da área urbana ou rural, é uma necessidade do ser humano, entende-se que a variedade de material para análise é inesgotável.

Assim sendo, as disciplinas aqui apresentadas, Dialetologia, Sociologia e Lexicologia, imbricam-se com a Toponímia, não somente por se tratarem de áreas da Linguística e pelo fato dos estudos toponímicos corresponderem à área da Lexicologia, mas porque todas buscam compreender, mesmo que com estratégias diferenciadas, a realidade linguística do PB no espaço geográfico e social.

Pode-se, por conseguinte, levantar alguns pontos de interseção entre a Toponímia e essas áreas: (i) o levantamento de fatores contextuais da sociedade, que envolvem aspectos sócio-históricos e culturais, como o estudo das línguas em contato e sua contribuição para a formação do PB; (ii) pesquisa *in loco* – no caso da Toponímia, quando necessário e possível – com falantes de uma faixa etária específica e que tenham conhecimento da história do local; (iii) a possibilidade de mapear o espaço geográfico através da frequência da nomeação toponímica, tanto pelo étimo do topônimo quanto pela motivação semântica; (iv) a necessidade da descrição etimológica dos termos específicos do sintagma toponímico e análise da sua estrutura morfológica, bem como um encaixe dos topônimos em uma taxionomia concernente às suas motivações semânticas; (v) catalogação do material pesquisado, com dados relacionados aos itens levantados durante a pesquisa.

Portanto, através dos fatos discutidos, observa-se que a pesquisa toponímica brasileira apresenta uma fundamentação bastante consistente na área da Linguística, cuja grandeza não está somente no material analisado – o topônimo – mas, também, na metodologia usada, a qual vem se revelando bastante eficiente e com possibilidades de desenvolvimento constante na área da pesquisa linguística. Discorrer sobre esse aparato teórico-metodológico torna-se algo imprescindível para a composição deste trabalho.

### **2.4.3 História dos estudos toponímicos no Brasil: breve relato**

Antes mesmo de abordar os estudos toponímicos no Brasil, é preciso contextualizar o surgimento e desenvolvimento da Toponímia, mesmo que de forma breve. Seu surgimento ocorre em um momento em que as pesquisas na área da Linguística estavam concentradas nas pesquisas etimológicas, pois pesquisadores buscavam uma língua de origem para as línguas indo-europeias, uma protolíngua. A autonomia dessa disciplina inicia-se no final do século XIX, na França, em 1878, com Auguste Longnon, que introduziu seus estudos de forma regular na *École Pratique des Hautes-Études* e no Colégio da França, após sua morte, seus alunos da academia publicaram uma obra póstuma, com o título de *Les noms de lieu de la France*, em 1912.

Entre os alunos de Lognon, destaca-se Albert Dauzat, que retoma os estudos em Onomástica, em 1922. Dez anos depois, funda a *Réveu des Études Anciennes*, na qual publica a *Chronique de Toponymie*, traçando a bibliografia crítica de autores de diversas áreas que haviam feito, até então, trabalhos relacionados a nomes antigos de lugares, com a finalidade de comparar formas atuais com as formas antigas, buscando as origens do topônimo, pois, seguindo esse linguista

les noms de lieux, plus que tous autres peut-être, ont éprouvé, au cours de leur évolution, des altérations variées : mais ces altérations ne doivent pas se conjecturer au petit bonheur pour les besoins d'une hypothèse : elles ont leur raison d'être, elles doivent s'expliquer par des causes plausibles qui se rattachent presque toutes à l'analogie, parfois à de fausses lectures ; elles doivent se retrouver dans des cas similaires. Il importe de ne pas étudier un<sup>23</sup> nom isolément, de le replacer dans son groupe, dans le milieu historique qui a présidé à sa formation, de comparer les divers représentants d'un même toponyme ou de types similaires [...] (DAUZAT, 1932, p. 64).

Constata-se que, seguindo uma linha de pesquisa filológica, com dados comparativos entre línguas, em sincronias diferenciadas, Dauzat (1932) consegue apontar caminhos para a sistematização dos estudos toponímicos, como o estudo da frequência de denominativos de línguas posteriores que coexistem com denominativos de línguas que se sobrepuseram àquelas; busca por áreas de frequência de ocorrência desses denominativos e um estudo morfológico dos mesmos.

Assim, como precursor na sistematização científica da área da Onomástica, Dauzat organiza, em 1938, o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, com participação de vinte e um países, no qual traça algumas metas para a área, entre elas está produção de glossários de nomenclatura geográfica e a sistematização dos processos de pesquisa.

No que diz respeito às Américas, destaca-se, em 1951, a publicação da Revista *Names*, em Detroit. Essa revista é resultado dos trabalhos realizados pela *American Names Society*, que tem como objetivos para as pesquisas “[...] o estudo da etimologia, sua origem, significado e aplicação de todas as categorias de nomes: geográficos, pessoal, científico,

---

<sup>23</sup> os nomes de lugares, talvez mais do que qualquer outro, experientes, variaram alterações no curso de sua evolução, mas essas alterações não devem ser conjecturadas ao acaso para os propósitos de uma hipótese. Eles têm a razão de ser, eles devem ser explicados por causas plausíveis, que estão, quase todas, relacionadas à analogia, às vezes a falsas leituras. [...] É importante não estudar um nome isoladamente, coloca-lo de volta ao seu grupo, no meio histórico que levou à sua formação, para comparar os vários representantes de mesmo topônimos ou tipos semelhantes. (DAUZAT, 1932, p. 64. Tradução nossa).



comercial e popular, e a divulgação desses resultados” (DICK, 1990b, p.2). Entre os nomes desse grupo, destaca-se o de George Stewart, autor de *A classification of place names*, dando enfoque nos meios e mecanismos pelos quais os lugares são nomeados, sistematizando, em seu estudo que criou nove categorias toponímicas.

Destacam-se entre as categorias criadas por Stewart (DICK, 1990a) os **nomes descritivos**, que podem ser **descritivos puros**, aqueles que apresentam uma espécie de relação de conexão com o lugar que não é possível de ser desfeita (Ex. povoado *Terra Seca-Maragogipe-BA*); **descritivos relativos** são nomes que tomam como base a denominação de outro lugar, cujas características são contrárias àquele que será nomeado (Ex. povoado *Copioba Açú*, povoado *Copioba Mirim- Nazaré - BA*); **descritivos associativos** surgem quando o denominador toma como referência algo que não corresponde, necessariamente, ao ambiente físico, como, por exemplo, algum local de trabalho existente no local (Ex. *Açogue Velho - Santo Antônio de Jesus - BA*). Stewart (DICK, 1990a) aponta, também, a categoria de **nomes eufemísticos** que representam uma característica idealizadora a respeito do lugar, pois fazem menção a um tempo futuro, àquilo que se espera do lugar, por isso não se encaixam na categoria dos descritivos (Ex. povoado *Boa Sorte - Castro Alves - BA*).

Voltando-se para a América do Sul, há de se citar a contribuição do geógrafo Adolfo Salazar-Quijada (ALEXIS, 2011), que escreve, em 1983, *La Toponimia venezolana en las fuentes cartográficas del Archivo General de Indias*, trabalho em que faz uma compilação cartográfica, através de diversas esferas político-territoriais, destacadas entre o século XVI e final do século XIX. Como se vê, o trabalho de Salazar-Quijada tem como enfoque a cartografia, como forma de apresentar os topônimos venezuelanos, além disso, essa obra traz a possibilidade de unir o trabalho de filólogos e linguistas que se dedicam a outras áreas de estudo, a fim de que possam desenvolver estudos sobre esses denominativos.

Em 1985, esse autor faz sua obra mais importante *La Toponimia en Venezuela*, com uma proposta de classificação baseada em dois critérios: o primeiro elaborado de acordo com aplicação do nome, isto é, de acordo ao componente geográfico descrito pelo nome, assim, o autor obtém as seguintes classificações: astinônimo, para nomes referentes a centros populacionais e referências a centros urbanos; hidrônimo, nomes referentes ao elemento água; orônimos, para elementos relacionados ao relevo e espeleônimos, nomes que fazem referência a formações cavernosas.

O segundo critério está relacionado ao motivo, ou seja, aos aspectos que caracterizam o nome, desse critério são obtidas as seguintes classificações: fisiotopônimos, nomes que descrevem as características geomorfológicas dos acidentes geográficos; zootopônimos,

ligados à fauna; fitotopônimo, ligados à vegetação; minerotopônimos, quando os topônimos descrevem minerais; hagiopônimos, referentes a santos e símbolos sagrados; somatotopônimo, quando os topônimos descrevem partes do corpo humano ou animal; cognomotopônimo, relacionados a nomes de pessoas; pragmatopônimos, descrição de atividades econômicas ou de lugares em que elas são exercidas e os toptopônimos, são os topônimos que fazem referência a outros lugares diferentes ao do denominador. (apud ALEXIS, 2011). Vê-se, pois, que a classificação atribuída por Salazar-Quijada possui uma abrangência capaz de englobar fatores observados tanto no ambiente físico quanto social.

Todavia, mesmo que essas classificações sejam pertinentes com uma metodologia científica na área da Toponímia, as realidades, apesar de guardarem semelhanças em alguns aspectos, são diferentes, seja no que diz respeito ao ambiente físico, seja naquilo que se refere ao ambiente social, uma consequência inevitável de formações culturais diferentes. Para compreender tal questão, toma-se como base a definição de Benveniste (1976) sobre cultura.

Cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma. Ora, assim como cada língua, cada cultura emprega um aparato específico de símbolos pelo qual cada sociedade se identifica. A diversidade das línguas, a diversidade das culturas, as suas mudanças mostram a natureza convencional do simbolismo que as articula. É definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura. (BENVENISTE, 1976, p. 32).

Partindo dessa afirmativa, compreende-se a necessidade de criar uma sistematização para os estudos do léxico onomástico-toponímico, de acordo à realidade dos ambientes físico e social que foram sendo formados no território brasileiro. O Brasil é diferente em aspectos referentes à fauna, à flora, ao clima, ao relevo, à formação social, aos aspectos econômicos, aos aspectos religiosos, aos aspectos políticos, enfim, são diferenças que particularizam o país e o povo que o formou e que não podem ser negligenciadas.

Para entender melhor como foi criada uma classificação toponímica brasileira que abrangesse todos os aspectos observáveis, cita-se a linha do tempo para os estudos onomástico-toponímicos no Brasil, formulada por Isquierdo (2012b), tal trajetória é apresentada em três sincronias: a primeira inicia-se de 1901 até 1979; a segunda compreende uma década, iniciando-se de 1980 até 1990 e a terceira a partir de 1990.

A autora aponta como característica fundamental da primeira fase a origem filológica dos estudos toponímicos, voltados para a descrição etimológica dos topônimos de origem indígena. Certamente, que os filólogos e dialetólogos brasileiros da época encontravam-se, de forma individualizada, realizando pesquisas linguísticas que pudessem ressaltar as diferenças linguísticas e culturais que viessem particularizar o Brasil como nação e pela noção de que existiam, nesse território, ainda muitas línguas indígenas a serem estudadas, além da tão destacada língua tupi.

Porém, no que diz respeito ao estudo toponímico dessa sincronia, Isquierdo (2012b) ressalta um grupo formado por três autores, destaque primeiro para Theodoro Sampaio, em 1901, cuja obra, *O Tupi na geografia nacional*, continua sendo base para diversos estudos linguísticos no país. A primeira parte desse livro apresenta uma análise sobre aspectos fonético/fonológicos, morfológicos da língua tupi, além de questões relacionadas à semântica, no que diz respeito à interpretação de vocábulos tupis associados à geografia brasileira; a segunda parte apresenta o vocabulário geográfico brasileiro, com a descrição da etimologia dos topônimos, seguido da significação. O autor recebeu algumas críticas a respeito de confusões em relação à etimologia e à troca entre termos da língua tupi e guarani (EDELWEISS, 1987), mas nada que desmereça o esforço e protagonismo do seu trabalho.

O segundo, em destaque, nesse período, foi Armando Levy Cardoso, que, em 1961, publica seu livro *Toponímia brasílica*, acrescentando, de forma valorosa, ao léxico toponímico de origem indígena as contribuições linguísticas de origem caribe e aruaque, tendo como objeto de pesquisa os topônimos brasílicos da Amazônia.

Seguido a este, está Carlos Drumond, com sua obra publicada, em 1965, *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*. Drumond, assim como Levy Cardoso, apresenta a diversidade linguística das denominações geográficas existentes no Brasil, deslocando o foco da língua tupi para outras contribuições de origem indígena. Como fontes de pesquisa, esse autor utilizou cartas topográficas de Mato Grosso e Corumbá, trabalhos do sertanista Marechal Rondon, César Albisetti, Antônio Colbachini e o historiador Basílio Magalhães, além de visita feita à aldeia Bororo, como forma de esclarecer o significado dos denominativos toponímicos. Em sua pesquisa, fez o levantamento de duzentos e vinte três topônimos, separados entre as áreas da oronímia e hidronímia. (MAGALHÃES, 1967). Verifica-se que o trabalho realizado por Drumond (1965) não se dá de forma desvinculada aos princípios de pesquisa científica aplicada à Onomástica, os quais já estavam sendo traçados na Europa e na América.

A obra de Drumond (1965) impulsiona os trabalhos acadêmicos acerca das línguas indígenas no Brasil, desenvolvido no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Esse autor encontra apoio em seus colegas acadêmicos Plínio Ayrosa e Erasmo d'Almeida Magalhães, os três juntos esboçaram os parâmetros para a composição de um atlas toponímico brasileiro.

Dando continuidade às sincronias estabelecidas por Isquierdo (2012), alcança-se o trabalho desenvolvido pela orientanda de Carlos Drumond, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, a qual foi preparada pelo seu orientador a integrar suas pesquisas na área da Toponímia, a partir do momento em que passou a compor a equipe de professores da USP, pois, segundo Drumond (1984, p.12) nesse campo de pesquisa “[...] avultam, em complexidade, questões as mais diversas, levando-se em conta a estratificação, no território, de diferentes camadas toponomásticas, oriundas do verdadeiro mosaico linguístico formado, principalmente, pelos idiomas indígenas.”.

Assim, a tese de doutoramento da professora Dick foi defendida em 1980, junto ao departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, intitulada *Motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*. Segundo Dick (1990a), o modelo taxionômico por ela elaborado, em 1975 e reiterado em 1990,

deve ser interpretado como um instrumento de trabalho que possibilitará, provavelmente, a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos geográficos, de maneira a satisfazer as demandas da pesquisa. Tentou-se, tanto quanto possível, nessa análise, evitar as necessidades de um constante recuo ao passado histórico, para se atingir o alcance do significado do topônimo. Este seria fornecido pela interpretação linguística de seus elementos formadores, tão somente. Por isso mesmo, todo o processo de pesquisa desenvolve-se em um nível sincrônico de averiguação dos fatos, reservando-se o levantamento diacrônico dos dados concorrentes para o estudo descritivo das taxes, isoladamente consideradas. (DICK, 1990a, p.24).

Diante do exposto pela professora Dick, fica claro que se inaugura, no Brasil, uma sistematização nas pesquisas toponímicas, capaz de favorecer a criação do já pensado atlas nacional voltado para essa área, pois sua teoria favorece o tratamento dos dados sobre uma ampla perspectiva. A toponimista aponta um caminho metodológico e formula um sistema de classificação toponímica, inicialmente, composto por dezenove taxionomias (DICK, 1990a), seguido por uma complementação, em que são incluídas mais oito, como forma de garantir

uma classificação capaz de englobar as diversidades verificadas nas motivações toponímicas, referentes aos ambientes físico e antrópico do Brasil.

Com base nos estudos de Dick, essa década foi marcada pelos trabalhos desenvolvidos por essa toponimista, cujos objetivos concentram-se no desenvolvimento do *Atlas Toponímico Brasileiro* (ATB) e a sua variante regional o *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo* (ATESP), coordenado por ela mesma, com o objetivo de catalogar e analisar os topônimos desse estado, através de uma análise não só etimológica, como também a análise de aspectos semânticos, lexicais, inserindo-os em uma realidade extralinguística, a partir de uma abordagem sobre os aspectos geográficos e sócio-históricos.

A última sincronia, segundo Isquerdo (2012), inicia-se a partir da década de 1990, momento em que a produção de atlas toponímicos regionais é levada adiante. Descentraliza-se o estudo toponímico do estado de São Paulo e sob a orientação da toponimista Maria Vicentina Paula do Amaral Dick, professores das universidades do Brasil dão início a suas pesquisas, reiterando a necessidade de conhecer de forma sistematizada a complexidade do universo do léxico onomástico-toponímico brasileiro.

Entre os primeiros atlas cita-se o *Atlas Toponímico do Paraná* (ATEPAR) desenvolvido, em 1988, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); o *Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul* (ATEMS) que foi formulado em duas etapas, a primeira realizada na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), entre os anos de 2001 a 2006, e a segunda etapa, concluída em 2011, resultado da parceria da UFMS com mais duas universidades do estado, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Em 2005, entra em desenvolvimento o *Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais* (ATEMIG), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação da professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. O ano de 2006, no estado do Tocantins, a toponimista Karylleila dos Santos Andrade, a partir da sua tese de doutoramento, lança o *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins* (ATITO), implementando, em 2011, o *Atlas Toponímico do Tocantins* (ATT) sob sua coordenação, na Universidade Federal do Tocantins (UFT);

Como se observa, não existem núcleos específicos para o estudo da Toponímia, mas iniciativa de professores que atuam nas universidades brasileiras e que comungam do mesmo desejo de conhecer a realidade toponímica do Brasil. Desses projetos surgiram monografias, dissertações e teses de doutorado que enriquecem constantemente o trabalho regional e nacional da Toponímia. Na Bahia, diferente do que se observou na área da Dialetolegia, o

estudo toponímico ficou contido a dissertações e teses vinculadas a programas de pós-graduação das universidades do estado.

Como exemplo, cita-se o Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), na Universidade na Universidade Federal da Bahia (UFBA), gerou alguns trabalhos realizados sobre topônimos, muitos deles vinculados à área da Filologia, em que se utiliza como fonte primária o *Livro Velho do Tombo*, com um importante valor de pesquisa linguística.

Entretanto, com os princípios metodológicos investidos por Dick (1990a, 1990b), pode-se citar a tese de doutoramento do professor Ricardo Tupiniquim Ramos, orientado pela professora Suzana Alice Marcelino Cardoso, renomada dialetóloga brasileira, em 2006, com o título de *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças* (RAMOS, 2006). Em sua tese, Ramos descreve os denominativos toponímicos que nomeiam os municípios da Bahia, tomando como recorte cinco sincronias, 1827, 1890, 1940, 1970 e 2000, realizando um estudo panorâmico da toponímia histórica desses municípios e as mudanças toponímicas que ocorreram em cada sincronia. Como fonte primária, o pesquisador utilizou os mapas oficiais do estado da Bahia, além de leis publicadas no Diário Oficial do Estado e como fonte secundária os trabalhos de historiadores sobre a formação do território baiano. A análise dos dados foi realizada com verificação da origem dos topônimos e a utilização da taxionomia, para a maioria dos topônimos, a partir do modelo proposto por Dick (1990a, 1990b), além da exposição de cartas topográficas, em um segundo volume da tese.

Em 2010, o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura<sup>24</sup> (PPGLinc - na Universidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA), Almeida, no ano de 2010, inicia sua pesquisa para composição de sua dissertação, intitulada *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural* (ALMEIDA, 2012), sob orientação da professora Serafina Pondé, com conclusão em 2012. Esse trabalho foi realizado em uma perspectiva sincrônica, utilizando, desde o princípio, a sistematização proposta pela metodologia aplicada aos estudos toponímicos, no que diz respeito às fontes, à utilização do modelo taxionômico proposto por Dick (1990a, 1990b) e a catalogação dos cinquenta e sete topônimos coletados, sendo enriquecida a pesquisa com a visita aos povoados em estudo e uma conversa mais próxima com moradores.

Cita-se, ainda, a composição da dissertação de Harmensz Van Rin Morais de Assis, em 2013, *Topônimos no Sul da Bahia: Nomações dos Municípios Originados da Capitania*

---

<sup>24</sup> Em 2009, após aprovação da câmara de Pós-Graduação e Pesquisa e pelo CONSEPE da UFBA, houve uma reestruturação do PPGLL, com a criação de dois novos programas: Língua e Cultura e Literatura e Cultura.

*Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960)* (ASSIS, 2013), vinculada, também, ao programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, orientada pela professora Célia Marques Telles. O autor utilizou a taxionomia proposta por Dick e realizou a catalogação em fichas lexicográfico-toponímicas. Também sob a orientação da professora Célia Telles, nesse mesmo ano, Flávia Vicente compôs sua dissertação com o título *Além e Aquém de Sergipe do Conde e de Tatuapara: Os Topônimos no Livro Velho do Tombo* (VICENTE, 2013), a linha de pesquisa foi ligada à Filologia, tendo como fonte primária a edição semidiplomática do *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia, no que se refere ao tratamento dos dados toponímicos, a autora segue a sistematização proposta nos estudos toponímicos atuais.

Outros trabalhos acadêmicos vêm sendo realizados, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em que é possível constatar o trabalho direcionado para a Toponímia baiana, vinculado à metodologia de pesquisa iniciada na década de 1980, no Brasil.

A exemplo dos atlas toponímicos regionais, a Bahia insere-se nesse contexto, pois, em 2016, através do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Linguagens da UNEB, inicia-se a produção do *Atlas Toponímico da Bahia* (ATOBAH), cujo objetivo é “[...] vincular às propostas teóricas do ATB – Atlas Toponímico do Brasil, realizando os estudos do homem e da sociedade através da linguagem e da investigação onomástica, sempre relacionando e enfatizando a inter-relação língua e cultura.” (ABBADE, 2016, p. 579). Junto ao NEL e vinculado ao ATOBAH, encontram-se em andamento dissertações e teses sobre a toponímia dos territórios de identidade da Bahia, além de coletas de dados a respeito da toponímia urbana da cidade de Salvador. Espera-se que a Bahia, em breve, possa chegar à conclusão deste valoroso trabalho.

#### **2.4.4 Taxionomia toponímica**

A dimensão do modelo taxionômico criado por Dick (1990a, 1990b) favoreceu imensamente o desenvolvimento das pesquisas científicas toponímicas, pois as taxionomias resgatam semanticamente a motivação que impulsionou o denominador, utilizando, com ponto de partida da investigação, o produto do ato de nomeação, o próprio topônimo. Diante de tudo o que já foi discorrido neste texto, já se deixou claro que esse nome possui uma relação direta com o mundo extralinguístico, pois a função toponímica só é aplicada a um nome comum quando este, de uma forma ou de outra, pode representar os interesses da coletividade sobre determinado espaço.

Apesar de nesta tese existir a preocupação de um trabalho classificatório e de abertura para uma pesquisa sincrônica, não se pode atribuir-lhe o título de puramente descritivo, pois, como bem afirmou Coseriu (1979, p. 236, 18), “[...] a linguística descritiva não é senão uma parte (a primeira) da linguística histórica [...]” e “[...] no plano da investigação, a antinomia sincronia/diacronia só pode ser superada na e pela história”. Assim, entende-se que a perspectiva sincrônica, com a identificação do étimo e da natureza semântica do dado linguístico, abre portas para o estudo e a compreensão da parte histórica, sociocultural e, de certa forma, a atividade psíquica que envolveu o homem durante o processo denominativo do lugar.

Partindo dessa compreensão, a terminologia criada por Dick (1990a, 1990b), para a composição das taxionomias, inicia-se com o uso de um termo hiperônimo de origem greco-latina, capaz de elucidar semanticamente a natureza do topônimo, em outras palavras, permite sua classificação como sendo um nome ligado ao ambiente de natureza física ou de natureza antropocultural. Seguido ao termo de origem greco-latina, acrescenta-se o termo *topônimo*, assim, foram criadas vinte e sete taxionomias, onze de natureza física, e dezesseis de natureza antropocultural. Ressalta-se que, em caso do termo específico apresentar-se em formação composta, a taxionomia é aplicada ao primeiro elemento do termo, ou seja, o primeiro elemento do sintagma toponímico. O Quadro 3 demonstra a taxionomia proposta por Dick (1990a, 1990b), com a utilização de topônimos pertencentes ao *corpus* desta tese.

Quadro 3 – Taxionomias de natureza semântica física

<b>TAXIONOMIA</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>EXEMPLOS</b>
Astrotopônimos	Relativos aos corpos celestes em geral.	Sol Posto ( Varzedo - BA).
Cardinotopônimos	Relativos às posições geográficas em geral.	Canto do Cedro (Conceição do Almeida - BA).
Cromotopônimos	Relativos à escala cromática.	Pitanga (Santo Amaro - BA)
Dimensiotopônimos	Relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, etc.	Alto da Vitória (Cacchoeira - BA); Alto (Conceição do Almeida - BA).
Fitotopônimos	Relativos à índole vegetal.	Andaiá (São Felipe - BA); Alecrim (Cabaceiras do Paraguaçu - BA).
Geomorfotopônimo	Relativo às formas topográficas.	Banco de Areia (São Sebastião do Passé - BA); Barra Grande (Muritiba - BA).
Hidrotopônimo	Resultante de acidentes hidrográficos em geral.	Água Boa (São Sebastião do Passé - BA); Cachoeirinha do Gilberto (Maragogipe – BA).



Litotopônimo	Topônimo de índole mineral, relativos também à constituição do solo.	Tauá (Dom Macedo Costa - BA); Baro Branco (Santo Amaro - BA).
Meteorotopônimos	Relativos a fenômenos atmosféricos.	Viração (Castro Alves - BA); Madruga (São Francisco do Conde - BA).
Morfotopônimos	Refletem o sentido de forma geométrica.	Volta do U (Maragogipe - BA).
Zootopônimos	Relativo à índole animal, representados por indivíduos domésticos ou não domésticos e da mesma espécie em grupos.	Petinga Molhada (Maragogipe - BA); Serinhaém (Santo Antônio de Jesus - BA).

Fonte: Adaptado de DICK, 1990b, p. 31

Quadro 4– Taxionomias de natureza semântica antropocultural

TAXIONOMIA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Animotopônimo	Relativo à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física.	Alegre (Castro Alves - BA); Bamba - BA); Bela Vista (Cachoeira - BA).
Antropotopônimo	Relativo aos nomes próprios individuais: prenomes, hipocorísticos, prenome + alcunha, apelidos de família e prenome + apelido de família).	Amaral (Muniz Ferreira - BA); Aragão (São Sebastião do Passé - BA); Bento Sardinha (Maragogipe - BA).
Axiotopônimo	Relativo aos títulos e dignidade de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.	Cadete (Maragogipe - BA).
Corotopônimo	Relativo aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Sodoma (Muniz Ferreira - BA); Belém da Cachoeira - BA).
Cronotopônimo	Encerram indicadores cronológicos através de adjetivos.	Nova Suíça (Santo Amaro - BA); Nova Brasília (Cachoeira - BA).
Ecotopônimo	Relativo às habitações de um modo geral.	Casa da Telha (Conceição do Almeida - BA); Mocambo (Dom Macedo Costa - BA).
Ergotopônimo	Relativo aos elementos da cultura material.	Mundeu (Cruz das Almas - BA); Pilões (São Félix - BA).
Etnotopônimo	Referente aos elementos étnicos.	Caboquinho (Cachoeira - BA); Caçanje (Maragogipe - BA).
Dirrematopônimo	Constituído por frases ou enunciados linguísticos.	Deus Dará (Cachoeira- BA); Quebra-Bunda (Cachoeira- BA).

Hieretopônimo	Relativo aos nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas; associações religiosas; locais de culto. Os hieretopônimos subdividem-se em:  i. <b>Hagiotopônimos:</b> relativo aos santos e santas do hagiológico romano; ii. <b>Mitotopônimos:</b> relativo às entidades mitológicas.	Cumbé (Maragogipe - BA); Coração de Jesus (Conceição do Almeida); Milagres de Santo Antônio (Dom Macedo Costa - BA); Nossa Senhora das Graças (São Felipe - BA); Santo Antônio (São Félix - BA); São Francisco do Paraguaçu (Cachoeira - BA); Santa Sofia (Nazaré - BA).
Historiotopônimo	Relativo aos movimentos de cunho histórico e social.	Cinco de Maio (Cachoeira - BA); Três de Abril (São Sebastião do Passé - BA).
Hodotopônimo	Relativo às vias de comunicação rural ou urbana.	Avenida (Santo Antônio de Jesus - BA); Passagem (Santo Amaro - BA); Encruzilhada (Maragogipe - BA).
Numerotopônimo	Relativo aos adjetivos numerais.	Sete Voltas (Muniz Ferreira - BA); Três Bocas (Cruz das Almas - BA).
Poliotopônimo	Formado por vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.	Vila Bonfim (Santo Antônio de Jesus - BA); Vila Nova (Varzedo - BA); Cidade Nova (Castro Alves - BA).
Sociotopônimo	Relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.	Açougue Velho (Santo Antônio de Jesus - BA); Capela (Cachoeira - BA); Carpina (Cabaceiras do Paraguaçu - BA); Engenho do Meio (São Francisco do Conde - BA).
Somatopônimo	Usados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.	Boca da Mata (Cruz das Almas - BA); Pé de Serra (Cabaceiras do Paraguaçu - BA).

Fonte: Adaptado de DICK, 1990b, p. 31

Apesar da amplitude dessas classificações, Dick (1990b) afirma que quando publicou esse modelo taxionômico, não o tomou como definitivo, pois tinha consciência de que muitos elementos regionais brasileiros, certamente, haveriam de ser explorados e que, provavelmente, seria necessária uma adaptação à realidade toponímica encontrada em cada região investigada.

Bom exemplo dessa necessidade de adaptação se observa em Isquierdo (1996), quando esta toponimista analisa o vocabulário dos seringueiros para a composição da sua tese de doutorado, em 1996, cujo título é *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. A autora percebeu a necessidade de ampliar a categoria dos *animotopônimos* para

*animotopônimos eufóricos*, para os topônimos que apresentaram uma impressão otimista, e *animotopônimos disfóricos*, para topônimos que apresentaram uma impressão negativa e desagradável, como bem explicita a autora.

Além de aplicar o modelo teórico de Dick (1992), para a análise estrutural e taxionômica dos designativos, valemo-nos de princípios teóricos do semanticista italiano Mario Alinei (1980; 1983; 1984), para a análise dos mecanismos de reconstrução do significado evidenciados nos designativos. O estudo demonstrou a importância da história social na configuração da toponímia, uma vez que a análise da motivação toponímica deu mostras que as características socioambientais do grupo e a natureza do trabalho desenvolvido pelo seringueiro favorecem uma maneira muito própria de ‘ver’ a realidade, fortemente materializada em topônimos como Semitumba, Oco do Mundo, Amansa Brabo (*animotopônimos disfóricos*) que convivem com nomes como Horizonte, Nova Esperança, Eldorado, *animotopônimos eufóricos*. (ISQUERDO, 2008, p. 38).

Como se verifica, é a carga semântica do topônimo que apresenta as necessidades de ampliação ou não do quadro taxionômico, confirmando que o topônimo perpetua o léxico regional, pois, “[...] léxico regional e léxico toponímico são considerados subsistemas léxicos intrinsecamente relacionados, à medida que a toponímia local tende a incorporar uma porção significativa do vocabulário de cunho regional veiculado pelos habitantes de um espaço geográfico.” (ISQUERDO, 2012b, p. 2). Assim, além do topônimo revelar as marcas concernentes ao fluxo migratório, econômico e político de cada região, apresenta a concepção de mundo do denominador, constituída a partir da sua trajetória no ambiente físico e social de determinado espaço geográfico.

Portanto, essa relação precisa ser bastante considerada pelos toponimistas, visto que as diversidades regionais brasileiras podem resultar em dados toponímicos de difícil compreensão, no que diz respeito à sua origem linguística ou a carga semântica contida no denominativo, impossibilitando atingir a motivação toponímica e, conseqüentemente, a aplicação da taxionomia.

De acordo com Aguilera (1999), verificar o índice de recorrência de denominações toponímicas é, realmente, uma questão que poderá causar problemas aos toponimistas, isto porque existem vários motivos que podem ter incentivado a criação do topônimo, gerando dúvidas a respeito de qual taxionomia é a mais adequada. A autora ressalta que os nomes compostos são um belo exemplo dessa problemática, pois, de acordo às pesquisas atuais o primeiro elemento do termo específico recebe a classificação, levando-se em conta o termo

determinado, descartando o determinante, contudo, este último possui, muitas vezes, uma influência crucial na construção do sintagma para que possa ser descartado.

O que fazer então? Uma análise sociossemiótica sobre esse termo composto ou criar uma taxionomia especial que contemple os dois elementos? Ou, ainda, analisar o que for mais importante sócio-historicamente? As respostas para essas questões somente serão alcançadas com base em uma análise cuidadosa dos dados.

Ainda há que se pesar o fato de que, além de muitos topônimos sofrerem a opacidade semântica, impossibilitando o desvendamento da motivação inicial, existem outros que mesmo com a análise etimológica dos seus morfemas ainda provocam diversas dúvidas, culminando em interpretações ambíguas, pois não correspondem nem aos fatores históricos, socioculturais e físicos nem do presente nem do passado. Tais dificuldades são mais frequentes quando se trata de um estudo da microtoponímia de uma região, com algumas composições que se vinculam a fatos locais, que são de conhecimento restrito. A interpretação pode ser alcançada através da pesquisa *in loco*, a partir de conversas com moradores mais antigos da região ou mesmo acesso a fotos ou documentos particulares, porém, em uma pesquisa toponímica de maior amplitude isso se torna bastante complicado de ser realizado.

Conscientes dessa problemática, durante a composição do ATEPAR, os pesquisadores, entre eles a professora Vanderci de Andrade Aguilera, formularam mais cinco taxionomias, tomando como base semântica um termo grego, a saber: (i) *acronimotopônimos* – relativos aos topônimos formados por siglas: Cianorte (PR); (ii) *estematotopônimos* – aos que apresentam a percepção dos sentidos: Ribeirão Doce (PR); (iii) *grafematopônimos* – aos que apresentam em sua composição letras do alfabeto: Seção C (PR); (iv) *higietopônimos* – relativos à saúde, à higiene, ao bem-estar físico: Água Limpa (PR); (v) *necrotopônimos* – os que se referem à morte ou atos fúnebres: córrego Caveira (PR). (AGUILERA, 1999).

Também, podem ser mencionadas mais duas contribuições em relação à taxionomia toponímica, que já estão sendo utilizadas em trabalhos acadêmicos. A primeira é de Maria Aparecida de Carvalho que, em 2010, na composição de sua tese *Contribuições para o Atlas Toponímico para o Estado de Mato Grosso - Mesorregião Sudeste Mato-Grossense* (CARVALHO, 2010), orientada pela professora Maria Vicentina Paula do Amaral Dick, usa a taxionomia *igneotopônimo* para agrupar topônimos relativos ao elemento fogo e todos os resultados de sua ação, por exemplo, morro do Fogo (Alto Araguaia), córrego da Faísca (Itiquira) (CARVALHO, 2010).

A segunda contribuição é de Ana Paula Mendes Alves de Carvalho que, em 2014, sob orientação da professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, compõe sua tese com o

título *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. Como o próprio nome já demonstra, o objeto de investigação foram os nomes de acidentes físicos e humanos das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, referentes aos santos e santas e às invocações feitas à Virgem Maria. A autora utilizou os dados encontrados no ATEMIG e, como havia um grande número de topônimos que faziam referência à Virgem Maria, foi criada a taxionomia *mariotopônimo*, como forma de representar a importância que essa referência foi para a toponímia daquela região.

No que diz respeito a composição desta tese, a taxionomia criada por Dick foi satisfatória para quase que a totalidade dos dados encontrados, utilizou-se, porém, o desdobramento criado por Isquerdo (1996) para a taxionomia *animotopônimo*, subdividindo-a em *animotopônimo eufórico* e *disfórico*. Além desta, por necessidade de classificação de alguns topônimos, foram utilizadas as categorias, já explicitadas, *acronimotopônimo*, *necrotopônimo* e *igneotopônimo*.

Nos capítulos seguinte serão apresentados o *locus* da pesquisa, a análise e discussão dos dados toponímicos encontrados nos vinte municípios do Recôncavo baiano.

### 3 O LOCUS DA PESQUISA: O RECÔNCAVO BAIANO: TERRA DE TODAS AS CORES E DE TODOS OS SANTOS

*“Se queres saber de tudo  
De tudo então saberás  
Sou índio de sangue latino  
Sou negro dos canaviais  
Eu sou da nação da cana  
Da Bahia suburbana [...]  
Sou varanda dividida  
Mourão que segura viga  
Pedra que sustenta o cais [...]”*

*Recôncavo, Maria Bethânia, 1998.*

O Território de Identidade do Recôncavo baiano, localizado ao redor da Baía de Todos os Santos, é conhecido por suas belezas naturais, considerado como fonte de inspiração e berço da cultura brasileira. Trata-se de uma região banhada por grandes rios, como o Paraguaçu e o Jaguaripe, por riachos e córregos, cujas águas são depositadas em lagoas, espalhando beleza às planícies, aos tabuleiros, montes e campos e, ao mesmo tempo, permitindo florescer uma vegetação com formas, cores e cheiros variados. Sempre foi tão rica a Baía de Todos os Santos e tudo o que nela se via que, de acordo com Gabriel Soares de Souza, o

El-rei D. João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificaria nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos, para o que ela estava mui capaz, e agora o está ainda mais em poder e aparelho para isso, porque é senhora desta baía, que é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza como em fertilidade e riqueza. Porque esta baía é grande e de bons ares, mui delgados e sadios, de muito frescas e delgadas águas, e mui abastada de mantimentos naturais da terra, de muita caça, e muitos e mui saborosos pescados e frutas [...] (SOARES DE SOUZA, 1587, p. 141)<sup>25</sup>

Contudo, esse lugar de tamanha beleza foi palco para cenas de grande destruição, com o extermínio e a escravização dos povos autóctones, seguido da escravização de povos africanos, ambos foram, desde os primeiros séculos da colonização, os verdadeiros “mourões” e “pedras” que alicerçaram e sustentaram a economia de exploração imposta pelos

---

<sup>25</sup> Material disponível na web. Cf. referências.

colonizadores. Como já mencionado no capítulo anterior, a família linguística *tupi-guarani* era dividida em oito grupos e na maior parte do litoral brasileiro predominava o *grupo linguístico da costa brasileira*, com base linguística *tupi*. O povo *tupinambá* predominava no litoral da futura capitania da Bahia e na região do Recôncavo, tendo expulsado para o sertão e para o sul outras tribos da mesma família linguística, como, por exemplo, os *tupinaê*, os conhecidos *tabajaras*, e os *tupiniquins*. A tribo dominante vivia em “[...] uma faixa de trinta a oitenta quilômetros de largura no litoral compreendido entre Sergipe e Camamu. Ao sul de Camamu outro grupo de língua tupi, os *tupiniquins*, dominava a costa até o Espírito Santo [...]” (SCHWARTZ, [1985]1988, p. 41). Este último povo vivia ameaçado pela presença dos *aimorés*, indígenas pertencentes a outro tronco linguístico.

Os *tupinambás* viviam em unidades familiares e diferentes das outras tribos dedicavam-se às atividades agrícolas de subsistência, plantando feijão, milho, abóbora e a mandioca. Associada à agricultura praticavam a caça, a pesca e a coleta de alimentos silvestres, porém, a guerra e o canibalismo aplicado aos inimigos capturados na batalha faziam parte da formação social desse povo, “[...] pois dessas atividades viris dependiam a obtenção de *status*, a escolha de esposas e o progresso ao longo das faixas etárias.” (SCHWARTZ, [1985]1988, p. 41.).

A atividade de economia agrícola praticada pelo povo *tupinambá* prezava apenas pelo suficiente às suas necessidades, pois a terra boa do litoral favorecia a abundância, sem haver a precisão de armazenamento, sobrando tempo para se preocuparem com as práticas de guerra e canibalismo. Tais costumes foram “justificativas” para que os portugueses considerassem a escravização como necessária, seria uma forma de adequar esse povo a uma exploração do solo, voltada para o lucro, além disso, a prática de rituais canibais era algo que ia de encontro aos preceitos cristãos.

O contato inicial, favorecido pela prática contínua do escambo, praticado entre os portugueses e esses indígenas, possibilitou a estes o acesso não só a quinquilharias, mas também a armas de fogo e ferramentas feitas de ferro, como o machado, o que facilitou um trabalho mais rápido de derrubada de árvores. Isso era bom para a agricultura, bom para a caça e pesca, além de sobrar mais tempo para se preocupar com a guerra e conflitos com tribos rivais.

Durante as três primeiras décadas, o escambo foi o suficiente para que os indígenas praticassem um trabalho coletivo braçal para exploração do pau-brasil, construção de feitorias e trocas de alimentos, principalmente a farinha de mandioca. No entanto, quando o sistema de capitanias hereditárias foi implantado e junto com ele atividade econômica de produção de

açúcar, o escambo não foi o suficiente para assegurar a mão-de-obra indígena, partindo-se para a escravização, como uma forma de forçar os indígenas ao trabalho na lavoura. Conforme Schwartz ([1985]1988),

o escambo enquadrava-se, de maneira muito simples, nos padrões culturais tradicionais, mesmo quando o que estava sendo trocado era o trabalho coletivo temporário da construção. Já o trabalho na grande lavoura não se ajustava àqueles padrões. [...] o que os portugueses demandavam ia de encontro a aspectos fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos. Para estes últimos, agricultura era ‘trabalho de mulher’. Se um homem conseguisse o suficiente para comer e algumas ferramentas e armas novas, por que haveria de desejar ou trabalhar por mais? [...] O índio – visivelmente capaz de grandes esforços – era considerado um preguiçoso nato e alguém com quem não se podia contar. [...]”. (SCHWARTZ, [1985]1988, p. 45).

Esse choque entre essas culturas resultou em grandes conflitos, por um lado a insistência dos portugueses em manter seus objetivos econômicos e por outro os indígenas que visavam preservar seus valores, não aceitando a escravização. Porém, tal prática foi o fator essencial para que, entre 1540 a 1570, o número dos engenhos de cana-de-açúcar crescesse por todo o litoral brasileiro. Entretanto, os jesuítas agiram a favor dos indígenas, recriminando essa prática e buscavam junto à Coroa o reconhecimento de que era necessário converter esses povos à fé católica, garantindo-lhes a salvação. Apoiados pela Coroa, os jesuítas faziam diligências pelo litoral, criando aldeias para acolher os indígenas e buscar, através da fé, “convertê-los” e adaptá-los aos trabalhos nas lavouras, adequando-se aos propósitos da economia portuguesa.

A respeito das aldeias jesuítas, Schwartz ([1985]1988) comenta que

a atenção dos padres, voltada aos aspectos morais e espirituais, interferia mais diretamente no modo de vida dos indígenas e revelou-se mais solapadora que o controle dos colonos sobre suas tarefas e seu regime de trabalho. [...] A comunidade cristã instituída pelos religiosos pouco se assemelhava aos padrões da comunidade aborígene, especialmente porque aspectos primordiais desta última eram eliminados ou transformados. É fácil compreender por que os padres esforçavam-se por eliminar elementos tão fundamentais da vida dos tupinambás como a poligamia, o casamento entre primos, o canibalismo ritual e a guerra. [...] Por razões de conveniência para os missionários, as aldeias perdiam muito rapidamente sua integridade cultural, à medida que se misturavam povos de vários grupos tribais e línguas diferentes. Uma língua geral, forma simplificada do tupi, era usada pelos jesuítas como língua franca nas aldeias, constituindo-se em mais um passo na redução da cultura indígena a uma base comum que pudesse ser controlada e manipulada pelos padres. Tais métodos facilitavam a catequização e a conversação, mas com isso aumentavam o ritmo da destribalização. (SCHWARTZ, [1985]1988, p. 49).



Como se observa, a imposição cultural dos portugueses e, ao mesmo tempo, a negação da cultura indígena provocaram uma desconstrução no ritmo de vida dos verdadeiros donos da terra, uma vez que estes se viram forçados a se adaptar aos aldeamentos para sobreviver ou a se refugiar em áreas longínquas, como uma forma de preservar seus valores e suas vidas.

A partir dos aldeamentos, os indígenas eram inseridos nas lavouras, sob a tutela dos jesuítas, como “trabalhador” assalariado, ou ainda, havia a permissão da Coroa em escravizar aqueles que fossem pegos como prisioneiros nos embates com os colonos ou como prisioneiros de guerra de outras tribos, já que acabariam sendo devorados pelos canibais. Logicamente que essas condições não foram satisfatórias tanto para os tupinambás, tupiniquins, aimorés (chamados de tamoios pelos indígenas, por não falarem a língua tupi) ou por qualquer outra tribo que foi sendo devastada com a penetração dos portugueses durante as explorações dos bandeirantes. Não se intenta neste trabalho traçar uma discussão sobre as condições que envolveram a resistência das tribos indígenas, mas o fato é que estas foram dizimadas e empurradas cada vez mais para o sertão, através da força destrutiva do colonizador, que passou a ser dono da terra.

A resistência indígena se prolongou até as primeiras décadas do século XVI, mas a força bruta aplicada, principalmente, pelo governador-geral Mem de Sá “[...] destruiu e desbaratou o gentio que vivia de redor da Bahia, a quem queimou e assolou mais de trinta aldeias, e os que escaparam de mortos ou cativos, fugiram para o sertão e se afastaram do mar mais de quarenta léguas [...]” (SOARES DE SOUZA, 1587, p. 132).

Não bastasse a violência, as epidemias de varíola e sarampo acometeram os indígenas, durante os anos de 1562 e 1563, matando milhares daqueles que viviam nos aldeamentos e os que já trabalhavam nos engenhos. A devastação populacional indígena no litoral foi imensa e o baque para a economia também, pois a perda do contingente dessa mão-de-obra fez com que os senhores de engenho percebessem, entre outros fatores citados, a sua fragilidade, associada a isso, alegavam que os indígenas não se adaptavam ao trabalho árduo da agricultura nem possuíam habilidade para trabalhos qualificados na produção do açúcar, entre eles, mestres de açúcar, purgador e caldeireiro, além dos ofícios de carpintaria, ferragem e calefação.

Gradualmente, os senhores de engenho foram substituindo o trabalho indígena pela mão-de-obra escravizada dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro. Sua preferência pelos africanos devia-se pelo fato dos colonos portugueses já conhecerem sua capacidade de adaptação aos engenhos de cana-de-açúcar instalados nas Ilhas da Madeira e São Tomé.

Assim, o investimento financeiro na compra de cativos africanos seria compensado ao longo do tempo, já que não precisariam do trabalho assalariado indígena e diminuiram os serviços qualificados de trabalhadores portugueses.

Dessa forma, a partir dos anos de 1570, a mão-de-obra escrava africana foi predominando nos engenhos de cana-de-açúcar, entre outros fatores, pelas habilidades que já possuíam com a agricultura, o manuseio com gado e manuseio com ferramentas mais aprimoradas. Enfim, pareceu aos portugueses que o homem africano adaptar-se-ia à escravidão mais facilmente que os indígenas, já que sua realidade cultural, no que diz respeito ao trabalho braçal, aproximava-se à realidade cultural do homem europeu (SCHWARTZ, 1988).

### 3.1 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DO RECÔNCAVO BAIANO: BREVE RELATO

A divisão política administrativa do Brasil iniciou-se pela instauração de sesmarias e pequenas capitanias, como forma da Coroa portuguesa assegurar o povoamento do território recentemente descoberto, evitando, assim, invasões de outros povos europeus e ataques indígenas aos colonos. O povoamento da região do Recôncavo baiano inicia-se, em meados do século XVI, com a doação da costa sul a Álvaro da Costa, em 1566; a Ilha de Itaparica, em 1556, doada ao Conde de Castanheira e as terras da área norte doada ao D. Fernando de Noronha, o Conde de Linhares, genro do terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá. (SCHWARTZ, [1985]1988).

Tratando-se da área territorial que corresponde a essa doação, e que interessa a esta tese, estão as terras concedidas a D. Álvaro da Costa, por grandes feitos realizados na batalha contra os indígenas, e ao Conde de Linhares. As primeiras estendiam-se da Barra do rio Paraguaçu até a Barra do rio Jaguaripe, penetrando dez léguas no sertão (SEI, 2001), área que corresponde aos atuais municípios de Cachoeira, Maragogipe, Castro Alves, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Nazaré, entre outros de formação mais recente, como Muniz Ferreira e Varzedo (ver a figura 14, na página seguinte).

Já as terras do Conde de Linhares abrangia uma vasta área (ver a figura 15, na página seguinte), alcançando os atuais municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Saubara, bem como as ilhas pertencentes a estes, entre elas, Ilha Cajaíba, Ilha das Fontes e Ilha Curupeba.



Figura 14 – Terras do Paraguaçu, doadas a Dom Álvaro da Costa. Mapa de 1574



Fonte: GUIA GEOGRÁFICO HISTÓRICO DA BAHIA  
<http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/mapas.htm>

Figura 15 – Terras doadas ao Conde de Linhares. Mapa de 1612.



Fonte: GUIA GEOGRÁFICO HISTÓRICO DA BAHIA  
<http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/mapas.htm>

As figuras 14 e 15 apresentam parte do Recôncavo baiano, no século XVI. Observa-se no mapeamento realizado, que o espaço geográfico é dividido a partir da localização das terras e dos nomes de seus respectivos proprietários, além da localização das capelas construídas em reverência aos santos católicos e à Virgem Maria. Essa forma, comum à época, de mapear as áreas, apresentava as duas forças de dominação do território brasileiro: a força econômica dos senhores de engenho e fazendas e a força da fé cristã exercida pela Igreja Católica. Ambos acabavam por exercer, também, o poder político e administrativo e, nesse contexto sócio-histórico, coube, inicialmente, à Igreja Católica uma organização mais apropriada do espaço “conquistado”, realizada a partir das formações paroquiais.

Entre as formações paroquiais mais antigas do Recôncavo estão a da região do rio Paraguaçu, instituída em 1563, a paróquia de Santiago, chamada em seguida de Santiago do Iguape, hoje distrito do município de Cachoeira; no mesmo ano, criou-se a paróquia de Santo Amaro de Pitanga; em 1578, Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro; em 1610, Nossa Senhora do Socorro em São Sebastião do Passé, Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora da Piedade de Matoim e, na região sul do Recôncavo, em 1630, é instituída a paróquia de Nossa Senhora da Ajuda. (SCHWARTZ, 1988).

Como forma de reorganizar os limites territoriais das paróquias, que se subdividiam em freguesias, a organização político-administrativa modificou-se, em 1693, quando o trigésimo segundo governador geral do Brasil, D. João de Lencastre, ordenou a criação de vilas e povoados (SEI, 2001). Em 1698, nas terras que pertenciam ao Conde de Linhares, foi criada a vila de São Francisco do Conde; nas terras que pertenciam a Álvaro da Costa, nesse mesmo ano, foram criadas as vilas de Cachoeira e Jaguaripe, está sendo desmembrada, em 1724, com a criação da vila de Maragogipe. Já em 1727, Santo Amaro é desmembrado de São Francisco do Conde, ganhando *status* de vila. (SCHWARTZ, 1988).

As separações tanto das freguesias quanto das vilas causavam bastante descontentamento, pois não seria somente a divisão territorial, mas também, a separação de lucros e benefícios vindos da Coroa. Sobre a criação das vilas nas terras de Álvaro da Costa, Alves (1967) ressalta a presença de Maragogipe, vila que se tornou importante para a economia do Recôncavo baiano, devido a sua posição estratégica.

A donataria de D. Álvaro da Costa estendia-se pelo curso do Paraguassu, onde os Tupinambás provaram a sua e a força português. Maragogipe plantara-se aí, nas bocas do rio Guaí, acima da barra de São Roque de hoje. Da situação de Maragogipe, tem-se, talvez, o primeiro registro, numa certa carta del-rei D. Sebastião, de vinte de fevereiro de 1553, que dá a Egas

Munis [...] uma sesmaria do rio Paraguassu, mas na banda de Jaguaribe, a qual começara no porto de Magipa, que é defronte à Ilha dos Franceses. [...] Tenha ou não havido a Vila de D. Álvaro da Costa [...], as primeiras vilas reais de Jaguaribe e São Francisco de Sergipe do Conde criaram-se por carta régia de 27 de dezembro de 1693, um século e meio da viagem de Tomé de Souza para governar o Brasil, e só em 1697 se instalou a de Jaguaribe, que João da Silva Campos lembra ser a primeira que se instalou no recôncavo. [...] Em meados do século dezesseis, Maragogipe de D. Álvaro da Costa, era tôda a terra do Paraguaçu baixo, até a serra do Guariru [...]. Todo o território atual dos Municípios de Castro Alves, Conceição do Almeida, São Félix, Maragogipe, S. Felipe, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, S. Miguel, Nazaré, Aratuípe e Jaguaribe obedecia à vila de Maragogipe, provavelmente de Álvaro da Costa, para ser confirmada a freguesia e vila do poder real, respectivamente em 1649 e 16 de fevereiro de 1724. (ALVES, 1967, p.14).

A vila de Maragogipe destacou-se na região, pois recebe em seu território um braço de mar que forma a Baía de Iguape, local por onde circulavam os velozes saveiros, os quais transportavam a produção agrícola da região do Recôncavo sul para abastecer a capital baiana. Esse meio de transporte foi utilizado até que a chegada da ferrovia e rodovias, acabando por torná-lo, infelizmente, um meio de transporte ultrapassado e extinto.

Nesse contexto histórico descrito, alimenta-se a ideia de que toda a área do Recôncavo baiano era adequada à produção da cana-de-açúcar, por isso houve tanta prosperidade durante os primeiros séculos de colonização, mas, nem todo o território se adaptava ao plantio desse produto. Na parte norte, onde se encontravam os solos mais pesados, o massapê, havia o local ideal para a instalação dos engenhos de cana-de-açúcar; entretanto, os colonos perceberam que a cana também cresceria muito bem, em tempos chuvosos, nas terras mais leves, chamadas de salões. Onde o solo se apresentava mais arenoso, como em Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas, o plantio do fumo tornava-se mais propício e na parte sul, onde as terras eram mais fracas, o solo era mais apropriado para o plantio da mandioca, de cítricos e a criação de bovinos. Ainda há de se contar que o Recôncavo baiano por sua proximidade com as águas do oceano e com grandes bacias hidrográficas estava repleto de área de mangue, possibilitando a extração dos chamados “frutos do mar”: camarões, caranguejos, guaiamuns, chumbinhos, siris, entre outros.

Mesmo com tantas riquezas naturais, o Recôncavo baiano constituiu-se como um lugar formado, desde o século XVI, de acordo às perspectivas econômicas da nação colonizadora — representativas de um modelo socioeconômico vigente da época. A mão-de-obra escrava e as práticas agrícolas dirigiam-se para as três produções mais lucrativas: primeiro a cana-de-açúcar; segundo o fumo e terceiro, a mandioca. Foi no sentido de se encaixar no mercado econômico que

grandes proprietários e pequenos lavradores adaptavam o uso da terra e as práticas agrícolas não só às exigências de lavouras específicas e às pressões de uma economia mundial emergente, mas também às condições locais e à expansão do mercado interno. As adaptações que fizeram não criaram um padrão único e uniforme de monocultura extensiva de exportação baseada em grandes propriedades. Pelo contrário, essas adaptações permitiram na primeira metade do século XIX aumentos na produção tanto para a exportação como para o abastecimento de mercados locais. Também possibilitaram a sobrevivência, no Recôncavo rural, de uma complexa variedade de estruturas sociais e econômicas (BARICKMAN, 2003, p. 31).

Mesmo diante da possibilidade de diversificar a cultura agrícola implantada no Recôncavo baiano, os engenhos de cana-de-açúcar foram predominantes nos três séculos de colonização, chegando a ser considerado “[...] um berço da agricultura de *plantation* no Novo Mundo [...]” (BARICKMAN, 2003, p. 28). O favorecimento da produção canieira vinha das grandes bacias hidrográficas e de seus afluentes, os quais eram buscados pelos colonos para instalação dos engenhos, pois todos sabiam que quanto mais próximo às águas, mais bem-sucedidos seriam os resultados. Como exemplo disso encontrava-se na região dos rios Subaé e Sergipe, um dos maiores engenhos da época, o Engenho Sergipe, do governador-geral Mem de Sá, herdado pelo Conde de Linhares através do casamento com a sua filha, Dona Felipa. Tal engenho foi considerado, no século XVII, como a “Rainha do Recôncavo”, com uma mão-de-obra de duzentos e oitenta e dois escravos. Lógico está, pela descrição dos proprietários, que não foi somente a localização fator essencial para a prosperidade, mas a força das águas era um importante diferencial.

Segundo Schwartz ([1985] 1988), em 1587, a região desses rios já abrigava quatorze engenhos, o que mobilizou os franciscanos a erguerem um convento, que foi núcleo de povoamento da região e de militarização. Foi dessa prosperidade açucareira que nasceram as vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro, por conseguinte, nessa região instalaram-se três diferentes zonas de engenhos.

Patatiba, na margem sul do rio Sergipe, tinha nove engenhos, entre eles o Petinga, pertencente aos jesuítas, e o Sergipe do Conde [...]. Do lado oposto do rio, no distrito de Subaé, havia mais cinco engenhos. Mais para o interior, próximos ao rio Traripe, outros doze engenhos estavam instalados. [...] Em princípios do século XIX, a vila de São Francisco compreendia cinco paróquias com oitenta engenhos, e Santo Amaro tinha quatro paróquias e 85 engenhos. Excetuando-se Iguape, na região de Cachoeira, São Francisco, Santo Amaro e as paróquias em suas imediações foram o coração do Recôncavo açucareiro e o berço da sociedade dos engenhos. (SCHWARTZ, [1985]1988, p. 90).

Vê-se que religião e economia eram dois fatores que estavam imbricados no processo de povoamento do Recôncavo baiano. Quanto maior o engenho, maior a capela que se erguia e, em torno desses dois elementos, maior seriam os núcleos populacionais e as riquezas construídas ao seu redor.

Figura 16 – Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Vencimento - Engenho Paramirim, em São Francisco do Conde - BA



Fonte: AZEVEDO, 2009, p.64

Figura 17 – Ruínas da Capela São João Batista- Engenho Acutinga, em Cachoeira - BA



Fonte: AZEVEDO, 2009, p.40



A estrutura desses engenhos era formada por uma parte operacional composta pela casa da moenda, casa da fornalha, tendal das forjas e casa de purgar, além de outras partes complementares como alambique e olaria, à parte operacional unia-se à casa grande, capela e senzala. Os primeiros engenhos a se instalarem no Recôncavo baiano eram conhecidos como trapiches, aqueles que utilizavam tração animal, e os engenhos reais, os que utilizavam a força da água através da roda d'água. Somente no final do século XIX, instalam-se os engenhos a vapor, os banguês, os quais foram substituídos, no século XX, pelas grandes usinas (AZEVEDO, 2009).

Neste contexto de poder econômico, Barickman (2003) afirma que o sistema de heranças possibilitou a junção e o domínio de alguns senhores de engenho sobre outros. Pode-se citar como exemplo do acúmulo de terras, o capitão José Pires de Carvalho e Albuquerque, dono de três engenhos na vila de Santo Amaro: Nazaré, São Miguel e Rosário; ao morrer deixou o Engenho Nazaré como herança ao seu filho, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, futuro Visconde de Pirajá. Este, ao morrer em 1848, era dono, além da herança recebida do pai, do Engenho São Miguel e o seu filho, o Barão de Pirajá, possuiria o São Miguel e mais quatro engenhos, além de várias fazendas, sem compartilhar sua herança com nenhum outro herdeiro. (BARICKMAN, 2003).

Assim, por mais que houvesse a partilha de heranças, os senhores de engenho mantinham a força de suas propriedades. Outro exemplo desse fato encontrava-se em um dos maiores proprietários de terra do Recôncavo baiano, o Barão de Paraguaçu, Salvador Moniz Barreto de Aragão, que herdou do tio da esposa, três engenhos da freguesia de Santiago do Iguape, na vila de Cachoeira: os Engenhos Buraco, Vitória e Conceição; além do Engenho de Baixo que possuía na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, na vila de São Francisco do Conde e outros dois engenhos na freguesia do Monte, nessa mesma região. Portanto, o Barão de Paraguaçu comandava boa área fundiária em três freguesias.

Nas figuras 18 e 19, é possível observar a localização de engenhos e fazendas que pertenciam às freguesias de Santiago do Iguape e Nossa Senhora do Socorro, entre estes há aqueles que se perpetuaram até a atualidade, deixando como herança seu nome, ou parte dele, para os núcleos populacionais que se formaram ao seu redor.



Vê-se que apesar do núcleo de produção açucareira concentrar-se na região de São Francisco do Conde, o vale do Iguape não estava desprovido de desenvolvimento, o qual não atingia apenas a economia gerada pela produção vinda dos engenhos. Concomitante à produção de açúcar estavam as plantações de fumo, que foram bastante prósperas na região de Cachoeira e Maragogipe, esta, como Alves (1967) mencionou, compreendia uma boa parte do atual Recôncavo baiano.

De fato, essas duas culturas agrícolas desenvolvidas no Recôncavo baiano sustentavam o mercado de exportação na Bahia, sendo que o cultivo do fumo iniciou-se

antes de 1640, e, no início do século XVIII, o fumo baiano já dispunha de mercados consolidados na Europa, Ásia e América do Norte. Além disso, a Bahia praticamente monopolizava o comércio brasileiro do fumo. Os ‘campos da Cachoeira’ e as fazendas e sítio em vilas além dos limites do Recôncavo produziam quase todo o fumo que se exportava para Portugal – talvez até 90% – nos séculos XVII e XVIII, e uma parcela ainda maior nos anos de 1796-1811. (BARICKMAN, 2003, p.63).

Todavia, alguns fatores provocaram o declínio da venda do fumo, no Recôncavo baiano, a partir de 1820, entre eles as leis impostas pela Inglaterra objetivando o combate e o término do tráfico de escravos, fato que provocou oscilação no mercado; as pressões internas do governo para a seleção do material produzido e os destinos para a exportação e a concorrência com o mercado cubano, cuja produção estava voltada para fumo em folha curado e produção de charutos, adequando-se ao mercado europeu, enquanto que a maior produção baiana estava para o fumo em corda utilizado para mascar ou para charutos. Somente em meados do século XIX, o mercado passa a se estabilizar novamente (BARICKMAN, 2003).

Barickman (2003) ressalta que o declínio do mercado do fumo acentuou no Recôncavo baiano a expansão dos engenhos de cana-de-açúcar por toda a região, pois, enquanto esperavam a estabilidade das vendas do fumo, os produtores com mais condições financeiras, construía engenhos em suas terras. Assim, em finais do século XIX, os engenhos de cana-de-açúcar estavam espalhados por toda região, incluindo aquelas que se dedicavam ao cultivo da mandioca e produção de farinha, entre elas Nazaré e Maragogipe.

Na segunda metade da década de 1840, a produção e o comércio do fumo ganhavam força novamente e as protagonistas seriam Maragogipe, São Félix e Cruz das Almas. Nestes municípios, instalaram-se fábricas de charuto que obtiveram grande sucesso no mercado mundial de vendas e produção desse produto, entre elas citam-se duas, cujos proprietários

eram de origem alemã: a Danneman e Suerdieck. A primeira instalou-se, em 1873, em São Félix, expandindo-se consideravelmente por toda área sul do Recôncavo, construindo uma filial em Maragogipe. Segundo Porto Filho (2003), a Dannemann construiu um império nas mãos de Gerhard Dannemann, somente sofrendo declínio no período da Segunda Guerra Mundial, quando João Adolpho Jonas Júnior e Ernst Tobler, diretores da empresa, foram convocados na Alemanha, em 1938, para que fizessem a junção das ações da empresa brasileira com uma empresa alemã de fachada, que possuía a mesma denominação.

Sofrendo repúdio da população e do governo brasileiro, a empresa sofre intervenção governamental, sendo retomada pela direção anterior ao término da guerra, mas não consegue se reerguer do baque financeiro deixado pela gestão dos interventores. Assim, a fábrica entra em falência no ano de 1949, seus bens são leiloados pelo Banco do Brasil e, em 1976 um grupo suíço compra a marca, continuando a fabricação no exterior.

Em São Félix, o prédio da antiga fábrica fica sob o comando da prefeitura municipal, que o transforma em centro cultural e, em 1989, a fábrica é reinaugurada, pelo atual presidente Hans Leusen, representante do grupo suíço no Brasil. O prédio, que hoje é ponto de atração turística, foi reformado e mantém o fabrico artesanal dos charutos e eventos culturais promovidos pelo centro cultural que leva o nome da fábrica.

Figura 20 – Operárias da Fábrica de Charutos Dannemann - São Félix - BA



Fonte: Mosaico Baiano, 2018.

A segunda fábrica foi considerada uma das mais importantes no mercado nacional e internacional de produção de charutos, a Suerdieck. August Suerdieck instalou-se no Recôncavo baiano, no distrito de Oiteiro Redondo, em São Félix, que mais tarde seria a vila de Cruz das Almas. Inicialmente, começou suas atividades com compra, armazenamento e exportação do fumo, em seguida, na companhia de seu irmão Ferdinand Suerdieck inaugura,

em 1905, a fábrica de charutos em Maragogipe, escolhida pela sua localização portuária e pelas excelentes charuteiras com grande experiência.

O império Suerdieck durou cento e quarenta anos, sendo abalado apenas pelas guerras mundiais, mas, ao contrário do que aconteceu com a Dannemann, conseguiu escapar da intervenção do governo. Sofreu abalos durante as crises econômicas nacionais e mundiais, porém, foi na primeira década de 1990, quando as pragas destruíram as plantações de fumo, que a fábrica veio a sucumbir. Segundo Porto Filho (2003), essa empresa sempre buscou investir em movimentos culturais locais, como em grupos de samba-de-roda das charuteiras que trabalhavam na empresa, colaboração entre as filarmônicas locais e de município vizinhos, além de apoiar as homenagens ao padroeiro da cidade, São Bartolomeu. Nada próximo ao retorno financeiro dado pelos seus funcionários, caso isso fosse colocado na balança de forma justa.

Contudo, mesmo com as disparidades trabalhistas existentes, o povo maragogipano reconhece o legado da fábrica, como de suma importância para o município e todo o Recôncavo baiano, pois se tornou um dos sustentáculos que fazia girar a economia local (PORTO FILHO, 2003). O prédio pomposo da antiga fábrica chama atenção na atualidade, não pela lembrança do que deixou para o município, mas pelo descaso das autoridades, que condena ao total abandono parte da história local.

Figura 21 – Os dois blocos da Fábrica Suerdieck em funcionamento



Fonte: PORTO FILHO, 2003, p.34

Figura 22 – O prédio da antiga fábrica Suerdieck



Fonte: QUERINO, Evelin, 2016. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/reverso/ocupacao-e-a-historia-da-suerdieck/>

Sobre a contribuição das culturas agrícolas para o desenvolvimento do Recôncavo baiano, há de se falar sobre o plantio da mandioca e a farinha processada a partir dessa raiz, uma herança dos indígenas que se ajustou à economia da região como uma agricultura de subsistência, isto é, voltada para o sustento do mercado interno. Esse sempre foi um alimento que chegou ao alcance do rico e do menos favorecido, muito mais para este, em que a farinha, na maioria das vezes, não era somente um alimento complementar, era o único, e, conforme lembra Barickman (2003), era

a ração que se distribuía aos soldados aquartelados em Salvador e aos escravos empregados pelo Celeiro Público. Essa era também a ração dos presos pobres das cadeias da cidade. A farinha também servia como alimento básico nas áreas rurais ao redor de Salvador. É até muito provável que compusesse uma parcela ainda maior da dieta dos escravos que moravam nas fazendas, engenhos e sítios do Recôncavo. Dadas as condições árduas que esses escravos trabalhavam, a dieta podia fazer grande diferença em suas chances de chegar à meia-idade. (BARICKMAN, 2003, p.92)

Entre as três culturas citadas, a mandioca com a produção da sua farinha foi a que se manteve em contínua atividade até a atualidade no Recôncavo baiano. É fato que os baianos guardam a tradição culinária da terra de usar um “pozinho” de farinha em seu prato do dia, não somente pela questão calórica, mas pelo prazer em degustar esse alimento misturado a outros preparos. Essa preferência, associada a fatores econômicos, perpetuou no Recôncavo a produção dessa raiz, através dos médios e pequenos donos de terra.

A respeito dos médios e pequenos produtores, Barickman (2003) comenta que a Lei da Terra, aprovada em 1850, favoreceu uma certa “liberdade” para que eles diversificassem os produtos agrícolas. A questão está no fato de que tal lei veio, de certa forma, continuar o processo injusto de divisão territorial iniciado no período das sesmarias, pois era preciso

apenas que os donos de terra fizessem um registro com o vigário local; o resultado é que a desigualdade da partilha manteve-se, uma vez que grandes produtores aproveitaram-se das terras sem ocupação para ampliar sua propriedade. Assim, na década em que essa lei foi promulgada, a região açucareira tradicional possuía grandes propriedades, enquanto a região sul e oeste do Recôncavo baiano mantinham-se com fazenda e sítios menores, portanto, “[...] não tendo investido na construção de engenhos, esses proprietários, donos de sítios e fazendas de porte médio e pequeno, não tinham compromisso com a monocultura canavieira. Eram livres para usar suas terras no cultivo de outros gêneros.” (BARICKMAN, 2003, p. 185).

Por conseguinte, o mesmo mercado externo que sustentava a produção em escala da cana-de-açúcar e do fumo colaborava para o desenvolvimento de um mercado interno, pois a população, do Recôncavo e da capital precisava se alimentar. Os pequenos e médios proprietários investiram em produtos diversificados como o café, cítricos e a mandioca, colaborando para o desenvolvimento dos núcleos populacionais rurais e urbanos e das atividades comerciais locais.

No tocante ao desenvolvimento desse mercado interno, o historiador Barickman (2003) buscou documentos que comprovassem, entre a agricultura de subsistência, a participação de escravos como sendo “proprietários” de pequenas extensões de terra cedidas pelos seus senhores, no intuito de que pudessem cultivar produtos para sua própria subsistência, sendo concedido aos mesmos que vendessem o excedente aos próprios senhores ou nas feiras livres. O autor encontra nos inventários *post-mortem*, os quais eram escritos com riquíssimos detalhes, comprovações de que essas atividades existiam, afirmando que esses documentos

indicam que os escravos dos distritos açucareiros da Bahia podiam efetivamente alcançar um grau restrito, mas ainda real, de autonomia no cultivo de suas roças e em outras atividades que desenvolviam em seu tempo ‘livre’. Mas, precisamente por serem poucos, os exemplos encontrados nos inventários baianos não permitiam afirmar que a venda de excedentes por esses escravos era uma prática comum e regular. (BARICKMAN, 2003, p. 113).

Essa diversidade econômica que resulta em uma complexidade histórica e sociocultural fica ainda mais intrigante se for acrescentando a atividade de exploração de minérios que ocorreu, principalmente, na área sul do Recôncavo, com destaque para o município de Santo Antônio de Jesus. Segundo Valadão (2005), neste município, anteriormente pertencente à Vila de Jaguaripe, o técnico José Tomás do Nascimento encontrou vestígios de manganês e, em 1892, a descoberta foi confirmada pelo engenheiro

Henrique Prager. Fato que Sr. Zuzu<sup>26</sup> já comprovava desde a infância quando “[...] arrancava o sapé e depois era minério puro, tinha puro minério [...] aí encontraram esse manganês aí, o minério que é o manganês... manganês é um minério muito bom que é o aço, aí começaram a trabalhar...tem muito túnel aí, muito túnel [...]”.

A exploração dos minérios de manganês e malacacheta, conhecida como mica, foi iniciada Pela Companhia Minas da Bahia, no início do século XX, concentrando-se em povoados que atualmente são chamados de *Mina do Sapé*, *Mina do Onha*, *Pedra Preta Serinhaém* (localizados em Santo Antônio de Jesus – BA) e *Taitinga* (Muniz Ferreira - BA), mas acabaram por movimentar toda a região da antiga Vila de Jaguaripe, pois para trabalhar nas minas vinham moradores de municípios fronteiriços ou ainda pessoas de regiões distantes.

Figura 23 – Operários da Mina do Sapé, 1950



Fonte: MINA DO SAPÉ, 2010.

Como todas as relações trabalhistas da época, os direitos dos operários não eram levados em consideração, logo, não demorou muito para que estes percebessem que a grandiosa companhia mineradora não correspondia aos esforços por eles exercidos. Essas relações de explorações podem ser percebidas nos depoimentos de antigos trabalhadores das minas (MINA DO SAPÉ, 2010).

Eu fui encarregado de trabalho aqui, eu fui ferreiro... apontava aço, fazia martelo, fazia levanca pra arrancá minéro... fui compressorista... trabalhava pra fazer perfuração e tomava conta do compressô. Eu fazia dois setor de serviço, o marteleiro é um, o compressorista é outro. (Sr. Tião, ex-operário

<sup>26</sup> Informação obtida através de entrevista ao Sr. Bonifácio Reginaldo dos Santos, conhecido como Sr. Zuzu, morador da comunidade Timbó, em abril de 2011, quando a autora dessa tese realizava a pesquisa para a composição de sua dissertação.



da Mina do Sapé).

Tinha gente de fora aqui, tinha pernambucano, paraibano, sergipano, gente de tudo quanto era parte tinha aqui. Essa mina aqui mermo...tinha ali um embarracamento que morava quase cem peão, só nessa mina daqui, tinha uma em Pedra Preta, uma no Onha, cada uma dessa tinha um barracão pra tomar o dinheiro do peão. (Sr. Martinho, ex-operário da Mina do Sapé).

O feitor cortava o dia da gente, quando a gente não dava produção, era a mesma coisa de escravo, tá entendendo? (Sr. Antônio Bastião, ex-operário da Mina do Sapé).

Eu peguei um feitor que comprei um facão pra cortar ele... porque ele me caguetou e mandou cortar meu dia injusto... ou você me dá meu dinheiro ou lhe pinico todo. (Sr. Martinho, ex-operário da Mina).

Eu tinha pena de ver aquele povo tudo jogado comendo aquela comida tão pequena... farinha com carne, aquela carne assim... quando eu via essas coisa, eu ficava com pena de ver aquele povo dar o suor e aquilo não era só o suor era quase o sangue por aquilo ali e não tinha uma alimentação, não tinha uma roupa direitinha pra vestir. (D. Raquel, primeira professora da escola da Companhia).

Como uma maneira de amenizar tais fatos e alegando colaboração para o desenvolvimento cultural da região, a Companhia criou uma vila na comunidade da Mina do Sapé, com escola e um cinema, chamado Cinema Campesino. “[...] O prédio da escola foi construído pela Companhia e mantido pela prefeitura da cidade, nesse local estudavam crianças, no turno diurno e, à noite, os adultos, operários da mina, que como bem lembra D. Raquel, primeira professora da escola, ‘precisavam aprender a assinar o nome para votar’” (ALMEIDA, 2012, p. 89).

Assim como nas fábricas de charuto, os sócios da companhia mineradora eram de descendência alemã e a fábrica, durante a Segunda Guerra Mundial, sofreu o processo de intervenção do governo, momento em que Anísio Teixeira<sup>27</sup> assume a direção da empresa. Durante esse período, os operários passam a ter carteira assinada e outros direitos trabalhistas. Finda a guerra, a companhia retorna aos antigos proprietários, os quais na década de 1960 vendem a empresa para canadenses. O funcionamento da empresa manteve-se até meados de 1980, quando, após grave acidente de desmoronamento é completamente fechada.

Ressalta-se que toda essa estrutura econômica afetou os espaços geográfico e social, deixando registros na memória da população e nos nomes dos lugares, que foram surgindo à medida que a necessidade em conhecer, desbravar, explorar, residir ia surgindo. Portanto,

---

<sup>27</sup> Anísio Spínola Teixeira foi um jurista e um dos maiores intelectuais e educadores, nas décadas de 1920 e 1930.

conhecer e analisar esse universo linguístico são tarefas que propiciarão o resgate da memória de formação social dessa região.

### 3.2 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RECÔNCAVO BAIANO: FORMAÇÃO ATUAL

Em 1989, através da Resolução PR-51, de 31/07/89, a presidência do IBGE decide – após discussões que já haviam sido iniciadas, desde 1987, entre os departamentos que compõem esta instituição – dividir o território brasileiro em mesorregiões, substituindo a divisão regional em microrregiões homogêneas, estabelecida pelo IBGE, em 1968 (IBGE, 1990). De acordo com o IBGE (1990), o conceito de mesorregião é de

uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990, p. 8).

As microrregiões integram as mesorregiões pelas especificidades que possuem, as quais estão relacionadas

à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares [...]. A organização do espaço microrregional foi identificada também pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado, ou dos setores sociais básicos. (IBGE, 1990, p. 8).

Feita a identificação dessas áreas, a partir dos fatores naturais do ambiente, dos fatores sociais e econômicos, a área territorial baiana foi dividida em sete mesorregiões: Centro-Norte Baiano, Centro-Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano e Vale São-Franciscano da Bahia, e cada uma destas foi subdividida em microrregiões. Os municípios que abrigam os topônimos que fazem parte desta tese correspondem à mesorregião<sup>28</sup> Metropolitana de Salvador, sendo que 18 estão incluídos na

---

<sup>28</sup> A indicação das microrregiões constam em todas as fichas lexicográfico-toponímicas.

microrregião de Santo Antônio de Jesus, um localiza-se na microrregião de Catu e um na microrregião de Salvador.

Apesar dessa divisão estabelecida pelo IBGE, em 1989, tomou-se como base para este estudo o agrupamento territorial realizado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que divide o espaço geográfico baiano em 27 territórios de identidade. De acordo com a SEPLAN,

a Regionalização Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios. Desde então, atendendo os objetivos do governo estadual e às necessidades dos municípios baianos sofreu ajustes e atualmente está consolidada conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Plurianual 2016-2019, contanto com 27 Regiões. O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustado conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário. (SEI)<sup>29</sup>.

Vê-se que o conceito de território de identidade está vinculado aos mesmos conceitos estabelecidos pelo IBGE, em 1988, já que leva em consideração fatores históricos, sociais e econômicos, agregando em um só conjunto municípios que possuem os mesmos traços que dizem respeito ao ambiente físico e social. Assim, realizando um comparativo da divisão do Recôncavo baiano em meados do século XIX com a divisão realizada pela SEI, em 2007, verificam-se apenas poucas mudanças nas dimensões dessa região, conforme apresentam as figuras 24 e 25.

---

<sup>29</sup> Disponível no site da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Cf. referências.



A primeira diferença entre o mapeamento da região está na divisão político-administrativa. Na figura 24, é possível perceber áreas que antes estavam inseridas no Recôncavo baiano, como São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, antigas freguesias de Cachoeira e atuais municípios, ou ainda, a antiga Jaguaripe que deu origem a municípios do Recôncavo Sul e hoje, pela divisão da SEI, não está inserida nesse contexto geográfico.

A segunda diferença está no fato de que a figura 24 apresenta municípios atuais como antigas freguesias, a exemplo de Nazaré que tinha posse administrativa sobre Santo Antônio de Jesus e Muniz Ferreira, antiga Rio Fundo, que era distrito nazareno e passa a ser sede de município. Por sua vez, Santo Antônio de Jesus perde parte da sua área para um antigo distrito, Varzedo, que se municipalizou em 1989. A divisão político-administrativa atual do T.I Recôncavo será descrita no quadro 5, acompanhada de dados concernentes a cada município.

Quadro 5 – Municípios do Território de Identidade 21- Recôncavo - Bahia

<b>Município</b>	<b>Lei de criação</b>	<b>Lei vigente</b>	<b>Município de origem</b>	<b>Distritos</b>	<b>Área Territorial (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>
Cabaceiras do Paraguaçu	n° 5010 de 13/06/1989. Publicada no DOE de 14/06/1989	n° 5010 de 13/06/1989. Publicada no DOE de 14/06/1989	Muritiba	Cabaceiras do Paraguaçu (sede) e Geolândia	226,0	17.327
Cachoeira	Ordem Régia s/n° de 27/12/1693	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 10/02/1954	Capitania da Baía de Todos os Santos	Cachoeira (sede), Belém da Cachoeira e Santiago do Iguape	395,20	32.026
Castro Alves	Lei Provincial n° 1.987 de 20/06/1880	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 11/02/1954	Cachoeira	Castro Alves (sede), Crussaí, Petim e Sítio do Meio	711,70	25.408
Conceição do Almeida	Ato Estadual s/n° de 18/07/1890	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 11/02/1954	São Felipe	Conceição do Almeida (sede), Comércio e Rio da Dona	289,90	17.889
Cruz das Almas	Lei Estadual n° 190 de 29/07/1897	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 11/02/1954	São Félix	Cruz das Almas (sede)	145,70	58.606
Dom Macedo Costa	n° 1.652 de 04/04/1962. Publicada no DOE de 06/04/1962	n° 1.652 de 04/04/1962. Publicada no DOE de 06/04/1962	São Felipe	Dom Macêdo Costa (sede)	84,80	3.874
Governador Mangabeira	n° 1639 de 14/03/1962. Publicada no DOE de 15/03/1962	n° 9.386 de 12/01/2005. Publicada no DOE de 13/01/2005	Muritiba	Governador Mangabeira (sede)	106,30	19.818
Maragogipe	Carta Régia de 09/02/1725	n° 628 de 30/12/1953	Maragogipe	Maragogipe (sede), Coqueiros, Guai, Guapira, Nagé e São Roque do Paraguaçu	440,20	42.815
Muniz Ferreira	n° 1770 de 30/07/1962. Publicada no DOE de 31/07/1962	n° 1770 de 30/07/1962. Publicada no DOE de 31/07/1962	Nazaré	Muniz Ferreira (sede) e Onha	110,10	7.317
Muritiba	n° 1.349 de 08/08/1919. Publicada no DOE de 12/08/1919	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 10/02/1954	São Félix	Muritiba (sede) e Itaporã	89,30	28.899

<b>Município</b>	<b>Lei de criação</b>	<b>Lei vigente</b>	<b>Município de origem</b>	<b>Distritos</b>	<b>Área Territorial (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>
Nazaré	Decreto s/n de 25/10/1831	n° 628 de 30/12/1953	Jaguaripe	Nazaré (sede)	253,80	27.274
Santo Amaro	Provisão Régia de 09/02/1725	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 17/02/1954	São Francisco do Conde	Santo Amaro (sede), Acupe e Campinhos	492,90	57.800
Santo Antônio de Jesus	Lei Provincial n° 1952 de 29/05/1880	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 17/02/1954	Nazaré	Santo Antônio de Jesus (sede)	261,30	90.985
São Felipe	Lei Provincial n° 1.952 de 29/05/1880	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 18/02/1954	Maragogipe	São Felipe (sede) e Caraípe	206,0	20.305
São Félix	Ato Estadual n° 04 de 23/12/1889	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 17/02/1954	Cachoeira	São Félix (sede) e Outeiro Redondo	99,20	14.098
São Francisco do Conde	Carta Régia de 27/12/1693	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 18/02/1954	Salvador	São Francisco do Conde (sede), Mataripe e Monte Recôncavo	262,90	33.183
São Sebastião do Passé	n° 1.870 de 19/07/1926. Restaurado pela Lei n° 7.600 de 11/09/1931	n° 628 de 30/12/1953	São Francisco do Conde	São Sebastião do Passé (sede), Maracangalha, Jacuípe e Lamarão do Passé	538,30	42.153
Sapeaçu	n° 549 de 27/04/1953. Publicada no DOE de 29/04/1953	n° 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 18/02/1954	Cruz das Almas	Sapeaçu (sede) e Baixa do Palmeiras	117,20	16.585
Saubara	n° 5.007 de 13/06/1989. Publicada no DOE de 14/06/1989	Saubara (sede), Bom Jesus dos Pobres e Sapeaçu	Santo Amaro	Saubara (sede), Bom Jesus dos Pobres e Sapeaçu	163,50	11.201
Varzedo	n° 5.002 de 13/06/1989. Publicada no DOE de 14/06/1989	n° 5.002 de 13/06/1989. Publicada no DOE de 14/06/1989	Castro Alves e Santo Antônio de Jesus	Varzedo (sede) e Tabuleiro do Castro	226,80	9.109

Fonte: Produção da autora a partir da SEI, 2013

Observando o quadro 5, constata-se que as antigas vilas, que depois se transformaram em municípios tiveram seu território subdividido, curso normal da história de qualquer região. É compreensível, portanto, o motivo pelo qual se mantém estes municípios como integrantes de um mesmo território de identidade, uma vez que compartilham de uma mesma trajetória de formação sócio-histórica e cultural, mesmo que depois, por fatores econômicos e políticos, os que antes eram considerados como berço da economia, como é o caso de Cachoeira e Maragogipe, tenham sido subjugados por formações municipais mais recentes, como Santo Antônio de Jesus, que, atualmente, é denominada a Capital do Recôncavo baiano, por conta do seu potencial de comércio e indústria. No entanto, as amarras culturais unem esses municípios e as marcas dessa trajetória foram registradas e perpetuadas em cada espaço geográfico através dos nomes que lhes identificava. Cabe, agora, conhecê-los e entendê-los.



#### 4 AQUI TEM TAPUIO, CAFONGE E MILAGRES DE SANTO ANTÔNIO: FORMAÇÃO DO *CORPUS* E EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Conforme o discorrido no capítulo dois desta tese, a metodologia na pesquisa toponímica brasileira inaugurada por Dick (1990a, 1990b) trouxe um caráter científico para as investigações nessa área, pois favoreceu uma sistematização dos dados a partir de uma perspectiva sincrônica, não impossibilitando, contudo, estudos diacrônicos. Ao contrário, a utilização de uma taxionomia que corresponde às peculiaridades do ambiente físico e social brasileiro colaborou para a comparação entre as denominações toponímicas atribuídas ao mesmo espaço geográfico ao longo de diversas sincronias.

Além da taxionomia, a proposta de Dick consiste na coleta através de uma fonte segura, os mapas institucionais, ou as cartas topográficas do IBGE, escala 1:100.000, ou mapas formulados pelas instituições governamentais das regiões pesquisadas. Quanto ao tratamento dos dados, são utilizadas fichas lexicográfico-toponímicas que contêm informações detalhadas a respeito do topônimo e cartas topográficas que possam representar a disposição dos topônimos no espaço geográfico, tanto quanto à origem linguística quanto à classificação taxionômica. Porém, esse padrão de tratamento de informações é correspondente a confecção dos atlas toponímicos, em pesquisas acadêmicas como monografias, dissertações e teses esse padrão não é seguido à risca, cabendo ao investigador fazer a opção de acordo ao que se encaixe em seu contexto de pesquisa.

No concernente a esta tese, foram utilizados os seguintes passos para a formação do *corpus* e tratamento dos dados:

- i. coleta dos topônimos que correspondem aos nomes dos povoados que compõem o Território de Identidade Recôncavo nos mapas municipais estatísticos, escala 1:100.000, em diários oficiais dos municípios e em lista com os nomes das comunidades remanescentes de quilombos, publicada pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura;
- ii. análise etimológica dos topônimos coletados através dos seguintes dicionários<sup>31</sup>: CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. (1998); CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010); SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional* ([1901] 1987); TIBIRIÇA, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*:

---

<sup>31</sup> Referências completas ao final deste trabalho e nas fichas lexicográfico-toponímicas.

significação dos nomes geográficos de origem tupi (1995); GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições– usos e costumes– fauna e flora– língua– raízes– toponímia– vocabulário*. V. I, II e III (1980); BARBOSA, Pe. A. Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português* (1951); CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (2005); LOPES, Nei. *Novo dicionário Banto do Brasil* (2012); GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* (1981); HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) (somente para situações em que a etimologia não foi encontrada no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (CUNHA, 2010));

iii. Organização dos dados em fichas lexicográfico-toponímicas, seguindo uma adaptação da ficha utilizada pelo ATEMS (DARGEL; ISQUERDO. (no prelo)). A ficha possibilita um conhecimento maior sobre o topônimo, através dos seguintes tópicos:

- ✓ **o número da ficha** – correspondente à ordem de exposição na lista;
- ✓ **localização/município** – nesse item os nomes dos municípios aparecem de acordo com a ordem de exposição dos topônimos;
- ✓ **mesorregião** – divisão realizada pelo IBGE (1998). Todos os topônimos, aqui analisados, localizam-se na mesorregião Metropolitana de Salvador;
- ✓ **microrregião** – divisão realizada pelo IBGE (1998). Nesse caso, dezoito municípios que pertencem ao T.I. Recôncavo localizam-se na microrregião de Santo Antônio de Jesus, somente São Francisco do Conde está localizado na microrregião de Salvador e São Sebastião do Passé localiza-se na microrregião de Catu;
- ✓ **acidente** – indicação do tipo de acidente, se é humano (cidades, vilas, povoados, etc.) ou físico (rio, córregos serras, etc.). No caso deste trabalho, todos os acidentes são humanos, uma vez que o objeto da pesquisa foram nomes de povoados;
- ✓ **elemento geográfico** – trata-se do termo genérico que forma o sintagma toponímico. Neste trabalho, os elementos geográficos são povoados, mas existiram algumas modificações nesta indicação, quando se tratava de povoado que é distrito, projeto de assentamento e comunidade quilombola. Em alguns casos, há duas indicações, quando a comunidade quilombola também for um distrito de município;
- ✓ **área** – se urbana ou rural. Todos os topônimos que constam nas fichas elaboradas pertencem à área rural;
- ✓ **topônimo** – nome do termo específico do sintagma toponímico, é a própria denominação do lugar;

- ✓ **variante cartográfico-lexical** – espaço deixado para variações do termo específico, detectadas nas fontes pesquisadas, no que se refere a variação lexical e fonético/fonológicas. Quando não detectada, o espaço foi preenchido por “não encontrada”, quando detectada, a fonte é indicada no espaço referências;
- ✓ **taxionomia** – a classificação atribuída ao topônimo a partir da etimologia do termo. Neste trabalho foram usadas as 27 taxionomias criadas por Dick (1990a, 1990b), o desdobramento da taxionomia animotopônimo proposta por Isquierdo (1996), acronimotopônimo e necrotopônimo taxionomias propostas pelo ATEPAR (AGUILERA, 1999) e igneotopônimo, taxionomia proposta por Carvalho (2010);
- ✓ **língua de origem** – indicação do étimo do topônimo. Nesse espaço, no caso dos híbridos, foi deixada a língua de origem dos termos que compõem a formação híbrida. Apenas se considerou como híbrido as formações da língua portuguesa associada às línguas indígena e africana. Em se tratando de termos de origem grega, celta, alemã, francesa, espanhola, italiana, árabe, malaiala, sânscrito, considerou-se já como integrante da língua portuguesa, pois já estavam inseridos nesse idioma antes que ele de se tornasse oficial no território brasileiro, chegando-se a essa conclusão a partir da datação exposta no item etimologia. Contudo, quando o termo foi advindo de outra língua, isso foi exposto conforme o exemplo: “Língua de origem: portuguesa através do árabe”;
- ✓ **etimologia** – busca-se a base linguística do topônimo, a fim de esclarecer a sua origem e encontrar a devida atribuição taxionômica.
- ✓ **estrutura morfológica** – nesse item apresenta-se, além da formação simples ou composta, a depreensão dos termos que compõem o termo específico do sintagma<sup>32</sup>;
- ✓ **histórico** – apresenta as mudanças sofridas pelo topônimo no decorrer da história da localidade. Quando encontrado, a indicação da fonte em que se encontrou a mudança está citada no item referências e, na ausência do histórico, apresenta-se a expressão “não encontrado”;
- ✓ **informações enciclopédicas** – neste item são apresentadas informações referentes ao topônimo, em sua natureza de nome comum ou já em função toponímica. Todas as fontes consultadas para o preenchimento desse item foram deixadas no item referências, em caso de ausência, optou-se por deixar o espaço em branco;

---

<sup>32</sup> Nesse item, buscou-se, ao máximo, detalhar os elementos que compõem o sintagma toponímico. Mesmo que possa apresentar um teor descritivo, ou até mesmo tradicionalista, a intenção foi utilizar essa estrutura para futuras análises e produções bibliográficas.

- ✓ **contexto** – esclarecimento sobre a origem do topônimo. Quando encontrada alguma fonte de esclarecimento, cita-se no item referências, em sua ausência, optou-se por deixar o espaço vazio”. Nesse item, também, apresentam-se depoimentos de moradores de Santo Antônio de Jesus, os quais foram coletados durante a pesquisa de mestrado desta autora;
  - ✓ **fonte** – corresponde à fonte de coleta do topônimo. Ressalta-se que os topônimos encontrados, através dos mapas estatísticos municipais do IBGE apresentam-se em seção separada dos topônimos encontrados em outras fontes;
  - ✓ **referências**<sup>33</sup> – local em que são apresentadas as referências completas de todas as informações expostas nas fichas;
  - ✓ **pesquisadora** – aquele que coletou as informações sobre o topônimo. Neste caso, a autora da tese, por isso o termo já se encontra no gênero feminino;
  - ✓ **revisora** – profissional que revisa todos os dados referentes ao topônimo. Neste caso a professora que orientou esta tese, por isso o termo já se encontra no termo feminino.
- iv. esboço de um mapeamento da área do T.I. Recôncavo, no que diz respeito às categorias mais produtivas de natureza semântica física;
- v. exposição e análise dos dados.

Feito o esclarecimento de como se compôs o *corpus* desta tese e como foi o processo do tratamento das informações, cabe conhecer os topônimos do Território de Identidade do Recôncavo baiano e comprovar sua diversidade linguística e histórica.

---

<sup>33</sup> As referências utilizadas nas fichas também são apresentadas na seção Referências desta tese.

#### 4.1 NOMES DOS POVOADOS DO RECÔNCAVO BAIANO: EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Os quadros aqui apresentados foram expostos seguindo a natureza semântica dos topônimos e de acordo com as fontes de pesquisa. Primeiro os topônimos que foram coletados nos mapas municipais estatísticos do IBGE e, em seguida, os topônimos coletados em outras fontes. A apresentação segue a seguinte ordem: município, topônimo em ordem alfabética, taxionomia e origem.

Quadro 6 – Topônimos de natureza semântica física– fonte IBGE

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TAXIONOMIA</b>	<b>ORIGEM</b>
1	Santo Amaro	Acupe	Hidrotopônimo	Indígena
2	Cachoeira	Acutinga	Hidrotopônimo	Indígena
3	São Sebastião do Passé	Água Boa	Hidrotopônimo	Portuguesa
4	São Sebastião do Passé	Água Branca	Hidrotopônimo	Portuguesa
5	Varzedo	Água Branca	Hidrotopônimo	Portuguesa
6	Sapeaçu	Água Branca	Hidrotopônimo	Portuguesa
7	Castro Alves	Água Comprida	Hidrotopônimo	Portuguesa
8	Santo Antônio de Jesus	Água Comprida	Hidrotopônimo	Portuguesa
9	Varzedo	Água Comprida	Hidrotopônimo	Portuguesa
10	São Sebastião do Passé	Água Preta	Hidrotopônimo	Portuguesa
11	Cabaceiras do Paraguaçu	Alecrim	Fitotopônimo	Portuguesa
12	Cachoeira	Alecrim	Fitotopônimo	Portuguesa

13	Conceição do Almeida	Alto	Dimensiotopônimo	Portuguesa
14	Muniz Ferreira	Alto da Boniteza	Dimensiotopônimo	Portuguesa
15	Cruz das Almas	Alto da Embira	Dimensiotopônimo	Híbrido P+I
16	Cachoeira	Alto da Valença da Guaíba	Dimensiotopônimo	Híbrido P+I
17	Cachoeira	Alto da Vitória	Dimensiotopônimo	Portuguesa
18	Cachoeira	Alto do Camelo	Dimensiotopônimo	Portuguesa
19	Cachoeira	Alto do Catolé	Dimensiotopônimo	Híbrido P+I
20	Castro Alves	Alto do Gentil	Dimensiotopônimo	Portuguesa
21	Dom Macedo Costa	Alto do Jaguaripe	Dimensiotopônimo	Híbrido P+I
22	Conceição do Almeida	Alto Jaguaripe	Dimensiotopônimo	Híbrido P+I
23	Conceição do Almeida	Amoras	Fitotopônimo	Portuguesa
24	Castro Alves	Anandaiá	Fitotopônimo	Indígena
25	São Felipe	Andaiá	Fitotopônimo	Indígena
26	Varzedo	Andaraí	Zootopônimo	Indígena
27	Cabaceiras do Paraguaçu	Aporá	Dimensiotopônimo	Indígena
28	Cruz das Almas	Araçá	Fitotopônimo	Indígena
29	Nazaré	Araçá	Fitotopônimo	Indígena
30	Nazaré	Areal	Litotopônimo	Portuguesa
31	Varzedo	Areia Grossa	Litotopônimo	Portuguesa
32	São Francisco do Conde	Areias	Litotopônimo	Portuguesa
33	São Francisco do Conde	Arenoso	Litotopônimo	Portuguesa

34	Maragogipe	Bacalhau	Zootopônimo	Portuguesa
35	Conceição do Almeida	Baixa da Areia	Geomorfotopônimo	Portuguesa
36	Santo Antônio de Jesus	Baixa da Areia	Geomorfotopônimo	Portuguesa
37	São Felipe	Baixa da Barragem	Geomorfotopônimo	Portuguesa
38	São Felipe	Baixa da Cupioba	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
39	São Felipe	Baixa da Malagueta	Geomorfotopônimo	Portuguesa
40	Sapeçu	Baixa do Palmeiras	Geomorfotopônimo	Portuguesa
41	Cruz das Almas	Baixa de Toquinha	Geomorfotopônimo	Portuguesa
42	Nazaré	Baixa do Camarão	Geomorfotopônimo	Portuguesa
43	Nazaré	Baixa do Cipriano	Geomorfotopônimo	Portuguesa
44	São Felipe	Baixa do Conguê	Geomorfotopônimo	Híbrido P+A
45	Maragogipe	Baixa do Jequié	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
46	Santo Antônio de Jesus	Baixa do Morro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
47	Varzedo	Baixa do Sapo	Geomorfotopônimo	Portuguesa
48	Maragogipe	Baixa do Topa	Geomorfotopônimo	Portuguesa
49	Muniz Ferreira	Baixa Funda	Geomorfotopônimo	Portuguesa
50	Cachoeira	Baixa Grande	Geomorfotopônimo	Portuguesa
51	Muritiba	Baixa Grande	Geomorfotopônimo	Portuguesa
52	Maragogipe	Baixa Santa	Geomorfotopônimo	Portuguesa
53	Sapeçu	Bananeira	Fitotopônimo	Híbrido P+A
54	Governador Mangabeira	Bananeira	Fitotopônimo	Híbrido P+A

55	São Sebastião do Passé	Banco de Areia	Geomorfotopônimo	Portuguesa
56	São Felipe	Barra do Jaguaripe	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
57	Muritiba	Barra Grande	Geomorfotopônimo	Portuguesa
58	São Felipe	Barravento	Geomorfotopônimo	Portuguesa
59	São Felipe	Barro	Litotopônimo	Portuguesa
60	Varzedo	Barro	Litotopônimo	Portuguesa
61	Governador Mangabeira	Barroada	Litotopônimo	Portuguesa
62	Santo Amaro	Barro Branco	Litotopônimo	Portuguesa
63	Muniz Ferreira	Barro Branco	Litotopônimo	Portuguesa
64	Santo Amaro	Barro Vermelho	Litotopônimo	Portuguesa
65	Castro Alves	Barro Vermelho	Litotopônimo	Portuguesa
66	Santo Antônio de Jesus	Barro Vermelho	Litotopônimo	Portuguesa
67	São Sebastião do Passé	Baruema	Fitotopônimo	Indígena
68	São Félix	Batata	Fitotopônimo	Indígena
69	Maragogipe	Batatan	Fitotopônimo	Indígena
70	Muniz Ferreira	Batatan	Fitotopônimo	Indígena
71	Muniz Ferreira	Beija-Flor	Zootopônimo	Portuguesa
72	São Félix	Beija-Flor	Zootopônimo	Portuguesa
73	Muritiba	Beija-Flor	Zootopônimo	Portuguesa
74	Cachoeira	Brejo	Geomorfotopônimo	Portuguesa
75	Governador Mangabeira	Brejo	Geomorfotopônimo	Portuguesa



76	São Sebastião do Passé	Brejo Grande	Geomorfotopônimo	Portuguesa
77	Governador Mangabeira	Bruco	Fitotopônimo	Portuguesa
78	Cachoeira	Buraco da Raposa	Geomorfotopônimo	Portuguesa
79	Santo Amaro	Buranhém Novo	Fitotopônimo	Híbrido I+P
80	São Sebastião do Passé	Buranhém Velho	Fitotopônimo	Híbrido I+P
81	Dom Macedo Costa	Buriti	Fitotopônimo	Indígena
82	Muritiba	Caatinga Seca	Fitotopônimo	Híbrido I+P
83	Cachoeira	Cabonha	Zootopônimo	Indígena
84	Santo Amaro	Cabuçu	Zootopônimo	Indígena
85	Maragogipe	Cachoeira	Hidrotopônimo	Portuguesa
86	Maragogipe	Cachoeirinha do Gilberto	Hidrotopônimo	Portuguesa
87	Castro Alves	Cágado	Zootopônimo	Origem controvertida
88	Castro Alves	Caetitu	Zootopônimo	Indígena
89	Santo Amaro	Caetetu	Zootopônimo	Indígena
90	Governador Mangabeira	Caetitu	Zootopônimo	Indígena
91	São Francisco do Conde	Caípe	Fitotopônimo	Indígena
92	São Francisco do Conde	Caípe de Dentro	Fitotopônimo	Híbrido I+P
93	Maragogipe	Cajazeiras	Fitotopônimo	Híbrido I+P
94	Castro Alves	Cajazeiras	Fitotopônimo	Híbrido I+P
95	São Félix	Cajazeira	Fitotopônimo	Híbrido I+P
96	Sapeçu	Cajazeiras	Fitotopônimo	Híbrido I+P

97	Sapeaçu	Cajuada	Fitotopônimo	Híbrido I+P
98	Governador Mangabeira	Cajueiro	Fitotopônimo	Híbrido I+P
99	Castro Alves	Cajueiro	Fitotopônimo	Híbrido I+P
100	Castro Alves	Calombi	Fitotopônimo	Indígena
101	São Félix	Calombi	Fitotopônimo	Indígena
102	Santo Amaro	Camaçari	Fitotopônimo	Indígena
103	Santo Antônio de Jesus	Camaçari	Fitotopônimo	Indígena
104	Nazaré	Camarão	Zootopônimo	Portuguesa
105	Cruz das Almas	Caminhoá	Geomorfotopônimo	Indígena
106	São Félix	Campinho	Geomorfotopônimo	Portuguesa
107	Santo Amaro	Campinhos	Geomorfotopônimo	Portuguesa
108	São Sebastião do Passé	Campo	Geomorfotopônimo	Portuguesa
109	São Felipe	Campo das Flores	Geomorfotopônimo	Portuguesa
110	Cachoeira	Campo de Aviação	Geomorfotopônimo	Portuguesa
111	Santo Amaro	Campo Grande	Geomorfotopônimo	Portuguesa
112	Sapeaçu	Canabrava	Fitotopônimo	Portuguesa
113	Varzedo	Cana Brava Mineira	Fitotopônimo	Portuguesa
114	Cachoeira	Canal Grande	Hidrotopônimo	Portuguesa
115	Castro Alves	Candeia	Fitotopônimo	Portuguesa
116	Castro Alves	Candial	Fitotopônimo	Portuguesa
117	São Sebastião do Passé	Canela	Fitotopônimo	Portuguesa

118	Maragogipe	Capanema	Fitotopônimo	Indígena
119	Cachoeira	Capim da Sela	Fitotopônimo	Híbrido I+P
120	Cruz das Almas	Capim do Boi	Fitotopônimo	Híbrido I+P
121	São Sebastião do Passé	Capimirim	Fitotopônimo	Indígena
122	Muritiba	Capivari	Zootopônimo	Indígena
123	Castro Alves	Capoeira	Fitotopônimo	Indígena
124	Cachoeira	Cascalheira	Litotopônimo	Portuguesa
125	Castro Alves	Cova da Nega	Geomorfotopônimo	Portuguesa
126	Cachoeira	Capoeruçu	Fitotopônimo	Indígena
127	São Felipe	Carápe	Fitotopônimo	Indígena
128	Varzedo	Caranguejo	Zootopônimo	Portuguesa
129	Sapeçu	Caranguejo	Zootopônimo	Portuguesa
130	Muniz Ferreira	Caranguejo	Zootopônimo	Portuguesa
131	Cachoeira	Caranguejo	Zootopônimo	Portuguesa
132	Castro Alves	Cardeais	Zootopônimo	Portuguesa
133	Cachoeira	Cassuca	Zootopônimo	Indígena
134	Cabaceiras do Paraguaçu	Catinguinha	Fitotopônimo	Híbrido I+P
135	Cachoeira	Catu Pequeno	Hidrotopônimo	Híbrido I+ P
136	Santo Antônio de Jesus	Cavaco	Fitotopônimo	Portuguesa
137	Sapeçu	Cedro	Fitotopônimo	Portuguesa
138	São Sebastião do Passé	Chapada	Geomorfotopônimo	Origem desconhecida

139	Muniz Ferreira	Chapada	Geomorfotopônimo	Origem desconhecida
140	Cruz das Almas	Chapadinha	Geomorfotopônimo	Origem desconhecida
141	Governador Mangabeira	Cipoal	Fitotopônimo	Híbrido I+P
142	Santo Antônio de Jesus	Cocão	Fitotopônimo	Híbrido I+P
143	Varzedo	Congonhas	Fitotopônimo	Indígena
144	Nazaré	Copioba Açú	Fitotopônimo	Indígena
145	Nazaré	Copioba Mirim	Fitotopônimo	Indígena
146	São Felipe	Copioba Mirim	Fitotopônimo	Indígena
147	São Félix	Coqueirinho	Fitotopônimo	Origem controvertida
148	Castro Alves	Coqueiro	Fitotopônimo	Origem controvertida
149	São Francisco do Conde	Coqueiro	Fitotopônimo	Origem controvertida
150	São Francisco do Conde	Coqueiro Grande	Fitotopônimo	Origem controvertida
151	Maragogipe	Coqueiros	Fitotopônimo	Origem controvertida
152	Cruz das Almas	Coqueiros	Fitotopônimo	Origem controvertida
153	Cachoeira	Cupioba	Fitotopônimo	Indígena
154	São Felipe	Cupioba	Fitotopônimo	Indígena
155	Nazaré	Cupioba	Fitotopônimo	Indígena
156	São Francisco do Conde	Curupeba	Zootopônimo	Indígena
157	Maragogipe	Dendê	Fitotopônimo	Africana
158	Cruz das Almas	Embira	Fitotopônimo	Indígena
159	Maragogipe	Enseada	Hidrotopônimo	Portuguesa

160	São Félix	Esconso	Morfotopônimo	Portuguesa
161	Santo Antônio de Jesus	Espinheiro	Fitotopônimo	Portuguesa
162	Conceição do Almeida	Estreito	Hidrotopônimo	Portuguesa
163	Maragogipe	Fonte Grande	Hidrotopônimo	Portuguesa
164	Cachoeira	Formiga	Zootopônimo	Portuguesa
165	Santo Antônio de Jesus	Gameleira	Fitotopônimo	Portuguesa
166	Governador Mangabeira	Gameleira	Fitotopônimo	Portuguesa
167	Dom Macedo Costa	Gandu	Zootopônimo	Africana
168	Dom Macedo Costa	Gandu Velho	Zootopônimo	Africana
169	São Sebastião do Passé	Gearim	Zootopônimo	Indígena
170	Cabaceiras Para.	Geolândia	Litotopônimo	Portuguesa
171	São Sebastião do Passé	Gramma	Fitotopônimo	Portuguesa
172	Conceição do Almeida	Gravatá	Fitotopônimo	Indígena
173	Muritiba	Gravatá	Fitotopônimo	Indígena
174	Governador Mangabeira	Gravatá	Fitotopônimo	Indígena
175	Muritiba	Gravatá de Baixo	Fitotopônimo	Híbrido I+P
176	Muritiba	Gravatá de Cima	Fitotopônimo	Híbrido I+P
177	Muritiba	Gravatá de Dentro	Fitotopônimo	Híbrido I+P
178	Cachoeira	Grota	Geomorfotopônimo	Portuguesa
179	Maragogipe	Guaí	Hidrotopônimo	Indígena
180	Maragogipe	Guapira	Hidrotopônimo	Indígena

181	Cruz das Almas	Gurunga	Geomorfotopônimo	Africana
182	Cachoeira	Horta	Geomorfotopônimo	Portuguesa
183	São Felipe	Icaraí	Hidrotopônimo	Indígena
184	Santo Antônio de Jesus	Ilha	Geomorfotopônimo	Portuguesa
185	São Francisco do Conde	Ilha Bimbarra	Geomorfotopônimo	Portuguesa
186	São Francisco do Conde	Ilha Cajaíba	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
187	São Francisco do Conde	Ilha das Fontes	Geomorfotopônimo	Portuguesa
188	São Francisco do Conde	Ilha do Paty	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
189	São Felipe	Ilhota	Geomorfotopônimo	Portuguesa
190	Castro Alves	Ilhota	Geomorfotopônimo	Portuguesa
191	Maragogipe	Imbaíba	Fitotopônimo	Indígena
192	São Sebastião do Passé	Ipanema	Hidrotopônimo	Indígena
193	São Sebastião do Passé	Itamataí	Litotopônimo	Indígena
194	Maragogipe	Itapecerica	Litotopônimo	Indígena
195	Santo Amaro	Itapema	Litotopônimo	Indígena
196	Santo Amaro	Itapema II	Litotopônimo	Indígena
197	Muritiba	Itaporã	Litotopônimo	Indígena
198	Maragogipe	Jacarandá	Fitotopônimo	Indígena
199	Nazaré	Jacarandá	Fitotopônimo	Indígena
200	Dom Macedo Costa	Jacarandá	Fitotopônimo	Indígena
201	São Sebastião do Passé	Jacaré	Zootopônimo	Indígena

202	Cabaceiras do Paraguaçu	Jacaré	Zootopônimo	Indígena
203	Cabaceiras do Paraguaçu	Jacaré Grande	Zootopônimo	Híbrido P+I
204	Cabaceiras do Paraguaçu	Jacarezinho	Zootopônimo	Híbrido P+I
205	São Sebastião do Passé	Jacuípe	Zootopônimo	Indígena
206	Conceição do Almeida	Jaguaripe	Zootopônimo	Indígena
207	Santo Amaro	Jambeiro	Fitotopônimo	Portuguesa
208	Castro Alves	Jaqueira	Fitotopônimo	Portuguesa
209	Cruz das Almas	Jaqueira	Fitotopônimo	Portuguesa
210	Governador Mangabeira	Jaqueira	Fitotopônimo	Portuguesa
211	Santo Amaro	Jenipapo	Fitotopônimo	Indígena
212	São Felipe	Jenipao	Fitotopônimo	Indígena
213	São Félix	Jenipapo	Fitotopônimo	Indígena
214	Santo Antônio de Jesus	Jenipapo	Fitotopônimo	Indígena
215	Conceição do Almeida	Jequitibá	Fitotopônimo	Indígena
216	Santo Antônio de Jesus	Juerana	Fitotopônimo	Indígena
217	Maragogipe	Junco	Fitotopônimo	Portuguesa
218	Maragogipe	Lagamal	Hidrotopônimo	Portuguesa
219	Maragogipe	Lagoa	Hidrotopônimo	Portuguesa
220	Sapeaçu	Lagoa da Juerana	Hidrotopônimo	Híbrido P+I
221	Muritiba	Lagoa da Rosa	Hidrotopônimo	Portuguesa
222	Cruz das Almas	Lagoa do Cedro	Hidrotopônimo	Portuguesa

223	Governador Mangabeira	Lagoa dos Palames	Hidrotopônimo	Portuguesa
224	Cachoeira	Lagoa Encantada	Hidrotopônimo	Portuguesa
225	Sapeçu	Lagoa Redonda	Hidrotopônimo	Portuguesa
226	Cabaceiras do Paraguaçu	Lagoa Salgada	Hidrotopônimo	Portuguesa
227	Cabaceiras do Paraguaçu	Lagoa Seca	Hidrotopônimo	Portuguesa
228	Cachoeira	Lagoinha	Hidrotopônimo	Portuguesa
229	Santo Amaro	Lama Branca	Litotopônimo	Portuguesa
230	Cachoeira	Lama Branca	Litotopônimo	Portuguesa
231	Santo Amaro	Lamarão do Passé	Litotopônimo	Híbrido P+I
232	Cachoeira	Laranjeiras	Fitotopônimo	Portuguesa
233	São Sebastião do Passé	Laranjeiras	Fitotopônimo	Portuguesa
234	Muritiba	Laranjeiras	Fitotopônimo	Portuguesa
235	Sapeçu	Laranjeiras	Fitotopônimo	Portuguesa
236	Maragogipe	Laranjeiras	Fitotopônimo	Portuguesa
237	São Francisco do Conde	Macaco	Zootopônimo	Africana
238	Maragogipe	Maçangana	Hidrotopônimo	Africana
239	Sapeçu	Macaúbas	Fitotopônimo	Indígena
240	São Francisco do Conde	Madruga	Meteorotopônimo	Portuguesa
241	Muritiba	Mamão	Fitotopônimo	Portuguesa
242	Maragogipe	Manguinha	Fitotopônimo	Portuguesa
243	São Francisco do Conde	Marape	Hidrotopônimo	Indígena



244	São Francisco do Conde	Marezinha	Meteorotopônimo	Portuguesa
245	Maragogipe	Marianga	Fitotopônimo	Africana
246	Muritiba	Marimbondo	Zootopônimo	Africana
247	São Sebastião do Passé	Massapê	Litotopônimo	Híbrido P+A
248	Santo Amaro	Mata	Fitotopônimo	Portuguesa
249	Santo Amaro	Mata do Pé Leve	Fitotopônimo	Portuguesa
250	Maragogipe	Mata Nova	Fitotopônimo	Portuguesa
251	Santo Amaro	Mata Velha	Fitotopônimo	Portuguesa
252	São Francisco do Conde	Mataripe	Fitotopônimo	Indígena
253	São Félix	Matataúba	Fitotopônimo	Indígena
254	São Félix	Monte Alegre	Geomorfotopônimo	Portuguesa
255	Saubara	Monte Cristo	Geomorfotopônimo	Portuguesa
256	São Francisco do Conde	Monte Recôncavo	Geomorfotopônimo	Portuguesa
257	Castro Alves	Morro	Geomorfotopônimo	Origem incerta
258	Cabaceiras do Paraguaçu	Morro de Pedras	Geomorfotopônimo	Origem incerta
259	Castro Alves	Morro do Jenipapo	Geomorfotopônimo	Híbrido OD+I
260	Cruz das Almas	Morrinho	Geomorfotopônimo	Origem incerta
261	Conceição do Almeida	Mucuri	Fitotopônimo	Indígena
262	São Francisco do Conde	Muribeca	Zootopônimo	Indígena
263	Santo Amaro	Muribeca	Zootopônimo	Indígena
264	Cachoeira	Murici	Fitotopônimo	Indígena

265	Sapeaçu	Murici	Fitotopônimo	Indígena
266	Santo Amaro	Murici	Fitotopônimo	Indígena
267	Conceição do Almeida	Muritibinha	Zootopônimo	Híbrido P+I
268	Cachoeira	Murundu	Geomorfotopônimo	Africana
269	Santo Amaro	Murundu	Geomorfotopônimo	Africana
270	Cabaceiras do Paraguaçu	Murutuba	Zootopônimo	Indígena
271	Cachoeira	Murutuba	Zootopônimo	Indígena
272	Maragogipe	Mutuca	Zootopônimo	Indígena
273	Santo Amaro	Mutuca	Zootopônimo	Indígena
274	São Felipe	Mutum	Zootopônimo	Indígena
275	Maragogipe	Nagé	Zootopônimo	Indígena
276	Castro Alves	Oiteiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
277	Maragogipe	Oitizeiro	Fitotopônimo	Híbrido I+P
278	Maragogipe	Olho d'Água	Hidrotopônimo	Portuguesa
279	Nazaré	Olho d'Água	Hidrotopônimo	Portuguesa
280	Cabaceiras do Paraguaçu	Olho d'Água	Hidrotopônimo	Portuguesa
281	Santo Amaro	Olho d'Água	Hidrotopônimo	Portuguesa
282	São Sebastião do Passé	Onça	Zootopônimo	Portuguesa
283	Muniz Ferreira	Onha	Hidrotopônimo	Indígena
284	Sapeaçu	Orobó	Fitotopônimo	Africana
285	São Félix	Outeiro Redondo	Geomorfotopônimo	Portuguesa

286	São Sebastião do Passé	Palmeira	Fitotopônimo	Portuguesa
287	Cabaceiras do Paraguaçu	Paraguaçu	Hidrotopônimo	Indígena
288	São Francisco do Conde	Paramirim	Hidrotopônimo	Indígena
289	Conceição do Almeida	Pastinho	Fitotopônimo	Portuguesa
290	São Francisco do Conde	Pati	Fitotopônimo	Indígena
291	São Francisco do Conde	Patiobinha	Fitotopônimo	Híbrido I+P
292	Governador Mangabeira	Patos	Zootopônimo	Portuguesa
293	Cachoeira	Patos	Zootopônimo	Portuguesa
294	São Felipe	Pau d'Alho	Fitotopônimo	Portuguesa
295	Conceição do Almeida	Pau do Cedro	Fitotopônimo	Portuguesa
296	Conceição do Almeida	Pau Ferro	Fitotopônimo	Portuguesa
297	Muritiba	Pau Ferro	Fitotopônimo	Portuguesa
298	Cruz das Almas	Pau Mulatino	Fitotopônimo	Portuguesa
299	Maragogipe	Pau Seco	Fitotopônimo	Portuguesa
300	Santo Amaro	Pavões	Zootopônimo	Portuguesa
301	Dom Macedo Costa	Pedra Branca	Litotopônimo	Portuguesa
302	Santo Amaro	Pedra Branca	Litotopônimo	Portuguesa
303	Cachoeira	Pedra Furada	Litotopônimo	Portuguesa
304	Santo Antônio de Jesus	Pedra Preta	Litotopônimo	Portuguesa
305	Cabaceiras do Paraguaçu	Pedra Redonda	Litotopônimo	Portuguesa
306	Santo Amaro	Pedras	Litotopônimo	Portuguesa

307	São Sebastião do Passé	Pedrinhas	Litotopônimo	Portuguesa
308	Maragogipe	Penha	Litotopônimo	Portuguesa
309	Santo Amaro	Perauna	Geomorfotopônimo	Indígena
310	Cachoeira	Periquito	Zootopônimo	Portuguesa
311	Muniz Ferreira	Periquito	Zootopônimo	Portuguesa
312	Muritiba	Pernambuco	Hidrotopônimo	Indígena
313	Castro Alves	Petim	Fitotopônimo	Indígena
314	Maragogipe	Petinga Molhada	Zootopônimo	Híbrido P+I
315	Maragogipe	Petinga Seca	Zootopônimo	Híbrido P+I
316	Nazaré	Piassaveira	Fitotopônimo	Híbrido I+P
317	São Sebastião do Passé	Piçarreira	Litotopônimo	Portuguesa
318	Cachoeira	Pindobeira	Fitotopônimo	Híbrido I+P
319	Muritiba	Pindobeira	Fitotopônimo	Híbrido I+P
320	Maragogipe	Pirajuí	Zootopônimo	Indígena
321	Santo Amaro	Pitanga	Cromotopônimo	Indígena
322	São Francisco do Conde	Pitanga	Cromotopônimo	Indígena
323	Cruz das Almas	Poções	Hidrotopônimo	Portuguesa
324	Maragogipe	Ponta do Souza	Geomorfotopônimo	Portuguesa
325	Cabaceiras do Paraguaçu	Pontal	Geomorfotopônimo	Portuguesa
326	Castro Alves	Porto da Passagem	Hidrotopônimo	Portuguesa
327	Maragogipe	Porto de Brotas	Hidrotopônimo	Portuguesa

328	Santo Amaro	Potijora	Zootopônimo	Indígena
329	Muniz Ferreira	Prata	Litotopônimo	Portuguesa
330	Nazaré	Pratijipe	Zootopônimo	Indígena
331	Governador Mangabeira	Queimadas	Igniotopônimo	Portuguesa
332	Cabaceiras do Paraguaçu	Quiabo	Fitotopônimo	Africana
333	Nazaré	Quicaça	Geomorfotopônimo	Africana
334	Governador Mangabeira	Quixabeira	Fitotopônimo	Origem duvidosa
335	Cabaceiras do Paraguaçu	Quixabeira	Fitotopônimo	Origem duvidosa
336	Governador Mangabeira	Quixabeira II	Fitotopônimo	Origem duvidosa
337	Santo Antônio de Jesus	Riachão	Hidrotopônimo	Portuguesa
338	Varzedo	Riachão	Hidrotopônimo	Portuguesa
339	Dom Macedo Costa	Riachão	Hidrotopônimo	Portuguesa
340	Cruz das Almas	Riacho Chapadinha	Hidrotopônimo	Portuguesa
341	São Sebastião do Passé	Riacho Claro	Hidrotopônimo	Portuguesa
342	Conceição do Almeida	Riacho da Aranha	Hidrotopônimo	Portuguesa
343	Castro Alves	Riacho da Légua	Hidrotopônimo	Portuguesa
344	Santo Antônio de Jesus	Riacho Dantas	Hidrotopônimo	Portuguesa
345	Santo Antônio de Jesus	Riacho das Teresas	Hidrotopônimo	Portuguesa
346	São Sebastião do Passé	Riacho Desempenho	Hidrotopônimo	Portuguesa
347	Saubara	Riacho do Bom Jesus	Hidrotopônimo	Portuguesa
348	Muniz Ferreira	Riacho Grande	Hidrotopônimo	Portuguesa

349	Castro Alves	Riacho Seco	Hidrotopônimo	Portuguesa
350	Varzedo	Riacho Seco	Hidrotopônimo	Portuguesa
351	Santo Amaro	Ribeirão	Hidrotopônimo	Portuguesa
352	Varzedo	Rio da Dona	Hidrotopônimo	Portuguesa
353	Santo Antônio de Jesus	Rio da Dona	Hidrotopônimo	Portuguesa
354	Saubara	Rio da Fazenda	Hidrotopônimo	Portuguesa
355	Santo Antônio de Jesus	Rio das Pedras	Hidrotopônimo	Portuguesa
356	Maragogipe	Rio das Pedras	Hidrotopônimo	Portuguesa
357	Cachoeira	Rio da Areia	Hidrotopônimo	Portuguesa
358	Maragogipe	Rio dos Alves	Hidrotopônimo	Portuguesa
359	Maragogipe	Rio dos Paus	Hidrotopônimo	Portuguesa
360	Muniz Ferreira	Rio Grande	Hidrotopônimo	Portuguesa
361	Varzedo	Rio Preto	Hidrotopônimo	Portuguesa
362	Nazaré	Ronco	Hidrotopônimo	Portuguesa
363	Maragogipe	Samambaia	Fitotopônimo	Indígena
364	Castro Alves	Sambaíba	Fitotopônimo	Indígena
365	Santo Amaro	Sambaíba	Fitotopônimo	Indígena
366	Conceição do Almeida	Sapatuí	Fitotopônimo	Indígena
367	Castro Alves	Sapé	Fitotopônimo	Indígena
368	Muniz Ferreira	Sapé	Fitotopônimo	Indígena
369	Santo Antônio de Jesus	Sapé	Fitotopônimo	Indígena

370	Dom Macedo Costa	Sapezinho	Fitotopônimo	Híbrido I+P
371	Sapeçu	Sapezinho	Fitotopônimo	Híbrido I+P
372	São Felipe	Sapezinho	Fitotopônimo	Híbrido I+P
373	São Felipe	Sapezinho do Bom Gosto	Fitotopônimo	Híbrido I+P
374	Sapeçu	Sapucaia	Fitotopônimo	Indígena
375	Cruz das Almas	Sapucaia	Fitotopônimo	Indígena
376	Santo Antônio de Jesus	Sapucaia	Fitotopônimo	Indígena
377	Cabaceiras do Paraguaçu	Sapucaia Velha	Fitotopônimo	Híbrido I+P
378	Cruz das Almas	Sapucainha	Fitotopônimo	Híbrido I+P
379	Castro Alves	Sarandi	Fitotopônimo	Indígena
380	Santo Amaro	Sergi	Zootopônimo	Indígena
381	Santo Amaro	Serra d'Água	Geomorfotopônimo	Portuguesa
382	Santo Amaro	Serra do Tabuleiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
383	Sapeçu	Serra Grande	Geomorfotopônimo	Portuguesa
384	Santo Antônio de Jesus	Serinhaém	Zootopônimo	Indígena
385	Maragogipe	Sinunga	Hidrotopônimo	Indígena
386	São Félix	Sinunga	Hidrotopônimo	Indígena
387	Maragogipe	Sinunga de Baixo	Hidrotopônimo	Híbrido I+P
388	Maragogipe	Sinunga do Meio	Hidrotopônimo	Híbrido I+P
389	Maragogipe	Sinunga do Losa	Hidrotopônimo	Híbrido I+P
390	Varzedo	Sol Posto	Astrotopônimo	Portuguesa

391	São Félix	Subaúma	Fitotopônimo	Indígena
392	Castro Alves	Suçuarana	Zootopônimo	Indígena
393	Maragogipe	Tabatinga	Litotopônimo	Indígena
394	Maragogipe	Tabocal	Fitotopônimo	Híbrido I+P
395	Santo Antônio de Jesus	Tabocal	Fitotopônimo	Híbrido I+P
396	São Felipe	Tabocas	Fitotopônimo	Indígena
397	Castro Alves	Taboleiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
398	Cachoeira	Tabuleiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
399	Muritiba	Tabuleiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
400	São Sebastião do Passé	Tabuleiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
401	Varzedo	Tabuleiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
402	Varzedo	Tabuleiro do Castro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
403	Muritiba	Tabuleiro da Baiana	Geomorfotopônimo	Portuguesa
404	Cachoeira	Tabuleiro da Vitória	Geomorfotopônimo	Portuguesa
405	Maragogipe	Tabuleiro do Guai	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
406	Cruz das Almas	Tabuleiro do Tintureiro	Geomorfotopônimo	Portuguesa
407	Conceição do Almeida	Tabuleiro dos Menezes	Geomorfotopônimo	Portuguesa
408	Muniz Ferreira	Taitinga	Fitotopônimo	Indígena
409	Santo Antônio de Jesus	Taitinga	Fitotopônimo	Indígena
410	Muniz Ferreira	Taquaro	Fitotopônimo	Indígena
411	Cabaceiras do Paraguaçu	Tauá	Litotopônimo	Indígena



412	Dom Macedo Costa	Tauá	Litotopônimo	Indígena
413	Santo Amaro	Tauá	Litotopônimo	Indígena
414	Santo Amaro	Tauazinho	Litotopônimo	Híbrido I+P
415	Cachoeira	Terra Oca	Litotopônimo	Portuguesa
416	Conceição do Almeida	Terra Seca	Litotopônimo	Portuguesa
417	Maragogipe	Terra Seca	Litotopônimo	Portuguesa
418	Cachoeira	Terra Vermelha	Litotopônimo	Portuguesa
419	São Felipe	Terrão	Geomorfotopônimo	Portuguesa
420	Muniz Ferreira	Terreirão	Geomorfotopônimo	Portuguesa
421	Nazaré	Tijuca	Geomorfotopônimo	Indígena
422	Santo Antônio de Jesus	Timbó	Fitotopônimo	Indígena
423	Santo Amaro	Timbó	Fitotopônimo	Indígena
424	Cabaceiras do Paraguaçu	Timborinha	Fitotopônimo	Híbrido I+P
425	Dom Macedo Costa	Tintura	Fitotopônimo	Portuguesa
426	Cruz das Almas	Tintureiro	Fitotopônimo	Portuguesa
427	São Felipe	Tiririca	Fitotopônimo	Indígena
428	Cruz das Almas	Tiririca	Fitotopônimo	Indígena
429	Governador Mangabeira	Tocos	Fitotopônimo	Portuguesa
430	Cachoeira	Tombo	Hidrotopônimo	Origem onomatopaica
431	Governador Mangabeira	Torto	Morfotopônimo	Portuguesa
432	Santo Amaro	Traripe	Zootopônimo	Indígena

433	Cruz das Almas	Tuá	Litotopônimo	Indígena
434	Cruz das Almas	Umbaubeira	Fitotopônimo	Híbrido I+P
435	Maragogipe	Umbuzeiro	Fitotopônimo	Híbrido I+P
436	Castro Alves	Umbuzeiro dos Ovos	Fitotopônimo	Híbrido I+P
437	Maragogipe	Vale	Geomorfotopônimo	Portuguesa
438	Castro Alves	Vargem	Geomorfotopônimo	Portuguesa
439	Maragogipe	Viração	Meteorotopônimo	Portuguesa
440	Conceição do Almeida	Viração	Meteorotopônimo	Portuguesa
441	Cabaceiras do Paraguaçu	Viração	Meteorotopônimo	Portuguesa
442	Castro Alves	Viração	Meteorotopônimo	Portuguesa
443	Maragogipe	Volta do U	Morfotopônimo	Portuguesa
444	Muniz Ferreira	Xangó	Zootopônimo	Africana
445	São Felipe	Xangó	Zootopônimo	Africana
446	São Felipe	Xangó São Felipe	Zootopônimo	Híbrido A+P

Fonte: Produção da autora

Quadro 7 – Topônimos de natureza semântica física– outras fontes

Nº	MUNICÍPIO	TOPÔNIMO	TAXIONOMIA	ORIGEM
447	Varzedo	Alto	Dimensiotopônimo	Portuguesa
448	Castro Alves	Alto da Maria Preta	Dimensiotopônimo	Portuguesa
449	Santo Amaro	Alto Cruzeiro	Dimensiotopônimo	Portuguesa
450	Conceição do Almeida	Alto do Cruzeiro	Dimensiotopônimo	Portuguesa

451	Conceição do Almeida	Andu	Fitotopônimo	Africana
452	Conceição do Almeida	Araçá	Fitotopônimo	Indígena
453	Conceição do Almeida	Areia Fina	Litotopônimo	Portuguesa
454	Cruz das Almas	Baixa da Linha	Geomorfotopônimo	Portuguesa
455	Maragogipe	Baixão do Guaí	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
456	Castro Alves	Barra	Geomorfotopônimo	Portuguesa
457	Varzedo	Berreira	Hidrotopônimo	Portuguesa
458	Cachoeira	Brejo do Engenho da Guaíba	Geomorfotopônimo	Híbrido P+I
459	Castro Alves	Buraco	Geomorfotopônimo	Portuguesa
460	Cachoeira	Buraco da Narcisa	Geomorfotopônimo	Portuguesa
461	Maragogipe	Buri	Fitotopônimo	Indígena
462	Conceição do Almeida	Cajazeira	Fitotopônimo	Híbrido I+P
463	Cachoeira	Calolé	Fitotopônimo	Indígena
464	Castro Alves	Campinho	Geomorfotopônimo	Portuguesa
465	Conceição do Almeida	Campo Formoso	Geomorfotopônimo	Portuguesa
466	Conceição do Almeida	Canabrava	Fitotopônimo	Portuguesa
467	Castro Alves	Cana Brava	Fitotopônimo	Portuguesa
468	Conceição do Almeida	Canto do Cedro	Cardinotopônimo	Portuguesa
469	Castro Alves	Canto Escuro	Cardinotopônimo	Portuguesa
470	Cachoeira	Caraconha	Fitotopônimo	

471	Conceição do Almeida	Cedro	Fitotopônimo	Portuguesa
472	Conceição do Almeida	Coqueiro	Fitotopônimo	Origem controvertida
473	Varzedo	Cova do Anjo	Geomorfotopônimo	Portuguesa
474	Cachoeira	Dendê	Fitotopônimo	Africana
475	Varzedo	Dendê	Fitotopônimo	Africana
476	Maragogipe	Enseada do Paraguaçu	Hidrotopônimo	Híbrido P+I
477	Castro Alves	Genipapinho	Fitotopônimo	Híbrido I+P
478	Castro Alves	Genipapo	Fitotopônimo	Indígena
479	Castro Alves	Grotão	Geomorfotopônimo	Portuguesa
480	Maragogipe	Guaraçú	Zootopônimo	Indígena
481	Varzedo	KM 10	Cardinotopônimo	Portuguesa
482	Conceição do Almeida	Longuinho	Dimensiotopônimo	Portuguesa
483	Varzedo	Malacacheta	Litotopônimo	Origem desconhecida
484	Conceição do Almeida	Monte Alegre	Geomorfotopônimo	Portuguesa
485	Castro Alves	Palmeira	Fitotopônimo	Portuguesa
486	São Sebastião do Passé	Palmeira da Água Boa	Fitotopônimo	Portuguesa
487	Conceição do Almeida	Pedra Branca	Litotopônimo	Portuguesa
488	Conceição do Almeida	Pedra Chorona	Litotopônimo	Portuguesa
489	Cachoeira	Pedra Furada	Litotopônimo	Portuguesa
490	Varzedo	Pinha	Fitotopônimo	Portuguesa

491	São Felipe	Pitinga	Zootopônimo	Indígena
492	Conceição do Almeida	Ponto São José	Cardinotopônimo	Portuguesa
493	Maragogipe	Porto da Pedra	Hidrotopônimo	Portuguesa
494	Castro Alves	Ramo	Fitotopônimo	Portuguesa
495	Varzedo	Sapé	Fitotopônimo	Indígena
496	Varzedo	Serra	Geomorfotopônimo	Portuguesa
497	Varzedo	Sucupira	Fitotopônimo	Indígena
498	Conceição do Almeida	Sururu	Zootopônimo	Indígena
499	Conceição do Almeida	Sussunga	Fitotopônimo	Indígena
500	Castro Alves	Tabuleiro da Barra	Geomorfotopônimo	Portuguesa
501	Conceição do Almeida	Tabuleiro das Almas	Geomorfotopônimo	Portuguesa
502	Conceição do Almeida	Tabuleiro do Rancho	Geomorfotopônimo	Portuguesa
503	Conceição do Almeida	Tabuleiro do Sítio	Geomorfotopônimo	Portuguesa

Quadro 8 – Topônimos de natureza semântica antropocultural– fonte IBGE

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TAXIONOMIA</b>	<b>ORIGEM</b>
1	Santo Antônio de Jesus	Açougue Velho	Sociotopônimo	Portuguesa
2	Governador Mangabeira	Aldeia	Poliotopônimo	Portuguesa
3	Castro Alves	Alegre	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
4	Muritiba	Alegre	Animotopônimo eufórico	Portuguesa

5	São Francisco do Conde	Alma	Hierotopônimo	Portuguesa
6	Cachoeira	Altamira	Antropotopônimo	Portuguesa
7	Cachoeira	Alves	Antropotopônimo	Portuguesa
8	Muniz Ferreira	Amaral	Antropotopônimo	Portuguesa
9	São Sebastião do Passé	Aragão	Antropotopônimo	Portuguesa
10	Santo Antônio de Jesus	Avenida	Hodotopônimo	Portuguesa
11	Dom Macedo Costa	Bamba	Animotopônimo eufórico	Africana
12	Muniz Ferreira	Bangola	Animotopônimo disfórico	Africana
13	Santo Amaro	Bângola	Animotopônimo disfórico	Africana
14	Maragogipe	Barandão	Antropotopônimo	Portuguesa
15	Muniz Ferreira	Barbosa	Antropotopônimo	Portuguesa
16	Maragogipe	Barbosa	Antropotopônimo	Portuguesa
17	Maragogipe	Barraca	Ergotopônimo	Portuguesa
18	Castro Alves	Barragem	Ergotopônimo	Portuguesa
19	Muritiba	Barragem	Ergotopônimo	Portuguesa
20	Conceição do Almeida	Bebedouro	Ergotopônimo	Portuguesa
21	Cachoeira	Belém da Cachoeira	Corotopônimo	Portuguesa
22	Santo Antônio de Jesus	Benfica	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
23	Maragogipe	Bento Sardinha	Antropotopônimo	Portuguesa
24	Santo Amaro	Bela Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
25	Cachoeira	Bela Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa

26	São Felipe	Boa Esperança	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
27	São Felipe	Boa Paz	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
28	Castro Alves	Boa Paz	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
29	Castro Alves	Boa Sorte	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
30	Dom Macedo Costa	Boa Sorte	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
31	São Sebastião do Passé	Boa União	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
32	Cachoeira	Boa Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
33	São Félix	Boa Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
34	Santo Amaro	Boa Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
35	São Felipe	Boa Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
36	Santo Antônio de Jesus	Boa Vista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
37	Cruz das Almas	Boca da Mata	Somatotopônimo	Portuguesa
38	Castro Alves	Boca do Campo	Somatotopônimo	Portuguesa
39	Santo Antônio de Jesus	Bom Conselho	Hierotopônimo	Portuguesa
40	São Felipe	Bom Gosto	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
41	Santo Antônio de Jesus	Bom Jardim	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
42	São Félix	Bom Jardim	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
43	Muritiba	Bom Jardim	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
44	Saubara	Bom Jesus dos Pobres	Hierotopônimo	Portuguesa
45	Santo Antônio de Jesus	Bonfim	Hierotopônimo	Portuguesa
46	Governador Mangabeira	Bonsucesso	Animotopônimo eufórico	Portuguesa

47	Cabaceiras Para.	Bonsucesso	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
48	Castro Alves	Borges	Antropotopônimo	Portuguesa
49	Cachoeira	Botija	Ergotopônimo	Portuguesa
50	Maragogipe	Brinco	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
51	Sapeaçu	Brito	Antropotopônimo	Portuguesa
52	Cachoeira	Cabiongo	Animotopônimo disfórico	Africana
53	Maragogipe	Caboclo	Etnotopônimo	Índigena
54	São Felipe	Caboclo	Etnotopônimo	Índigena
55	Cachoeira	Caboquinho	Etnotopônimo	Híbrido I+ P
56	Nazaré	Caboto	Hierotopônimo	Africana
57	Maragogipe	Caçanje	Etnotopônimo	Africana
58	Santo Antônio de Jesus	Cacimba	Ergotopônimo	Africana
59	Cruz das Almas	Cadete	Axiotopônimo	Portuguesa
60	Maragogipe	Cafonge	Animotopônimo disfórico	Africana
61	Santo Amaro	Caimbomgo	Hierotopônimo	Africana
62	Cachoeira	Calado	Antropotopônimo	Portuguesa
63	Cachoeira	Calembá	Ergotopônimo	Africana
64	Varzedo	Caluji	Ecotopônimo	Africana
65	Castro Alves	Calugi	Ecotopônimo	Africana
66	São Felipe	Cangalheiros	Sociotopônimo	Portuguesa
67	Santo Amaro	Canoa	Ergotopônimo	Portuguesa



68	Santo Antônio de Jesus	Canta Galo	Dirrematopônimo	Portuguesa
69	Sapeaçu	Canzil	Ergotopônimo	Portuguesa
70	Cachoeira	Capela	Sociotopônimo	Portuguesa
71	Cabaceiras do Paraguaçu	Capela Saõ Roque	Sociotopônimo	Portuguesa
72	Conceição Almeida	Capianga	Animotopônimo disfórico	Africana
73	Cachoeira	Capianga	Animotopônimo disfórico	Africana
74	Cachoeira	Carpina	Sociotopônimo	Índigena
75	Cabaceiras do Paraguaçu	Carpina	Sociotopônimo	Índigena
76	Governador Mangabeira	Carpina	Sociotopônimo	Índigena
77	Saubara	Carro Quebrado	Ergotopônimo	Portuguesa
78	Muritiba	Carro Quebrado	Ergotopônimo	Portuguesa
79	Santo Antônio de Jesus	Casaca de Ferro	Antropotopônimo	Portuguesa
80	Santo Amaro	Casadinha	Sociotopônimo	Portuguesa
81	Santo Amaro	Cepel	Acronimotopônimo	Portuguesa
82	Governador Mangabeira	Chácara Santo Antônio	Ecotopônimo	Portuguesa
83	Maragogipe	Chácara Senhor do Bonfim	Ecotopônimo	Portuguesa
84	Santo Amaro	Chicão	Antropotopônimo	Portuguesa
85	Santo Antônio de Jesus	Chiqueiro	Ergotopônimo	Origem incerta
86	Castro Alves	Cidade Nova	Poliotopônimo	Portuguesa
87	Cachoeira	Cinco de Maio	Historiotopônimo	Portuguesa
88	Cachoeira	Coange	Animotopônimo disfórico	Africana

89	Cachoeira	Cobi	Hierotopônimo	Africana
90	Muritiba	Cobocó	Ergotopônimo	Origem obscura
91	Conceição do Almeida	Coirão	Animotopônimo disfórico	Portuguesa
92	Sapeaçu	Colônia	Sociotopônimo	Portuguesa
93	Cruz das Almas	Combé	Hierotopônimo	Africana
94	Conceição do Almeida	Comércio de Jaguaripe	Sociotopônimo	Híbrido P+ I
95	Dom Macedo Costa	Comum	Sociotopônimo	Portuguesa
96	Conceição do Almeida	Comum do Bamba	Sociotopônimo	Híbrido P+ I
97	Conceição do Almeida	Comum dos Cortês	Sociotopônimo	Portuguesa
98	Santo Antônio de Jesus	Comunidade São Bartolomeu	Poliotopônimo	Portuguesa
99	São Felipe	Congue	Etnotopônimo	Híbrido A+P
100	Conceição do Almeida	Conquista	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
101	Conceição do Almeida	Coração de Jesus	Hierotopônimo	Portuguesa
102	Cruz das Almas	Corta Jaca	Dirrematopônimo	Portuguesa
103	Castro Alves	Crussaí	Hierotopônimo	Indígena
104	Sapeaçu	Cruz do Meio	Hierotopônimo	Portuguesa
105	Conceição do Almeida	Cruzeiro	Hierotopônimo	Portuguesa
106	São Felipe	Cruzeiro	Hierotopônimo	Portuguesa
107	Castro Alves	Cruzeiro da Estiva	Hierotopônimo	Portuguesa
108	Santo Antônio de Jesus	Cruzeiro do Riachão	Hierotopônimo	Portuguesa

109	Maragogipe	Cumbé	Hierotopônimo	Africana
110	Santo Antônio de Jesus	Cunha	Antropotopônimo	Portuguesa
111	Maragogipe	Curralinho	Ergotopônimo	Origem controvertida
112	São Sebastião do Passé	Curralinho	Ergotopônimo	Origem controvertida
113	Santo Antônio de Jesus	Cuscuz	Ergotopônimo	Portuguesa
114	Santo Amaro	De Volta à Esperança	Dirrematopônimo	Portuguesa
115	Cachoeira	Deus Dará	Dirrematopônimo	Portuguesa
116	Dom Macedo Costa	Dom Vital	Axiotopônimo	Portuguesa
117	Muniz Ferreira	Duas Estivas	Numerotopônimo	Portuguesa
118	São Felipe	Encruzilhada	Hodotopônimo	Portuguesa
119	Maragogipe	Encruzilhada	Hodotopônimo	Portuguesa
120	Nazaré	Engenho	Sociotopônimo	Portuguesa
121	São Francisco do Conde	Engenho d'Água	Sociotopônimo	Portuguesa
122	Cruz das Almas	Engenho da Lagoa	Sociotopônimo	Portuguesa
123	Cachoeira	Engenho da Praia	Sociotopônimo	Portuguesa
124	São Francisco do Conde	Engenho de Baixo	Sociotopônimo	Portuguesa
125	Cachoeira	Engenho do Buraco	Sociotopônimo	Portuguesa
126	São Francisco do Conde	Engenho do Meio	Sociotopônimo	Portuguesa
127	São Francisco do Conde	Engenho do Tanque	Sociotopônimo	Portuguesa
128	Cachoeira	Engenho Novo de Stª Catarina	Sociotopônimo	Portuguesa
129	Cruz das Almas	Engenho Santana	Sociotopônimo	Portuguesa

130	Santo Antônio de Jesus	Engenho Velho	Sociotopônimo	Portuguesa
131	Santo Antônio de Jesus	Escadinha	Ergotopônimo	Portuguesa
132	Muniz Ferreira	Escolta	Sociotopônimo	Portuguesa
133	São Felipe	Fazenda Araçá	Sociotopônimo	Híbrido P+ I
134	São Felipe	Fazenda Bate Quente	Sociotopônimo	Portuguesa
135	Castro Alves	Fazenda Lagoa do Sítio	Sociotopônimo	Portuguesa
136	Castro Alves	Fazenda Lagoa Seca	Sociotopônimo	Portuguesa
137	São Sebastião do Passé	Fazenda Maju	Sociotopônimo	Portuguesa
138	Castro Alves	Fazenda Muzunguê	Sociotopônimo	Híbrido P+A
139	Muniz Ferreira	Fazenda Ponto Chique	Sociotopônimo	Portuguesa
140	Castro Alves	Fazenda Quebra-Pé	Sociotopônimo	Portuguesa
141	Conceição do Almeida	Fazenda Riachão Pequeno	Sociotopônimo	Portuguesa
142	Muniz Ferreira	Fazenda Santo Antônio	Sociotopônimo	Portuguesa
143	Conceição do Almeida	Fazenda Sapezinho	Sociotopônimo	Híbrido P+ I
144	São Felipe	Fazenda Sobradinho	Sociotopônimo	Portuguesa
145	Castro Alves	Fazenda Tostas	Sociotopônimo	Portuguesa
146	Muritiba	Fazendinha	Sociotopônimo	Portuguesa
147	Varzedo	Fortaleza	Ergotopônimo	Portuguesa
148	Muritiba	Gaingangue	Etnotopônimo	Indígena
149	Sapeaçu	Gama	Antropotopônimo	Portuguesa
150	Maragogipe	Girau Grande	Ergotopônimo	Híbrido I+ P

151	Governador Mangabeira	Incruzo	Hierotopônimo	Portuguesa
152	São Sebastião do Passé	Jangada	Ergotopônimo	Portuguesa
153	Dom Macedo Costa	Jangada	Ergotopônimo	Portuguesa
154	Conceição do Almeida	Jogo da Bola	Sociotopônimo	Portuguesa
155	Nazaré	Joia da Princesa	Ergotopônimo	Portuguesa
156	Santo Antônio de Jesus	Ladeira do Sabão	Hodotopônimo	Portuguesa
157	Cruz das Almas	Lisboa	Antropotopônimo	Portuguesa
158	Conceição do Almeida	Lopes	Antropotopônimo	Portuguesa
159	São Francisco do Conde	Malhadinha	Ergotopônimo	Portuguesa
160	Cruz das Almas	Manequim	Ergotopônimo	Portuguesa
161	Muritiba	Manoel Vitorino	Antropotopônimo	Portuguesa
162	Governador Mangabeira	Mão Divina	Dirrematopônimo	Portuguesa
163	Sapeaçu	Maraú	Etnotopônimo	Indígena
164	Saubara	Mata Poeira	Dirrematopônimo	Portuguesa
165	Maragogipe	Meio Alqueire	Numerotopônimo	Portuguesa
166	São Sebastião do Passé	Maracangalha	Ergotopônimo	Híbrido I+ P
167	Sapeaçu	Menezes	Antropotopônimo	Portuguesa
168	Cachoeira	Mercês da Guaíba	Antropotopônimo	Híbrido P+ I
169	Muritiba	Mil Peixes	Numerotopônimo	Portuguesa
170	Dom Macedo Costa	Milagres de Santo Antônio	Hierotopônimo	Portuguesa
171	São Francisco do Conde	Milton Santos	Antropotopônimo	Portuguesa

172	Santo Antônio de Jesus	Mina do Onha	Sociotopônimo	Híbrido P+ I
173	Santo Antônio de Jesus	Mina do Sapé	Sociotopônimo	Híbrido P+ I
174	Conceição Almeida	Mirante	Ergotopônimo	Portuguesa
175	São Félix	Miudinha	Animotopônimo disfórico	Portuguesa
176	Cabaceiras do Paraguaçu	Mocambo	Ecotopônimo	Africana
177	Dom Macedo Costa	Mocambo	Ecotopônimo	Africana
178	Nazaré	Mocambo	Ecotopônimo	Africana
179	Santo Amaro	Moringue	Ergotopônimo	Africana
180	Cruz das Almas	Mundeu	Ergotopônimo	Índigena
181	Nazaré	Mundo Novo	Dirrematopônimo	Portuguesa
182	São Felipe	Nossa Senhora das Graças	Hierotopônimo	Portuguesa
183	Santo Antônio de Jesus	Nossa Senhora de Fátima	Hierotopônimo	Portuguesa
184	Varzedo	Nossa Senhora do Carmo	Hierotopônimo	Portuguesa
185	Cabaceiras do Paraguaçu	Nova Aparecida	Cronotopônimo	Portuguesa
186	Cachoeira	Nova Brasília	Cronotopônimo	Portuguesa
187	Santo Amaro	Nova Conquista	Cronotopônimo	Portuguesa
188	Santo Amaro	Nova Suíça	Cronotopônimo	Portuguesa
189	Castro Alves	Novo Horizonte	Cronotopônimo	Portuguesa
190	Conceição do Almeida	Novo Paraíso	Cronotopônimo	Portuguesa
191	Varzedo	Os Dez	Dirrematopônimo	Portuguesa
192	Cachoeira	Opalma	Acronitopônimo	Portuguesa

193	Cachoeira	Padre Inácio	Axiotopônimo	Portuguesa
194	Maragogipe	Paranhos	Antropotopônimo	Portuguesa
195	Santo Amaro	Passagem	Hodotopônimo	Portuguesa
196	Maragogipe	Passagem	Hodotopônimo	Portuguesa
197	Muritiba	Peão do Bode	Sociotopônimo	Portuguesa
198	Cabaceiras do Paraguaçu	Pé de Serra	Somatotopônimo	Portuguesa
199	Santo Antônio de Jesus	Pela Porco	Sociotopônimo	Portuguesa
200	Maragogipe	Piancó	Animotopônimo disfórico	Indígena
201	Santo Amaro	Piedade	Antropotopônimo	Portuguesa
202	Nazaré	Piedade	Antropotopônimo	Portuguesa
203	São Félix	Pilar	Ergotopônimo	Portuguesa
204	São Félix	Pilões	Ergotopônimo	Portuguesa
205	São Sebastião do Passé	Pimentel	Antropotopônimo	Portuguesa
206	Cachoeira	Pinguela	Ergotopônimo	Portuguesa
207	Varzedo	Portão	Ergotopônimo	Portuguesa
208	Cachoeira	Presunto	Ergotopônimo	Portuguesa
209	Cruz das Almas	Pumba	Ergotopônimo	Indígena
210	Cruz das Almas	Pumba Nova	Ergotopônimo	Híbrido I+ P
211	Cruz das Almas	Pumbinha Cristã	Ergotopônimo	Híbrido I+ P
212	Cachoeira	Quebra-Bunda	Dirrematopônimo	Híbrido P+A
213	Dom Macedo Costa	Quebra Machado	Dirrematopônimo	Portuguesa

214	Sapeaçu	Quiamba	Hierotopônimo	Africana
215	São Sebastião do Passé	Quicé	Ergotopônimo	Índigena
216	Maragogipe	Quizanga	Corotopônimo	Africana
217	Conceição Almeida	Ramos das Graças	Antropotopônimo	Portuguesa
218	Cruz das Almas	Rebouças	Antropotopônimo	Portuguesa
219	Maragogipe	Rancho Oriente	Ecotopônimo	Portuguesa
220	São Felipe	Retiro	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
221	Santo Antônio de Jesus	Roda d'Água	Ergotopônimo	Portuguesa
222	Castro Alves	Rodão	Ergotopônimo	Portuguesa
223	São Felipe	Rodinha da Preguiça	Ergotopônimo	Portuguesa
224	Cachoeira	Rosário	Hierotopônimo	Portuguesa
225	Cabaceiras do Paraguaçu	Rua da Lama	Hodotopônimo	Portuguesa
226	Santo Amaro	Rua Dez	Hodotopônimo	Portuguesa
227	Santo Amaro	Rua Nova	Hodotopônimo	Portuguesa
228	Castro Alves	Rupiada	Animotopônimo disfórico	Portuguesa
229	Cachoeira	Saco	Sociotopônimo	Portuguesa
230	Conceição do Almeida	Saco	Sociotopônimo	Portuguesa
231	Maragogipe	Sacramento	Antropotopônimo	Portuguesa
232	Castro Alves	Salgado	Antropotopônimo	Portuguesa
233	Santo Antônio de Jesus	Salto da Onça	Dirrematopônimo	Portuguesa
234	Muritiba	Sanca	Ergotopônimo	Portuguesa



235	Castro Alves	Santa Bárbara	Hagiotopônimo	Portuguesa
236	Santo Amaro	Santa Catarina	Hagiotopônimo	Portuguesa
237	Cruz das Almas	Santa Júlia	Hagiotopônimo	Portuguesa
238	Conceição do Almeida	Santa Luzia	Hagiotopônimo	Portuguesa
239	Dom Macedo Costa	Santa Luzia	Hagiotopônimo	Portuguesa
240	Conceição do Almeida	Santa Madalena	Hagiotopônimo	Portuguesa
241	São Felipe	Santa Madalena	Hagiotopônimo	Portuguesa
242	Castro Alves	Santana	Antropotopônimo	Portuguesa
243	Nazaré	Santa Sofia	Hagiotopônimo	Portuguesa
244	Conceição do Almeida	Santana do Rio da Dona	Hierotopônimo	Portuguesa
245	Cachoeira	Santiago do Iguape	Hagiotopônimo	Híbrido P+ I
246	São Sebastião do Passé	Santo André	Hagiotopônimo	Portuguesa
247	São Félix	Santo Antônio	Hagiotopônimo	Portuguesa
248	Cachoeira	Santo Antônio	Hagiotopônimo	Portuguesa
249	Maragogipe	Santo Antônio da Aldeia	Hagiotopônimo	Portuguesa
250	Santo Amaro	Santo Antônio do Calmon	Hagiotopônimo	Portuguesa
251	São Francisco do Conde	Santo Estevão	Hagiotopônimo	Portuguesa
252	São Félix	São Bento	Hagiotopônimo	Portuguesa
253	Santo Amaro	São Brás	Hagiotopônimo	Portuguesa
254	Santo Amaro	São Cosme	Hagiotopônimo	Portuguesa
255	São Sebastião do Passé	São Domingos	Hagiotopônimo	Portuguesa

256	Castro Alves	São Francisco	Hagiotopônimo	Portuguesa
257	Conceição do Almeida	São Francisco da Mombaça	Hagiotopônimo	Híbrido P+A
258	Cachoeira	São Francisco do Paraguaçu	Hagiotopônimo	Híbrido P+ I
259	Castro Alves	São Gonçalo	Hagiotopônimo	Portuguesa
260	Santo Amaro	São Gonçalo	Hagiotopônimo	Portuguesa
261	Conceição do Almeida	São João	Hagiotopônimo	Portuguesa
262	Conceição do Almeida	São José	Hagiotopônimo	Portuguesa
263	São Felipe	São José dos Pilões	Hagiotopônimo	Portuguesa
264	Castro Alves	São Pedro	Hagiotopônimo	Portuguesa
265	Nazaré	São Roque	Hagiotopônimo	Portuguesa
266	Castro Alves	São Roque	Hagiotopônimo	Portuguesa
267	Varzedo	São Roque dos Macacos	Hagiotopônimo	Híbrido P+A
268	Maragogipe	São Roque do Paraguaçu	Hagiotopônimo	Híbrido P+ I
269	Cachoeira	Selão	Ergotopônimo	Portuguesa
270	Maragogipe	Serraria	Ergotopônimo	Portuguesa
271	Maragogipe	Serrote I	Ergotopônimo	Portuguesa
272	Maragogipe	Serrote II	Ergotopônimo	Portuguesa
273	Muniz Ferreira	Sete Brejos	Numerotopônimo	Portuguesa
274	Muniz Ferreira	Sete Voltas	Numerotopônimo	Portuguesa
275	São Sebastião do Passé	Setenta	Numerotopônimo	Portuguesa

276	Conceição do Almeida	Sítio Barnabé	Ecotopônimo	Origem incerta
277	Castro Alves	Sítio do Desterro	Ecotopônimo	Origem incerta
278	Castro Alves	Sítio do Meio	Ecotopônimo	Origem incerta
279	Castro Alves	Sítio Novo	Ecotopônimo	Origem incerta
280	Cachoeira	Soares	Antropotopônimo	Portuguesa
281	Cabaceiras do Paraguaçu	Sobrado	Ecotopônimo	Portuguesa
282	Cachoeira	Sobrado	Ecotopônimo	Portuguesa
283	Cabaceiras do Paraguaçu	Sobradinho	Ecotopônimo	Portuguesa
284	Santo Antônio de Jesus	Sobradinho	Ecotopônimo	Portuguesa
285	Maragogipe	Sobradinho	Ecotopônimo	Portuguesa
286	Maragogipe	Socorro	Antropotopônimo	Portuguesa
287	Muniz Ferreira	Sodoma	Corotopônimo	Portuguesa
288	Castro Alves	Sodré	Antropotopônimo	Portuguesa
289	Maragogipe	Tamancos	Ergotopônimo	Origem incerta
290	São Sebastião do Passé	Tanque	Ergotopônimo	Origem obscura
291	Sapeaçu	Tanque da Cruz	Ergotopônimo	Origem obscura
292	Santo Amaro	Tanque da Senzala	Ergotopônimo	Híbrido O.O+A
293	Maragogipe	Tanque do Barreiro	Ergotopônimo	Origem obscura
294	Sapeaçu	Tapera	Animotopônimo disfórico	Indígena
295	Cabaceiras do Paraguaçu	Tapuio	Etnotopônimo	Indígena
296	Cabaceiras do Paraguaçu	Tenda	Sociotopônimo	Portuguesa

297	Cruz das Almas	Tereza Ribeiro	Antropotopônimo	Portuguesa
298	Cachoeira	Tibiri	Necrotopônimo	Indígena
299	Castro Alves	Tocalha	Sociotopônimo	Indígena
300	Dom Macedo Costa	Três Bocas	Numerotopônimo	Portuguesa
301	Cruz das Almas	Três Bocas	Numerotopônimo	Portuguesa
302	Conceição do Almeida	Três Bocas	Numerotopônimo	Portuguesa
303	Cachoeira	Três Casinhas	Numerotopônimo	Portuguesa
304	São Sebastião do Passé	Três de Abril	Historiotopônimo	Portuguesa
305	São Felipe	Três Irmãos	Numerotopônimo	Portuguesa
306	Sapeaçu	Três Oiteiros	Numerotopônimo	Portuguesa
307	São Félix	Três Vendas	Numerotopônimo	Portuguesa
308	Cabaceiras do Paraguaçu	Tupiaçu	Hierotopônimo	Indígena
309	Cachoeira	Tupim	Hierotopônimo	Indígena
310	Santo Amaro	Urupi	Hierotopônimo	Africana
311	Conceição Almeida	Valente	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
312	Cruz das Almas	Vapor	Sociotopônimo	Portuguesa
313	São Francisco do Conde	Vencimento	Hierotopônimo	Portuguesa
314	Santo Antônio de Jesus	Venda Nova	Sociotopônimo	Portuguesa
315	Muritiba	Vilaboim	Poliotopônimo	Portuguesa
316	Santo Antônio de Jesus	Vila Bonfim	Poliotopônimo	Portuguesa
317	Varzedo	Vila Nova	Poliotopônimo	Portuguesa

318	Castro Alves	Viradouro	Ergotopônimo	Portuguesa
319	Cachoeira	Vitória do Paraguaçu	Antropotopônimo	Híbrido P+ I
320	Santo Amaro	Zumbi	Hierotopônimo	Africana

Fonte: Produção da autora

Quadro 9 – Topônimos de natureza semântica antropocultural– outras fontes

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TAXIONOMIA</b>	<b>ORIGEM</b>
321	Varzedo	Albino	Antropotopônimo	Portuguesa
322	Conceição do Almeida	Amorim	Antropotopônimo	Portuguesa
323	Conceição do Almeida	Bom Jardim	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
324	Conceição do Almeida	Bom Sucesso	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
325	Varzedo	Braga	Antropotopônimo	Portuguesa
326	Castro Alves	Cabeça do Homem	Somatotopônimo	Portuguesa
327	Castro Alves	Cabeça do Porco	Somatotopônimo	Portuguesa
328	Castro Alves	Caco do Gentil	Animotopônimo disfórico	Portuguesa
329	Cachoeira	Caimbongo Velho	Hierotopônimo	Híbrido A+P
330	Santo Amaro	Cambuta	Animotopônimo disfórico	Africana
331	Varzedo	Calugi da Canabrava	Ecotopônimo	Híbrido A+P
332	Conceição do Almeida	Cambo	Ecotopônimo	Africana
333	Conceição do Almeida	Canta Galo	Dirrematopônimo	Portuguesa

334	Cachoeira	Carranca	Ergotopônimo	Origem obscura
335	Conceição do Almeida	Casa da Telha	Ecotopônimo	Portuguesa
336	São Felipe	Chaves	Antropotopônimo	Portuguesa
337	Varzedo	Comum	Sociotopônimo	Portuguesa
338	Conceição do Almeida	Comum do Jequitibá	Sociotopônimo	Híbrido P+I
339	Conceição do Almeida	Desterro	Animotopônimo disfórico	Portuguesa
340	Cachoeira	Engenho da Cruz	Sociotopônimo	Portuguesa
341	Cachoeira	Engenho da Ponte	Sociotopônimo	Portuguesa
342	Cachoeira	Engenho da Vitória	Sociotopônimo	Portuguesa
343	Cachoeira	Engenho Novo do Vale do Iguape	Sociotopônimo	Híbrido P+I
344	Conceição do Almeida	Fazenda Mendes	Sociotopônimo	Portuguesa
345	São Felipe	Fazenda Velha	Sociotopônimo	Portuguesa
346	Castro Alves	Gentil	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
347	Conceição do Almeida	Gentil	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
348	Maragogipe	Guerém	Etnotopônimo	Indígena
349	Conceição do Almeida	Gurgel	Antropotopônimo	Portuguesa
350	Cachoeira	Imbíara	Sociotopônimo	Indígena
351	Conceição do Almeida	Jequezinho	Ergotopônimo	Híbrido I+P
352	Cachoeira	Jorge	Antropotopônimo	Portuguesa
353	Castro Alves	Julião	Antropotopônimo	Portuguesa
354	Varzedo	Leal	Antropotopônimo	Portuguesa

355	Varzedo	Macuca	Animotopônimo disfórico	Africana
356	Varzedo	Melado I	Ergotopônimo	Portuguesa
357	Varzedo	Melado II	Ergotopônimo	Portuguesa
358	Castro Alves	Moreira	Antropotopônimo	Portuguesa
359	Varzedo	Nossa Senhora Aparecida	Hierotopônimo	Portuguesa
360	Varzedo	Nunes	Antropotopônimo	Portuguesa
361	Conceição do Almeida	Pernada	Sociotopônimo	Portuguesa
362	Conceição Almeida	Ponte Seca	Ergotopônimo	Portuguesa
363	São Francisco do Conde	Porto de Dom João	Sociotopônimo	Portuguesa
364	Conceição do Almeida	Quatro Ladeiras	Numerotopônimo	Portuguesa
365	Conceição do Almeida	Quilombo	Poliotopônimo	Africana
366	Conceição do Almeida	Raspa Pau	Dirrematopônimo	Portuguesa
367	Conceição do Almeida	Reunidas	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
368	Maragogipe	Salaminas	Sociotopônimo	Portuguesa
369	Castro Alves	Sanção	Animotopônimo eufórico	Portuguesa
370	Conceição do Almeida	Santo Antônio da Jaqueira	Hagiotopônimo	Portuguesa
371	Varzedo	São Gonçalo	Hagiotopônimo	Portuguesa
372	Conceição do Almeida	São Salvador	Hagiotopônimo	Portuguesa
373	Conceição do Almeida	São Vicente	Hagiotopônimo	Portuguesa
374	Castro Alves	Serrote	Ergotopônimo	Portuguesa

375	Conceição do Almeida	Simão	Antropotopônimo	Portuguesa
376	Maragogipe	Sítio Dendê	Ecotopônimo	Híbrido O.I + A
377	Castro Alves	Sítio São Furtuoso	Ecotopônimo	Origem incerta
378	Castro Alves	Tapérinha	Animotopônimo disfórico	Híbrido I+P
379	Conceição do Almeida	Teixeira	Antropotopônimo	Portuguesa
380	Conceição do Almeida	Tosta	Antropotopônimo	Portuguesa
381	Varzedo	Vila da Princesa	Poliotopônimo	Portuguesa
382	Cruz das Almas	Vila Guaxinim	Poliotopônimo	Portuguesa
383	Maragogipe	Zumbi	Hierotopônimo	Africana

Fonte: Produção da autora

Dos 894 topônimos coletados, não foi possível classificar a origem, pela ausência de informação a partir do étimo, e, conseqüentemente, não foi possível classificá-los quanto à taxionomia. O quadro seguinte apresenta esses topônimos com seus referentes municípios e as respectivas fontes de pesquisa.



Quadro 10 – Topônimos não classificados

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOPÔNIMO</b>	<b>FONTE DE PESQUISA</b>
1	Castro Alves	Canjoão	BAHIA. Prefeitura Municipal de Castro Alves. Diário Oficial. Ato administrativo. Edital de processo seletivo público nº 001/2008 agente comunitário de saúde. 31/03/2008. Ano I. nº 030.
2	São Francisco do Conde	Comonte	Arquivos digitais do IBGE: mapas municipais estatísticos de escala 1:100.000. Malha territorial 2010. Edição: 7/06/2010.
3	Cachoeira	Faleira	Arquivos digitais do IBGE: mapas municipais estatísticos de escala 1:100.000. Malha territorial 2010. Edição: 7/19/2011.
4	Castro Alves	Graviel	Arquivos digitais do IBGE: mapas municipais estatísticos de escala 1:100.000. Malha territorial 2010. Edição: 7/19/2011
5	Conceição do Almeida	Gramiá	BAHIA. Prefeitura Municipal de Conceição do Almeida. Diário Oficial. Ato oficial. Edital de processo seletivo público nº 001/2008 agente comunitário de saúde. 29/01/2008. Ano I. nº 013.
6	Maragogipe	Irriquitiá	Arquivos digitais do IBGE: mapas municipais estatísticos de escala 1:100.000. Malha territorial 2010. Edição: 7/21/2011.
7	São Sebastião do Passé	Taquipe	Arquivos digitais do IBGE: mapas municipais estatísticos de escala 1:100.000. Malha territorial 2010. Edição: 7/20/2011.
8	Saubara	Tibuí	Arquivos digitais do IBGE: mapas municipais estatísticos de escala 1:100.000. Malha territorial 2010. Edição: 7/21/2011.

Fonte: Produção da autora

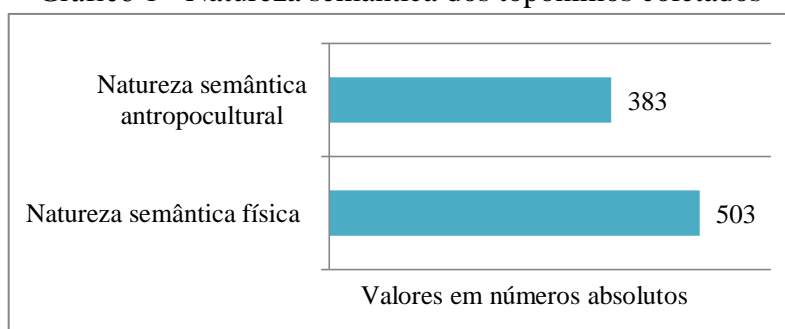
O capítulo seguinte se ocupa da análise quantitativa e qualitativa dos topônimos apresentados.

## 5 PERCORRENDO OS CAMINHOS DO RECÔNCAVO: ANÁLISE DOS DADOS TOPONÍMICOS

A análise dos dados está estruturada em valores quantitativos, apresentado através de gráficos, quadros comparativos e em uma análise qualitativa, apresentada através das fichas lexicográfico-toponímicas e de cinco cartas toponímicas que representam as maiores produtividades de taxionomia de natureza semântica física, como se pode observar às folhas 204 a 208. Ao analisar os 886 topônimos que foram classificados quanto à origem e quanto à taxionomia, ia-se recordando de alguns fatos sócio-históricos e culturais referentes ao Território de Identidade (T.I.) do Recôncavo da Bahia, pois foi possível verificar todas as idiosincrasias que revelam a identidade sociocultural do povo dessa região.

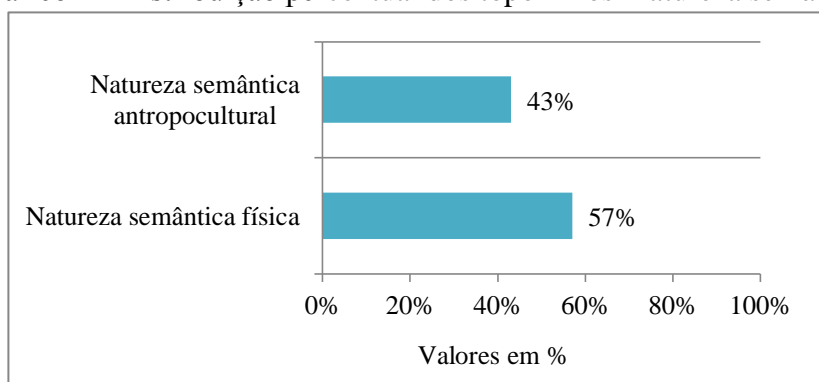
Iniciando pelos fatores extralinguísticos que motivaram a aplicação da função toponímica aos nomes comuns por causas que se referiam ao ambiente físico ou ao ambiente antrópico, encontram-se valores que não evidenciam uma grande discrepância entre as naturezas semânticas da motivação toponímica, já que a diferença entre as duas é de 14% (120), como apresentam os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1– Natureza semântica dos topônimos coletados



Fonte: Produção da autora

Gráfico 2– Distribuição percentual dos topônimos- natureza semântica



Fonte: Produção da autora

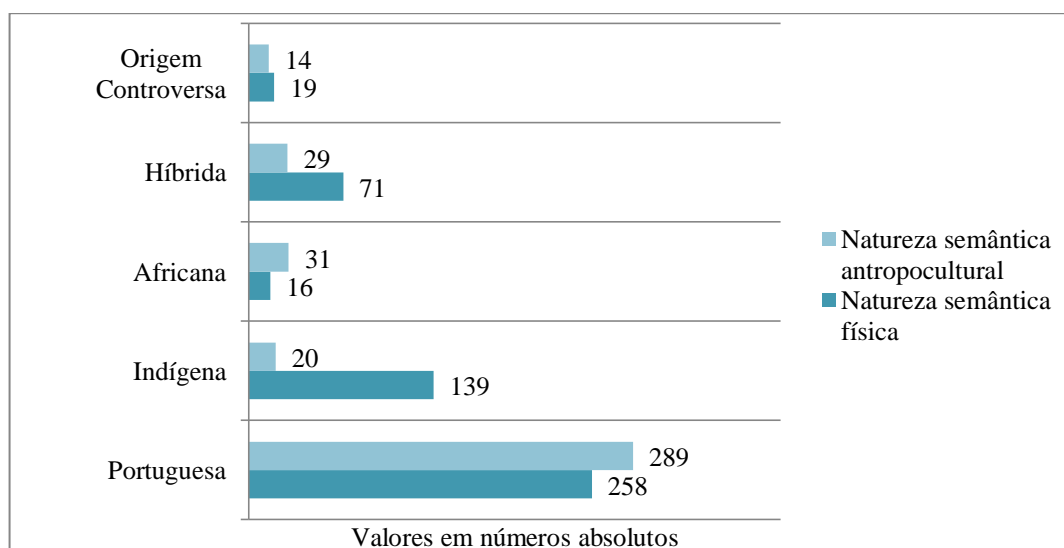
Já se é sabido que, desde o começo da colonização desse território, as forças que motivaram a formação do ambiente antrópico caminharam lado a lado ao ambiente físico, dele retirando o sustento para a estruturação dos aglomerados humanos, iniciando-se, evidentemente, pelas formações rurais, já que a área urbana tornou-se uma consequência da trajetória dos poderes econômicos e políticos que exploravam as riquezas naturais dessa terra.

As diferenças entre os topônimos revelou-se à medida que estes foram desmembrados em sua origem linguística e taxionomia. Ressalta-se que, durante a análise etimológica, não foi possível identificar a origem de alguns nomes, sendo apontado pelos dicionários etimológicos como nomes de origem duvidosa, origem controversa, origem obscura, origem incerta, e origem onomatopaica. Estas indicações estão expostas nas fichas lexicográfico-toponímicas, contudo, para a exposição dos dados, fez-se a preferência por dar-lhes apenas uma denominação: nomes de “origem linguística controversa”, evitando, assim, uma possível poluição visual nos gráficos e quadros.

Porém, apesar da sua origem controversa, quando em junção com nomes de origem linguística indígena ou africana, considerou-se essa formação composta como híbrida, devido à sua inclusão secular na língua portuguesa (LP). Como exemplo, pode-se citar o topônimo “Sítio do Dendê”, em que “sítio”, segundo Cunha (2010), é um termo que consta no uso da LP desde o século XVI, portanto, achou-se imprudente ignorar o segundo elemento do sintagma toponímico e classificar o conjunto como sendo de origem linguística incerta.

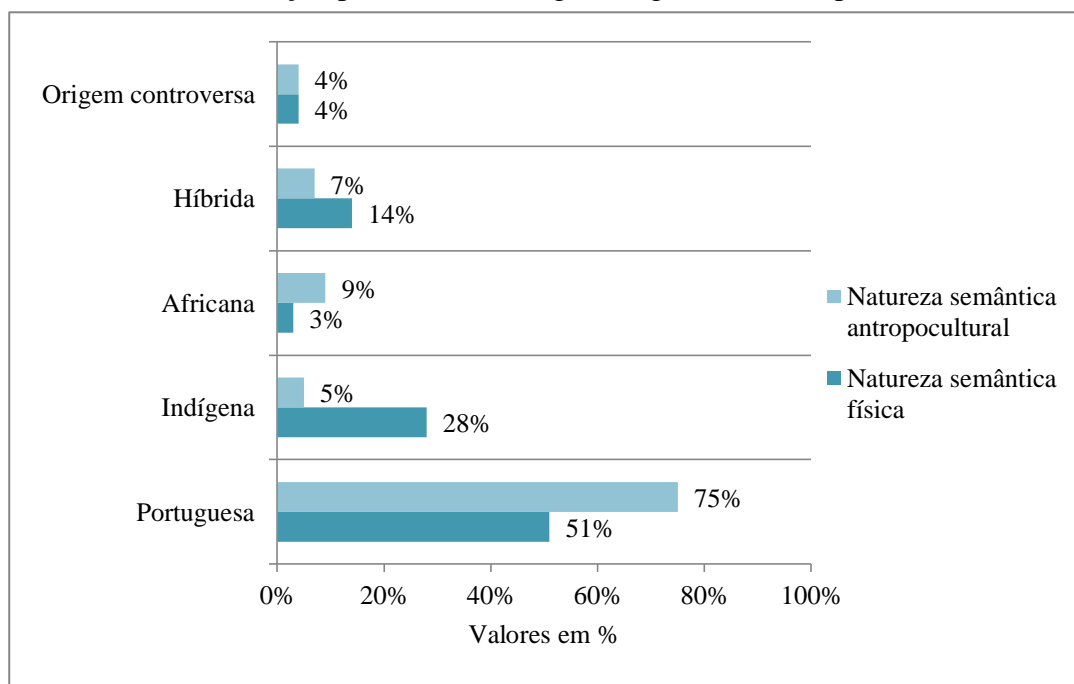
Sendo assim, quanto à questão do étimo, foram obtidos os seguintes valores quantitativos e percentuais:

Gráfico 3 – Origem linguística dos topônimos coletados



Fonte: Produção da autora

Gráfico 4 – Distribuição percentual da origem linguística dos topônimos coletados



Fonte: Produção da autora

Os gráficos 3 e 4 apresentam a distribuição da origem linguística dos topônimos encaixando-os na categoria natureza semântica, que está relacionada diretamente com os fatores que implicam no deslocamento do nome comum para uma função toponímica. Somando os valores encontrados nas duas naturezas semânticas têm-se como quantitativo: 547 topônimos de origem portuguesa (perfazendo 62% do total de 886 denominativos); 159 de origem indígena (18% do total); 100 topônimos de forma híbrida (11% dos topônimos encontrados); 47 de origem africana (com um percentual de 5%); e 33 topônimos de origem controversa (um resultado de 4%).

Entenda-se o predomínio de topônimos de origem portuguesa como o predomínio político e econômico do colonizador que dominou o território, desbravando-o e o identificando de acordo com seus interesses e sua visão de mundo. As relações sociais que foram instauradas no Recôncavo baiano centralizavam-se na ideia de valores superiores que se sobrepuseram, ou pela violência ou pelo domínio religioso, àqueles que estavam para servir, já que eram considerados inaptos para lidar com uma organização política, econômica e administrativa preponderante na Europa do século XVI.

Contudo, de nada adiantava conquistar este território sem estabelecer vínculos que promovessem um contínuo e eficiente domínio português e essa tarefa foi realizada, segundo Freire ([1933] 2003, p. 40) pelas famílias de colonos portugueses que aqui se formaram,

foram elas e “[...] não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio [...]”, ela é “[...] o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar.”.

Foram essas famílias que fundaram as fazendas, os engenhos, as vilas, as freguesias, lugares favorecidos pela abundância da Mata Atlântica, do clima ameno e das bacias hidrográficas que possibilitavam adentrar cada vez mais ao território. Todavia, os grandes rios favoreciam ao transporte da produção agrícola, mas as enchentes acabavam por prejudicá-las, dessa forma, instalar-se próximo aos rios menores seria mais adequado, pois garantiriam a força para as rodas d’água dos engenhos, a água para lavoura e consumo tanto para a população quanto para os animais. (FREIRE, [1933] 2003).

Dessa trajetória depreendem-se duas situações: (i) a hegemonia, no Recôncavo baiano, da toponímia portuguesa sobre a indígena e africana, que revela o poderio do “senhor branco”, fato que não permitia a penetração dessas etnias nos núcleos populacionais que se formavam, pelo menos, não na condição de iguais; (ii) o valor de 289 topônimos de natureza semântica antropocultural, em um percentual de 75%, quase semelhante ao valor de 258 topônimos de natureza semântica física, com um percentual de 51%, mostram que as influências exercidas pelo ambiente físico brasileiro eram tão importantes para o homem português quanto os valores ideológicos que faziam parte da sua trajetória anterior. Ressalta-se, neste ponto, as relações entre economia, política e religiosidade, o verdadeiro tripé da cultura europeia do século XVI.

Ainda observando os gráficos 3 e 4, nota-se que essa quase semelhança não ocorre quando se trata dos topônimos de origem linguística indígena, pois a diferença é bem marcante, uma vez que o percentual de diferença é de 23% (119 topônimos), tal fato é atribuído à relação próxima do homem indígena com o ambiente físico; a esse importava muito mais conhecer os caminhos que percorria, os elementos físicos, como vegetação, montanhas, serras, rios, ou a fauna predominante, registrando suas observações com denominações relevantes para a coletividade, seja por traços descritivos objetivos ou pelas impressões que o lugar revelava.

Esse mesmo entendimento pode ser observado em relação aos híbridos formados com elementos de origem indígena, principalmente quando este compõe o primeiro termo do sintagma toponímico, fato que será apresentado posteriormente, ao analisar os híbridos em separado. O gráfico 4 apresenta o dobro do valor percentual, quando se comparam as

formações híbridas de natureza semântica física com a antropocultural, fato que, indubitavelmente, deve-se à influência indígena.

Quanto aos topônimos de origem linguística africana não é possível afirmar que a predominância para uma toponímia de natureza semântica antropocultural deva-se ao fato de que o homem africano tenha deixado marcas daquilo que mais condizia com sua visão de mundo ou que ele não esteja ligado à natureza física, assim como o indígena. Primeiro porque é necessário considerar o afastamento do ambiente físico que lhe era comum em seu território de origem e uma inserção abrupta em um meio físico diferente do seu, com clima semelhante ao seu, mas com uma fauna e flora e outros elementos diferenciados.

Como dito anteriormente, o topônimo caracteriza-se por uma relação intrínseca entre o nome e o lugar e esse processo ocorre a partir de relações linguísticas que representam o denominador como mais um elemento da cultura local, em outras palavras, é preciso que este esteja integrado a um ambiente linguístico e sócio-histórico para realizar o deslocamento de um nome do repertório linguístico comum à sua sociedade, utilizando em um campo onomástico.

Não se quer dizer com isso que sujeitos de origens diferentes não possam se adaptar a outros contextos sociais e físicos a ponto de não poder utilizar nomes do seu idioma em função toponímica para denominar lugares de nações diferentes. Mas o contexto histórico que se aplica ao homem africano, durante os séculos de colonização, imprime a ele uma condição quase passiva, sendo muito mais a sua presença física, suas ações, seu comportamento, sua religiosidade, seu ofício nos engenhos utilizados como a referência para a denominação e não sua ação ativa na nomeação dos lugares, revelando sua visão de mundo.

Sobre esse assunto, Marroquim (1934, p. 157) afirma que as palavras de origem africana “[...] entraram no vocabulário da língua representando utensílios, objetos e cousas africanas e que depois passaram a batizar acidentes geográficos por qualquer circunstância em que não influiu a vontade dos negros. [...]”. Embora, isso seja um fato, a microtoponímia analisada nesta tese revelou, logicamente em poucos números, ocorrências que apresentam associações entre nomes de origem africana e os elementos físicos brasileiros, os quais poderiam ser uma ponte entre a realidade do ambiente físico vivido na África e o ambiente físico vivenciado no Brasil.

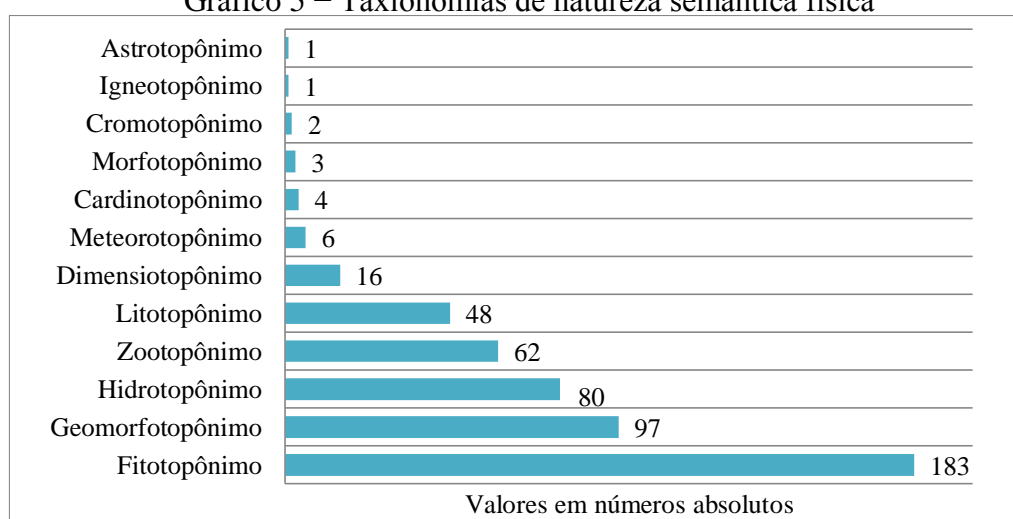
Quanto à família linguística dos topônimos africanos, foram encontradas as seguintes referências: todas do tronco linguístico *nigero-congolês*, com uma ocorrência para a família da língua *cuá*, e o maior destaque para a família linguística *benue-congolesa*, com uma ocorrência para o grupo *defoide*, com o falar *iorubá*, conhecido como nagô, e a predominância

do segundo grupo desta última família, os falares da língua *banto*, sendo três ocorrências para o *umbundo* e as demais ocorrências foram predominantes os falares *quimbundo* e *quicongo*.

As observações descritas podem ser exemplificadas, quando realizado o cruzamento da taxionomia e a origem linguística dos topônimos. Porém, antes disso, cabe conhecer quantas e quais taxionomias foram encontradas em cada categoria de natureza semântica.

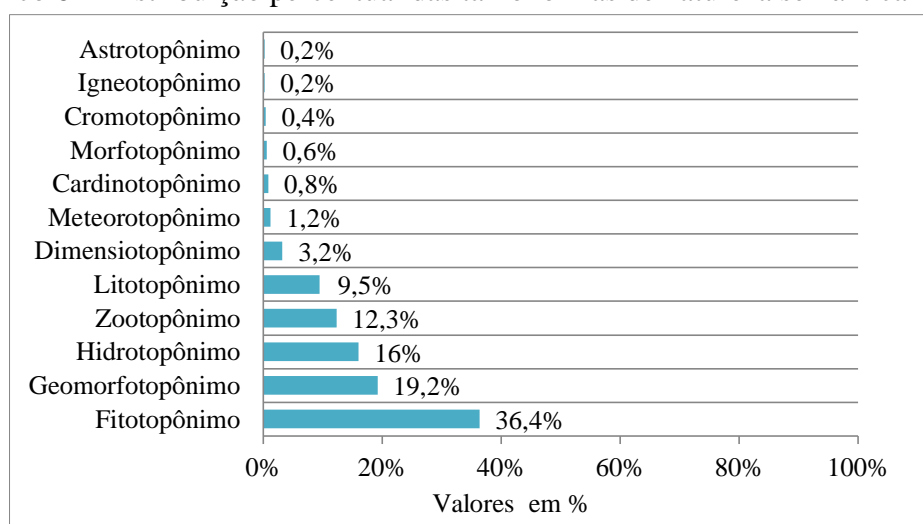
Entre as 11 taxionomias propostas por Dick (1990a, 1990b) ao se referir à natureza semântica física, todas foram encontradas no *corpus* desta tese, acrescentando a estas mais uma categoria, a de igneotopônimo (referência ao elemento fogo) (CARVALHO, 2010).

Gráfico 5 – Taxionomias de natureza semântica física



Fonte: Produção da autora

Gráfico 6 – Distribuição percentual das taxionomias de natureza semântica física



Fonte: Produção da autora

Vê-se que os topônimos encontrados possuem uma abundância no que se trata de questões semânticas, uma vez que percorrem todas as taxionomias, em quantidades consideráveis para o tamanho da área pesquisada.

No que se refere às taxionomias de natureza semântica física, o caminho inicia-se pelo contato do homem com a flora, uma vez que o destaque maior está para os fitotopônimos, taxionomia que representa nomes vinculados à índole vegetal. Foram 183 topônimos encontrados que se encaixaram nessa categoria, o maior número obtido em todo o *corpus*, um total de 36,4% dos 503 topônimos referentes a essa natureza. São nomes que representam toda a riqueza que a natureza oferece ao homem; são os nomes das árvores frutíferas, como a *Jaqueira*<sup>34</sup>, as *Cajazeiras*, as *Laranjeiras*, o *Cajueiro*; da vegetação que cresce ao redor, como a *Caatinga Seca*, *Capanema*, que é o mato ruim, *Capoeçu*, a capoeira grande; são os nomes dos frutos abundantes como o *Jenipapo*, o *Mamão*, o *Araçá*; os nomes das plantas que produzem ferramentas para os engenhos, a exemplo do *Cocão* e do *Camaçari* ou das madeiras de lei tão procuradas para a construção de móveis e telhados, como o *Jequitibá* e o *Jacarandá*; nomes de árvores que produzem o ganho, como o dendezeiro, que favorece a produção do óleo de *Dendê*, da *Copioba*, com sua madeira nobre, de cujo tronco é extraído um óleo comestível; nomes das árvores que produzem o cipó que garantem a produção artesanal, a *Samambaia* e a *Sambaíba* e ainda os *Coqueiros* e as lindas palmeiras *Buriti* e o *Andaiá* que embelezam todo o Recôncavo baiano.

A segunda taxionomia representa um pouco mais da metade dos fitotopônimos, são os geomorfotopônimos, que apresentaram o valor de 97 ocorrências, indicando 19,2%. São as representações dos tabuleiros, das baixas, dos montes, morros, das serras, entre outras formas de relevo que caracterizam o Recôncavo baiano. Nessa taxionomia, surgem topônimos como *Baixa Funda*, *Baixa de Areia*, *Brejo*, *Campo*, *Murundu*, um montículo de terra, *Morro*, *Serra d'Água* e *Chapada*.

Seguido a esses, estão os topônimos que representam o elemento água, com 80 ocorrências, 16% do valor total para a natureza semântica física. Aí se observa a importância desse elemento para a constituição dos aglomerados humanos, são nomes de rios ou outras formações hídricas que se tornaram tão importantes para as comunidades que acabaram por nomear o próprio lugar. Esses topônimos podem se referir a características relacionadas à forma, como é o caso de *Lagoa Redonda*, de *Água Comprida* e *Riacho Grande*; ou fazer referências a aspectos sensoriais como é o caso de *Água Branca*, *Acutinga*, quente e claro,

---

<sup>34</sup> Os nomes estão em letra maiúscula e em itálico porque são nomes de povoados do Recôncavo baiano.



*Sinunga*, que significa ruidoso, zumbido, tinido, aspectos referentes ao som que emana da correnteza; ou, ainda, uma referência à própria formação hídrica, como em *Olho d'Água*, *Cachoeira*, *Lagoa*, *Guaí*, água da enseada.

As outras duas maiores ocorrências estão para as taxionomias que representam, respectivamente, o mundo animal, os zootopônimos, com 62 ocorrências, 12%, e o elemento mineral, os litotopônimos, com 48 ocorrências, perfazendo 9,5%. Da primeira, surgem nomes que representam a variedade de pássaros que encantam o Recôncavo baiano com seus sons melódiosos, como os *Cardeais*, *Periquito* ou o *Beija-Flor*; nomes de animais silvestres como o *Cágado*, *Macaco* e *Caetitu*, o porco do mato; nomes de insetos que vivem por zunir aos ouvidos ou picar a pele, favorecidos que são pelo clima e vegetação, assim surgem topônimos como a *Mutuca* e a *Muribeca* moscas que deixam marcas na pele mediante suas picadas e o *Marimbondo*; nomes de peixes e crustáceos que são o sustento no prato e representam a riqueza dos rios e dos mangues, como o *Caranguejo*, o *Camarão*, o *Xangó*, peixe também conhecido como manjuba, a *Petinga Seca* e o *Serinhaém*, a panela de siris, ou, ainda, nomes de animais maiores e mais perigosos, como a *Onça*, a *Suçuarana* ou o *Jacaré*.

Os litotopônimos representam a terra boa para plantar, é a *Terra Vermelha*, o *Massapê*, representa o *Barro Vermelho*, o *Barro Branco* também chamado de *Tabatinga*, de *Tauá*, representa o minério *Prata*, a *Pedra Preta*, representando o manganês explorado em Santo Antônio de Jesus, a *Pedra Branca* ou a pedra bonita, a *Itaporã*.

Os dimensiotopônimos e morfotopônimos estão relacionados às formas e dimensões dos elementos da natureza, juntos representaram 3,8% das ocorrências de natureza semântica física, num total de 19 topônimos. A taxionomia dimensiotopônimo concentra-se nas denominações que se referem a formações rochosas denominadas de “alto”, que aparecem em formação lexical simples ou composta, como em *Alto*, *Alto da Boniteza*, *Alto do Gentil*, *Alto do Catolé* e *Aporá*, cuja significação é altura bonita. O morfotopônimo é aqui representado pelos topônimos *Esconso*, inclinado, *Torto* e *Volta do U*.

Os meteorotopônimos concentram-se nos nomes *Viração*, brisa leve, que apresenta quatro ocorrências em municípios diferentes, *Marezinha* e *Madruga*, esta taxionomia correspondeu a 1,2% do total das categorias de natureza semântica física. Os cardinotopônimos apresentam quatro ocorrências, com os seguintes topônimos: *Canto Escuro*, *Canto do Cedro*, *Ponto São José* e *KM 10*, estes perfizeram um percentual de 0,8%. A *Pitanga* foi o elemento que trouxe a cor vermelha para a taxionomia cromotopônimo, que apresentou duas ocorrências, com um valor de 0,4%. Totalizando 0,2% cada uma, estão as taxionomias astrotopônimo com uma ocorrência, *Sol Posto*, e a categoria igneotopônimo, com

uma ocorrência, *Queimadas*, ação comum de se observar nos tabuleiros que representam o relevo do Recôncavo baiano.

Observando essas taxionomias distribuídas pela origem linguística dos topônimos, chega-se aos seguintes valores:

Quadro 11– Distribuição das taxionomias de natureza semântica física entre as origens linguísticas portuguesa, indígena e africana<sup>35</sup>

TAXIONOMIA	PORTUGUESA	INDÍGENA	AFRICANA
Fitotopônimo	49	78	6
Geomorfotopônimo	74	3	4
Zootopônimo	17	32	5
Hidrotopônimo	59	13	1
Litotopônimo	34	10	-----
Dimensiotopônimo	10	1	-----
Meteorotopônimo	6	-----	-----
Morfotopônimo	3	-----	-----
Cardinotopônimo	4	-----	-----
Cromotopônimo	-----	2	-----
Astrotopônimo	1	-----	-----
Igneotopônimo	1	-----	-----
TOTAL	258	139	16

Fonte: Produção da autora

Analisando o quadro comparativo, percebe-se que para os nomes de língua portuguesa, somente não há registro na taxionomia cromotopônimo, enquanto existem muito mais lacunas para os topônimos de origem indígena e africana. Refletindo sobre os valores observados entre as duas primeiras origens linguísticas, verifica-se que há uma importância para as duas etnias no que se refere à flora, retratada aqui pela taxionomia dos fitotopônimos. O vínculo entre o homem indígena encontrava-se naquilo que ela poderia lhe proporcionar de alimento, através da caça ou através da agricultura, entretanto, retirando dela apenas o suficiente para sobreviver. Desse fato, advém sua preocupação maior em conhecer os caminhos que possibilitariam a coleta dos frutos, a caça dos animais, os rios bons para pesca, a terra boa para o plantio, o barro bom para o artesanato e o capim bom para cobrir suas ocas.

Também de grande importância para o colonizador, a flora se apresentava como um *eldorado*, um lugar com elementos totalmente diferentes da natureza de sua nação. Só que, diferente dos indígenas, não bastava somente conhecê-la e retirar dela o suficiente para sobrevivência, tornou-se imprescindível explorar ao máximo seus recursos, conhecendo os

<sup>35</sup> As formações híbridas serão apresentadas posteriormente.

locais que davam as melhores árvores, as melhores formações hídricas, as melhores áreas de plantio e as melhores riquezas minerais.

Dessas diferenças surgem as diferenças entre as formações toponímicas. Vê-se que os geomorfotopônimos apresentam um valor bem discrepante entre as duas origens linguísticas, sendo que as ocorrências toponímicas de origem indígena são apenas três: *Caminhoá*, monte arredondado, *Perauna*, caminho escuro, *Tijuca*, brejo, um atoleiro. Enquanto que os topônimos portugueses dessa categoria, na maioria das ocorrências, observou-se a indicação de baixas, tabuleiros, lugares mais apropriados para o plantio, entre outras formas de relevo que pudessem beneficiar ou prejudicar os interesses econômicos do colonizador.

Nesse mesmo patamar está a taxionomia dos hidrotopônimos, com uma diferença bastante significativa, pois entre as duas origens há uma distância numérica de 57,5% do valor de 80 ocorrências para essa taxionomia. Enquanto que os hidrotopônimos de origem indígena revelam indicações, em sua maioria, que interessam pela sua utilidade, como em *Onha*, a correnteza, *Marape*, o caminho do mar, *Guapira*, começo da baía, os hidrotopônimos de origem portuguesa apresentam características de posse, como se observa em *Rio dos Alves*, *Lagoa da Rosa*, *Cachoeirinha do Gilberto*, *Riacho das Teresas* ou de elementos que possam impedir o sistema de navegação ou transporte, como se observa em *Rio das Pedras*, *Rio da Areia*. Semelhantemente, o caráter descritivo acompanha as duas origens, quando se busca descrever a percepção que a formação hídrica remete, como em *Água Preta* e *Paramirim*, rio pequeno.

Na proporção inversa, encontra-se a categoria dos zootopônimos, que se mostrou muito mais relevante para os indígenas que para os portugueses, seja pela prática da caça ou da pesca, seja pelo conhecimento dos elementos da fauna. O fato é que a diferença entre as duas origens apresentou um valor considerável de 24% do total de 62, o que indica a relação de proximidade do homem indígena com dois elementos da natureza de maior relevância para ele, a fauna e a flora.

Tratando-se dos topônimos de origem africana foram verificadas ocorrências que chamam atenção não pela quantidade, mas por aquilo que apresentam. A maioria desses topônimos, segundo o dicionário Houaiss (2009), data sua entrada na língua portuguesa (LP) em meados dos anos de 1800, momento em que os africanos já possuem um entrosamento com a realidade física e social brasileira, além de já se ter estabelecido uma descendência africana nesse universo linguístico.

Os fitotopônimos encontrados apresentam quatro denominações de elementos nativos da África, são eles o *Dendê*, o *Quiabo*, o *Andu* e o *Orobó*, destes, o de mais antiga introdução

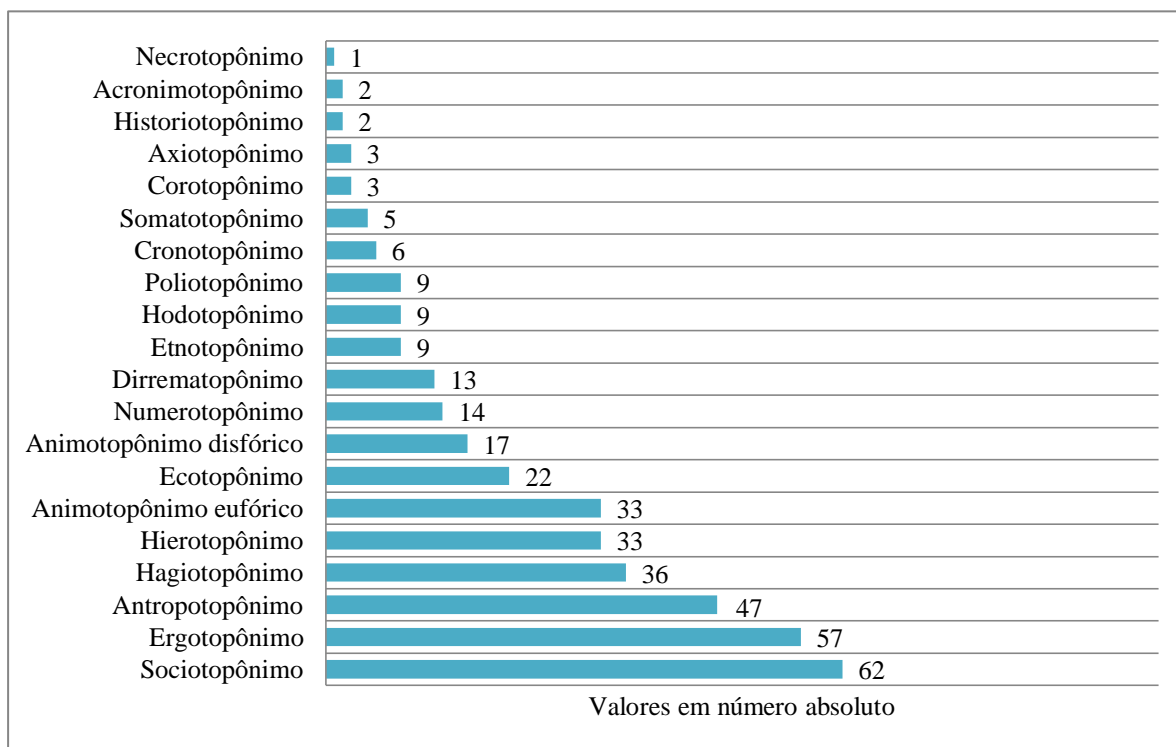
na LP é o quiabo, que data de 1730, os demais de meados dos anos de 1800, incluindo os das demais taxionomias. O orobó, segundo Castro (2005), é uma palavra de origem *iorubá*, que designa um fruto africano usado nos sacrifícios religiosos, sendo a comida predileta de Xangô e o quiabo também muito utilizado para o preparo do caruru, prato afro-brasileiro de bom gosto para o baiano. O dendê espécie de palmeira que se tornou, no Recôncavo baiano, uma das maiores produções extrativistas, denomina três povoados dessa região; vindo da África, adaptou-se perfeitamente ao solo brasileiro e ainda hoje seus frutos são buscados para produzir o óleo que vai em diversos pratos típicos da Bahia.

A taxionomia zootopônimo nessa origem linguística apresenta cinco ocorrências com *Xangó* (duas ocorrências), *Macaco*, *Gandu* e *Marimbondo*. O primeiro é um parônimo de Xangô, que denomina um peixe semelhante à pititinga; gandu, que significa jacaré, vem do Kik./Kimb. *nhandu* e marimbondo, nome que vem do Kik./ Kim. *(ma)di(m)bondo*, usado para nomear uma grande quantidade de vespas, uma vez que *ma-* é um prefixo plural do quimbundo, cristalizando-se na LP, pois essa inserção é ignorada pelo falante brasileiro que utiliza a desinência de número -s para marcar o plural. (PETTER; CUNHA, 2015).

Continuando com a leitura do quadro 11, são observadas quatro ocorrências para os geomorfotopônimos, entre elas com duas ocorrências para *Murundu*, montículo de terra, *Quicaça*, terra árida, e *Gurunga*, vindo de *ingurunga*, que significa terra acidentada. Por último, o hidrotopônimo *Maçangana*, água grande, boca do rio. Verifica-se nessas nomeações uma associação entre as línguas de origem banto, com a transposição de elementos da fauna, da flora, do relevo e da hidrografia para uma realidade brasileira, indicando, nesses casos, uma relação entre o homem africano e a terra que ele ajudou a cultivar e povoar.

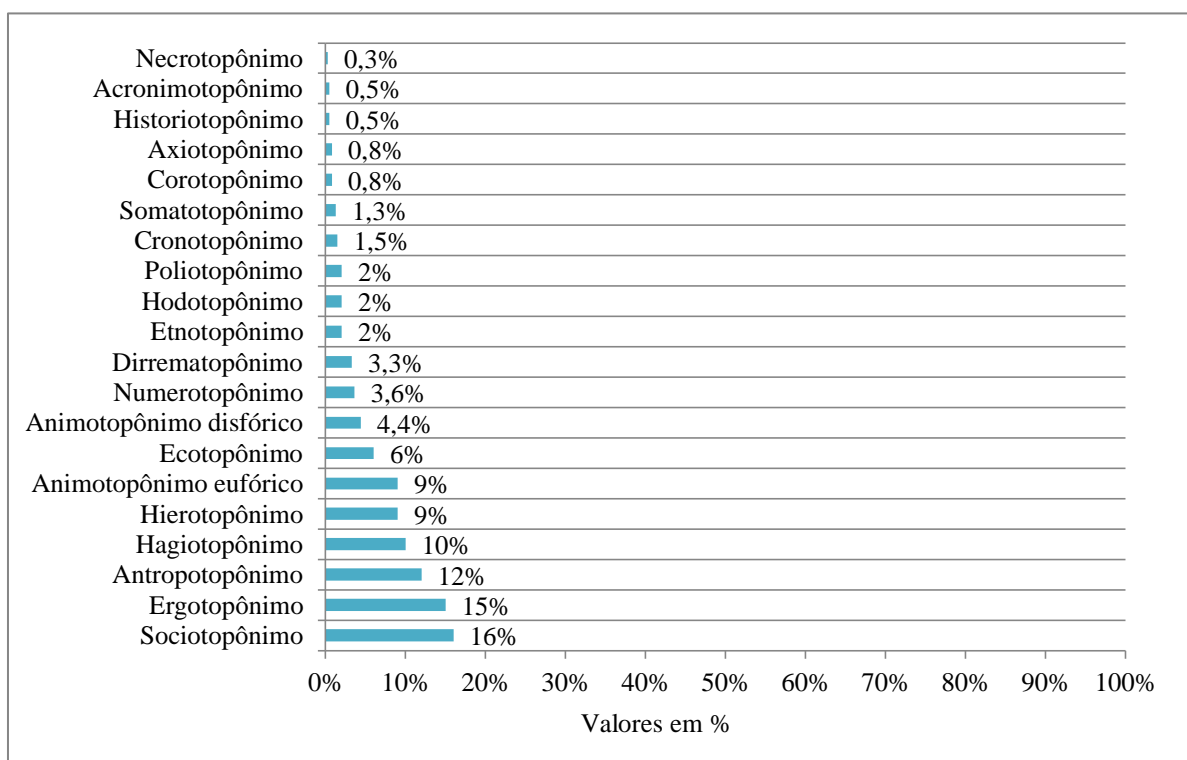
Entre as taxionomias de natureza semântica antrópica foram encontradas as 16 taxionomias propostas por Dick (1990a, 1990b), sendo que mais três foram acrescentadas por se encaixarem de forma mais adequada ao valor semântico dos topônimos, são elas as categorias necrotopônimo, acronimotopônimo (AGUILERA, 1999) e a terceira parte da taxionomia animotopônimo, que é subdividido em animotopônimo eufórico e animotopônimo disfórico (ISQUERDO, 1996).

Gráfico 7 – Taxionomias de natureza semântica antropocultural



Fonte: Produção da autora

Gráfico 8– Distribuição percentual das taxionomias de natureza semântica antropocultural



Fonte: Produção da autora

As variações entre as taxionomias de natureza antropocultural não são tão discrepantes quanto às observadas na natureza semântica física. Elas tendem a uma diminuição à medida que se distanciam da tríade política-economia-religião, uma vez que se percebe uma regularidade entre as seis taxionomias mais produtivas: sociotopônimo, ergotopônimo, antropotopônimo, hagiopônimo, hierotopônimo e animotopônimo eufórico.

Os sociotopônimos apresentaram a maior incidência numérica, com um valor de 62 ocorrências, em um total de 16%. As maiores produtividades para essa taxionomia estão para os topônimos formados em composição, em que o primeiro termo é engenho ou fazenda, o que mostra que as marcas deixadas pelos produtores de cana-de-açúcar e fumo ainda estão presentes no espaço geográfico do Recôncavo baiano, pois, mesmo em ruínas, esses locais de trabalho se transformaram em referência devido à importância que alcançaram nesta sociedade e, por consequência dos fatos sociais, passaram a denominar os núcleos populacionais que foram crescendo em torno dessa atividade laboral.

Como exemplos desses topônimos, podem ser citados: *Engenho do Tanque*, *Engenho d'Água*, *Engenho Velho*, *Fazenda Muzunguê*, *Fazenda Santo Antônio*, *Fazenda Bate-Quente*, entre outros. Mas, além dessas denominações há referências a outras atividades de trabalho e lazer, como *Jogo da Bola*, *Venda Nova*, *Açougue Velho*, *Mina do Onha*, referência às minas de manganês, e *Peão do Bode*, *Serraria* e *Carpina*, ofício bastante requisitado nos engenhos.

Os valores encontrados na taxionomia ergotopônimo apresentaram 57 ocorrências, em um total de 15% dos 383 topônimos para a categoria de natureza semântica antrópica. Os ergotopônimos mostraram um vínculo com a taxionomia anterior, pois mostram produtos da cultura material, por exemplo, *Serrote*, *Roda d'Água*, *Rodão*, *Pinguela*, *Malhadinha*, *Currãozinho*, *Melado I*, entre outros.

Como visto nas figuras 14 e 15, a demarcação de território através do nome do proprietário é uma tradição secular, representação de uma ação política, que acaba por ser legitimada pela discursividade: “Vamos no Engenho do Aragão!”, “Vamos no Aragão!”. Está, assim, instaurado pelo discurso decorrido pelo tempo, um topônimo, que na ausência do antigo dono ou da propriedade, carrega as marcas de quem ali já pertenceu. É dessa forma que o Recôncavo baiano é marcado pela presença de topônimos que representam nomes, sobrenomes e alcunhas, são os antropotopônimos. Para essa taxionomia foram encontradas 47 ocorrências, 12% do valor total e, como mencionado, são nomes que retratam a posse da terra ou a permanência de alguém que foi bem marcante para o lugar.

Mais uma situação denominativa referente a essa taxionomia encontra-se na alcunha atribuída a *Casaca de Ferro* ou João Casaca, morador de uma localidade rural em Santo

Antônio de Jesus, que andava embutido em uma das casacas usadas pelos vigilantes das estações e, conforme contam os moradores, sua presença no local ocorreu por volta do final dos anos de 1800. Seu filho, já falecido com uma idade quase centenária, recebeu como herança a alcunha, passando a ser conhecido como Maneco Casaca. Outros exemplos encontrados estão em *Tereza Ribeiro*, *Brito*, *Aragão*, sobrenome de uma família, cujo patriarca era um dos latifundiários mais poderosos na região de São Sebastião do Passé.

A força da religião ou da religiosidade está representada pelos hagiotopônimos e hierotopônimos. Os primeiros representam os nomes de santos e santas do hagiológico da Igreja Católica, permanência marcante no Brasil, desde o começo da colonização, pois à medida em que os engenhos e fazendas eram instaurados, a construção de uma capela era uma ação quase que obrigatória.

Ressalta-se que um dos fatores preponderantes para que o catolicismo fosse transplantado para o território brasileiro sem maiores problemas está no fato de a Igreja Católica, em Portugal, não ter passado por rupturas na Reforma Protestante como ocorreu na Inglaterra (DICK, 1990b). Isso fez com que essa instituição religiosa permanecesse com as “almas” que já possuía e trouxesse a luz da divindade para os indígenas, como forma de tirá-lhes a sua “condição primitiva”.

Com esse entendimento, é compreensível que as demarcações de território feitas pelo colonizador expressassem essa força, surgindo 36 ocorrências, perfazendo 10% dos topônimos encontrados nessa categoria semântica. São nomes como *São Domingos*, *São José*, *São Pedro*, *Santo Antônio*, *Santa Luzia*, *Santa Catarina* e *Santa Madalena*, ou ainda adaptações dos nomes de santos a denominações já existentes realizadas pelos autóctones, como se observa em *São Francisco do Paraguaçu* e em *São Roque do Paraguaçu*.

As invocações à Virgem Maria estão aqui representadas na taxionomia hierotopônimo, que fez um total de 9%, um valor de 33 ocorrências. As ocorrências em que consta a adoração à Nossa Senhora estão em nomes com *Nossa Senhora das Graças*, *Nossa Senhora de Fátima* ou de forma isolada, isto é, sem a invocação à Virgem, como em *Vencimento*, referente à Nossa Senhora do Vencimento ou *Bom Conselho*, referente à Nossa Senhora do Bom Conselho. Além destes topônimos, nesta categoria, estão indicações de elementos que fazem parte da religiosidade ou do misticismo tanto das referências portuguesas, quanto das referências indígenas e africanas, como em *Alma*, *Tupiaçu*, grande Tupã, ou em *Zumbi*, alma errante.

Os animotopônimos eufóricos, taxionomia que ocorre com os mesmos valores observados na taxionomia anterior, apresentam uma percepção do homem português sobre as

possibilidades de grande ventura naquele lugar, como se vê em *Boa Sorte*, *Bom Sucesso*, *Boa União* ou as percepções que se relacionam às impressões do lugar, como em *Boa Vista*, *Bela Vista* e *Brinco*. Os animotopônimos disfóricos serão discutidos mais adiante. As demais taxionomias dessa categoria de natureza semântica, juntas, totalizaram em 115 ocorrências, um valor de 30% dos 383 topônimos encontrados.

É importante observar como ocorre a distribuição dessas taxionomias entre as origens linguísticas portuguesa, indígena e africana.

Quadro 12– Distribuição das taxionomias de natureza semântica antropocultural entre as origens linguísticas portuguesa, indígena e africana

TAXIONOMIA	PORTUGUESA	INDÍGENA	AFRICANA
Sociotopônimo	48	5	-----
Ergotopônimo	36	3	3
Hagiotopônimo	31	-----	-----
Antropotopônimo	46	-----	-----
Hierotopônimo	19	3	9
Animotopônimo eufórico	32	-----	1
Numerotopônimo	14	-----	-----
Dirrematopônimo	12	-----	-----
Ecotopônimo	9	-----	6
Hodotopônimo	9	-----	-----
Poliotopônimo	8	-----	1
Cronotopônimo	6	-----	-----
Somatotopônimo	5	-----	-----
Animotopônimo disfórico	5	2	9
Etnotopônimo	-----	6	1
Axiotopônimo	3	-----	-----
Historiotopônimo	2	-----	-----
Acronimotopônimo	2	-----	-----
Corotopônimo	2	-----	1
Necrotopônimo	-----	1	-----
TOTAL	289	20	31

Fonte: Produção da autora

Verifica-se que, assim como no quadro 11, o preenchimento das taxionomias ocorre, em sua grande maioria, pela origem linguística portuguesa, pois os valores taxionômicos na origem linguística indígena são vistos apenas em seis das 19 taxionomias encontradas. Nos sociotopônimos, encontram-se os topônimos *Imbíara* e *Tocalha*, referentes à ação da caça, lugares apropriadas para essa atividade e *Carpina*, com três ocorrências, ofício também realizado pelos indígenas em alguns engenhos. A taxionomia ergotopônimo também se refere



a atividades já conhecidas dos indígenas como a caça ou o processamento da mandioca, são os topônimos *Mundeu*, armadilha, *Quicé*, faca afiada, e *Pumba* ou *puba*, a massa fermentada da farinha da mandioca.

Os etnotopônimos referem-se à mistura das etnias ou a presença de outros indígenas no território do Recôncavo como em *Gaingangue*, variação para *caingangue*, e *Caboclo*. A taxionomia tomada de empréstimo do ATEPAR, o necrotopônimo faz referência ao topônimo *Tibiri*, rio da sepultura, indicando lugar de morte, de perigo.

Das taxionomias correspondentes à origem linguística africana destacam-se, em sua maioria, denominações de lugares a partir de concepções pejorativas ou que correspondem à condição de escravidão a que o homem africano foi submetido, como em *Mocambo*, um esconderijo dos escravos; *Quilombo*, aldeamento, *Calugi*, cortiço, poleiro, habitação coletiva para gente pobre; *Caçanje*, referente à nação africana ou ao homem africano que não falava bem o português; a suas crenças religiosas como em *Quiamba*, *Caboto* e *Combé*, feiticeiro e curandeiro.

Mas, um destaque deve ser feito sobre uma taxionomia, os animotopônimos disfóricos, ou seja, nome de lugares que representam uma visão negativa e, no caso dos topônimos de origem africana, isso fica sobressaltado. Por exemplo, em *Bângola*, esperto, gabola; *Cabiongo/ Capianga*, triste, sisudo, macambúzio; *Cafonge*, gatuno, larápio; *Cambuta*, raquítico, franzino; *Macuca*, mulher velha, feia. Essa visão negativa sobre o homem africano pode ser ilustrada em duas passagens do livro de Alves (1967), *Matas do sertão de baixo*.

Sabino Téiú, tirador de leite e carregador de lenha, que era um **rato de estrada. Não lhe passava galinha na sombra. Jogador viciado**, ia ter de noite aos engenhos vizinhos. Os escravos não dormiam trancados, ocupando dois a mesma senzala. [...] Corão era um escravo filho de africanos, alto, **fujão, meio velhaco, mas não furtava**. Chamava-se ‘Luís Tomé Pinto de Almeida Castro’ [...]. Os escravos usavam conservar os nomes dos senhores, que sucessivamente os vendiam e alguns tinham longos nomes de bravata. Na minha infância, conheci ‘Semião Samba em Pé, Teles de Menezes da Rocha Passos Que Bulir Com êle Passa Mal. [...] Corão tinha nome menor, **era ótimo mestre de açúcar, mas fugia**. [...] (ALVES, 1967, p. 75. Grifo nosso.).

Do grande dia da Lei Áurea, a tradição guardou aspecto da alma dos escravos [...]. Vitorino, escravo de Aprígio, passa a noite, **emproado e provocador ou inconsciente**, quando se conservava nas cadeiras postas na calçada da rua Direita da Matriz e diz orgulhoso: ‘Viva a igualdade!’. Na noite seguinte, foi pegado penetrando pelo telhado da ‘Loja Popula’ do ex-senhor, **preso como gatuno** [...]. Era o escravo único da casa, incubido de trazer águas, lavar a casa, servir à mesa. **Vivia folgado**, bem nutrido, mas **tinha lá alma de moderno sabotador, de ladrão** de fio elétrico do serviço

telegráfico. Sua invocação da noite anterior à tentativa de roubo corresponde a dos que prelibavam tomar conta dos bens dos destruídos politicamente e da honra de suas famílias. (ALVES, 1967, p. 257. Grifo nosso.).

Os comentários deixados por Alves (1967) já falam por si mesmos. A visão do homem branco sobre o homem africano inspira a total falta de confiança e ilustra um pensamento da época, não é por acaso que o maior número de ocorrência dessa taxionomia recai sobre a origem africana e, mesmo que os números não sejam grandiosos, sua presença já revela uma visão de mundo observada na sociedade escravocrata brasileira, que se transforma politicamente para uma sociedade intitulada como democrática, mas que preserva os mesmos traços de subjugação. Os detalhes sobre os topônimos pertencentes às demais taxionomias estão presentes nas fichas lexicográfico-toponímicas.

Quanto aos topônimos de origem controversa, em um total de 33, a sua distribuição entre as taxionomias apresentam-se da seguinte forma:

#### **Taxionomias de natureza semântica física**

- ✓ fitotopônimo: são sete ocorrências para a forma coqueiro: Coqueiro (três ocorrências), Coqueiros (duas ocorrências), Coqueirinho e Coqueiro Grande e três ocorrências para o topônimo Quixabeira;
- ✓ geomorfotopônimo: três ocorrências para a forma morro: Morro, Morrinho e Morro das Pedras; três ocorrências para a forma chapada: Chapada (duas utilizações) e Chapadinha;
- ✓ zootopônimo: Cágado;
- ✓ litotopônimo: Malacacheta;
- ✓ hidrotopônimo: Tombo.

#### **Taxionomias de natureza semântica antropocultural**

- ✓ ecotopônimo: cinco ocorrências com a forma sítio: Sítio São Furtuoso, Sítio Barnabé, Sítio do Desterro, Sítio do Meio e Sítio Novo;
- ✓ ergotopônimo: quatro ocorrências para a forma tanque: Tanque, Tanque da Cruz, Tanque da Senzala e Tanque do Barreiro e uma ocorrência para Carranca, Tamancos, Curralinho, Cobocó e Chiqueiro.

Enquanto à formação lexical dos topônimos estudados, foram identificadas formações simples, formações ocorridas através do processo de derivação e através do processo de

composição. Em relação aos topônimos de origem indígena, quando não apresentado na forma simples, a sua formação composta é revelada, uma vez que

sendo o tupi [...] uma língua aglutinante, com os elementos componentes quase integrais, ou raramente contratos, a palavras, nesse idioma, com facilidade se analisa; ainda quando metida numa como que *encapsulação*, em que os vários elementos se envolvem uns aos outros, as linhas de separação destes não desaparecem totalmente, e a desagregação de tais elementos habilita o interpretador a traduzir. (SAMPAIO, [1901] 1987, p.174. Grifo do autor).

Com essa compreensão, entendeu-se que formações como *Caípe*, em que, após análise etimológica, observa-se a integração de três elementos formadores, *Caá-y-pe*, no rio da mata, há uma obrigação de revelar a sua verdadeira formação lexical, uma vez que tal fato, aos ouvidos dos falantes, passa despercebido. Diante disso, os valores para a formação composta apresentaram números bastante significativos, quando comparada as demais estruturas lexicais.

Quadro 13– Distribuição do processo de formação lexical entre as taxionomias

Natureza semântica	Taxionomia	Processo de formação de palavras			Total
		Simplex	Derivação	Composição	
Física	Fitotopônimo	61	26	56	143
	Geomorfotopônimo	17	17	53	87
	Zootopônimo	27	2	26	55
	Dimensiotopônimo	2	1	8	11
	Litotopônimo	11	5	29	45
	Hidrotopônimo	9	8	57	74
	Meteorotopônimo	1	5	----	6
	Cardinotopônimo	----	----	4	4
	Morfotopônimo	2	----	1	3
	Cromotopônimo	2	----	----	2
	Astrotopônimo	----	----	1	1
	Igneotopônimo	----	1	----	1
	Antropocultural	Sociotopônimo	17	4	32
Ergotopônimo		24	16	11	51
Hagiotopônimo		----	----	31	31
Antropotopônimo		38	1	7	46
Hierotopônimo		12	3	16	31
Animotopônimo eufórico		10	1	22	33
Numerotopônimo		1	----	13	14
Dirrematopônimo		----	----	12	12
Ecotopônimo		8	3	9	20
Hodotopônimo		3	2	4	9
Poliotopônimo		2	----	7	9
Cronotopônimo		----	----	6	6
Somatotopônimo		----	----	5	5
Animotopônimo disfórico		12	----	4	16
Etnotopônimo		4	----	3	7

	Axiotopônimo	1	----	2	3
	Historiotopônimo	----	----	2	2
	Acronimotopônimo	2	----	----	2
	Corotopônimo	2	----	1	3
	Necrotopônimo	----	----	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>268</b>	<b>95</b>	<b>423</b>	<b>786</b>

Fonte: Produção da autora

Analisando a distribuição entre as taxionomias de natureza semântica física foram constatados os seguintes valores dos 432 topônimos (fora os híbridos) que compõem o total pra essa categoria: 132 para formação lexical simples (31%); 65 para o processo de derivação (15%) e 235 para formação lexical composta (54%). Para as taxionomias de natureza semântica antropocultural foram identificados os seguintes valores: 136 topônimos com formação simples (38%); 30 formados por derivação (9%) e 188 formados por composição (53%).

O predomínio da formação composta ganha destaque das duas categorias de natureza semântica, sendo mais acentuado na natureza semântica física, já que nela há uma maior atuação da origem linguística indígena. Os topônimos dessa origem linguística ainda precisam ser mais analisados em um trabalho futuro a ser realizado pela autora desta tese, mas, a sua estrutura morfológica chama atenção por essa sua forma encapsulada, com a presença de substantivos genitivos que preservam o valor de posse, em que “[...] aquele que estiver em primeiro lugar fica sendo o genitivo, isto é, toma o primeiro lugar o possuidor e o segundo o possuído [...]” (SAMPAIO, ([1901] 1987, p.91).

A exemplo, cita-se *Capivary*, rio das capivaras, que apresenta estrutura morfológica complexa “TEC<sub>fem</sub> [subst.<sub>genit</sub> (subst. +suf.) + subst.]”, em que se verifica um elemento “encerrado” no outro, porque o nome capivara já é formado de maneira complexa. Segundo Gregório (1980, 218) “[...] o sufixo **guara** (particípio nominal do verbo **u** = comer) junto ao nome indica ente, o morador no guarani [...] corresponde a **uara** no nheengatu; mas no tupi **guara, suara, ara, çara**, indica o que está: ybytiri = na serra ybytiguara = o que está na serra, o serrano [...]”, ou seja, “o que come capim” ou “o comedor de capim”. Assim, todos os topônimos de origem indígena que apresentaram essa composição receberam a taxionomia correspondente ao primeiro elemento, ao substantivo genitivo.

A ocorrência com substantivos acompanhados de sufixos nessa origem linguística deu-se em apenas uma situação, com o topônimo *Murutuba* em que “MERÚ *corr.* Mbír-ú, o que chupa a pele, mosca. *Alt.* Mirú, Murú, Marú [...]” e *-tuba*: variação do “[...] sufixo **tyba**, que a má pronúncia do **y** desdobrou em **tiba** ou **tuba**, exprime abundância e vale pelo sufixo **al** ou

**eiro [...]**”(SAMPAIO, ([1901] 1987, p.89, 282). Portanto, a maior ocorrência, dos topônimos indígenas, recaiu ou para formação simples ou para composta.

Em relação à língua portuguesa, os sufixos com maior número de ocorrência no processo de derivação foram, -eiro/-eira, -inho/inha, -ada, -al, -ão e, quanto à origem linguística africana, todas as formas detectadas são de formação lexical simples, tal classificação foi atribuída com base nos dicionários etimológicos consultados, porém, assim como os topônimos de língua indígena, estes também serão, futuramente, objeto de um estudo mais aprofundado. Para traçar um comparativo, as formações lexicais foram distribuídas pela origem linguística.

Quadro 14– Distribuição do processo de formação lexical entre a origem linguística

Natureza semântica	Origem linguística	Processo de formação de palavras			Total
		Simple	Derivação	Composição	
<b>Física</b>	Africana	16	----	----	16
	Indígena	53	2	84	139
	Portuguesa	58	51	149	258
	Origem controversa	5	12	2	19
<b>Antropocultural</b>	Africana	31	----	----	31
	Indígena	11	----	9	20
	Portuguesa	89	31	169	289
	Origem controversa	5	2	7	14
<b>TOTAL</b>		<b>268</b>	<b>98</b>	<b>420</b>	<b>786</b>

Fonte: Produção da autora

Como já mencionado, todos os topônimos africanos apresentaram um processo de formação lexical simples, sem uso de sufixos ou de acréscimos de outros elementos. A língua indígena só apresentou duas ocorrências em derivação sufixal, mas, na categoria semântica, a formação lexical em processo de composição fez-se atuante, assim também para a origem linguística portuguesa, que, por apresentar um maior número de topônimos, percorreu pelos três processos de formação de palavras com valores altos: 55% para formação simples, 84% para formação a partir do processo de derivação e 76% para o processo de formação lexical através do processo de composição.

Em muitos dos topônimos compostos de língua portuguesa há uma criatividade inigualável, por exemplo, em *Carro Quebrado*, *De volta à Esperança*, *Deus Dará*, *Fazenda Bate Quente*, *Fazenda Quebra-Pé*, *Quebra Machado*, *Cabeça do Porco* e *Cabeça do Homem*. Estes são nomes que representam muito bem as associações cognitivas e impressões sensoriais realizadas no processo de motivação semântica, pois é preciso realizar relações bem

complexas, as quais ficam incutidas em um nome de lugar, que até mesmo para os leigos no assunto, acabam gerando curiosidade em saber “Por que esse lugar tem esse nome?”.

Contudo, há outra formação para os topônimos que é a prova linguística das vivências entre as diversas culturas que povoaram o Brasil, são os topônimos híbridos. Cabe, pois, uma reflexão sobre estes nomes.

### 5.1 OS TOPÔNIMOS HÍBRIDOS: JUNÇÃO ENTRE AS CULTURAS

No T.I. Recôncavo baiano, a força do contato linguístico presente no Brasil colônia gerou topônimos híbridos, os quais guardam basicamente os mesmos traços dos topônimos de formação com apenas um elemento étnico. Foram encontrados nos nomes dos povoados desse T.I 100 topônimos híbridos, um valor de 11% das 886 denominações toponímicas coletadas e classificadas. As formações ocorreram entre língua indígena+ língua portuguesa (LI+LP), língua portuguesa + língua indígena (LP+LI), língua africana+ língua portuguesa (LA+LP), língua portuguesa+ língua africana (LP+LA), origem linguística controversa +língua indígena (OC+LI), origem linguística controversa + língua africana (OC+LA). O quadro seguinte apresenta os valores distribuídos pelas taxionomias em suas respectivas naturezas semânticas.

Quadro 15– Distribuição dos topônimos híbridos em suas respectivas taxionomias

Natureza semântica	Taxionomia	Formação híbrida						Total
		LI+LP	LP+LI	LA+LP	LP+LA	OC+LI	OC+LA	
<b>Física</b>	Fitotopônimo	38	-----	2	-----	-----	-----	40
	Geomorfotopônimo	-----	8	-----	1	1	-----	10
	Zootopônimo	5	-----	2	-----	-----	-----	7
	Dimensiotopônimo	-----	5	-----	-----	-----	-----	5
	Litotopônimo	1	1	-----	1	-----	-----	3
	Hidrotopônimo	4	2	-----	-----	-----	-----	6
<b>Antropocultural</b>	Sociotopônimo	-----	7	-----	2	-----	-----	9
	Hagiotopônimo	-----	3	-----	2	-----	-----	5
	Ergotopônimo	5	-----	-----	-----	-----	1	6
	Animotopônimo disfórico	1	-----	-----	-----	-----	-----	1
	Ecotopônimo	-----	-----	1	-----	-----	1	2
	Etnotopônimo	1	-----	1	-----	-----	-----	2
	Hierotopônimo	-----	1	1	-----	-----	-----	2
	Antropotopônimo	-----	1	-----	-----	-----	-----	1
Dirrematopônimo	-----	-----	-----	1	-----	-----	1	
<b>TOTAL</b>		<b>55</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

Fonte: Produção da autora

Ao analisar o quadro anterior, observa-se que os híbridos não atingem a todas as taxionomias encontradas no *corpus*, pois na categoria natureza semântica física, há ocorrência em apenas seis taxionomias e na categoria natureza semântica antropocultural apenas nove. Mesmo em menor número, a predominância dos híbridos recai sobre a primeira e sobre a formação em que a LI aparece como primeiro elemento. A taxionomia em destaque é a dos fitotopônimos, o que revela a maior proximidade do grupo indígena com os elementos da flora, predominando sobre a língua do colonizador; nessa mesma taxionomia houve apenas mais duas ocorrências com a junção LA+LP, manifestadas em apenas uma forma toponímica *Bananeira*. Enquanto que na primeira formação para esta taxionomia, têm-se os seguintes exemplos: *Caatinga Seca*, *Sapezinho do Bom Gosto*, *Gravatá de cima*, *Gravatá de Baixo*, *Umbuzeiro dos Ovos*, *Cajueiro*, *Cajuada* e *Pindobeira*.

Ainda com a formação LI+LP haverá apenas mais 10 ocorrências na natureza semântica física: zootopônimo (Ex.: *Jacarezinho*, *Muritibinha*, *Petinga Molhada*); hidrotopônimo (Ex.: *Sinunga de Baixo* e *Sinunga do Meio*); litotopônimo (*Tauazinho*); e mais sete ocorrências de natureza semântica antropocultural, distribuídas pelas taxionomias de ergotopônimo (Ex.: *Jequezinho*, *Girau Grande*); etnotopônimo (*Caboquinho*) e animotopônimo disfórico (*Taperinha*).

Na formação LP+LI duas taxionomias ficaram equivalentes: oito ocorrências para o geomorfotopônimo (Ex.: *Tabuleiro do Guai*, *Ilha do Paty* e *Baixa da Cupioba*) e sete ocorrências na taxionomia sociotopônimo (Ex.: *Mina do Sapé*, *Engenho Novo do Vale do Iguape*, *Comércio de Jaguaripe*). Entre a natureza semântica física houve ocorrências entre as taxionomias dimensiotopônimo (Ex.: *Alto do Jaguaripe* e *Alto da Embira*); hidrotopônimo (*Lagoa da Juerana* e *Enseada do Paraguaçu*) e litotopônimo (*Lamarão do Passé*). Na segunda natureza semântica, além dos sociotopônimos, foram detectadas ocorrências nas taxionomias hagiopônimo (*Santiago do Iguape*, *São Francisco do Paraguaçu* e *São Roque do Paraguaçu*), hierotopônimo (*Vitória do Paraguaçu*) e antropotopônimo (*Mercês da Guaíba*).

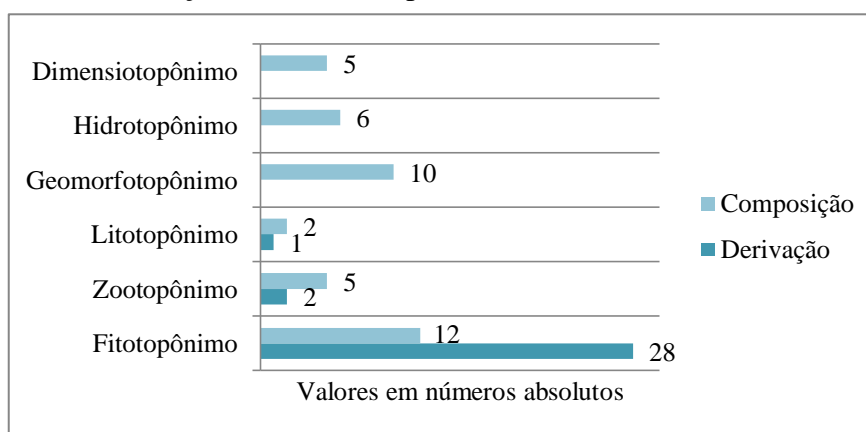
Para a formação LA+LP, além das duas já citadas, há mais duas ocorrências, na natureza semântica física, na taxionomia zootopônimo (*Gandu Velho* e *Xangó São Felipe*) e para a segunda categoria semântica há três ocorrências distribuídas entre as taxionomias ecotopônimo (*Calugi da Canabrava*), etnotopônimo (*Conguê*) e hierotopônimo (*Caimbongo Velho*). Para a formação inversa a esta (LP+LA) surgem mais sete topônimos, duas para a primeira categoria semântica (*Massapé* e *Baixa do Conguê*) e cinco para a segunda natureza semântica, entre as seguintes taxionomias: sociotopônimo (*Comum do Bamba*, *Fazenda*

*Muzunguê*), hagiopônimo (*São Francisco da Mombaça* e *São Roque dos Macacos*) e dirrematopônimo (*Quebra-Bunda*).

Os híbridos formados com nomes de origem linguística controversa apresentaram poucas ocorrências. Combinado com o estrato linguístico indígena, surge apenas um geomorfotopônimo (*Morro do Jenipapo*) e com a combinação com o estrato linguístico africano surgem dois topônimos: um ecotopônimo (*Sítio do Dendê*) e um ergotopônimo (*Tanque da Senzala*).

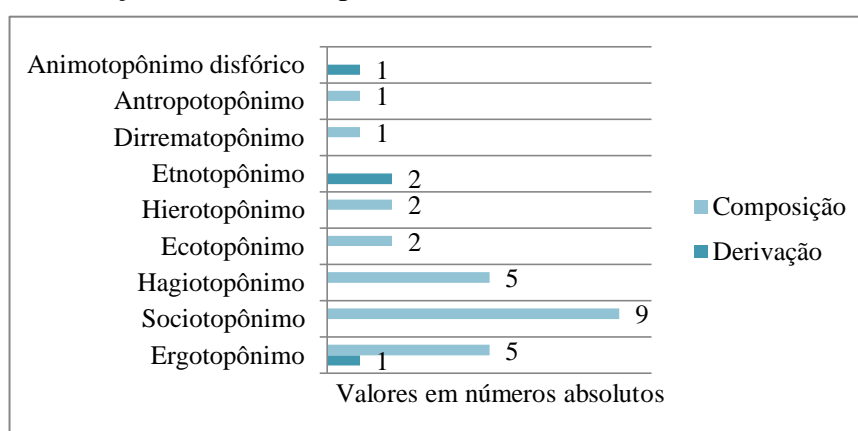
No que diz respeito à estrutura morfológica dos topônimos híbridos, foi possível encontrar a seguinte distribuição:

Gráfico 9 – Formação lexical dos topônimos híbridos- natureza semântica física



Fonte: Produção da autora

Gráfico 10 – Formação lexical dos topônimos híbridos - natureza semântica antropocultural



Fonte: Produção da autora

De acordo com os gráficos, os topônimos que correspondem à natureza semântica física apresentaram uma discrepância acentuada na taxionomia fitotopônimo, pois pode ser observada uma diferença de 40% entre as duas formações lexicais, um valor que não é percebido em nenhuma das outras taxionomias, tanto de natureza semântica física quanto



antropocultural. Vale ressaltar que para a formação dos híbridos fitotopônimos, através do processo de derivação, houve um predomínio dos sufixos -eiro/-eira; -inho/-inha; -al e -ão, sendo que os maiores valores recaíram sobre o sufixo -eiro/-eira, já que o valor semântico aplicado à base indígena denota o nome das árvores (caju >cajueiro).

Nas taxionomias geomorfotopônimo, dimensiotopônimo e hidrotopônimo não foi encontrada nenhuma formação a partir do processo de derivação, já que, nessas taxionomias, houve a predominância no processo de formação de palavras a partir da composição. Essa mesma predominância foi verificada nas taxionomias de natureza semântica antropocultural, visto que o processo de derivação ocorreu apenas nos etnotopônimos, animotopônimo disfórico e ergotopônimos.

Portanto, assim como nos topônimos em que não há a junção de elementos de origem linguística diferente, o processo de composição de palavras foi realmente produtivo na formação dos 100 topônimos híbridos encontrados no *corpus*, uma vez 65 foram constituídos a partir dele em oposição ao processo de derivação, em que foram detectadas 35 denominações toponímicas.

Tendo concluído as análises referentes à categoria natureza semântica, distribuída entre as taxionomias e os processos de formação lexical dos topônimos, parte-se para observar essa distribuição no espaço geográfico que corresponde aos 20 municípios do Recôncavo da Bahia.

## 5.2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO RECÔNCAVO BAIANO E SUA TOPONÍMIA

Esta análise será feita através de duas abordagens. A primeira apresenta um quadro comparativo entre a distribuição dos topônimos levando-se em consideração sua origem linguística – LP, LI, LA, OC e híbridos – e os municípios do Recôncavo. Em seguida, apresenta-se um esboço de mapeamento para as cinco taxionomias mais produtivas da natureza semântica física. Seguem as análises.

Quadro 16– Distribuição dos topônimos coletados nos municípios do Recôncavo baiano

Natureza semântica	Município	Origem linguística					Total
		LP	LI	LAfric	Híbridos	OC	
Física	Cabaceiras dos Paraguaçu	8	5	1	5	2	21
	Cachoeira	27	9	2	6	1	45
	Castro Alves	26	10	0	5	3	44
	Conceição do Almeida	25	8	1	3	1	38
	Cruz das Almas	9	6	1	4	3	23
	Dom Macedo Costa	3	3	1	3	0	10
	Governador Mangabeira	10	2	0	3	2	17
	Maragogipe	26	16	2	13	1	58
	Muniz Ferreira	10	5	1	0	1	17
	Muritiba	9	4	1	5	0	19
	Nazaré	6	7	1	1	0	15
	S. Francisco do Conde	7	8	1	4	2	22
	S. Sebastião do Passé	17	7	0	2	1	27
	S. Felipe	8	10	1	6	0	25
	S. Félix	5	6	0	1	1	13
	Sapeaçu	8	3	1	5	0	17
	Saubara	3	0	0	0	0	3
	Stº Amaro	17	18	1	3	0	39
Stº Antônio de Jesus	14	8	0	2	0	24	
Varzedo	20	4	1	0	1	26	
Total		258	139	16	71	19	503
Natureza semântica	Município	Origem linguística					Total
		LP	LI	LAfric	Híbridos	OC	
Antrópica	Cabaceiras dos Paraguaçu	8	3	1	0	0	12
	Cachoeira	29	4	5	8	1	47
	Castro Alves	32	2	1	2	4	41
	Conceição do Almeida	40	0	3	6	1	50
	Cruz das Almas	13	2	1	2	0	18
	Dom Macedo Costa	8	0	2	0	0	10
	Governador Mangabeira	5	1	0	0	0	6
	Maragogipe	19	3	5	3	3	33
	Muniz Ferreira	9	0	1	0	0	10
	Muritiba	10	1	0	0	1	12
	Nazaré	6	0	2	0	0	8
	S. Francisco do Conde	10	0	0	0	0	10
	S. Sebastião do Passé	9	1	0	1	2	13
	S. Felipe	17	1	0	2	0	20
	S. Félix	8	0	0	0	0	8
	Sapeaçu	7	2	1	0	1	11
	Saubara	3	0	0	0	0	3
	Stº Amaro	18	0	6	1	0	25
Stº Antônio de Jesus	23	0	1	2	1	27	
Varzedo	15	0	2	2	0	19	
Total		289	20	31	29	14	383

Fonte: Produção da autora

O quadro 16 chama mais atenção pela ausência que pela presença das ocorrências toponímicas, uma vez que, em municípios que foram o berço da mão de obra escrava, como São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, os topônimos de origem africana não excederam a uma ou duas ocorrências. Somente na

natureza semântica antropocultural há uma atuação dessa origem linguística, sendo que a maioria deles vinculado às taxionomias animotopônimo disfórico e hierotopônimo, exatamente para ilustrar o que foi dito, quando se abordava o fato de que as nomeações de lugares dessa origem linguística partem muito mais do ponto de vista do colonizador a respeito do homem africano, possuindo um caráter, na maioria das vezes, pejorativo.

A justificativa está na própria condição social ocupada pelo africano e seus descendentes, uma realidade totalmente desfavorável socialmente, o que fez com que as nomeações vinculadas aos africanos perpetuassem em uma sociedade colonial, que estendeu seus valores ao longo dos séculos.

Já a toponímia indígena se sobressai em relação à africana, somente nos topônimos de natureza semântica física, já que havia uma necessidade do homem branco em conhecer o ambiente físico e nomear os elementos desconhecidos, daí a relevância de preservar a base linguística indígena, já que não havia o conhecimento suficiente para gerar outra denominação. Mesmo assim, os números são dispersos pelos municípios, destacando-se um pouco mais em Castro Alves, Maragogipe, São Felipe e Santo Amaro.

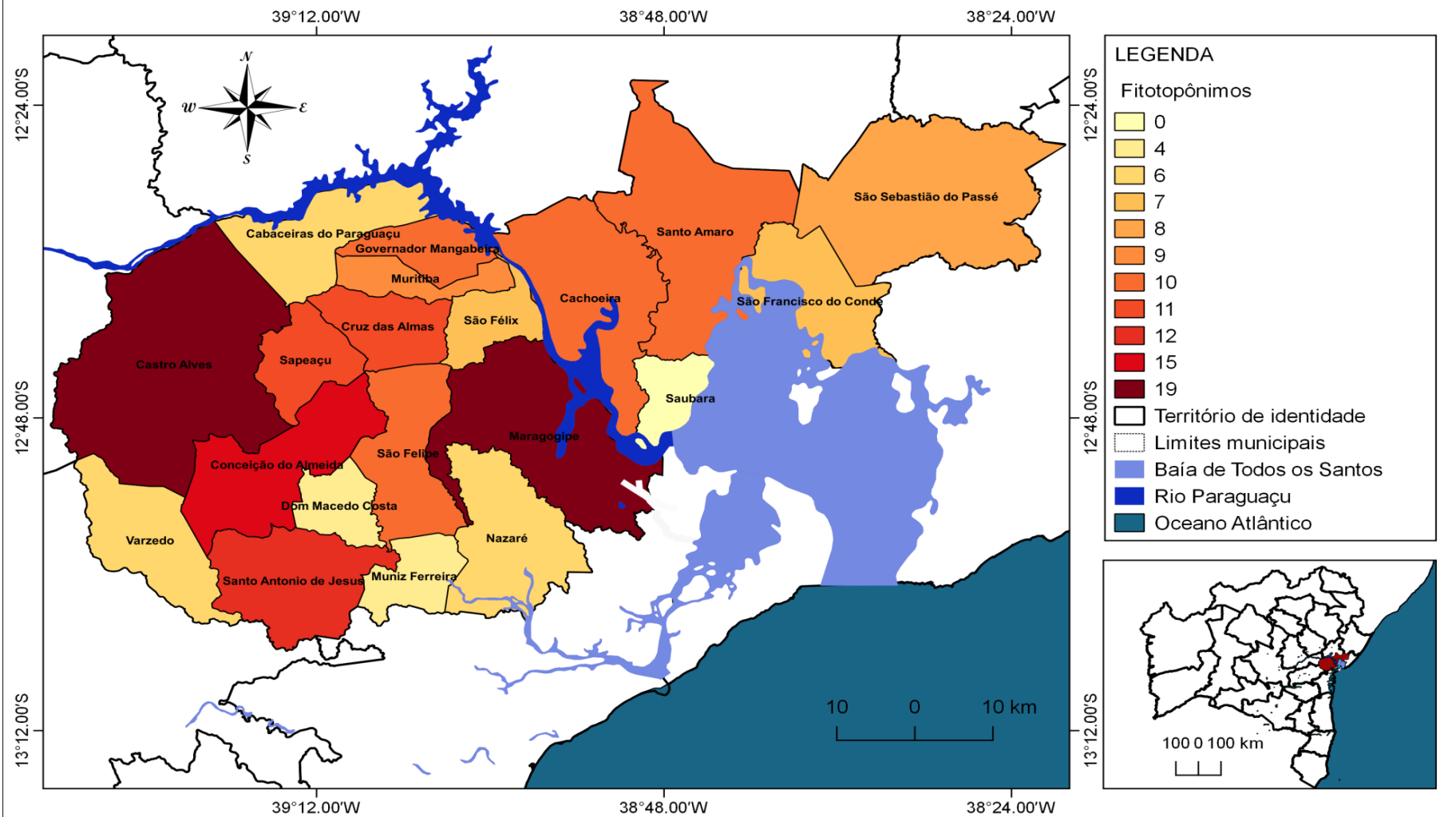
Nas formações híbridas, evidencia-se o elemento indígena, na composição desses topônimos, entre as duas categorias de natureza semântica. Em relação à natureza semântica física, nos municípios que apresentam essa formação lexical, só se observam topônimos com base africana em Governador Mangabeira, São Sebastião do Passé, São Felipe, Sapeaçu. Já na segunda categoria semântica, só não são encontrados topônimos híbridos com base africana em São Sebastião do Passé e em Santo Antônio de Jesus. Por outro lado, no município de Varzedo, as duas ocorrências híbridas são formadas com base na língua africana.

Ainda sobre o espaço geográfico, as cinco taxionomias de natureza semântica física mais produtivas foram mapeadas, na tentativa de visualizar no mapa áreas de maior frequência para um modelo onomástico-toponímico, pelo menos para essa categoria, pois como afirma Verger (2010, p.23), “[...] lengua, territorio y mapa forman un triángulo cuyos elementos se enriquecen mutuamente. La lengua sobre el mapa y el territorio es representada por la toponimia que, a su vez, podemos — debemos— trasladar al mapa.”<sup>36</sup>. Logo, pensando em criar esse vínculo entre língua, território e mapa, foram produzidas as cinco cartas toponímicas para as seguintes taxionomias: fitotopônimo, geomorfotopônimo, hidrotopônimo, zootopônimo e litotopônimo. As análises serão feitas após a apresentação das cartas.

---

<sup>36</sup> “[...] língua, território e mapa formam um triângulo cujos elementos são enriquecidos mutuamente. A linguagem no mapa e no território é representada pelo toponímia que, por sua vez, podemos – devemos – passar para o mapa.” (VERGER, 2010, p. 23. Tradução nossa).

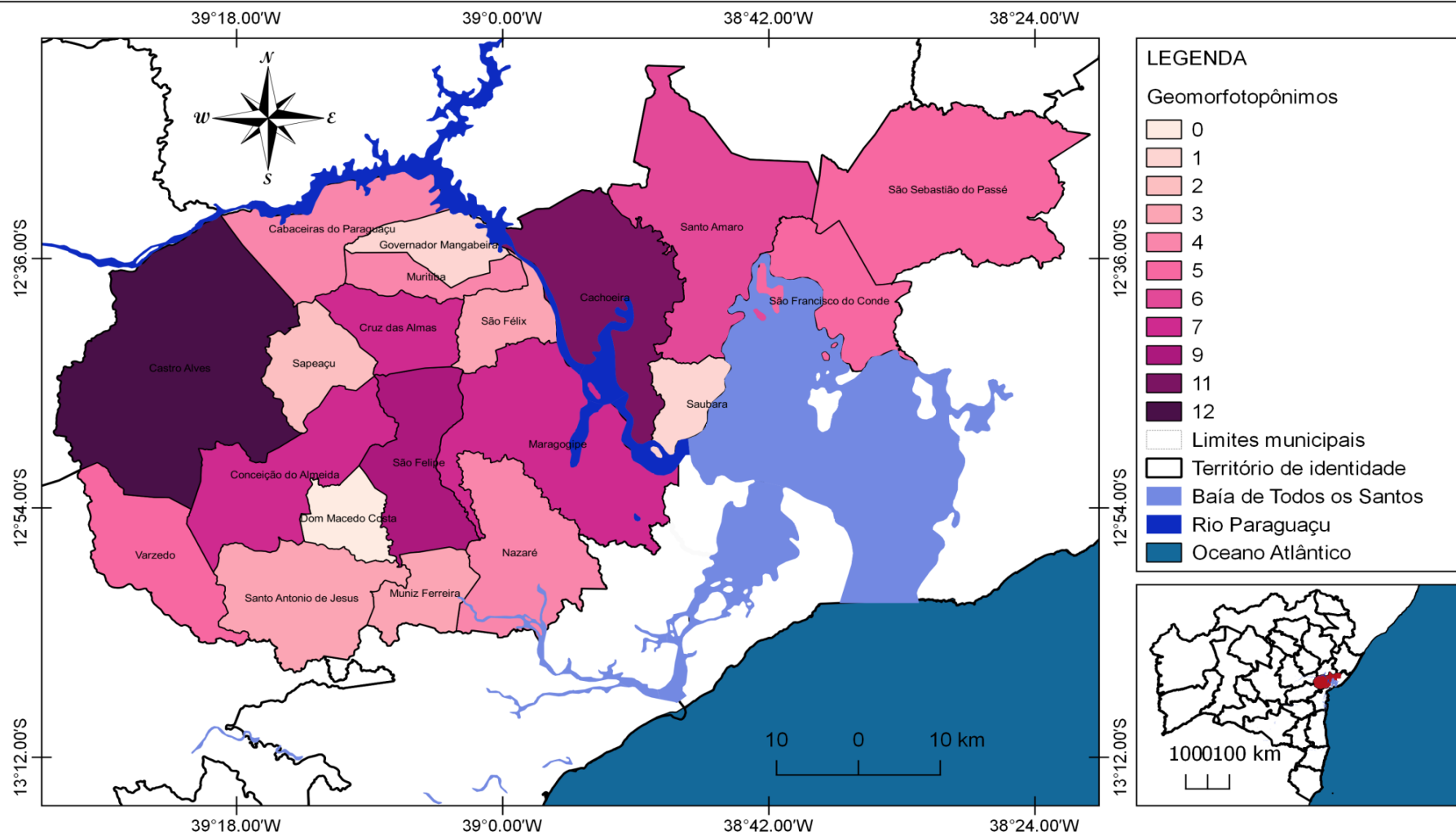
# CARTA TOPONÍMICA I: DISTRIBUIÇÃO DOS FITOTOPÔNIMOS NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO BAIANO



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do IBGE (2010, 2015), SEI (2007), por Clarine Silveira Dias (2018).

Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000 (UTM zona 24 S).

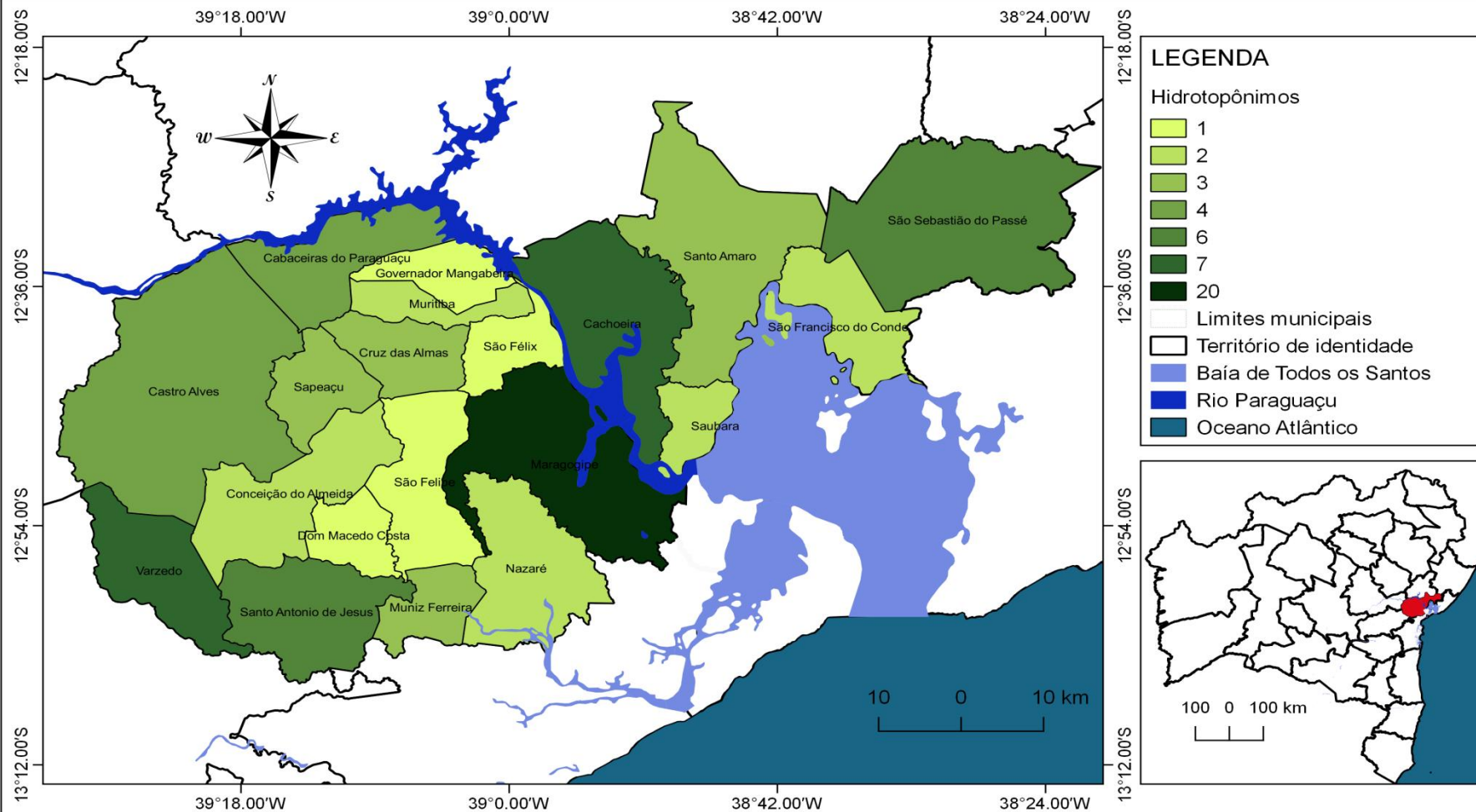
## CARTA TOPONÍMICA II: DISTRIBUIÇÃO DOS GEOMORFOTOPÔNIMOS NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO BAIANO



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do IBGE (2010, 2015), SEI (2007), por Clarine Silveira Dias (2018).

Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000 (UTM zona 24 S).

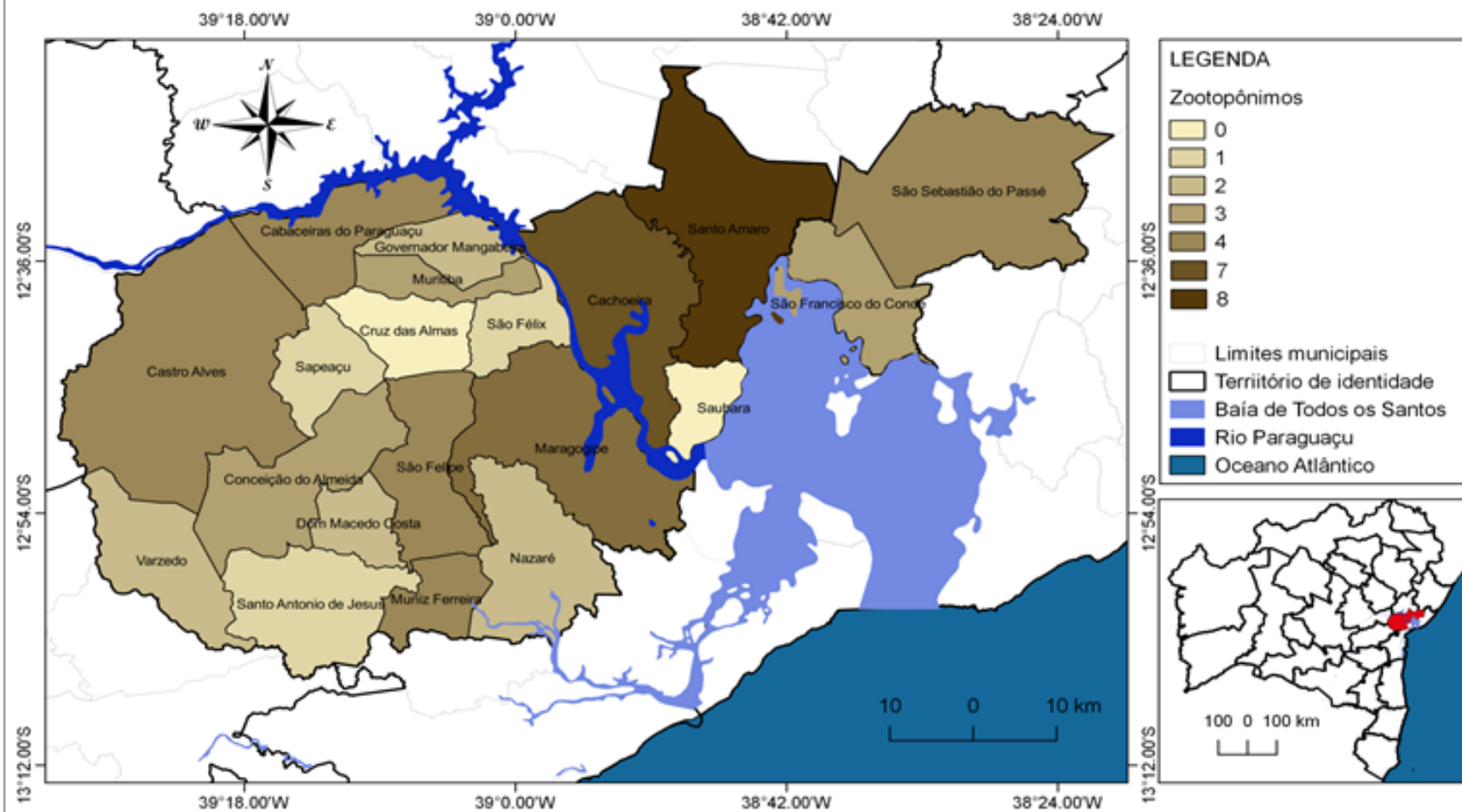
### CARTA TOPONÍMICA III: DISTRIBUIÇÃO DOS HIDROTOPÔNIMOS NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO BAIANO



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do IBGE (2010, 2015), SEI (2007) por Clarine Silveira Dias 2018.

Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000 (UTM zona 24 S).

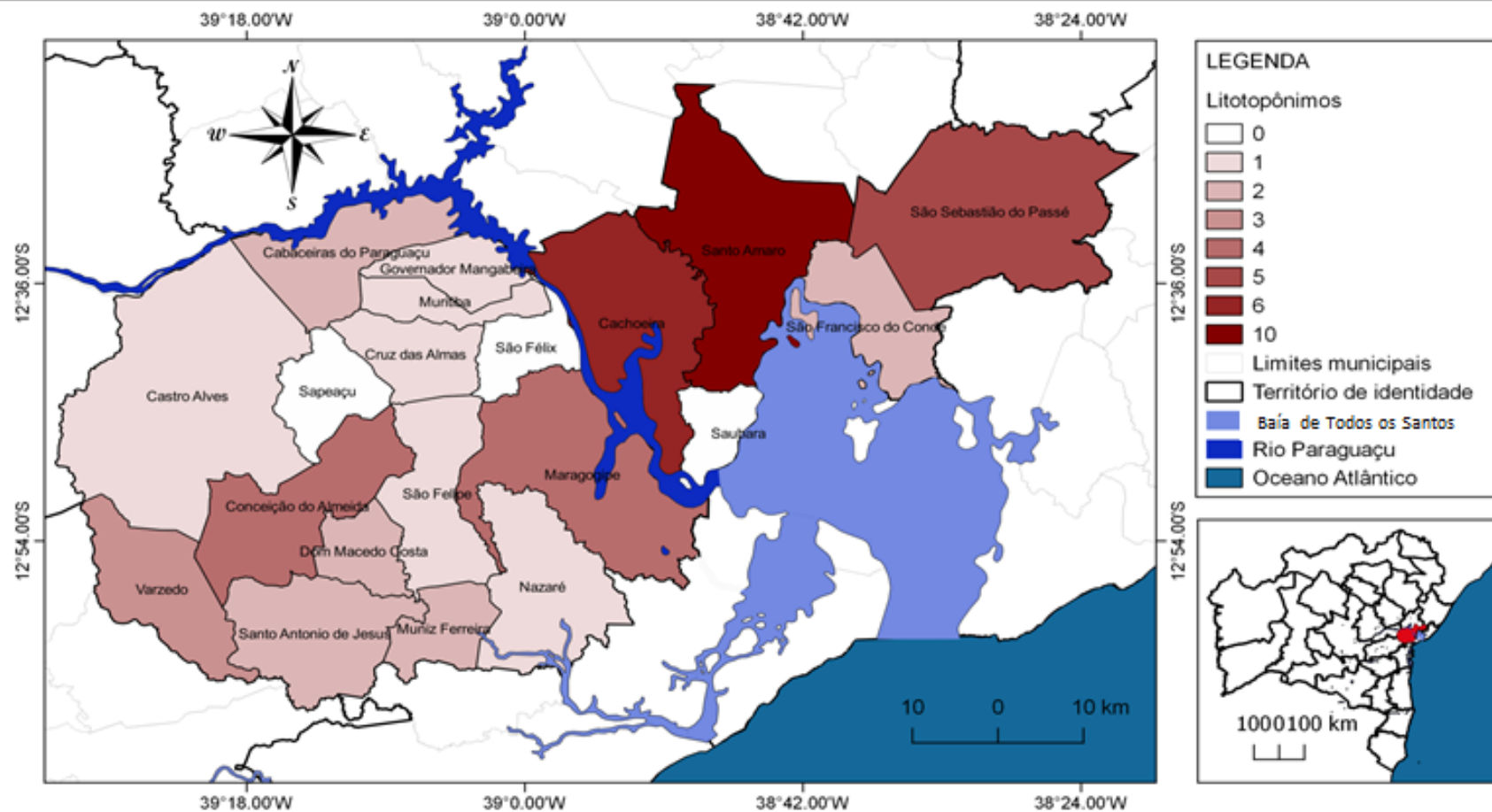
## CARTA TOPONÍMICA IV: DISTRIBUIÇÃO DOS ZOOTOPÔNIMOS NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO BAIANO



Fonte Elaborado a partir da base de dados do IBGE (2010, 2015) e SEI (2007) por Clarine Silveira Dias (2018).

Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000 (UTM zona 24 S).

## CARTA TOPONÍMICA V: DISTRIBUIÇÃO DOS LITOTOPÔNIMOS NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO BAIANO



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do IBGE (2010, 2015), SEI (2007), por Clarine Silveira Dias (2018).

Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000 (UTM zona 24 S).



Expostas as cartas com os valores encontrados dispersos pelo território, verifica-se uma regularidade na distribuição dos números referentes à taxionomia fitotopônimo (Carta I), a mais produtiva na categoria a qual pertence. A maior frequência concentra-se no centro e no sul do Recôncavo baiano, mas nada que se distancie totalmente dos valores vistos na parte norte. Caso fosse levado em consideração o fato de que núcleos populacionais subdividiram-se, dando origem a entidades municipais mais recentes, esses valores aumentariam ainda mais.

Por exemplo, lembrando que São Francisco do Conde deu origem a Santo Amaro e a São Sebastião do Passé, teríamos um bloco com 25 ocorrências de fitotopônimos, ou ainda, Cachoeira que deu origem a São Félix, que, por sua vez, deu origem a Cruz das Almas e esta originou Sapeaçu, teríamos um bloco maior de fitotopônimos, um valor de 39 ocorrências.

Não é possível afirmar ainda que esse seria um provável modelo onomástico para a região do Recôncavo baiano, uma vez que seria preciso um maior número de dados e uma comparação entre as duas categorias semânticas. Entretanto, ao analisar a dispersão dos topônimos, nas demais cartas toponímicas, observam-se algumas disparidades entre os municípios, o que não se verifica na carta toponímica I. Por exemplo, na carta toponímica III, hidrotopônimos, a diferença entre os valores é muito grande, uma vez que o destaque maior concentra-se em Maragogipe com 20 topônimos em contrapartida ao outro maior valor encontrado que é de sete topônimos, em Cachoeira.

Logicamente que a influência da baía de Iguape e os diversos rios, riachos e cachoeiras tiveram preponderância nessa nomeação, porém, a mesma ocorrência não se manifesta em Cachoeira (sete topônimos) e São Félix (um topônimo), locais cortados pelo rio Paraguaçu. Os geomorfotopônimos (Carta II) também apresentaram números com destaque apenas para dois municípios, Castro Alves (12 topônimos) e Cachoeira (11 topônimos); os zootopônimos (Carta IV) não apresentaram uma diferença marcante entre os valores, entre as maiores ocorrências, para essa taxionomia, estão os municípios de Santo Amaro, com oito topônimos, Maragogipe e Cachoeira, ambos com sete topônimos.

Na taxionomia litotopônimo (Carta V), quando comparado aos demais municípios, vê-se um valor maior para Santo Amaro, 10 topônimos, e Cachoeira, com seis topônimos. Essa foi a taxionomia que mais apresentou ausência em relação às nomeações, pois três municípios não tiveram nenhum registro, a saber, Sapeaçu, São Félix e Saubara, este último também apresentou ausência de registro nas taxionomias fitotopônimo e zootopônimo. Sobre as ausências dessas taxionomias, a única que manteve registro em todos os municípios foram os hidrotopônimos.

Enfim, após todas as análises realizadas, é preciso considerar que todos os dados extralinguísticos que estão por trás desses números não podem, nesse espaço de texto, ser exaustivamente verificados, embora se reconheça a necessidade disso. Este, certamente, será somente o passo inicial para trabalhos mais minuciosos a respeito de tantas observações, aqui traçadas, haja vista que esses topônimos apresentam uma diversidade cultural que foi sendo formada ao longo dos séculos de convivência entre as diversas culturas que ocuparam o espaço geográfico do T.I. Recôncavo baiano, ignorá-los e considerá-los somente como demarcadores de espaços seria o mesmo que ignorar as vivências e lutas que foram traçadas ao longo dos tempos.

Portanto, apesar de não possuir uma forma física para que possam ser tombados, esses nomes também são patrimônios históricos que fazem parte da cultura imaterial da Bahia e do Brasil, preservá-los é algo que faz parte, ou pelo menos deveria fazer, da consciência política e cultural de toda nação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado na composição desta tese partiu do pressuposto de que os topônimos que denominam os povoados do Território de Identidade Recôncavo baiano não eram apenas nomes utilizados para uma melhor organização espacial. Desde o processo de formatação do projeto de pesquisa, levantou-se a hipótese de que seria possível realizar um percurso histórico e sociocultural dessa região a partir dos nomes dessas localidades e isso acabou por ser confirmado, pois, mesmo que não em sua totalidade, parte deles pode reavivar fatos que correspondem à trajetória de formações populacionais que sustentaram a economia do estado da Bahia por séculos.

O Recôncavo baiano foi uma das primeiras regiões a ser povoada e explorada economicamente, durante o período da colonização. As relações que envolveram os diversos segmentos da sociedade podem, na atualidade, ser resgatadas através da toponímia local, pois, nos nomes dos povoados ficaram registrados fatos daquele momento presente, os quais foram projetados para um futuro (DICK, 1990a), possibilitando às novas gerações o conhecimento histórico a partir de uma fonte que não são os livros de História, mas o uso da língua no dia a dia, na “boca do povo”, que tem muitas histórias a contar.

“Que se nossos pais morreu a gente não quer que mude os nome e por que com aqui é diferente?”<sup>37</sup>, já comentava seu Argemiro, morador do Povoado Comunidade de São Bartolomeu, em Santo Antônio de Jesus, que, mesmo com seu estudo pouco, é possuidor de uma consciência crítica sobre a importância dos topônimos, que pouco se percebe em grandes estudiosos. Não quer que mude esses nomes porque eles revelam um caminhar, revelam uma trajetória, muitas vezes árdua para os menos favorecidos, que não têm oportunidade de optar sobre mudanças que ocorrem em sociedade.

O fato é que nos 886 topônimos analisados nesta tese, muito se pode conhecer sobre a riqueza sócio-histórica que eles carregam, começando pela importância que o ambiente físico exerceu sobre as escolhas do denominador, já que dessa totalidade, 503 possuem natureza semântica física (57%) e 383 natureza semântica antropocultural (43%). Os primeiros registram a beleza da fauna e da flora que o povo do Recôncavo baiano pôde e, mesmo que sem a abundância de outrora, ainda pode desfrutar da diversidade que a Mata Atlântica oferece. Neles, estão estampados os morros, os tabuleiros, as serras, as enseadas, as baías, os rios, os riachos, as lagoas, elementos de uma natureza que colaborou para o começo de

---

<sup>37</sup> Trecho de entrevista realizada para a composição da dissertação de mestrado desta autora, em 2012.

fortunas, que muito favoreceu aos senhores de *Engenho*<sup>38</sup>, pois, a força do recurso hídrico fez girar a *Roda d'Água* do *Engenho de Baixo*, do *Engenho do Buraco* e o do *Engenho da Praia*, exemplos de locais de trabalho que pela sua importância na região acabaram tornando-se nomes de povoados, bons representantes dos topônimos de natureza semântica antropocultural.

Evidente que o predomínio do colonizador sobre a terra “descoberta” revelou-se nos topônimos ligados às duas naturezas semânticas, haja vista que, no *corpus*, houve a ocorrência de 547 topônimos de origem portuguesa (62%) em oposição aos 159 topônimos de origem indígena (18%) e apenas 47 topônimos de origem africana (5%). Mesmo no que diz respeito aos nomes com motivação relacionada ao meio físico, os valores da primeira etnia sobrepuaram-se aos de origem indígena, revelando a necessidade do homem europeu de explorar a terra desconhecida e apropriar-se dos recursos naturais, utilizando-os à medida que tomava posse do território.

Isso é bastante perceptível quando se observa, nos topônimos de origem portuguesa, as três taxionomias de natureza semântica física com valores mais elevados: primeiro os geomorfotopônimos, nomes, em sua maioria, relacionados aos melhores locais para plantio; segundo os hidrotopônimos, representando a importância do recurso hídrico e terceiro os fitotopônimos, nomes em que representam a diversidade das árvores, dos cipós e das diversas plantas nascidas em solo brasileiro. Todos foram elementos de suma importância para que o colonizador fosse, ao longo dos séculos, estabelecendo o seu poder.

Claro que, pelo *modus vivendi* do homem europeu, a sua relação com o ambiente antropocultural revelou-se nos topônimos pertencentes à origem portuguesa, pois foi o maior valor para essa categoria, 289 topônimos (75%), em oposição aos 30 topônimos de origem africana (9%) e 20 topônimos de origem indígena (5%). Nos primeiros estão expressas o vínculo com a religião católica, a importância dos locais de trabalho, os nomes dos senhores de terra, as profissões, entre outros fatos culturais que representam a visão de mundo do europeu.

Bem diferente daquilo que se percebe nas motivações semânticas vinculadas ao homem indígena. Dos 159 topônimos coletados, 139 (28%) estão relacionados à motivação semântica física, nestes estão representados o que possui maior relação com a visão de mundo do povo indígena, uma vez que os maiores valores foram encontrados naquilo que possuía maior importância para eles: o conhecimento da flora e da fauna. Tal fato pode ser constatado

---

<sup>38</sup> Os nomes que se encontram em itálico fazem parte do *corpus* desta tese.

através dos 78 fitotopônimos encontrados (56% dos topônimos desta motivação semântica) e 32 zootopônimos (23% dos topônimos desta motivação semântica).

Quanto aos topônimos de origem africana, o que ficou mais evidente foram as questões que envolvem o ambiente antropocultural, pois dos 31 topônimos encontrados para essa etnia, nessa categoria semântica, nove estão ligados à religiosidade (hierotopônimos) e nove vinculam-se a conceitos (animotopônimos disfórico) que representam o forte preconceito racial do homem branco sobre o homem africano. Até mesmo o fato de dar a um lugar o nome de *Caboto*, que significa feiticeiro, pode ser a representação de como aquele local é visto negativamente, somente pela existência de um elemento que resgata a religiosidade do povo africano. Encontrar topônimos como esses é a constatação de como esses nomes possuem um valor documental, pois eles refletem a concepção de uma sociedade colonial preconceituosa, entendê-los como documento histórico traz a possibilidade de discutir, a partir deles, qual a trajetória social percorrida e quais os novos caminhos que precisam ser traçados para um futuro de igualdade social.

A junção das etnias portuguesa, indígena e africana resultou na formação de topônimos híbridos. Nessa formação lexical foram encontrados 100 denominativos, sendo que os valores mais elevados recaíram sobre a formação LI+LP (55 topônimos) e a formação LP+LI (28 topônimos), o que mostra o entrosamento inicial do homem português com os indígenas, principalmente naquilo que diz respeito aos fitotopônimos, uma vez que 38 dos 55 nomes da primeira formação citada recaem sobre essa taxionomia, afirmando a ligação dos indígenas com o ambiente natural; enquanto que na segunda formação, o maior número está para as taxionomias geomorfotopônimo (oito ocorrências) e sociotopônimo (sete ocorrências), as quais são as mais preponderantes nos topônimos de formação simples. Como se vê, os topônimos híbridos seguem um mesmo padrão de análise, no que diz respeito àquilo que é mais significativo para cada povo.

Constata-se, pois, que os topônimos do Recôncavo baiano espelham questões relacionadas ao que foi e ao que é mais importante para essa sociedade, uma vez que, ao analisá-los, vê-se fatos sociais pertinentes à formação desse território. Vê-se como o solo *Massapê* contribuiu para o plantio da cana-de-açúcar, ou a terra de *Areias* favoreceu aos exploradores das fábricas que plantavam no *Tabuleiro* o *Petim* (fumo), base para a produção dos seus caros charutos.

Nesses nomes está registrada a sabedoria do mestre *Carpina*, dos *Cangalheiros* que usavam o *Canzil* para colocar adiante seu labor; do *Peão do Bode* que levantava cedo todos os dias para tanger seu rebanho; do escravo e dos trabalhadores das casas de farinha que

carregavam o *Saco* pesado nas costas; ou do minerador de manganês que perdeu a vida ou teve seu braço mutilado na *Mina do Sapé*.

São muitas histórias a contar, comentadas em lugares também de lazer, como na *Venda Nova*, no *Jogo da Bola* ou no momento de armar o *Mundeu* para pegar passarinho, aquele feito com a lâmina afiada da *Quicé*. É o lugar do terreno acidentado que *Quebra-Bunda* de tão escorregadio, como se vê lá na *Ladeira do Sabão*.

E não é possível esquecer que esse é um lugar de fé; é o lugar de rezar nos domingos e dias santos para *São Francisco da Mombaça*, para *São Roque dos Macacos*, de pedir *Milagres de Santo Antônio*, de pedir para *Nossa Senhora de Fátima* salvação pela *Alma errante*, ou de pedir uma benção para a *Quiamba* contra o mau-olhado, ou ainda, lugar de ver o *Caboto* retirar o *Urupi* depois da oferenda feita a *Xangô*.

O Recôncavo da Baía de Todos os Santos é a terra da comilança, a terra do *Andu*, do caruru feito com o *Quiabo* verdinho, da água do *Coqueiro*, da *Cajuada*, das *Amoras*, do *Cuscuz* quentinho, do *Araçá*, do *Dendê* pra temperar a moqueca de *Camarão*. E essa terra é tão boa, que, se a comida causar indigestão, há a *Canela* pra fazer um chá quentinho e ficar *Alegre* novamente e, assim, poder assistir satisfeito a festa das Paparutas da *Ilha do Paty*, do samba de roda do *Acupe* ou apreciar as belezas do Recôncavo lá no *Alto da Boniteza*.

Essa é uma terra considerada um verdadeiro *Retiro*, lugar de *Boa Vista*, do *Bom Jardim*, lugar de *Bom Gosto*, lugar de *Conquista* para tantos que chegaram, amaram e se alojaram. Porém, essa terra também traz marcas tristes, deixadas pelo labor do povo formador dessa história, do trabalho árduo dos indígenas, dos escravos e do trabalhador mal assalariado e das marcas do preconceito, principalmente, aos africanos, pois era preciso ter cuidado com o negro *Capianga*, com o negro *Bangola*, com o negro *Cafonge*. E, apesar de esse ser o lugar do *Aragão*, o lugar do *Caboclo*, o lugar do *Caçanje*, a história mal contada só reverencia o *Barbosa*, o *Sodré* e a *Tereza Ribeiro*.

Portanto, não é possível pensar que toda a história dita pelo povo e que foi transmitida pelas gerações esteja perdida; ela não está ao *Deus Dará*. É preciso usar os topônimos para resgatar os traços culturais e trazer as etnias, que foram massacradas pelo poder do homem colonizador, *De Volta à Esperança*.

Cabe àqueles que se dedicam ao estudo da Toponímia contribuir para o resgate dessa história e propagá-la às gerações futuras. Será preciso, certamente, investigar com mais profundidade os 886 topônimos do *corpus* desta tese, pois, neste espaço textual, tomou-se o Recôncavo baiano como o todo, entende-se, porém, que as particularidades dos municípios precisam ser buscadas, a fim de entender mais de perto as causas denominativas, conhecer as

motivações semânticas para as formações dos termos específicos compostos, pois, existem no segundo elemento desses termos toponímicos uma criatividade que não se pode desprezar, ao contrário, necessita ser conhecida, principalmente, quando a junção dos nomes culmina em uma formação híbrida.

Assim sendo, encerra-se a primeira etapa dessa busca, que, com certeza, será continuada, haja vista que os nomes dos povoados do Recôncavo da Bahia são instigadores, mas é preciso conhecê-los em seu todo, em seu contexto sócio-histórico, para recompor uma história e recuperar a identidade sociocultural dessa região que muito colaborou para a constituição dessa nação que se chama Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. ATOBAH: proposta de elaboração do Atlas Toponímico da Bahia. *Caletroscópio*. v. 4, n. Especial, II Diverminas, p. 576-588, 2016.

A CIÊNCIA QUE EU FAÇO! Ananias Viana. Agente de Desenvolvimento. 1 vídeo (9min39seg). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=u27cV\\_0sCl4&t=333s](https://www.youtube.com/watch?v=u27cV_0sCl4&t=333s)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Taxionomia de topônimos: problema sem solução? *Signum*. Estud. Ling., n. 2, Londrida, p. 125-137, 1999.

\_\_\_\_\_. Dialectologia e Toponímia. In: MOTA, Jacira Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 129-146.

ALEXIS, Hernández Arena Rubén. *La toponimia como reconstrucción histórica: caso micro-región Mucurubá*. Venezuela, 2011, 527f. Dissertação. (Mestrado em História da Venezuela). Universidad de Los Andes-Facultad de Humanidades y Educación-Postgrado en Historia de Venezuela. Disponível em:

<<http://bdigital.ula.ve/RediCiencia/busquedas/DocumentoRedi.jsp?file=32247&type=ArchivoDocumento&view=pdf&docu=26060&col=5>>. Acesso em: 06 out. 2018.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 21-47.

\_\_\_\_\_; PETTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 145-177.

ALMEIDA, Lana Cristina Santana. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. Salvador, 2012. 187f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Cultura) Universidade Federal da Bahia- Instituto de Letras. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br>>. Acesso em: 03 maio 2013.

ALVES, Isaías. *Matas do sertão de baixo*. Rio de Janeiro: Reper, 1967.

ALVES, Ieda Maria. Derivação prefixal. In: RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (orgs.). *Gramática do português falado no Brasil: a construção morfológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 17-56.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas Toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*. Atito.Goiana: Ed. da PUC Goiás, 2010.

ANDRADE, Oswald. *Obras completas- VII*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., [1924] 1974.



ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de.; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: CNPq/ UFPB, Coordenação Editorial, 1984; 2 v.

ASSIS, Harmensz Van Rin Moraes de. *Topônimos no Sul da Bahia: Nomações dos Municípios Originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960)*. Salvador, 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura), Universidade Federal da Bahia- Instituto de Letras. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27831/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20completa%20final%20apos%20defesa.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

AULETE digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/marianga>>. Acesso em: 13 maio 2018.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Roteiros do Patrimônio. Programa Monumenta. IPHAN, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7\\_EngenhosReconcavoBaiano\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Cachoeira. Lei Municipal 1.119/2014. 30/12/2014. Disponível em: <<http://www.cachoeira.ba.io.org.br/contasPublicas/download/731970/119/2014/12/publicacoes/21864FAD-EA70-7144-CC7749B63DA59639.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Varzedo. Diário Oficial. Lei Municipal nº 392/2017, de 22 de agosto de 2017. 22/08/2017. Ano IX. nº 1081. Disponível em: <http://www.varzedo.ba.gov.br/diarioOficial>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Conceição do Almeida. Diário Oficial. Ato oficial. Edital de processo seletivo público nº 001/2008 agente comunitário de saúde. 29/01/2008. Ano I. nº 013. Disponível em: <<http://conceicaodoalmeida.ba.gov.br/diarioOficial>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Castro Alves. Diário Oficial. Ato administrativo. Edital de processo seletivo público nº 001/2008 agente comunitário de saúde. 31/03/2008. Ano I. nº 030. Disponível em: <<http://castroalves.ba.io.org.br/diarioOficial>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. v. 1, São Paulo: Árvore da Terra, 2000/2001.

BARBOSA, Pe. A. Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004a.

\_\_\_\_\_. Polissemia sistemática em substantivos deverbiais. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 47, p. 49-71, 2004b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/viewFile/7347/6769>>. Acesso em: 06 dez. 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BETHÂNIA, Maria. Recôncavo. In: *Diamante verdadeiro*, 1998. 1 vídeo (1min46seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GjRf5LLyoV0>>. Acesso em 13 jun. 2017.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

\_\_\_\_\_. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001a. p. 13-22.

\_\_\_\_\_. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001b.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.

BONAR, Pe. Matias. *Nossa Senhora do Bom Conselho*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Orgs). *África no Brasil: a formação da língua*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 15-62.

\_\_\_\_\_. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Orgs). *África no Brasil: a formação da língua*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 101-144.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Territórios quilombolas. Andamento dos processos: quadro geral. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/1-crqs-certificadas-ate-10-06-2013.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 363 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1970] 2004.

CAMPOY, Juan Manuel Hernández; ALMEIDA, Manuel. *Metodología de la investigación sociolingüística*. Málaga: Editorial Comares, 2005.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2v.

\_\_\_\_\_. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_ *et al.* *Atlas linguístico do Brasil*. Introdução, v. 1. Londrina: Eduel, 2014a.

\_\_\_\_\_ *et al.* *Atlas linguístico do Brasil*. Cartas linguísticas 1, v. 2. Londrina: Eduel, 2014b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/labur.htm> >. Acesso em: 14 out. 2011.

CARONE, Flavia de Barros. *Morfossintaxe*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.

CARVALHO, Maria Aparecida. *Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – Mesorregião Sudeste Mato-Grossense*. São Paulo, 2010. 540f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-06102010-100017/pt-br.php> >. Acesso em 19 set. 2018.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2014. 823f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva). Universidade Federal de Minas Gerais- Faculdade de Letras. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MGSS-9PMR2U> >. Acesso em 19 set. 2018.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora; Academia Brasileira de Letras, 2005.

COOPERATIVA PELA CEPEL. 1 vídeo (2min15seg). Disponível em: < <https://youtu.be/j8dcJkF70VE> > Acesso em: 3 jun. 2018.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: EDUSP, 1979.

CRUZ, Ana Paula Batista da Silva. *Viver do que se sabe fazer: memória do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguape (1960-1990)*. Feira de Santana, 2014. 128f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS-BA. Disponível em: < <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/203> >. Acesso em: 10 maio 2018.

CRUZ TERRA SANTA. *Santos e ícones católicos: história de São Tiago*. Disponível em: < <https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sao-tiago/278/102/#c> >. Acesso em: 18 set. 2018.

C. S. C., Pe. Antônio At. *História de Santo Antônio de Pádua*. Tradução do Mons. Dr. J. Basílio Pereira. 2. ed. Salvador: Editora Mensageiro da Fé Ltda, 1951. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/191786235/Historia-de-Santo-Antonio-de-Padua-pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DARGEL, A. P. T. P.; ISQUERDO, A. N. *Projeto ATEMS: parâmetros metodológicos*. In: ISQUERDO, A. N. (Org.). *Léxico e toponímia: o ATEMS em foco*. Campo Grande: Editora da UFMS (no prelo).

DAUZAT, Albert. Chronique de toponymie. In: *Revue des Études Anciennes*. Tome 34, 1932, n. 1, p. 63-71. Disponível em: < [https://www.persee.fr/docAsPDF/rea\\_0035-2004\\_1932\\_num\\_34\\_1\\_2634.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/rea_0035-2004_1932_num_34_1_2634.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2019.

DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas: classificação e esboço tipológico. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 9-25.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990a.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: [s.n], 1990b.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: Cifefil, 1998. v. 10, p. 61-69.

\_\_\_\_\_. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações linguísticas e teoria literária*. Recife: UFPE, v. 9, p.119-148, 1999.

\_\_\_\_\_. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 79-90.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, v. 3, n.5, I semestre de 2007, p. 141-155. Disponível em: <<http://www.unioeste/saber>>. Acesso em: 29 set. 2009.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Universidade de São Paulo- Instituto de Estudos Brasileiros, 1965.

\_\_\_\_\_. Prefácio, 1984. In: DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990a.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editôra, 1969.

\_\_\_\_\_. Notas explicativas. In: SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1901] 1987.

FARACO, Carlos Alberto. Apresentação de um clássico. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, [1975] 2006. p. 9-29.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*.v. XX, XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FIORIN, José Luiz. Prefácio. In: PETTER, Margarida (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 9-12.

FRANCISQUINI, Ignez. *O nome e o lugar: uma proposta de classificação da região de Paranavaí*. Londrina, 1998. 238f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. Revisada. São Paulo: Global, [1933] 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. *Atlas Linguistique de la France*. Paris: Champion, 1902-10.

GOVERNO Municipal de Santo Amaro inaugura Unidade de Saúde da Família em Nova Conquista. Blog Prefeitura Municipal de Santo Amaro – BA. Disponível em: <https://prefeituradesantoamaro.wordpress.com/2015/07/16/governo-municipal-de-santo-amaro-inaugura-unidade-de-saude-da-familia-em-nova-conquista/>. Acesso em: 27 ago. 2018.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições– usos e costumes– fauna e flora– língua– raízes– toponímia– vocabulário*. v. I, II, III. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1981.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 8.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUIA GEOGRÁFICO HISTÓRIA DA BAHIA. Mapas históricos da Bahia. Disponível em: < <http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/mapas.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. v.1. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

\_\_\_\_\_. Download. Geociências. Cartas e mapas. Mapas para fins de levantamentos estatísticos. Mapas municipais estatísticos. BA. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>. Acesso em: 15 maio 2015.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O Fato Linguístico como recorte da realidade sociocultural. São Paulo, Araraquara, 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.

\_\_\_\_\_. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Prolíngua*, v.2, n. 2, p. 34-52, jul/dez de 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13403>. Acesso em: 01 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C de. (Org.). *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2012a, v. VI, p. 115-139.

\_\_\_\_\_. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, v. 101, p. 15-35, 2012b.

JESUS, Simone Soares Batista de. *Produção do espaço agrário do município de São Felipe (BA): agricultura familiar e as políticas públicas (PRONAF, PAA E PNAE) 1999 a 2015*. Salvador, 2017. 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia-Instituto de Geociências-BA. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25641/1/Simone\\_Soares\\_Batista\\_Jesus\\_Dissertacao\\_Final.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25641/1/Simone_Soares_Batista_Jesus_Dissertacao_Final.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2018.

JORNAL DE ANGOLA. Escolas primárias na aldeia da Quizanga. Disponível em: <[http://jornaldeangola.sapo.ao/provincias/malanje/escolas\\_primarias\\_na\\_aldeia\\_da\\_quizanga](http://jornaldeangola.sapo.ao/provincias/malanje/escolas_primarias_na_aldeia_da_quizanga)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

LABOV, William. *Modelos Sociolinguísticos*. Tradução de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Ediciones Cátedra, [1972]1983.

LEFEBVRE, Henri. *Les temps des méprises*, Paris: Editora Stock, 1975.

LIMA, Augusto Mesquitela; MARTINEZ, Benito; LOPES FILHO, João. *Introdução à antropologia cultural*. 9. ed. Lisboa: Presença, 1991.

LOPES, Nei. *Novo dicionário Banto do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Palla, 2012.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163- 218.

\_\_\_\_\_. A Transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 57-83.

MAGALHÃES, E. Carlos Drumond - Contribuição do Bororo à toponímia brasileira . Resenha. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 2, p. 123-124, 29 dez. 1967. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45653/49250>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARONEZE, Bruno; CARDOSO, Elis de Almeida; PISSOLATO, Luciana. Derivação sufixal. In: RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (orgs). *Gramática do português falado no Brasil: a construção morfológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 57-109.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste* (Alagôas e Pernambuco). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 219- 254.

\_\_\_\_\_. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 261-283.

MEGALE, Nilza Botelho. *O livro de ouro dos santos: vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2011, p. 49-87.

MINA DO SAPÉ. Produção de Tau Tourinho. Roteiro de Edinaldo Souza e Johny Guimarães. Direção de Johny Guimarães. Santo Antônio de Jesus, 2010. 1DVD (30min53seg). Digital.

MIRA MATEUS, Maria Helena. Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra; MATOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 63- 80.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Princípios de sociolinguística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

MOSAICO BAIANO. Conheça a fábrica de charutos mais antiga do Brasil, 2018.1 vídeo (5min46seg). Disponível em: <<https://gshow.globo.com/Rede-Bahia/Mosaico-Baiano/noticia/conheca-a-fabrica-de-charutos-mais-antiga-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2018.

NADIN, Mihai. Processos semióticos e de informação: a semiótica da computação. *Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*. Tradução Priscila Borges, 5.ed. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.nadin.ws/wp-content/uploads/2012/03/3-dossie-processos-semioticos-e-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Notícias do Brasil (os pássaros trazem. In: *Caçador de mim*, 1981. Disponível em: <<http://www.miltonnascimento.com.br/discos.php?id=62>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 81- 103.

OLIVEIRA, Fernão de. Grammatica da lingoagem portuguesa. Lisboa: e[m] casa d’Germão Galharde, 1536. Disponível em: <<http://purl.pt/120>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OGDEN, C.K.; RICHARDS, I. A. *O Significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PAIM, Marcela Moura Torres. Carta Semântico-lexical Ruge. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et all*. *Atlas linguístico do Brasil*. Cartas linguísticas 1, v. 2. Londrina: Eduel, 2014b. p. 334-337.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. *Semiótica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PEIXOTO, Aristeu Mendes (coord.). *Enciclopédia Agrícola Brasileira*, v. 3 e 4. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Morfologia. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 5. ed.. São Paulo: Contexto, 2010. p. 59-80.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. A classificação das línguas da África. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 49-85.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Ana Stela. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, Margarida (org.) *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 222- 250.

PINKER, Steven. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



PINTO, Joaquim de Almeida; CÂMARA, Manuel Arruda da; PINTO, Zeferino de Almeida. *Diccionario de botanica brasileira*, 1873. (p. 101). Disponível em: <[http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria:Diccionario\\_de\\_botanica\\_brasileira.djvu](http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria:Diccionario_de_botanica_brasileira.djvu)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PLATO. *Cratylus*. 360 B.C. Translated by Benjamin Jowett. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6697253/Plato-Cratylus>>. Acesso em: 04 out. 2011.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Suerdieck: epopeia do gigante*. Salvador: Ubaldo Marques Porto Filho, 2003.

PROGRAMA APROVADO. *Conheça a Ilha das Fontes em São Francisco do Conde*. 1 vídeo (5min15seg), 2014. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/online/midioteca/neurociencia/index.html>>. Acesso em: 15 maio 2018.

QUERINO, Evelin. Ocupação e história da fábrica Suerdieck. *Reverso Online*, 2016. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/reverso/ocupacao-e-a-historia-da-suerdieck/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças*. Salvador, 2008. 282f. Tese. (Doutorado em Letras) Universidade Federal da Bahia- BA- Instituto de Letras. Obra não publicada.

RIBEIRO, José et. al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RIBEIRO, Madalena Santos. *Análise comparativa entre a qualidade de vida dos moradores da localidade do Tabocal e migrantes para a cidade de Santo Antônio de Jesus-BA*. Santo Antônio de Jesus, 2003. 73f. Monografia. (Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável) Universidade do Estado da Bahia-BA. Obra não publicada.

ROAF, Sue; FUENTES, Manuel; THOMAS-REES, Stephanie. *Ecohouse: a casa ambientalmente sustentável*. 4. ed. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman Editora LTDA, 2014. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=XqG8AwAAQBAJ&pg=PA230&dq=roda+d%27%C3%A1gua&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi\\_tt3bspDdAhXNnJAKHRnHDVgQ6AEIUTAI#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=XqG8AwAAQBAJ&pg=PA230&dq=roda+d%27%C3%A1gua&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi_tt3bspDdAhXNnJAKHRnHDVgQ6AEIUTAI#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. Tupi, tupinambá, línguas Gerais e português no Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 27-47.

\_\_\_\_\_. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p.143-161.

ROSSI, Nelson. A Dialectologia. *Alfa: Revista de Linguística*. v. 11, p. 89-115, 1967. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3299/3026>>. Acesso em: 15 maio 2018.

\_\_\_\_\_; ISENSÉE, Dinah Maria; FERREIRA, Carlota. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1901] 1987.

SANTAELLA, Lucia. *O que é semiótica*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: *Linguística como ciência: ensaios*. \_\_\_\_\_. Tradução de João Mattoso Câmara Junior, Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, [1916] 1969.

SCHMIDT-RIESE, Roland. Anchieta 1595 e Figueira 1621. Representações da gramática do tupinambá. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 49-59.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial -1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, [1985]1988.

SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf> > Acesso em: 3 out. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas dos municípios baianos*. Território de identidade N°. 21 Recôncavo. v. 4, Salvador: SEI, 2013. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=110)>. Acesso em: 12 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Cartografia temática- Regionalizações- Território de Identidade- Apresentação. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2650&Itemid=657](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657). Acesso em: 7 maio 2017.

THUN, Harald. O velho e o novo na geolinguística. Tradução de Cláudia Fernanda Pavan, Gabriel Schmitt, Eduardo Gonçalves Nunes, Zalewski dos Santos. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n.40, p. 59-81, jan/jun 2017. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/3444-509-pb-59-81.pdf>. Acesso em: 31 out 2018.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significação dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traço Editora, 1985.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA. Relatório Social de Angola 2014. 1. ed. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2015. Disponível em: <[http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/Rel\\_Social\\_Angola-2014.pdf](http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/Rel_Social_Angola-2014.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

VALADÃO, Hélio. *Santo Antônio de Jesus, sua gente e suas origens e biografia de Rômulo Almeida*. Santo Antônio de Jesus: [s.n.], 2005.

VERGER, Vicenç M. Rosselló i. Toponímia, geografia y cartografia. In: FERNÁNDEZ, Xulio Sousa. *Toponímia e cartografia*. Conselho da Cultura Galela: Instituto da Língua Galela, 2010. p. 21-37.

VICENTE, Flávia Daiana Calcabrine. *Além e Aquém de Sergipe do Conde e de Tatuapara: Os Topônimos no Livro Velho do Tombo*. Salvador, 2013, 288f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Cultura) Universidade Federal da Bahia- Instituto de Letras. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27842>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I.. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, [1968] 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 7- 72.